

RELATÓRIO DE **ATIVIDADES 2017**

Brasília – 2018

RELATÓRIO DE **ATIVIDADES 2017**

Brasília – 2018

© **2018 Tribunal Superior Eleitoral**

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização expressa dos autores.

Secretaria de Gestão da Informação
SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, 1º andar
70070-600 – Brasília/DF
Telefone: (61) 3030-9225

Secretário-Geral da Presidência

Luciano Felício Fuck

Diretor-Geral da Secretaria do Tribunal

Maurício Caldas de Melo

Secretária de Gestão da Informação

Janeth Aparecida Dias de Melo

Coordenadora de Editoração e Publicações

Renata Leite Motta Paes Medeiros

Unidade responsável pelo conteúdo

Secretaria do Tribunal

Produção editorial e diagramação

Seção de Editoração e Programação Visual (Seprov/Cedip/SGI)

Capa e projeto gráfico

Rauf Soares

Revisão

Seção de Preparação e Revisão de Conteúdos (Seprev/Cedip/SGI)

Impressão e acabamento

Seção de Serviços Gráficos (Segraf/Cedip/SGI)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Tribunal Superior Eleitoral – Biblioteca Alysson Darowish Mitraud)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Presidente

Ministro Gilmar Mendes

Vice-Presidente

Ministro Luiz Fux

Ministros

Ministra Rosa Weber

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho

Ministro Jorge Mussi

Ministro Admar Gonzaga

Ministro Tarcisio Vieira de Carvalho Neto

Procuradora-Geral Eleitoral

Raquel Dodge

SUMÁRIO

Palavras do Presidente	7
1. Presidência	11
1.1. Gabinete da Presidência	11
1.2. Assessoria Consultiva	24
1.3. Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias	27
1.4. Escola Judiciária Eleitoral	33
2. Secretaria-Geral da Presidência	41
2.1. Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência.....	42
2.2. Assessoria de Cerimonial	44
2.3. Assessoria Especial	53
2.4. Assessoria de Articulação Parlamentar	53
2.5. Assessoria de Comunicação	67
2.6. Assessoria de Assuntos Internacionais	83
2.7. Assessoria de Plenário	96
2.8. Ouvidoria	97
2.9. Secretaria Judiciária	102
2.10. Secretaria de Gestão da Informação.....	115
3. Secretaria do Tribunal	131
3.1. Assessoria de Gestão Estratégica	131
3.2. Assessoria Jurídica	144
3.3. Assessoria de Gestão Eleitoral	145
3.4. Assessoria de Gestão Socioambiental	161
3.5. Secretaria de Administração	169
3.6. Secretaria de Controle Interno e Auditoria	184
3.7. Secretaria de Gestão de Pessoas	200

3.8. Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade	224
3.9. Secretaria de Tecnologia da Informação	245
3.10. Secretaria de Segurança e Transporte	268
4. Comissão Permanente de Licitação (CPL).....	277

Palavras do Presidente

Tivemos um ano de intenso trabalho, com grandes demandas e desafios.

Foram 141 sessões plenárias, sendo 81 jurisdicionais, 57 administrativas e 3 solenes.

Até 18 de dezembro de 2017, foram autuados 2.468 processos físicos e 584 eletrônicos, que somados totalizam 3.052 processos. Foram baixados 3.573 processos físicos e 176 eletrônicos, o que representa a diminuição de 13% do nosso estoque total de processos.

Além da estatística processual, destaco algumas ações e projetos desenvolvidos no período que nos permitiram avançar na melhoria e na modernização da prestação de serviço na Justiça Eleitoral.

Em relação ao trabalho de fiscalização de contas, sublinho, em especial, a busca pelo aprimoramento do sistema de controle, dentro do novo modelo de financiamento, a partir da formação de parcerias com outros órgãos – além da Receita Federal, do TCU, do Banco Central e do Coaf, passaram a dar apoio técnico ao TSE os tribunais de contas estaduais, o Conselho da OAB e o Conselho Federal de Contabilidade.

Merece destaque ainda a conclusão da implementação do PJe em todos os TREs, o que representa importante racionalização de gastos e maior eficiência na tramitação de processos eleitorais. Fechamos o ano com mais de 7 mil processos tramitando na base de dados do PJe. Além disso, o recebimento das prestações de contas do exercício financeiro de 2016 já foi realizado eletronicamente. Para 2018, os trabalhos estão em fase avançada para a integração do Sistema de Candidatura (CAND) ao PJe, de modo que, já para o próximo pleito, a tramitação dos processos de registro de candidatura se dará de forma totalmente eletrônica, desde o pedido até o julgamento.

Gestão ambiental e sustentabilidade também foram foco do nosso trabalho em 2017. Dando prosseguimento ao Plano de Logística Sustentável do TSE, foi instalada a usina fotovoltaica para utilização de luz solar como parte da energia consumida nas nossas instalações, com a previsão de economia em torno de R\$970 mil por ano.

Tivemos, ainda, a aprovação da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017 (Lei da Identificação Civil Nacional – ICN), que, entre outras disposições, institui o Comitê Gestor da ICN, e da Resolução-TSE nº 23.526, de 26 de setembro de 2017, que dispõe sobre a formação e a operacionalização da base de dados da ICN, dando início aos trabalhos.

Vale lembrar a participação ativa da Justiça Eleitoral nos esforços para a aprovação da reforma política, que em muito contribuirá para a racionalização do quadro partidário e do controle eleitoral. O debate sobre o tema prossegue, e o TSE – em conjunto com a Escola Judiciária Eleitoral – tem promovido seminários voltados a refletir sobre o panorama atual dos diversos sistemas eleitorais no mundo.

Aprovamos, ainda, lei institucionalizando e criando quadro funcional para o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), que já é uma realidade e um dos grandes patrimônios históricos do país.

Quanto à biometria, chegamos ao final de 2017 com mais de 71 milhões de cadastrados, o que corresponde a 48% do eleitorado do país. A média diária de cadastramento está em 179.465 eleitores.

Além disso, firmamos diversas parcerias para importação de dados biométricos de cadastros de órgãos federais e estaduais. Fizemos acordos com a Polícia Federal, o Denatran, o Detran do Rio de Janeiro e também com os governos do Rio Grande do Sul, do Paraná e de Santa Catarina.

Não poderia deixar de registrar o lançamento do e-Título, a versão digital do título de eleitor, que pode ser acessado por meio de aplicativo para *smartphones* ou *tablets*. Espera-se que a medida traga, além de maior segurança e facilidade de acesso a informações para o eleitor, economia para a Justiça Eleitoral, diminuindo gastos com a emissão de títulos eleitorais em papel.

Quanto à polêmica questão do voto impresso, a Justiça Eleitoral não poupou, tampouco poupará, esforços para sua implementação, em cumprimento à legislação do país. Impende ressaltar, no entanto, que, para não colocar em risco o sigilo do voto e a lisura do processo eleitoral brasileiro, será necessário que tal implementação seja feita de modo responsável e, portanto, gradual, como bem apontou o acórdão do TCU sobre a temática.

O projeto das novas urnas continua em desenvolvimento a fim de que os novos modelos possam ser adquiridos para as eleições de 2020. Em paralelo, o TSE abre procedimento licitatório para a aquisição de módulos impressores

destinados às eleições de 2018, cumprindo, assim, o disposto na Lei nº 13.165, de 29 de setembro de 2015.

A Presidência da República acolheu a solicitação da Justiça Eleitoral para a mudança do início do horário de verão em 2018, a fim de evitar atrasos na divulgação dos resultados das eleições gerais, em razão das diferenças de fusos horários no país.

Quanto às eleições de 2018, resalto ainda dois pontos: a constituição do comitê sobre *fake news* e a relação entre Internet e eleições, a fim de prevenir a proliferação de notícias falsas na campanha eleitoral de 2018; e a realização da Missão de Observação Eleitoral da OEA, a primeira da nossa história.

Encerro, portanto, agradecendo, penhoradamente, a colaboração dos Senhores Ministros desta Corte – titulares e substitutos –, dos advogados que aqui militam com tanto esmero e, especialmente, de todos os nossos dedicados servidores.

Ministro Gilmar Mendes

1. Presidência

1.1. Gabinete da Presidência

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

Ao Gabinete da Presidência compete executar atividades de apoio administrativo necessárias ao desempenho das funções do presidente e ainda:

- organizar a agenda de representação oficial, social, reuniões e despachos do presidente;
- preparar e despachar o expediente do presidente;
- controlar a entrada e a saída de processos e petições encaminhados à Presidência;
- examinar e instruir processos, petições e outros documentos submetidos à Presidência, realizando pesquisas legislativa, doutrinária e jurisprudencial;
- atender partes e advogados quanto a informações de processos de competência do presidente;
- representar o presidente, por indicação, em atos, solenidades, eventos e audiências;
- supervisionar as atividades relativas a solenidades, comemorações e recepções;
- controlar a agenda diária de audiências, reuniões e despachos do presidente e assessorá-lo em assuntos diversos;
- praticar atos de administração e atos de mero expediente, sem caráter decisório, que lhe tenham sido delegados pelo presidente.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Dentre as ações realizadas pelo Gabinete da Presidência destaca-se a organização, em conjunto com a Assessoria de Cerimonial, dos seguintes eventos:

Data	Evento
14.2	Organização e realização de reunião com presidentes de partidos políticos brasileiros.
20.3	Organização e realização do Seminário Internacional sobre Sistemas Eleitorais (1º dia).
21.3	Organização e realização do Seminário Internacional sobre Sistemas Eleitorais (2º dia).
3.5	Apoio à realização de café da manhã – Ministro presidente do TSE e parlamentares.
6.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) nº 1943-58. Visita de estudantes: alunos do curso de Direito das instituições: Faculdade de Direito de Ipatinga/MG (Fadipa); Pós-Graduação em Direito Eleitoral do Instituto de Direito Público (IDP/DF); Centro Universitário Univates – Lajeado/RS; Universidade da Região de Joinville (Univelle) – São Bento do Sul.
7.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento AIJE nº 1943-58.
8.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento da AIJE nº 1943-58.
9.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento da AIJE nº 1943-58.
10.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento da AIJE nº 1943-58.
27.6	Organização e realização de reunião de presidentes de partidos políticos com o presidente e ministros do TSE. Visita de estudantes: alunos do curso de Direito das Faculdades Integradas Vianna Júnior – Juiz de Fora/MG.
14.9	Organização e realização da Reunião de Autoridades Eleitorais do Mercosul (1º dia).

(Continuação)

Data	Evento
15.9	Organização e realização da Reunião de Autoridades Eleitorais do Mercosul (2º dia).
15.12	Organização dos eventos: Ordem do Mérito do TSE no Centro Cultural da Justiça Eleitoral; Reunião de Presidentes dos Tribunais da Justiça Eleitoral e abertura da exposição A Justiça Eleitoral e o Caminhar da Democracia no Brasil.

Além disso, o Gabinete da Presidência examinou, controlou e acompanhou petições e processos conclusos ou distribuídos ao presidente, bem como elaborou sugestões de minutas de decisões e despachos em votos-vistas, execução de prestações de contas, execução de julgados, pedidos cautelares, com pesquisa à jurisprudência e doutrina.

ESTATÍSTICAS

Processos Jurisdicionais Físicos

(Período de 1º de janeiro a 10 de dezembro de 2017)

Ato	Quantidade
Decisões	321
Despachos	345
Acórdãos	61

Processos Jurisdicionais Eletrônicos

(Período de 1º de janeiro a 11 de dezembro de 2017)

Ato	Quantidade
Decisões, despachos e acórdãos como presidente	106
Decisões, despachos e acórdãos como relator	46

Resoluções*

(Período de 1º.1.2017 a 10.12.2017)

Resolução nº	Ementa
23.540, de 7 de dezembro de 2017	Altera a Resolução-TSE nº 23.434, de 16 de dezembro de 2014, que institui a Ordem de Mérito do Tribunal Superior Eleitoral – Assis Brasil e dá outras providências.
23.539, de 7 de dezembro de 2017	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento dos postos de atendimento ao eleitor criados nos termos da Resolução-TSE nº 23.520, de 1º de junho de 2017.
23.538, de 7 de dezembro de 2017	Altera disposições da Resolução-TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003, para atualizar o modelo do título eleitoral.
23.537, de 5 de dezembro de 2017	Dispõe sobre a expedição da via digital do título de eleitor por meio do aplicativo móvel e-Título.
23.536, de 5 de dezembro de 2017	Altera a Resolução-TSE nº 23.172, de 27 de outubro de 2009, que dispõe sobre o Sistema de Composição de Acórdãos e Resoluções no âmbito do TSE e dá outras providências.
23.535, de 5 de dezembro de 2017	Altera a Resolução-TSE nº 23.117, de 20 de agosto de 2009, que dispõe sobre a filiação partidária e aprova a sistemática destinada ao encaminhamento de dados pelos partidos à Justiça Eleitoral.
23.534, de 5 de dezembro de 2017	Altera a Resolução-TSE nº 23.323, de 19 de agosto de 2010, que dispõe sobre a concessão de diárias e passagens nacionais e internacionais e dá outras providências.
23.533, de 28 de novembro de 2017	Altera a Resolução-TSE nº 20.593, de 4 de abril de 2000.
23.532, de 28 de novembro de 2017	Altera a Resolução-TSE nº 23.422, de 6 de maio de 2014, que estabelece normas para criação e instalação de zonas eleitorais e dá outras providências.
23.531, de 26 de outubro de 2017	Altera o art. 2º da Resolução-TSE nº 21.538, de 14 de outubro de 2003, para permitir a atualização de dados constantes do Cadastro Nacional de Eleitores.

(Continuação)

Resolução nº	Ementa
23.530, de 26 de setembro de 2017	Regulamenta as aquisições e a prestação de serviços para o processamento das eleições gerais e municipais.
23.529, de 26 de setembro de 2017	Dispõe sobre a transformação de cargos em comissão do quadro de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e altera a sua estrutura, para criar a Assessoria de Gestão de Identificação.
23.528, de 26 de setembro de 2017	Altera a redação do art. 16 da Resolução-TSE nº 22.569, de 14 de agosto de 2007, que dispõe sobre a concessão das férias no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.
23.527, de 26 de setembro de 2017	Dispõe sobre a designação de oficial de justiça e o reembolso de despesas advindas do cumprimento de mandados no âmbito da Justiça Eleitoral. Revoga a Resolução-TSE nº 20.843/2001.
23.526, de 26 de setembro de 2017	Dispõe sobre a formação e a operacionalização da base de dados da Identificação Civil Nacional (ICN), prevista na Lei nº 13.444/2017.
23.525, de 17 de agosto de 2017	Institui o plano de obras do Tribunal Superior Eleitoral para os exercícios de 2018 a 2020.
23.524, de 24 de agosto de 2017	Altera a redação do art. 18 da Resolução-TSE nº 23.391, de 16 de maio de 2013, que estabelece as normas gerais para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos dos quadros de pessoal da Justiça Eleitoral.
23.523, de 27 de junho de 2017	Dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral. Revoga a Resolução-TSE nº 23.484/2016.
23.522, de 13 de junho de 2017	Altera a Resolução-TSE nº 23.520/2017, que estabelece diretrizes para a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais do interior dos estados.
23.520, de 1º de junho de 2017	Estabelece diretrizes para a extinção e o remanejamento de zonas eleitorais do interior dos estados.
23.519, de 11 de maio de 2017	Dispõe sobre a transformação de funções comissionadas do quadro de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral.

(Continuação)

Resolução n°	Ementa
23.518, de 5 de abril de 2017	Altera disposições das resoluções-TSE n°s 21.538, de 14 de outubro de 2003; 23.234, de 25 de março de 2010; e 23.440, de 19 de março de 2015.
23.517, de 4 de abril de 2017	Dispõe sobre a lista tríplice para preenchimento das vagas de juizes dos tribunais regionais eleitorais, na classe dos advogados.
23.516, de 4 de abril de 2017	Altera a redação do art. 2º da Resolução-TSE n° 22.901, de 12 de agosto de 2008, que dispõe sobre a prestação de serviço extraordinário no âmbito da Justiça Eleitoral.
23.515, de 30 de março de 2017	Altera a Resolução-TSE n° 23.418, de 16 de dezembro de 2014.
23.514, de 30 de março de 2017	Altera a redação do § 4º do art. 41 da Resolução-TSE n° 23.464, de 17 de dezembro de 2015, que regulamenta o disposto no Título III da Lei n° 9.096, de 19 de setembro de 1995, Das Finanças e Contabilidade dos Partidos.
23.513, de 21 de março de 2017	Dispõe sobre a transformação de cargos em comissão do quadro de pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e altera a sua estrutura.
23.512, de 16 de março de 2017	Altera a redação de dispositivos da Resolução-TSE n° 23.422, de 6 de maio de 2014.
23.511, de 23 de fevereiro de 2017	Altera o art. 61 da Resolução-TSE n° 23.465, de 17 de dezembro de 2015.
23.510, de 23 de fevereiro de 2017	Autoriza a expansão do projeto de modernização dos serviços eleitorais voltados ao pré-atendimento do cidadão, via Internet, para requerimento de operações de alistamento, transferência e revisão por brasileiros domiciliados no exterior, e dá outras providências.
23.509, de 21 de fevereiro de 2017	Dispõe sobre a governança de tecnologia da informação no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.
23.508, de 14 de fevereiro de 2017	Dispõe sobre a política de desenvolvimento colaborativo de <i>software</i> da Justiça Eleitoral.
23.507, de 14 de fevereiro de 2017	Dispõe sobre a licença para capacitação no âmbito da Justiça Eleitoral.

*Principais resoluções editadas pelo ministro presidente do Tribunal em 2017.

Procedimentos Administrativos

No Tribunal Superior Eleitoral, o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é obrigatório a todas as unidades como ferramenta para a produção, classificação e tramitação de documentos administrativos.

Documentos assinados no SEI (Pres. e Gab-Pres.)

(Período de 1º de janeiro a 10 de dezembro de 2017)

Tipo de ato	Quantidade
Portarias	135
Ofícios	994
Despachos/decisões administrativas	142

Portarias*

Portaria nº	Teor
958 de 11 de dezembro de 2017	Dispõe sobre a regulamentação de procedimentos para a realização de varredura de segurança no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral.
949 de 7 de dezembro de 2017	Institui o Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições.
915 de 30 de novembro de 2017	Dispõe sobre o expediente da Secretaria, a jornada, o horário de trabalho e o controle de frequência no âmbito do TSE e dá outras providências.
886 de 22 de novembro de 2017	Dispõe sobre digitalização, os formatos e os limites de tamanho dos arquivos permitidos no Processo Judicial Eletrônico da Justiça Eleitoral.
885 de 22 de novembro de 2017	Dispõe sobre a utilização obrigatória do Processo Judicial Eletrônico (PJe) para a propositura e a tramitação de novas classes processuais, a saber: Ação Penal, Apuração de Eleição, Cancelamento de Registro de Partido Político, Consulta, Correição, Embargos à Execução, Execução Fiscal, Inquérito, Pedido de Desaforamento, Recurso Criminal, Recurso Eleitoral, Recurso em <i>Habeas Corpus</i> , Recurso em <i>Habeas Data</i> , Recurso em Mandado de Injunção, Recurso em Mandado de Segurança, Registro de Candidatura, Registro de Comitê Financeiro, Registro de Partido Político em Formação, Revisão Criminal e Revisão do Eleitorado.

(Continuação)

Portaria nº	Teor
884 de 22 de novembro de 2017	Institui, no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, o Núcleo de Credenciamento de Segurança da Informação (NCSI).
855 de 13 de novembro de 2017	Aprova regras de atualização de dados dos eleitores constantes do Cadastro Eleitoral.
784 de 20 de outubro de 2017	Dispõe sobre a política de gestão de riscos do Tribunal Superior Eleitoral.
714 de 28 de setembro de 2017	Torna pública a composição do comitê gestor da Identificação Civil Nacional, instituído pela Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017.
565 de 3 de agosto de 2017	Institui a comissão avaliadora para atuar no Teste Público de Segurança 2017.
563 de 3 de agosto de 2017	Institui as comissões Organizadora, Reguladora e de Comunicação Institucional, referentes ao Teste Público de Segurança 2017.
461 de 22 de junho de 2017	Dispõe sobre a constituição da Comissão Diretiva de Tecnologia da Informação (CDTI).
330 de 27 de abril de 2017	Institui comissão para analisar e propor medidas que visem à celeridade e modernização de atividades relacionadas ao Cadastro Nacional de Eleitores.

*Principais portarias expedidas em 2017 pela Presidência do Tribunal.

Cooperação com outros órgãos e instituições

Durante o ano de 2017, foram formalizados pela Presidência do TSE ajustes com diversos órgãos e instituições, dentre os quais se destacam:

Ajuste formalizado	Referência	Órgão/instituição	Objeto	Assinatura
Termo de adesão	s/nº	Tribunal de Contas da União	Termo de adesão do Tribunal Superior Eleitoral à Rede Federal de Inovação no Setor Público. Documento principal: acordo de cooperação técnica que entre si celebram o Tribunal de Contas da União; o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Conselho da Justiça Federal para formação da Rede Federal de Inovação no Setor Público, com vistas à articulação de ações de fomento e apoio à inovação, bem como à interação com iniciativas similares nos âmbitos estadual e municipal.	6.12.2017
Protocolo de intenções	112017	Senado Federal	Cooperação técnico-científica e cultural e o intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências.	28.11.2017
Acordo de cooperação	242017	Associação dos Juízes Federais do Brasil	Formalizar a cooperação técnica entre o TSE e a Ajufe na entrega da Medalha da Ordem do Mérito do TSE/2017, bem como a abertura da exposição A História da Justiça Eleitoral e o Caminhar da Democracia no Brasil, realizadas no dia 15 de dezembro de 2017.	16.11.2017

(Continuação)

Ajuste formalizado	Referência	Órgão/instituição	Objeto	Assinatura
Acordo de cooperação	152017	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	O acordo de cooperação técnica tem por objetivo viabilizar a cooperação e o intercâmbio de informações e aplicações entre o ITI e o TSE, com vistas ao aprimoramento da Autoridade Certificadora das Urnas Eletrônicas, apoio técnico a eventual implantação de Autoridade Certificadora da Justiça Eleitoral, padrão ICP-Brasil, no TSE, bem como a realização de estudos para utilização de registros biométricos em certificação digital ICP-Brasil.	7.11.2017
Acordo de cooperação	212017	Estado do Rio Grande do Sul	A cooperação pretendida pelos participantes será implementada mediante a adoção de ações conjuntas, mobilizando suas unidades, agentes e serviços, observada a reciprocidade de interesses e o sigilo das informações compartilhadas, consoante o art. 29 e seus parágrafos da Resolução-TSE nº 21.538/2003, alterado pela Resolução-TSE nº 23.490/2016.	23.10.2017
Acordo de cooperação	172017	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	O estabelecimento de ações conjuntas entre os participantes que assegurem a realização de estudos, pesquisas e demais ações de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes ao desenvolvimento da gestão socioambiental no âmbito da Justiça Eleitoral.	20.9.2017
Acordo de cooperação	82017	Sociedade Brasileira de Computação	Estabelecer meios de integração, pesquisa e aprimoramento da computação no âmbito do TSE.	24.8.2017

(Continuação)

Ajuste formalizado	Referência	Órgão/instituição	Objeto	Assinatura
Acordo	1072017	Departamento Nacional de Trânsito	Autorizar o TSE a acessar os dados dos sistemas e subsistemas informados do Denatran: Renach e Renavam.	23.8.2017
Convênio	12017	Associação dos Membros dos Tribunais de Contas	Fixar as diretrizes para o apoio institucional dos tribunais de contas dos estados, Distrito Federal e municípios, no exame das prestações de contas de partidos políticos apresentadas ao TSE. Tribunais de contas estaduais aderentes: AC, AL, AP, BA, CE, DF, ES, MA, MG, MT, MS, PE, PI, RN, RO, RR, SC, SE, SP, TO, PA e SC.	8.8.2017
Acordo de cooperação	142017	Tribunal Regional Eleitoral do Paraná	O presente acordo tem por finalidade celebrar a conjugação de esforços entre os participantes, com vistas à nacionalização, centralização, hospedagem, garantia de disponibilidade e a manutenção corretiva e evolutiva do Sistema de Óbitos e Direitos Políticos (Infodip), desenvolvido pelo TRE/PR, objetivando a sua utilização adequada às necessidades dos interessados e mantendo prioritariamente os quesitos de segurança, integridade e atualização de suas funcionalidades.	3.8.2017
Protocolo de cooperação técnica	42017	Associação dos Juizes Federais do Brasil	Formalizar cooperação técnica entre o TSE e a associação na realização do seminário sobre modelos de sistemas eleitorais.	31.7.2017
Acordo de cooperação	92017	Ministério Público Militar	Conferir maior eficiência, eficácia e efetividade no combate aos crimes de corrupção e lavagem de dinheiro, disciplinando a extração pelo MPM de cópia de dados do cadastro eleitoral, com periodicidade bialenal.	30.6.2017

(Continuação)

Ajuste formalizado	Referência	Órgão/instituição	Objeto	Assinatura
Acordo de cooperação	102017	Estado de Pernambuco	Viabilizar ao TSE o acesso aos dados mantidos em registro pelo Governo do Estado de Pernambuco e que são gerenciados pela SDS (PE), colhidos por ocasião dos procedimentos de emissão do Registro de Identificação Civil; e viabilizar à SDS (PE) o acesso a serviços ofertados pelo TSE de autenticação biométrica do eleitor, de consultas à base de Cadastro de Eleitores e de consultas à lista de coincidências biométricas.	19.6.2017
Acordo de cooperação	132017	Tribunal Regional Federal da 4ª Região	Autorização de cessão do direito de uso do Sistema Eletrônico de Informação (SEI), criado pelo TRF4 (numeração no TRF4: ACT nº 7/TRF4).	23.5.2017
Acordo de cooperação	12017	Ministério do Trabalho e Emprego	Constitui objeto do presente acordo de cooperação técnica o intercâmbio de informações, conhecimento e experiência entre os participantes.	30.3.2017
Acordo de cooperação	72017	Tribunal Superior da Justiça Eleitoral do Paraguai	Memorando de Entendimento nº 2/2017 – O TSE e o TSJE acordam no estabelecimento de uma cooperação permanente mediante a troca de informações, práticas e experiências no domínio eleitoral, inclusive considerando o envio de missões eleitorais recíprocas, buscando o aperfeiçoamento da gestão e da administração eleitorais.	28.3.2017

(Continuação)

Ajuste formalizado	Referência	Órgão/instituição	Objeto	Assinatura
Convênio	12017	Tribunal Eleitoral do Poder Judiciário da Federação do México	Convênio de colaboração – Estabelecer linhas principais e mecanismos de cooperação entre o TEPJF e o TSE, com a finalidade de fixar as bases para propor, promover e implementar projetos bilaterais e multilaterais de intercâmbio acadêmico e profissional, consulta, cooperação e assistência técnica sobre temas relacionados à matéria eleitoral e de interesse mútuo das partes signatárias.	20.3.2017
Acordo de cooperação	42017	Associação dos Magistrados do Paraná	Formalizar a cooperação técnica para a realização do seminário sobre modelos de sistemas eleitorais – a ser realizado nos dias 20 e 21 de março de 2017 – e da reunião de autoridades eleitorais do Mercosul, prevista para ser realizada no mês de agosto de 2017.	9.3.2017
Acordo de cooperação	32017	Ministério do Meio Ambiente	Estabelecimento de ações conjuntas entre os participantes que assegurem a realização de estudos, pesquisas e demais ações de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes ao desenvolvimento da gestão socioambiental no âmbito da Justiça Eleitoral.	7.3.2017
Acordo de cooperação	22017	Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)	Formalizar a cooperação técnica para a realização do seminário sobre modelos de sistemas eleitorais – a ser realizado nos dias 20 e 21 de março de 2017 – e da reunião de autoridades eleitorais do Mercosul, prevista para ser realizada no mês de agosto de 2017.	2.3.2017
Protocolo de cooperação	12017	Ministério das Relações Exteriores	Fica instituído grupo de trabalho para formulação de propostas para o aprimoramento continuado do processo eleitoral no exterior.	23.2.2017

1.2. Assessoria Consultiva

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Assessoria Consultiva compete prestar assessoramento à Presidência e aos ministros do Tribunal na análise de assuntos que lhe sejam submetidos; emitir pareceres e prestar informações em processos que envolvam matéria eleitoral e/ou partidária; auxiliar na elaboração das instruções regulamentadoras da legislação eleitoral e partidária; elaborar o informativo do Tribunal Superior Eleitoral e prestar apoio aos ministros substitutos deste Tribunal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A Assessoria Consultiva desenvolveu as seguintes atividades:

- i. apoio e assessoramento aos ministros substitutos do TSE, com a organização e o encaminhamento de material alusivo às sessões plenárias, elaboração de minutas de decisão, relatório e voto, agendamento de audiências e lançamento de decisões nos sistemas SADP e PJe:
 - Ministro Luís Roberto Barroso;
 - Ministro Luiz Edson Fachin;
 - Ministro Alexandre de Moraes;
 - Ministro Jorge Mussi (até 23.10.2017);
 - Ministro Og Fernandes;
 - Ministro Admar Gonzaga (até 26.4.2017);
 - Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto (até 8.5.2017);
 - Ministro Sérgio Banhos;
 - Ministro Carlos Horbach;

- ii. elaboração do *Informativo TSE*;
- iii. elaboração de pareceres e prestação de informações em processos ou expedientes cujo assunto tenha relação com as questões eleitorais e partidárias;

Outras atividades:

- iv. coordenação dos trabalhos relacionados à elaboração das minutas das instruções para as eleições (Portaria-TSE nº 535/2017);
- v. organização de audiências públicas com coleta de sugestões para as instruções das eleições;
- vi. apoio ao ministro relator das instruções para as eleições, com a consolidação de sugestões encaminhadas, o exame das propostas e a elaboração e revisão de minutas;
- vii. participação na comissão do TSE responsável pela elaboração de minuta de instrução regulamentar da Identificação Civil Nacional (ICN);
- viii. participação no grupo de trabalho responsável pela elaboração da minuta de instrução regulamentar do título digital (e-Título);
- ix. elaboração da minuta de resolução regulamentar sobre o encaminhamento de lista tríplice;
- x. participação na elaboração da minuta de resolução regulamentar do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC);
- xi. concessão de entrevistas sobre assuntos relacionados à legislação eleitoral e partidária;
- xii. participação em vídeos institucionais.

Quantitativo das ações da Assessoria Consultiva realizadas em 2017 até a elaboração deste relatório

Atividades	Quantitativo
<p>Minutas, pareceres, informações e despachos</p>	<p>Consultas: 34 Listas tríplices: 59 Instruções: 2 Processos Administrativos: 2 Petições: 2 Protocolos: 4 Informações no SEI: 21 Despachos no SEI: 20 Total: 144</p>
<p>Assessoramento e apoio aos ministros substitutos (pesquisas jurídicas, minutas de decisões, despachos, relatórios e votos, agendamento de audiências, etc.)</p>	<p>Ações cautelares: 3 <i>Habeas Corpus</i>: 1 Recursos especiais: 6 Recursos ordinários: 6 Total: 16</p>
<p>Elaboração de informativos do TSE</p>	<p>Elaborados 16 informativos</p>
<p>Demandas respondidas a usuários externos</p>	<p>Via Central do Eleitor: 4 Por <i>e-mail</i>: 12 Total: 16</p>
<p>Entrevistas concedidas (para esclarecimentos sobre matéria eleitoral)</p>	<p>Núcleo de Rádio e TV do TSE: 6</p>

1.3. Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Asepa compete planejar, coordenar e dirigir as atividades relativas à análise de contas partidárias e eleitorais; orientar e dar suporte aos usuários dos sistemas de contas eleitorais e partidárias utilizados pela Justiça Eleitoral; verificar a correta aplicação dos recursos oriundos do Fundo Partidário; emitir manifestação sobre os pareceres técnicos constantes dos processos de prestação de contas partidárias e eleitorais; avaliar proposições de diligências, atendimento de consultas e implementação ou revisão de normativos e de procedimentos; bem como organizar treinamentos de unidades técnicas da Justiça Eleitoral e de representantes de partidos políticos sobre matérias pertinentes à área de atuação dessa assessoria.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Exames de contas

O exame da prestação de contas visa informar quanto à regular movimentação financeira e aplicação do Fundo Partidário, com vistas ao julgamento pelo Plenário do Tribunal.

A análise de contas é objeto de informações de três tipos: preliminar – para verificar se a documentação fornecida pelo prestador está completa –, parecer técnico de exame – com apontamentos e pedidos de esclarecimentos – e parecer técnico conclusivo – com sugestão de manifestação técnica sobre a regularidade das contas e sugestão de aprovação, aprovação com ressalvas ou desaprovação das contas.

Ao longo de 2017 foram emitidas as seguintes quantidades de informações:

Tipos de informações emitidas pela Asepa em 2017

Tipo	Quantidade
Preliminar	33

(Continuação)

Tipo	Quantidade
Exame	29
Conclusivo	77
Multas e ressarcimentos	34
Outros	6
Total	179

Fonte: Asepa.

I. Partidárias

i. Eleitorais

O exame da prestação de contas eleitorais dos candidatos à Presidência e dos partidos políticos é feito por uma equipe de cinco servidores, em média, no período, que atuam sob a supervisão do assessor de Contas Eleitorais.

Gestão de sistemas

As prestações de contas envolvem diretamente três sistemas, cujos desenvolvimento e sustentação são realizados pela Secon/Csele/STI.

I. Sistema de Prestação de Contas Eleitorais (SPCE)

A cada nova eleição é lançado novo SPCE, configurado conforme as normas vigentes naquela eleição. Várias evoluções e funcionalidades foram incorporadas durante a gestão, notavelmente as referentes aos convênios firmados no período, conforme relacionado adiante.

II. Sistema de Prestação de Contas Anual (SPCA)

O SPCA foi disponibilizado aos partidos em dezembro de 2016, tendo por objetivo automatizar a prestação de contas dos partidos políticos. A partir do exercício de 2017, as prestações de contas partidárias serão apresentadas à Justiça Eleitoral por meio desse sistema, possibilitando uma análise automatizada das informações.

III. Sistema de Informações de Contas (Sico)

O Sico visa registrar os julgamentos das prestações de contas. Os requisitos para a nova versão do Sico foram finalizados. Estão sendo incorporadas

novas funcionalidades, como a integração com outros sistemas eleitorais, a autenticação e a autorização de usuários, o rezoneamento pelos regionais, bem como o aumento da transparência com novos relatórios, atendendo a demandas oriundas das diversas partes interessadas no sistema.

A Asepa é responsável pela definição de requisitos, formulação das sugestões de evoluções, identificação dos *bugs*, homologação das novas versões dos sistemas, contribuição na elaboração dos manuais, registros de julgamento de contas da alçada do TSE e suporte/atendimento a usuários, tanto da Justiça Eleitoral (chamados) quanto do público externo (*e-mails*, telefonemas e ouvidoria).

A seguir, a quantidade de chamados atendidos no período de 2017 para cada sistema:

Chamados atendidos

Sistema	Quantidade
SPCE	28
SPCA	141
Sico	88
Total	257

Fonte: Altiris, em 28.11.2017. Elaboração: Asepa.

Além dos sistemas eletrônicos descritos anteriormente, o Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Asepa, é órgão central para utilização de outros sistemas utilizados para a fiscalização da prestação de contas anual dos partidos políticos ou de campanha eleitoral. Dentre eles podemos citar o Sistema de Investigação de Movimentações Bancárias (Simba), que é utilizado ordinariamente pelo sistema financeiro nacional para envio mensal dos extratos eletrônicos das contas bancárias de partidos políticos e de candidatos em todo o país, os quais são utilizados para o batimento eletrônico com a movimentação financeira declarada nas prestações de contas. O sistema também é utilizado para o recebimento de dados relativos ao afastamento do sigilo bancário de investigados em ações judiciais eleitorais.

A Asepa também se insere como órgão central para o recebimento de Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), emitidos pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), que tem como finalidade indicar à Justiça Eleitoral indícios de movimentações financeiras atípicas registradas nas contas bancárias de partidos políticos e de candidatos em todo o país.

Destaca-se, ainda, a utilização, por esta assessoria, do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), pertencente ao Banco Central do Brasil, utilizado para a identificação de contas bancárias e relacionamentos financeiros de partidos políticos e de candidatos no sistema financeiro nacional.

Atuação como órgão central de fiscalização de contas

A Asepa atende as equipes dos tribunais regionais eleitorais e seus cartórios, fornecendo constante orientação e treinamento, acatando sugestões, bem como promovendo discussões e debates em um fórum contínuo.

Os candidatos, advogados, contadores e representantes dos partidos também solicitam constante atualização quanto à forma e ao conteúdo requeridos para a prestação de contas.

Pesquisadores, imprensa, professores e cidadãos também remetem suas dúvidas, via Ouvidoria, para a Asepa, sempre disposta a orientar.

Em 2017, foram enviados cerca de 3.500 *e-mails* de atendimento.

I. Proposta de resoluções de prestação de contas

A cada nova eleição, o TSE emite nova resolução regulamentando a prestação de contas eleitorais. Atualmente, o Tribunal adota a prática de estabelecer grupo de trabalho, presidida por servidor da Asepa, para propor a minuta da resolução.

As eleições de 2016 foram regulamentadas pela Resolução-TSE nº 23.463/2015, por meio da qual foram notadamente incorporadas as novidades da Minirreforma Eleitoral de 2015 (Lei nº 13.165/2015).

Além disso, foi emitida a Resolução-TSE nº 23.464/2015, em que foram atualizadas as normas para a prestação de contas anuais dos partidos.

Para o futuro, está em fase de consulta pública minuta de nova resolução na qual serão incorporadas as novidades das recentes reformas política e eleitoral, consubstanciadas nas leis nºs 13.487/2017 e 13.488/2017. Em especial, podem-se destacar os dispositivos que estabelecem a distribuição e fiscalização do Fundo Especial de Financiamento de Campanhas, os novos limites para os gastos de campanha e a regulamentação para o financiamento coletivo.

II. Intercâmbio de dados com órgãos públicos para fiscalização do financiamento das campanhas

O compartilhamento de informações com outros órgãos ou entidades é de suma importância para o exame atual e futuro das prestações de contas. Nesse tocante, a Asepa se relaciona com as seguintes instituições:

- i. Receita Federal do Brasil (RFB): validação da situação cadastral do CPF e do CNPJ de doadores e fornecedores, apuração dos limites de doação de campanha, concessão de CNPJ a candidatos em campanha e obtenção da Escrituração Contábil Digital (ECD) dos partidos políticos. Destaca-se que, no exercício de 2016, a RFB também participou de Núcleo de Investigações Especiais com o intuito de realizar batimentos entre as informações eleitorais e as bases do órgão. Em 2017 foi disponibilizado *web service* para a verificação da ECD.
- ii. Banco Central do Brasil (BCB): consulta ao Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro Nacional (CCS), que tem como objetivo identificar as contas bancárias abertas com o CNPJ de partidos e de candidatos no sistema financeiro nacional e nos respectivos extratos de campanha;
- iii. Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): consulta à Relação Anual de Informações Sociais (Rais) para validar a capacidade operacional das empresas em fornecer bens e serviços contratados por candidatos e partidos políticos;
- iv. Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf): compartilhamento dos relatórios de inteligência financeira vinculados aos CNPJs de partidos e de candidatos.
- v. Tribunal de Contas da União (TCU): cruzamento de bases de dados de diversos órgãos com os doadores e fornecedores da campanha eleitoral de 2016 a partir de tipologias definidas conjuntamente, a fim de qualificar o exame das prestações de contas, além da cessão de auditores de controle externo para exame das prestações de contas.
- vi. Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (Atricon): foi firmado o Convênio nº 1/2017, com o objetivo de fixar as diretrizes para o apoio institucional dos tribunais de contas dos estados, DF e municípios, no exame das prestações de contas de partidos políticos apresentadas ao TSE. A Atricon colabora na análise das contas partidárias, iniciando por 2014 e 2015, e originou sua primeira informação em 27.1.2017 (exame das contas do Partido Solidariedade – Ano de 2014).

- vii. Ministério Público Federal (MPF): gestão do recebimento de movimentação financeira eleitoral e partidária via Sistema de Movimentação Bancária. Realização de reuniões com a Febraban para definição de requisitos. Disponibilização de nova máquina no servidor de rede para processamento dos pedidos.
- viii. Ministério do Desenvolvimento Social (MDS): cruzamento de dados – Beneficiários de Bolsa família.
- ix. Ministério das Cidades: base de dados do Denatran para o LabContas do TCU (iniciação).
- x. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB): verificação da regularidade dos advogados representantes nas prestações de contas.
- xi. Conselho Federal de Contabilidade (CFC): verificação da regularidade dos contadores representantes nas prestações de contas. Treinamento e elaboração de manual para a prestação de contas.
- xii. Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear): definição de requisitos para o módulo de sistema eletrônico para verificação da regularidade dos gastos com passagens aéreas declarados nas prestações de contas dos partidos e candidatos.
- xiii. Associação Brasileira das Empresas de Cartão de Crédito (Abecs): foi elaborada a Portaria-TSE nº 930 de 1º de setembro de 2016, de modo a orientar os procedimentos a serem observados na arrecadação eleitoral de recursos por meio de cartão de crédito.
- xiv. Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla): atuação como representante do TSE.

Status dos projetos e planos de ação da unidade

- Processo Judicial Eletrônico (PJe): procedimentos para adoção do PJe para a prestação de contas anuais dos partidos, a partir de 2016, e das eleições, a partir de 2018.
- Projeto Datamart: disponibilização para os TREs, e depois para o público externo, de portal com dados abertos com diversas consultas para análise numérica e estatística das contas eleitorais e partidárias.
- Eleições 2018: evolução do SPCE para abarcar o novo marco legal das reformas políticas e eleitorais.

1.4. Escola Judiciária Eleitoral

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

A Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do Tribunal Superior Eleitoral, instituída pela Resolução-TSE nº 21.185/2002, com as alterações promovidas pelas resoluções-TSE nºs 21.353/2003, 21.614/2004, 21.902/2004, 23.433/2014 e 23.482/2016, é uma unidade administrativa vinculada à Presidência do Tribunal. A EJE tem sua sede administrativa no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2, na cidade de Brasília, Distrito Federal.

A EJE tem por finalidades:

- i. atualização e especialização continuada ou eventual em Direito, notadamente o Eleitoral, para magistrados, membros do Ministério Público Eleitoral, advogados e servidores da Justiça Eleitoral, admitida a participação de outros interessados;
- ii. desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social e de projetos de educação para a cidadania política;
- iii. desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral.

Para a consecução de seus fins, a EJE estrutura suas atividades em três eixos temáticos: cidadania, aprimoramento das práticas eleitorais e capacitação.

O eixo *cidadania* visa contribuir para o fortalecimento da democracia a partir de ações que estimulem o aperfeiçoamento das práticas eleitorais e políticas e de ações socioeducativas de amplo alcance social voltadas à promoção da cidadania.

O eixo *aprimoramento das práticas eleitorais* visa estimular a discussão e a produção científica em matéria eleitoral.

O eixo *capacitação* visa à formação, ao aperfeiçoamento e à especialização de magistrados em matéria de Direito, notadamente o Eleitoral.

Na definição de suas diretrizes políticas e pedagógicas, a EJE contribuirá para o cumprimento da missão e dos objetivos do TSE e da Justiça Eleitoral, alinhando-se ao planejamento estratégico do Tribunal no que concerne ao

fortalecimento da democracia representativa, da cidadania e do contínuo aperfeiçoamento das práticas da Justiça Eleitoral.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A seguir, encontram-se projetos e atividades realizados e em andamento.

I. Revista *Estudos Eleitorais*

Periódico quadrimestral publicado pela EJE para valorização dos estudos eleitorais, concebidos de forma abrangente, para alcançar reflexões históricas, teóricas e práticas não apenas sobre Direito Eleitoral material e processual, mas também sobre o processo político-eleitoral.

As principais atividades em 2017 foram:

- reestruturação da revista, incluindo as seções *Estudos eleitorais na história* e *Estudos eleitorais no mundo*;
- nova categorização no Qualis (sistema brasileiro de avaliação de periódicos, mantido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes), subindo para a pontuação B5;
- edição de dois números (v. 12, nºs 1 e 2) e preparação do nº 3;
- chamada pública para compor cadastro de dez pareceristas (Sistema Double Blind Peer Review adotado pela revista), por meio de edital aberto em 20 de fevereiro de 2017, que contou com a inscrição de 46 interessados.

Revista *Estudos Eleitorais* em meio eletrônico

- instalação do aplicativo Open Journal Systems (OJS3) pela Secretaria de Tecnologia da Informação para elaboração da revista em meio eletrônico;
- implantação definitiva da revista eletrônica a partir da edição nº 1/2018.

II. *Boletim Informativo da EJE (Bieje)*

Destinado a orientar magistrados, candidatos, eleitores e demais interessados no Direito Eleitoral, o *Bieje* é um produto semanal, veiculado nas redes sociais, que visa contribuir com a promoção da cidadania e a conscientização política da sociedade brasileira.

Destacam-se as atividades:

- reformulação do boletim, passando a ser publicado em formato de vídeo, e não mais em forma de texto e cartilha;
- expansão do projeto também para períodos não eleitorais;
- inserção dos Biejes na Rádio Justiça, sempre às quintas-feiras, em três turnos: pela manhã, no Revista Justiça; à tarde, no intervalo da sessão plenária do STF; e à noite, no intervalo do programa Pauta Musical.
- produção e divulgação de 40 boletins.

III. Projeto Debates

Promovido pela EJE desde março de 2017, trata-se de eventos nos quais se propõem a discussão e a reflexão crítica de temas atuais e relevantes para o cenário político brasileiro. O projeto possibilita o amadurecimento de institutos jurídicos atinentes ao Direito Eleitoral, à política e à democracia.

Cada debate conta com dois ou três debatedores e um mediador, e os participantes conversam sobre o tema durante aproximadamente 45 minutos.

Os debates são abertos tanto para o público interno (Justiça Eleitoral) quanto para o externo e transmitidos em tempo real pelo perfil da Justiça Eleitoral no YouTube.

Os debates ocorridos em 2017 organizados pela EJE/TSE foram:

- Participação Feminina na Política (30 de março de 2017);
- Acessibilidade Política (21 de junho de 2017);
- Democracia Interna dos Partidos Políticos (18 de setembro de 2017);
- Controle Judicial e Democracia Intrapartidária (19 de outubro de 2017).

IV. Educação a distância na EJE

A Escola Judiciária Eleitoral implementou em 2017 seu ambiente virtual de aprendizagem, voltado para os temas do Direito Eleitoral e de cidadania, tendo como públicos preferenciais os magistrados e a sociedade em geral.

i. Curso de Formação Continuada para Magistrados em Direito Eleitoral

- primeiro curso à distância realizado pela EJE credenciado pela Escola Nacional de Formação de Magistrados (Enfam), com validade de dois anos para vitaliciamento e promoção de magistrados;
- 19 turmas realizadas em 2017 (junho a dezembro);
- 864 magistrados inscritos;
- valor investido pelo TSE: R\$46.690,38 (obs.: houve parceria de outras EJEs, com pagamento de tutores).

ii. Curso Democracia e Justiça Eleitoral

- com aula magna presencial, conduzida pelo jornalista Heraldo Pereira e pelo Ministro Gilmar Mendes, ocorrida no dia 18 de agosto de 2017, o curso é autoinstrucional, fruto de parceria com a Assessoria de Comunicação do TSE (Ascom) e voltado ao público de estudantes de cursos de graduação em jornalismo e à sociedade em geral;
- 240 inscritos desde o lançamento, em 29 de setembro de 2017.

iii. Curso de Formação Continuada em Direito Eleitoral para Assessores

- adaptação da formação de magistrados em Direito Eleitoral com o fito de preparar os assessores dos ministros do TSE e do STF em matéria eleitoral, promovendo o alinhamento entre as instâncias, visto que o conteúdo foi desenvolvido primeiramente para a magistratura de primeira e segunda instâncias;
- foram 13 assessores inscritos, e a turma ocorreu no período de 6 a 24 de novembro de 2017;
- os trabalhos finais de curso desenvolvidos por esta turma balizarão a adaptação do conteúdo para a elaboração de um curso autoinstrucional voltado para os servidores da Justiça Eleitoral.

iv. Curso Aplicação do Fundo Partidário – Participação Feminina

- curso produzido pela EJE/SC. Foi o primeiro curso produzido por EJE regional e disponibilizado no ambiente de educação à

distância da EJE/TSE em nível nacional. Voltado aos partidos políticos e à sociedade em geral;

- no ambiente do TSE, o curso recebeu um vídeo introdutório da Ministra Luciana Lóssio;
- 76 inscritos desde o lançamento, em 6 de novembro de 2017.

v. Gestão da comunidade Espaço dos Tutores

Gestão de uma comunidade virtual que abriga os tutores do curso de formação de magistrados, na qual há orientações para a condução uniforme das turmas, tutoriais para utilização otimizada da ferramenta, espaço para troca de opiniões entre os tutores, etc.

vi. Hospedagem do Curso de Formação Básica para Magistrados do Estado de Minas Gerais

O ambiente virtual de aprendizagem da EJE também hospedou em 2017 o curso desenvolvido pela EJE/MG para formação dos juízes eleitorais daquele estado. A hospedagem de cursos desenvolvidos pelas EJEs faz parte da política institucional da escola, no sentido de centralizar num único espaço virtual todos os conteúdos de Direito Eleitoral de interesse da magistratura, sem importar de qual estado.

V. Credenciamento de cursos de Direito Eleitoral para a magistratura

Análise de cursos oferecidos pelas EJEs regionais em Direito Eleitoral para credenciamento perante a Enfam:

- compete à EJE/TSE, em face da regulamentação da oferta de cursos de Direito Eleitoral para Magistrados, fruto da parceria com a Enfam, realizar a análise da programação do curso e exarar parecer em que opina pelo credenciamento ou não para a emissão da Portaria da Enfam;
- em 2017, foram analisados 9 cursos pela EJE/TSE para formação inicial e continuada de magistrados em Direito Eleitoral.

VI. Projeto Educação para a Cidadania Democrática no Ensino Médio – #PartiuMudar

- fruto da parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef);

- materializado na publicação de um *site* com conteúdos pedagógicos e textos informativos para alunos e professores produzidos pela EJE e pelo Unicef, o projeto #PartiuMudar tem o intuito de aproximar o público jovem do processo eleitoral e político. O *site* apresenta ainda:
 - uma galeria de imagens dos projetos desenvolvidos nas EJE regionais;
 - uma galeria de vídeos, atualmente com nove vídeos publicados do programa Brasil Eleitor História;
 - menu para enquetes;
 - menu para contato – Em parceria com a Ouvidoria do TSE;
 - menu Notícias;
- o projeto também contou com lançamentos regionais, sendo o primeiro, no TSE, no dia 19 de outubro de 2017, e envolveu a EJE/DF e a Secretaria de Educação do Distrito Federal; também foi lançado no Rio de Janeiro, em Rondônia e em Minas Gerais;
- o projeto #PartiuMudar também serviu de base para a campanha nacional de incentivo ao alistamento de jovens, a Semana do Jovem Eleitor, ocorrida de 6 a 10 de novembro de 2017.

VII. Coordenação da rede das EJE

Nesse sentido, foram implementadas as seguintes atividades:

i. Informativo Acontece nas EJE

Circulação de informações, intercâmbio de experiências e integração entre as escolas.

ii. Calendário nacional

Ações previstas pelas EJE regionais e pela EJE/TSE para o ano de 2017.

iii. Realização de pesquisas

A fim de conhecer melhor a estrutura e o funcionamento das escolas judiciárias eleitorais, a EJE/TSE realizou, ao longo de 2017, quatro

levantamentos de dados, por meio de pesquisas, que permitiram traçar um perfil da governança da EJE em cada estado, bem como estruturar formas de interação de uma rede de escolas alinhadas aos objetivos institucionais.

VIII. Participação na rede VOICE.NET

Rede mundial de educação do eleitor, da qual o Tribunal Superior Eleitoral faz parte, por meio da EJE.

IX. Revista VOICE Internacional

A EJE, representando o TSE, colabora assiduamente, enviando artigos e material sobre as suas iniciativas voltadas à educação para a cidadania democrática.

X. Atualização constante da página da EJE/TSE

XI. Parcerias com áreas do TSE para realização dos projetos

XII. Presença nas redes sociais

- criação de conta no LinkedIn para a EJE/TSE, com publicação periódica de conteúdos;
- divulgação de ações, projetos e eventos nas demais redes sociais, como Facebook e Twitter.

XIII. Eventos

i. Seminário Reforma Política e Eleitoral no Brasil

Realizado em parceria com a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), nos dias 23 e 24 de março de 2017, em Brasília.

ii. VII Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais (Eneje)

Realizado nos dias 17 e 18 de agosto de 2017, em Brasília.

iii. Concurso de boas práticas das EJEs

Ação comemorativa dos 15 anos da EJE/TSE, com premiação em quatro categorias.

As escolas vencedoras apresentaram seus projetos no segundo dia do evento.

iv. Conferência internacional sobre educação do eleitor para participação inclusiva, informada e ética

Realizada nos dias 19 e 20 de outubro de 2017, em Nova Délhi, na Índia.

v. Seminário Poder Judiciário e Eleições: desafios para o fortalecimento da democracia

Realizado em parceria com a Enfam no dia 5 de dezembro de 2017, em Brasília.

vi. Reunião de trabalho dos juízes eleitorais, preparatória para as Eleições 2018

Realizada no dia 6 de dezembro, em Brasília.

vii. Fórum Internet e Eleições

Realizado em parceria com a Presidência do TSE e a Universidade Presbiteriana Mackenzie nos dias 7, 12 e 13 de dezembro, em Brasília.

Programação – 7 de dezembro: 1º Seminário Internet e Eleições; 12 de dezembro: 2º Seminário Internet e Eleições; 13 de dezembro: *workshop* Internet e Eleições.

A seguir, encontram-se os projetos a serem realizados.

I. Projeto de tradução de três obras clássicas do Direito Eleitoral

II. Curso à distância Condutas Vedadas aos Agentes Públicos Federais em Eleições

Será realizado em parceria com a Advocacia-Geral da União (AGU).

2. Secretaria-Geral da Presidência

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

A Secretaria-Geral da Presidência, unidade de assistência direta e imediata ao presidente, tem por finalidade apoiar o relacionamento externo do Tribunal, executar os serviços judiciários, assistir ao presidente no despacho de seu expediente e no cumprimento de sua agenda de trabalho, prestar-lhe assessoria no planejamento e fixação de diretrizes para a administração, bem como no desempenho das demais atribuições previstas em lei e no regimento interno, inclusive no que concerne às funções de representação oficial e social.

São atribuições do secretário-geral da Presidência:

- exercer a coordenação e supervisão das unidades que integram a Secretaria-Geral da Presidência;
- representar, quando indicado, a Presidência do Tribunal em atos, solenidades, eventos e audiências;
- assistir ao presidente no desempenho de suas funções, cumprindo e fazendo cumprir suas decisões e as do Tribunal;
- assessorar o presidente nos despachos de expediente;
- auxiliar o presidente no cumprimento de sua agenda de trabalho;
- auxiliar o presidente na condução do relacionamento externo do Tribunal;
- assessorar o presidente no planejamento administrativo e na fixação de diretrizes para o funcionamento da instituição;
- relacionar-se com as demais unidades administrativas do Tribunal para encaminhamento de assuntos de interesse da Presidência;
- praticar atos de administração e atos de mero expediente, sem caráter decisório, que lhe tenham sido delegados pelo presidente.

ESTATÍSTICAS

Procedimentos administrativos

No Tribunal Superior Eleitoral, a utilização do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) é obrigatória a todas as unidades como ferramenta para a produção, classificação e tramitação de documentos administrativos.

Documentos assinados no SEI – SPR

(Período de 1º de janeiro a 10 de dezembro de 2017)

Tipo de ato	Quantidade
Ofícios	64
Despachos administrativos	1.677

Unidades vinculadas

A Secretaria-Geral da Presidência é integrada pelo Gabinete do secretário-geral, pela Assessoria Especial, pelas assessorias de Articulação Parlamentar, de Assuntos Internacionais, de Cerimonial, de Comunicação, de Plenário e de Gestão de Identificação, pela Ouvidoria e pelas secretarias Judiciária e de Gestão da Informação.

2.1. Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

Ao Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência (GAB-SPR) compete executar as atividades de apoio administrativo ao secretário-geral e ainda:

- preparar e controlar a correspondência do Gabinete e a agenda diária da Presidência e da Secretaria-Geral da Presidência;
- controlar a entrada e a saída de processos e petições encaminhados à Presidência e à Secretaria-Geral da Presidência;

- examinar e instruir processos, petições e outros documentos submetidos à Presidência e à Secretaria-Geral da Presidência, realizando pesquisas legislativa, doutrinária e jurisprudencial;
- realizar controle de prazos dos processos administrativos ou judiciários submetidos ao titular da Secretaria-Geral da Presidência;
- controlar o biênio dos ministros titulares e substitutos;
- acompanhar o andamento dos processos de listas tríplices dos tribunais regionais eleitorais;
- elaborar propostas de despachos ou expedientes que devam ser proferidos ou assinados pelo titular da Secretaria-Geral da Presidência e assessorá-lo nos assuntos compreendidos em suas atribuições;
- praticar atos de administração e atos de mero expediente, que lhe tenham sido delegados pelo Secretário-Geral da Presidência.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Dentre as atribuições do Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência destaca-se o controle da entrada e saída dos processos submetidos à Presidência e à Secretaria-Geral da Presidência, especialmente aqueles que tramitam via Sistema Eletrônico de Informações (SEI). Nesse aspecto, registra-se a preocupação com celeridade e a organização, tendo em vista o grande volume de procedimentos em tramitação na unidade.

Além disso, o GAB-SPR atua no controle dos prazos dos biênios dos ministros efetivos e substitutos do TSE, propondo os atos necessários aos respectivos órgãos competentes para a elaboração das listas tríplices.

Da mesma forma, a unidade é responsável pelo acompanhamento, organização e controle das listas tríplices de membros dos tribunais regionais eleitorais da classe de jurista, encaminhadas ao Poder Executivo.

ESTATÍSTICAS

Atualmente, a triagem e a gestão dos procedimentos administrativos que tramitam no SEI endereçados à Presidência e à Secretaria-Geral da Presidência estão centralizados no Gabinete da Secretaria-Geral da Presidência.

Estatísticas do SEI

(Período de 1º de janeiro a 10 de dezembro de 2017)

GAB-SPR/TSE	Quantidade
Processos gerados	551
Processos com tramitação	2.441
Tempo médio de tramitação	13d22h15m1
Documentos gerados	3.694
Documentos externos	1.506

2.2. Assessoria de Cerimonial

Atividades finalísticas

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

As atividades da unidade foram resumidas conforme os quadros a seguir.

Atividades do mês de fevereiro de 2017

Data	Evento	Local
8.2	Acompanhamento do presidente do TSE ao evento Plantio no Bosque, organizado pela OAB/DF, em conjunto com a CAA/DF, o TST, o TSE e o STJ.	Bosque dos Tribunais Superiores Gleba 3
14.2	Organização e realização de reunião com presidentes de partidos políticos brasileiros.	Sala A 265 TSE
23.2	Organização e realização da cerimônia de assinatura de portaria conjunta (Título Net) entre TSE, MRE e TRE/DF.	Gabinete da Presidência TSE

Atividades do mês de março de 2017

Data	Evento	Local
7.3	Organização e realização da cerimônia de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o TSE e o Ministério do Meio Ambiente. Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Sociedade Educacional (UniSociesc) de Joinville/SC.	Gabinete da Presidência TSE Plenário TSE
8.3	Organização e realização da cerimônia de inauguração da exposição 85 Anos do Voto Feminino no Brasil.	Museu do Voto TSE
14.3	Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito da Faculdade Metropolitana – Recife/PE e da Faculdade Escrivão Osman da Costa Lins (Facol) – Vitória de Santo Antão/PE.	Plenário TSE
20.3	Organização e realização do Seminário Internacional sobre Sistemas Eleitorais (1º dia).	Salão Nobre TSE
21.3	Organização e realização do Seminário Internacional sobre Sistemas Eleitorais (2º dia).	Plenário 2 Câmara dos Deputados
22.3	Apoio ao Cerimonial do Supremo Tribunal Federal na cerimônia de posse do Ministro Alexandre de Moraes como ministro do STF.	Plenário STF
23.3	Apoio à Escola Judiciária do TSE na realização do seminário Reforma Política, em parceria com a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (1º dia).	Auditório I TSE
24.3	Apoio à Escola Judiciária do TSE na realização do seminário Reforma Política, em parceria com a Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (2º dia).	Auditório I TSE
28.3	Organização e realização da cerimônia de assinatura de memorando de entendimento entre o TSE e o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai. Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Universidade do Contestado em Canoinhas/SC.	Gabinete da Presidência TSE Plenário TSE

(Continuação)

Data	Evento	Local
31.3	Acompanhamento do ministro presidente ao seminário Diálogo entre Cortes: Fortalecimento da Proteção dos Direitos Humanos.	Auditório externo STJ

Atividades do mês de abril de 2017

Data	Evento	Local
20.4	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade Atenas – Paracatu/MG;	Foyer/Plenário TSE
25.4	Organização e realização da cerimônia de posse do Ministro Alexandre de Moraes no cargo de ministro substituto do TSE.	Gabinete da Presidência TSE
27.4	Organização e realização da cerimônia de posse do Ministro Admar Gonzaga no cargo de ministro efetivo do TSE.	Plenário TSE

Atividades do mês de maio de 2017

Data	Evento	Local
2.5	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade Anhanguera (Osasco/SP) e da Universidade Positivo (Curitiba/PR).	Foyer/Plenário TSE
3.5	Apoio à realização de café da manhã – Ministro presidente do TSE e parlamentares.	Gabinete da Presidência TSE
4.5	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc (graduação e programa de mestrado e doutorado). Organização e realização da cerimônia de homenagem à Ministra Luciana Lóssio.	Foyer/Plenário TSE Salão Nobre TSE
11.5	Acompanhamento do ministro presidente à cerimônia de sanção do projeto de lei da Identidade Civil Nacional (ICN).	Gabinete da Presidência da República
16.5	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito das Faculdades Santa Cruz – Curitiba/PR – e da Faculdade de Minas Gerais (Faminas) – Belo Horizonte.	Foyer/Plenário TSE

(Continuação)

Data	Evento	Local
18.5	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade Evangelista de Rubiataba/GO.	Foyer/Plenário TSE
22.5	Acompanhamento do ministro presidente ao Curso de Administração Judiciária, promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, para realização de palestra.	Conselho da Justiça Federal
23.5	Organização e realização da solenidade de assinatura de acordo de cooperação técnica entre TSE e TRF da 4ª Região, visando à utilização do sistema SEI 3.0 na Justiça Eleitoral.	Auditório I TSE
	Visita de estudantes: alunos do curso Tecnologia em Secretariado, da Faculdade Processus (Brasília/DF).	Foyer/Plenário TSE
25.5	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix – Belo Horizonte/MG.	Foyer/Plenário TSE

Atividades do mês de junho de 2017

Data	Evento	Local
1º.6	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da União das Instituições Educacionais de São Paulo (Uniesp) – Nova Andradina/MS.	Foyer/Museu Plenário TSE
6.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) nº 1943-58.	Plenário TSE
	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito das instituições: Faculdade de Direito de Ipatinga/ MG (Fadipa); Pós-Graduação em Direito Eleitoral do Instituto de Direito Público (IDP/DF); Centro Universitário Univates – Lajeado/RS; Universidade da Região de Joinville (Univille) – São Bento do Sul/SC.	Foyer/Museu Plenário TSE
7.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento da AIJE nº 1943-58.	Plenário TSE
8.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento da AIJE nº 1943-58.	Plenário TSE
9.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento da AIJE nº 1943-58.	Plenário TSE

(Continuação)

Data	Evento	Local
10.6	Apoio à organização e realização da sessão de julgamento da AIJE nº 1943-58.	Plenário TSE
13.6	Acompanhamento do ministro presidente à solenidade de posse da procuradora de Justiça Maria Teresa Uille Gomes como conselheira do Conselho Nacional de Justiça.	Plenário CNJ
20.6	Acompanhamento do ministro presidente ao evento IV Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário.	Instituto Serzedello Corrêa (TCU)
26.6	Visita internacional: advogados britânicos do programa de intercâmbio OAB/Reino Unido.	Sala V 924 Museu/Plenário
27.6	Organização e realização de reunião de presidentes de partidos políticos com o presidente e ministros do TSE.	Salão Nobre TSE
	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito das Faculdades Integradas Vianna Júnior – Juiz de Fora/MG.	Foyer/Museu Plenário TSE
29.6	Organização e realização da cerimônia de assinatura do Acordo de Cooperação Técnica-TSE nº 9/2017, entre o Tribunal Superior Eleitoral e o Ministério Público Militar.	Gabinete da Presidência TSE

Atividades do mês de julho de 2017

Data	Evento	Local
5.7	Visita internacional: recepção e acompanhamento de autoridades internacionais participantes do programa promovido pelo Congresso Nacional intitulado Encontro dos Quadros das Áreas de Administração, Finanças e Recursos Humanos da Associação dos Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP).	Sala V 924 Museu/Plenário STI/TSE

Atividades do mês de agosto de 2017

Data	Evento	Local
3.8	Organização e realização da cerimônia de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o TSE e os tribunais signatários do Acordo de Cooperação Técnica nº 137/2016.	Gabinete da Presidência TSE
8.8	Organização e realização da cerimônia de assinatura de convênio entre o TSE e a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon).	Gabinete da Presidência TSE
14.8	Visita Internacional: acompanhamento de visitação de comitiva da Guiné-Bissau ao TSE.	Gabinete da Presidência Sala V 924 Museu/Plenário
17.8	Apoio à EJE/TSE na realização do VII Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais.	Auditório III TSE
22.8	Apoio à realização da palestra do secretário-geral da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, Dr. Scott Harris (tema: A Tradição Eleitoral dos Estados Unidos da América e o Papel da Suprema Corte). Organização e realização da cerimônia de assinatura de termo de autorização entre o TSE, o Ministério das Cidades e o Departamento Nacional de trânsito.	Auditório I TSE Gabinete da Presidência TSE
23.8	Organização e realização da cerimônia de posse do doutor Sérgio Banhos no cargo de ministro substituto do TSE.	Salão Nobre TSE
24.8	Organização e realização da cerimônia de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o TSE e a Sociedade Brasileira de Computação.	Gabinete da Presidência TSE

Atividades do mês de setembro de 2017

Data	Evento	Local
4.9	Apoio ao Cerimonial do CNJ na cerimônia de abertura da reunião preparatória para o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário.	Auditório I TSE

(Continuação)

Data	Evento	Local
5.9	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade UNIP – Sorocaba/SP.	Foyer/Museu Plenário TSE
12.9	Organização e realização da cerimônia de posse do Dr. Carlos Horbach no cargo de ministro substituto do TSE.	Salão Nobre TSE
14.9	Organização e realização da Reunião de Autoridades Eleitorais do Mercosul (1º dia).	Foz do Iguaçu/PR
15.9	Organização e realização da Reunião de Autoridades Eleitorais do Mercosul (2º dia).	Foz do Iguaçu/PR
19.9	Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito do Centro Universitário Leonardo da Vinci – Uniasselvi (Indaial/SC); da Universidade de Santa Cruz do Sul – Unisc (Santa Cruz do Sul/RS); da Faculdade São Francisco (Barreiras/BA); e da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – Uniarp (Caçador/SC).	Foyer/Museu Plenário TSE
20.9	Acompanhamento do ministro presidente à reunião no Gabinete da Presidência do TST (assunto: Prêmio Inovare).	Gabinete da Presidência TST
21.9	Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito do Centro Universitário Cesmac (Maceió/AL) e da Universidade de Caxias do Sul – Campus Universitário da Região das Hortências (Canela/RS).	Foyer/Museu Plenário TSE

Atividades do mês de outubro de 2017

Data	Evento	Local
3.10	Apoio à STI/TSE no evento de abertura do Teste Público de Segurança 2017, com a participação do ministro presidente.	Auditório I TSE
5.10	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Sul-Americana – Fasam (Goiânia/GO).	Foyer/Museu Plenário TSE
10.10	Organização e realização da cerimônia de inauguração da exposição Hans Kelsen. Visita de estudantes.	Foyer TSE

(Continuação)

Data	Evento	Local
17.10	Organização e realização da foto oficial da composição da corte do TSE.	Sala de Togas TSE
	Recepção e acompanhamento de delegação do Tribunal Regional Eleitoral do Panamá.	Presidência Sala de Togas TSE
19.10	Apoio à organização e realização do evento de lançamento do Projeto Partiu Mudar.	Auditório III TSE
	Organização e realização da cerimônia de descerramento dos retratos dos ex-corregedores da Justiça Eleitoral: Ministra Nancy Andrighi, Ministra Laurita Vaz, Ministro João Otávio de Noronha e Ministra Maria Thereza de Assis Moura.	Salão Nobre TSE
	Visita de estudantes: alunos dos cursos de Direito do Centro Universitário Cesmac (Maceió/AL) e da Universidade de Caxias do Sul – Campus Universitário da Região das Hortências (Canela/RS).	Foyer/Museu Plenário TSE
24.10	Cerimônia de posse dos ministros Jorge Mussi, Napoleão Nunes Maia Filho e Luis Felipe Salomão nos cargos de ministro efetivo, corregedor-geral eleitoral e ministro substituto do TSE.	Plenário TSE
27.10	Visita internacional: professor Nuno Piçarra (Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Portugal).	Foyer/Museu TSE
30.10	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito do Centro Universitário Newton Paiva (Belo Horizonte/MG).	Foyer/Museu Plenário TSE

Atividades do mês de novembro de 2017

Data	Evento	Local
7.11	Organização e realização da cerimônia de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o TSE e Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.	Gabinete da Presidência TSE
8.11	Organização e realização do evento de lançamento do livro <i>Estado fiscal e Supremo Tribunal Federal</i> , de autoria do Dr. Luciano Fuck.	Salão Nobre TSE
9.11	Apoio à audiência pública, realizada pela Ouvidoria do TSE, sobre o tempo de candidatos no rádio e na TV.	Auditório III
14.11	Organização e realização da cerimônia de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o TSE e o Governo do Estado do Paraná.	Gabinete da Presidência TSE
16.11	Organização e realização da cerimônia de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o TSE e a Polícia Federal.	Gabinete da Presidência TSE
20.11	Apoio ao Cerimonial do CNJ na realização do XI Encontro Nacional do Poder Judiciário.	Auditório I TSE
23.11	Organização e realização do evento de inauguração da usina fotovoltaica do Tribunal Superior Eleitoral.	Anexo (STI) TSE
	Apoio à reunião do Comitê Gestor da Identificação Civil Nacional.	Sala V 924 TSE
24.11	Visita de estudantes: alunos do curso de Direito da Faculdade de São Paulo (Fasp).	Foyer/Museu Plenário TSE
28.11	Organização e realização da cerimônia de assinatura de protocolo de intenções entre o TSE e Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro.	Gabinete da Presidência TSE
	Organização e realização da cerimônia de assinatura de acordo de cooperação técnica entre o TSE e a Advocacia-Geral da União.	Gabinete da Presidência TSE

(Continuação)

Data	Evento	Local
29.11	Apoio à Assessoria Consultiva na realização da audiência pública Instruções para as Eleições 2018 (1º dia).	Auditório I TSE
30.11	Apoio à Assessoria Consultiva na realização da audiência pública Instruções para as Eleições 2018 (2º dia).	Auditório I TSE

2.3. Assessoria Especial

Atividades finalísticas

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Em 2017, a Assessoria Especial realizou atendimento a diversas partes e advogados quanto a informações de processos de competência do presidente; examinou, controlou e acompanhou petições e processos conclusos ou distribuídos ao presidente; elaborou sugestões de minutas de decisões e despachos em votos-vistas, recurso extraordinário, execução de prestações de contas, execução de julgados, pedidos cautelares, com pesquisa à jurisprudência e doutrina; representou o presidente, conforme indicação, em atos, solenidades, eventos e audiências e foi responsável pelo encaminhamento à Assessoria de Plenário da relação de processos a serem incluídos em pauta para julgamento.

2.4. Assessoria de Articulação Parlamentar

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Assessoria de Articulação Parlamentar compete planejar, coordenar e executar as atividades relativas aos assuntos parlamentares de interesse do Tribunal e ainda:

- I – assessorar o presidente do Tribunal nos assuntos relativos ao encaminhamento, tramitação e apreciação de matéria legislativa de interesse da Justiça Eleitoral;

II – coordenar e supervisionar as atividades da Presidência do Tribunal nos assuntos indicados no item anterior;

III – fornecer subsídios aos parlamentares para formulação de proposições de interesse da Justiça Eleitoral;

IV – manifestar-se em processos administrativos que tenham por objeto o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional;

V – manter intercâmbio com o Congresso Nacional, com os demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública.

Atividades relacionadas ao item I

I – assessorar o presidente do Tribunal nos assuntos relativos ao encaminhamento, tramitação e apreciação de matéria legislativa de interesse da Justiça Eleitoral;

Identificação Civil Nacional (ICN)

Projeto de lei (PL) de iniciativa conjunta do Poder Executivo com a Justiça Eleitoral. Foi apresentado à Câmara dos Deputados em 1º de junho de 2015, onde tramitou com o número 1.775/2015. O PL foi designado à apreciação das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI); Trabalho, de Administração e Serviço Público (Ctasp); Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). Por versar a proposição matéria de competência de mais de três comissões de mérito, consoante o disposto no art. 34, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, criou-se Comissão Especial para tratar do tema.

Na Comissão Especial, presidida pelo deputado Rômulo Gouveia (PSD/PB), foi designado relator o deputado Julio Lopes (PP/RJ). Foram realizadas 14 audiências públicas e 6 seminários nos estados, nos quais participaram representantes das mais variadas instituições, como: Associação de Notários e Registradores, associações de registradores de pessoas naturais, Tribunal de Contas da União, Instituto Hélio Beltrão, Caixa Econômica Federal, bem como o ministro de estado-chefe da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, representantes do TSE e o Ministro Dias Toffoli.

O prazo de funcionamento da comissão encerrou-se em 3 de novembro de 2015 e, conforme entendimento da Mesa Diretora da Câmara, não havendo requerimento para apreciação da matéria no Plenário da Casa, ainda é possível a deliberação da proposição na Comissão Especial.

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em 21 de fevereiro de 2017, o substituto ao PL nº 1.775/2015 apresentado pelo relator. A matéria foi encaminhada ao Senado Federal, onde recebeu a designação de PLC nº 19/2017.

Em abril de 2017, o PLC nº 19/2017 foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no Plenário do Senado, nos termos do parecer do relator, senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), favorável à matéria. Em seguida, o PLC foi encaminhado à sanção presidencial.

O projeto de lei foi sancionado com vetos parciais, frutos de acordo político, transformando-se, assim, na Lei Ordinária nº 13.444, de 11 de maio de 2017.

Centro Cultural da Justiça Eleitoral

O Tribunal Superior Eleitoral encaminhou à Câmara dos Deputados projeto de lei (PL nº 6.424/2016) que cria o Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE). O PL foi designado às comissões de Cultura (Ccult) e de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC). Porém, havendo requerimento de urgência em 8 de novembro, o PL foi aprovado em Plenário, nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Arthur Lira (PP/AL), que designou estrutura mínima de cargos e funções no CCJE.

No Senado, passou pela CCJ, sob a relatoria do senador Edison Lobão (PMDB/MA), e pelo Plenário, sendo aprovado em ambos nos dias 29 e 30 de novembro, respectivamente.

Desse modo, a matéria aguarda sanção presidencial, que poderá ocorrer, excepcionalmente, no dia 15 de dezembro, no Rio de Janeiro, ocasião em que se inaugurará o CCJE.

Criação de cargos no TRE/SP

Em 2016, foi encaminhado à Câmara dos Deputados projeto de lei para a criação de cargos e funções no âmbito da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (PL nº 5.052/2016).

Sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, a matéria foi aprovada em todos os colegiados em que tramitou, quais sejam: Comissão de Trabalho, de

Administração e Serviço Público (Ctasp), Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Assim, como não houve recurso para que fosse deliberado pelo Plenário da Câmara, o PL foi remetido ao Senado Federal (Projeto de Lei da Câmara nº 93/2017).

Inicialmente, fora designado à CCJ e posteriormente ao Plenário, entretanto, após aprovação naquela comissão, com voto favorável da relatora, senadora Marta Suplicy (PMDB/SP), houve aprovação de requerimento para que o PLC fosse, também, discutido pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para só então ser levado ao Plenário do Senado.

Desse modo, a matéria aguarda manifestação do relator, senador Otto Alencar (PSD/BA).

Reforma política

Durante o ano de 2017, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal intensificaram o debate acerca da reforma política.

A Assessoria Parlamentar acompanhou toda a tramitação, fornecendo informações à Presidência sobre o andamento dos projetos, os temas discutidos, as propostas apresentadas, as referências ao Tribunal e a seus membros, e acompanhou o Ministro Herman Benjamin em audiência pública.

I. Infraconstitucional

Na Câmara dos Deputados, foi instalada Comissão Especial para estudo e formalização de proposições e apreciação de matérias relacionadas à reforma política.

No Senado Federal, foi aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 206/2017, do Senador Ronaldo Caiado, que criava fundo especial para campanhas eleitorais e que foi incorporado no texto aprovado pela Câmara.

Desse modo, ao final dos trabalhos, a Comissão Especial da Reforma Política da Câmara apresentou várias proposições, com destaque para o PL nº 8.612/2017. Em Plenário, os deputados aprovaram o substitutivo apresentado pelo deputado Vicente Cândido (PT/SP), relator da Comissão Especial que regulamentou a distribuição de recursos do Fundo Especial de Financiamento da Campanha (FEFC), mudou regras eleitorais e limitou os gastos com campanhas.

Cumpre-nos ressaltar a atuação desta Assessoria junto aos parlamentares, em especial os deputados Vicente Cândido e Arthur Lira (PP/AL), a fim de incluir no PL cronograma para realização gradual da impressão do voto, tendo em vista a dificuldade financeira e orçamentária para realizá-lo integralmente no próximo ano. Entretanto, a maioria dos deputados rejeitou a inclusão, mas firmou acordo para o estabelecimento de grupo de trabalho em parceria com o TSE para discutir a melhor forma para sua implementação.

II. Constitucional

Quanto ao aspecto constitucional da reforma política, a Câmara dos Deputados aprovou a Proposta de Emenda à Constituição nº 282/2016, oriunda do Senado, que, sob a relatoria da deputada Shéridan (PSDB/RR), veda as coligações nas eleições proporcionais, disciplina a autonomia dos partidos políticos e estabelece normas sobre fidelidade partidária e funcionamento parlamentar dos partidos políticos, bem como estabelece normas de transição. A PEC foi promulgada pelo Congresso Nacional e ingressou no ordenamento jurídico como Emenda Constitucional nº 97/2017.

Atividades relacionadas ao item II

II – coordenar e supervisionar as atividades da Presidência do Tribunal nos assuntos indicados no item anterior;

Projetos de lei

Além do tema da reforma política e da Identificação Civil Nacional, existem diversos outros projetos de lei que propõem alterações na legislação eleitoral. Atualmente, a Aspar acompanha a tramitação de 2.302 (duas mil trezentas e duas) proposições em tramitação no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Total de projetos de lei cadastrados

Resumo (até 30.11.2017)

Tipo de proposição	Senado Federal	Câmara dos Deputados	Congresso Nacional
PEC*	230	385	
PLP**		131	
PLS ou PL***	342	817	
PLN****			90
Outros*****	117	186	04
Total em cada Casa	689	1.519	94
Total geral	2.302		

* Proposta de emenda à Constituição

** Projeto de lei complementar

*** Projeto de lei do Senado ou projeto de lei da Câmara

**** Projeto de lei do Congresso Nacional

***** Projeto de decreto legislativo, medidas provisórias, requerimentos, indicações, mensagens, avisos, petições e projetos de resolução.

Para o efetivo acompanhamento das proposições acima elencadas, desconsiderando as sessões dos plenários das casas legislativas, a Aspar monitorou 617 reuniões de comissões temáticas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

Reuniões realizadas até 30.11.2017

Comissão	Senado Federal	Câmara dos Deputados
CCJ ou CCJC*	54	91
CCT ou CCTI**	37	44
CAE ou CFT***	51	59
CDH ou CTASP****	97	89
Reforma Política		39
Total por Casa (CD e SF)	239	322

(Continuação)

Comissão	Senado Federal	Câmara dos Deputados
CMO*****		35
Congresso Nacional		21
Total geral		56

* Comissão de Constituição e Justiça

** Comissão de Ciência e Tecnologia

*** Comissão de Assuntos Econômicos/Comissão de Finanças e Tributação

**** Comissão de Direitos Humanos/Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

***** Comissão Mista de Orçamento

Orçamento

Compete à Assessoria Parlamentar do TSE acompanhar a tramitação do orçamento específico da Justiça Eleitoral no Congresso Nacional.

O acompanhamento é realizado diuturnamente, apresentando aos respectivos relatores as demandas da Justiça Eleitoral, bem como verificando possíveis alterações que possam prejudicar as atividades da Corte ou dos regionais. Para tanto, foram acompanhadas todas as reuniões da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Planejamento.

I. Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias é o instrumento legal que tem como a principal finalidade orientar a elaboração dos orçamentos fiscais, da seguridade social e de investimento do Poder Público. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no plano plurianual.

Cabe à Aspar acompanhar sua tramitação e, quando solicitado pela Secretaria de Orçamento e autorizado pela Presidência do TSE, encaminhar ao Congresso Nacional as propostas de alterações que visem adequações necessárias ao bom desempenho das atividades da Justiça Eleitoral.

Esta Assessoria, em conjunto com a Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF), atuou de forma intensa junto ao relator do PLDO 2018, deputado Marcus Pestana (PSDB/MG), com o intuito de retirar dispositivo que ensejaria graves prejuízos às atividades da Justiça Eleitoral, conforme exposto na Informação nº 5 Senhor/Copor/SOF, constante no processo SEI nº 2017.00.000001871-4.

Desse modo, o relator acatou a proposição deste Tribunal e retirou o § 14 do art. 51 do referido PLDO:

§ 14 No âmbito da Justiça Eleitoral, a limitação de empenho e movimentação financeira das dotações do Fundo Partidário corresponderá, no máximo, até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

A LDO 2018 foi aprovada em 18 de julho, transformando-se na Lei Ordinária nº 13.473/2017.

II. Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa)

Um dos trabalhos relevantes da Aspar é acompanhar a tramitação da Lei Orçamentária Anual, desde a discussão na Comissão Mista de Orçamento até a votação no Plenário do Congresso Nacional.

Depois da Constituição de 1988, tornou-se praxe, após a designação do relator-geral, um corte linear nos recursos elencados inicialmente no Projeto de Lei Orçamentária.

Compete à Assessoria Parlamentar, por determinação da Presidência, trabalhar na recomposição dos cortes e envidar esforços para, quando indicado pela Diretoria-Geral, solicitar acréscimo aos valores iniciais destinados à Justiça Eleitoral e apoiar emendas que venham a favorecer a Justiça Eleitoral.

O parecer do relator do Ploa 2018 segue em apreciação pela Comissão Mista de Orçamento e no Congresso Nacional.

Não foram propostas emendas pelo TSE.

III. Créditos adicionais

Além das três leis que regem o orçamento da União (PPA, LDO e LOA), compete à Aspar acompanhar a tramitação dos projetos de lei de abertura de créditos adicionais em favor da Justiça Eleitoral, independentemente da modalidade: extraordinários, suplementares ou especiais.

A seguir, elencamos todos os créditos apresentados em favor da Justiça Eleitoral.

Resumo – Créditos adicionais

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 12/2017		
TRE	Descrição	Aplicação
MT	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – No Estado de Mato Grosso (aquisição de equipamentos e material permanente para a Justiça Eleitoral) .	R\$300.000,00
MT	Construção de cartório eleitoral no Município de Sinop – MT Construção de Cartório Eleitoral no Município de Sinop – MT – No Município de Sinop – MT.	R\$300.000,00

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 26/2017		
TSE/ TRE	Descrição	Aplicação
AC	Ampliação de imóvel para armazenamento de urnas no Município de Rio Branco/AC.	R\$150.000,00
ES	Construção de cartório eleitoral no Município de Guarapari/ ES – Cartório construído (3%).	R\$31.802,00
PR	Ampliação do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – No Município de Curitiba/PR – Edifício ampliado (percentual de execução física): 20.	R\$900.000,00
PE	Construção de cartório eleitoral no Município de Limoeiro/PE – Cartório construído (percentual de execução física): 12.	R\$680.000,00
RS	Aquisição de imóvel para nova sede do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/ RS – Imóvel adquirido (unidade): 1.	R\$15.000.000,00
TSE	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – Nacional.	R\$15.150.000,00

Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 27/2017		
TSE/ TRE	Descrição	Aplicação
TSE	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos – No Distrito Federal.	R\$242.004,00
TSE	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – Nacional.	R\$242.004,00
ES	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos – No Estado do Espírito Santo.	R\$32.191,00
ES	Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – No Estado do Espírito Santo.	R\$32.191,00

Atividades relacionadas ao item III

III – fornecer subsídios aos parlamentares para formulação de proposições de interesse da Justiça Eleitoral;

Foram atendidas solicitações de gabinetes de parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, de consultores legislativos, de partidos políticos e candidatos sobre informações de julgados e dados estatísticos das eleições.

Atividades relacionadas ao item IV

IV – manifestar-se em processos administrativos que tenham por objeto o encaminhamento de anteprojeto de lei ao Congresso Nacional;

No ano de 2017, não foram apresentados novos projetos de lei de autoria deste Tribunal.

A seguir, elencamos os projetos de lei de autoria ou de interesse direto da Justiça Eleitoral e suas situações atuais:

Câmara dos Deputados						
Proposição	Assunto	Ctasp	CFT	CCJ	Previsão na LOA 2015	Situação
PL nº 7.990/2014	Cargos de TI para JE	OK	Dep. Giuseppe Vecci (PSDB/GO)	--	Não R\$78 milhões	Apresentado parecer pela incompatibilidade orçamentária. Houve requerimento de retirada de pauta em definitivo. Aguarda para ser submetido ao Plenário.
PL nº 1.761/2015	Cargos ICN	Dep. Augusto Coutinho (SD/PE)	--	--	Não R\$1,4 milhão	Apresentado parecer pela aprovação. Aguarda deliberação na Ctasp.
PL nº 6.087/2016	Desapropriação em favor do TRE/RS	OK	OK	OK	Não há impacto.	Aguarda inclusão na Ordem do Dia do Plenário, pois tem pedido de urgência aprovado.

Senado Federal					
Proposição	Assunto	Comissões	Plenário	Previsão na LOA 2018	Situação
PLC nº 27/2016	Subsídio dos ministros do STF	CCJ: OK CAE: Relator senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)	--	Não R\$26 milhões	Matéria com a relatoria.

(Continuação)

Senado Federal					
Proposição	Assunto	Comissões	Plenário	Previsão na LOA 2018	Situação
PEC nº 113A/2015	Reforma política	CCJ: Relator Senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE)	--	Não há impacto.	Matéria com a relatoria.
PEC nº 113C/2015	Reforma política	CCJ: Relator senador Antônio Carlos Valadares (PSB/SE)	--	Não há impacto.	Matéria com a relatoria.
PLC nº 93/2017	Cria cargos no TRE/SP	CCJ: Ok CAE: Relator senador Oto Alencar (PSD/BA)	--	Não R\$31,3 milhões	Matéria com a relatoria.
PLC nº 142/2017	Institui o Centro Cultural da Justiça Eleitoral	CCJ: OK	OK	Não há impacto.	Aprovado. Aguarda sanção presidencial.

Congresso Nacional				
PLN/MPV	Assunto	CMO	Plenário	Situação
PLN nº 26/2017	Créditos adicionais a vários TREs e outros órgãos do Judiciário	OK	--	Aprovado parecer na CMO. Aguarda deliberação do Plenário do Congresso Nacional.

(Continuação)

Congresso Nacional				
PLN/MPV	Assunto	CMO	Plenário	Situação
PLN nº 27/2017	Crédito suplementar em favor das justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho e do Ministério Público da União	OK	--	Aprovado parecer na CMO. Aguarda deliberação do Plenário do Congresso Nacional.
PLN nº 20/2017	Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA 2018)	Deputado Cacá Leão	--	Aguarda Deliberação na CMO.

Proposições legislativas transformadas em normas jurídicas		
Proposições*	Assunto	Normas jurídicas
PL nº 1.775/2015	Identidade Civil Nacional	Lei Ordinária nº 13.444, de 11.5.2017
PL nº 8.612/2017	Reforma Política Infraconstitucional	Lei Ordinária nº 13.488, de 6.10.2017
PEC nº 36/2016	Reforma Política Constitucional	Emenda Constitucional nº 97, de 4.10.2017
PLN nº 1/2017	Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2018)	Lei Ordinária
PLN nº 12/2017	Abre crédito suplementar em favor da Justiça Eleitoral	Lei Ordinária nº 13.525, de 29 de novembro de 2017

* Proposições indicadas pelo número da Casa iniciadora.

Atividades relacionadas ao item V

V – manter intercâmbio com o Congresso Nacional, com os demais órgãos do Poder Judiciário e da administração pública.

Para este item, foram consideradas as atividades relacionadas a sessões temáticas, audiências públicas no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, solicitações de parlamentares, bem como atuação da Aspar em eventos promovidos pelo TSE ou que o ministro presidente tenha participado e que envolvessem atividades com parlamentares.

Audiências públicas na Câmara dos Deputados

I. Comissão Especial da Reforma Política

Requerimento nº 39/2016, da Comissão Especial da Reforma Política.

Autor: Deputado Sérgio Souza(PMDB/RR).

Convidado: Ministro Herman Benjamin (TSE).

Tema: Posicionamentos e comentários do ministro do TSE sobre a reforma política.

Data da realização: 10.5.2017.

II. Solicitações parlamentares

A Assessoria Parlamentar, quando acionada, intermediou e/ou orientou os gabinetes de parlamentares quanto à forma de efetuar pedidos para marcação de audiências aos gabinetes dos ministros e da Presidência do TSE e consultas ao Tribunal.

III. Eventos

- reunião de presidentes de partidos políticos com representação no Congresso Nacional, dia 14.2.2017;
- Sistema de Prestação de Contas Anuais (SPCA), Processo Judicial Eletrônico, dia 17.3.2017;
- seminário internacional sobre sistemas eleitorais, entre os dias 20 a 21.3.2017;
- café da manhã com o Presidente Gilmar Mendes e a Comissão de Reforma Política, dia 3.5.2017;
- reunião de presidentes de partidos políticos com representação no Congresso Nacional, dia 27.6.2017;
- solenidade de posse do Dr. Carlos Horbach no cargo de ministro substituto do TSE, dia 12.9.2017;
- sessão solene em homenagem ao Dia Nacional do Idoso, dia 3.10.2017;

- solenidade de posse dos ministros: Napoleão Nunes Maia Filho; Jorge Mussi; Luiz Felipe Salomão, dia 24.10.2017;
- audiência de partidos políticos com o Ministro Luiz Fux (vice-presidente do TSE), dia 30.11.2017.

2.5. Assessoria de Comunicação

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Assessoria de Comunicação compete:

I – realizar as atividades de comunicação social do Tribunal Superior Eleitoral;

II – assessorar o presidente, os ministros e as demais autoridades do TSE nas questões relativas à comunicação social;

III – desenvolver ações de fortalecimento da identidade e relacionamento institucional, bem como divulgar produtos, serviços, direitos de cidadania e conceitos ou políticas públicas;

IV – apoiar o desenvolvimento da comunicação interna com vistas à divulgação e à interação com o público interno do Tribunal, excetuada a comunicação administrativa;

V – estabelecer interlocução com os tribunais regionais eleitorais para alinhamento do planejamento estratégico de comunicação institucional da Justiça Eleitoral;

VI – realizar levantamentos de atitudes e opiniões dos públicos interno e externo sobre assuntos e fatos ligados à instituição, inclusive a percepção sobre sua imagem, em qualquer modalidade;

VII – elaborar planos de comunicação para a implementação das ações de comunicação interna e externa;

VIII – promover o registro fotográfico das atividades do Tribunal, para fins históricos, jornalísticos, institucionais ou administrativos;

IX – atender às demandas por informações, esclarecimentos e entrevistas originadas por meios jornalísticos e intermediação de quaisquer contatos entre a instituição, seus membros e servidores, com a mídia;

X – difundir informações de interesse público e destinação geral ou coletiva, emitidas pelo Tribunal ou por seus representantes, interna ou externamente, sobre suas políticas, práticas e objetivos, de modo a torná-las compreensíveis pelos destinatários;

XI – coordenar o Centro de Divulgações das Eleições;

XII – coordenar a área de notícias do portal do TSE e da intranet;

XIII – produzir os programas de rádio e TV do TSE;

XIV – executar a produção dos pronunciamentos do ministro presidente em rede nacional, além de campanhas e ações institucionais, datas comemorativas e divulgação de material a qualquer setor interno que necessite de divulgação em massa.

XV – coordenar as redes sociais institucionais do TSE;

XVI – realizar a transmissão das sessões plenárias.

Introdução

A Justiça Eleitoral exerce importante papel de proteção e fortalecimento da democracia brasileira por meio da condução e da normatização do processo eleitoral. Essa atribuição inclui o dever de informar e orientar cerca de 144 milhões de eleitores, tendo em vista a sua missão institucional de garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia. Assim, em suas ações, a Justiça Eleitoral deve pautar seus procedimentos no fomento ao exercício da cidadania.

Nesse sentido, a Assessoria de Comunicação (Ascom) do TSE reúne entre suas atribuições o papel de informar o eleitorado a respeito do processo eleitoral como um todo e, para que sua cidadania possa ser exercida de forma plena, as ações e atividades desenvolvidas pela Justiça Eleitoral devem ser divulgadas de forma sistemática e clara, facilitando o acesso da população a essas informações e a compreensão do papel desse segmento da Justiça.

O trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Assessoria de Imprensa visa atender ao interesse específico de cada público (tribunais regionais eleitorais, eleitores, imprensa, poder público). Para isso, utiliza-se de ações distintas de comunicação com o intuito de sistematizar grande volume e complexidade das informações a fim de melhorar a eficiência e eficácia na divulgação.

Para ampliar a eficácia de suas ações, a Ascom é estruturada informalmente em quatro núcleos: Administrativo (atividade-meio), Campanhas e Redes Sociais, Assessoria de Imprensa e Núcleo de Rádio e TV. Todos os núcleos se relacionam entre si e respondem diretamente à assessora-chefe de comunicação. Seguem abaixo as principais atividades desenvolvidas pela Ascom no período, divididas por núcleos:

2.5.1. Núcleo de Assessoria de Imprensa

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Além da assessoria de imprensa, o núcleo é responsável por toda cobertura fotográfica e comunicação interna:

- publicação de 612 matérias na intranet (AconTSE). De acordo com o relatório do Google Analytics, até outubro, a aba do AconTSE teve 300.329 visualizações. A matéria de mais acesso contou com 1.204 visualizações (<http://intranet.tse.jus.br/destaques/2017/marco/elas-por-elas-mulheres-do-tse>);
- publicação de 1.203 matérias no portal do TSE. Nesse período, a aba da imprensa teve 2.220.880 visualizações e a matéria de mais acesso contou com 82.571 visualizações, de acordo com o relatório do Google Analytics (<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2017/Janeiro/tse-disponibiliza-na-internet-emissao-de-guia-para-pagamento-de-multa-eleitoral>);
- organização e liderança dos trabalhos de montagem de infraestrutura para a cobertura da imprensa do julgamento da Ação de Investigação Judicial Eleitoral nº 1943-58, inédito na história do país;
- credenciamento de, aproximadamente, 140 veículos de jornalismo nacionais e internacionais para a cobertura do julgamento da referida ação;
- inserção de temas na pauta de discussões da grande mídia como, por exemplo, a questão das *fake news* nas Eleições 2018 e a preocupação com a entrada do crime organizado no processo eleitoral brasileiro;
- realização de inúmeras entrevistas coletivas com o ministro presidente do TSE, Gilmar Mendes, ao longo de 2017;

- divulgação interna e externa de todos os eventos de grande impacto realizados pelo Tribunal Superior Eleitoral no edifício-sede ou fora dele, como seminários, reuniões, lançamentos de livros, agenda do ministro presidente dentro e fora do território brasileiro, agenda dos demais ministros da Casa, dentre outros;
- realização de curso à distância, em parceria com a EJE, para estudantes de jornalismo. Iniciativa inédita no Tribunal;
- acompanhamento de, aproximadamente, 120 entrevistas concedidas pelos ministros e servidores da casa;
- realização e acompanhamento das entrevistas exclusivas concedidas pelo ministro presidente, Gilmar Mendes;
- pelo menos 2.500 atendimentos à imprensa acerca de dúvidas sobre acesso ao portal, solicitações de entrevistas e quaisquer outras informações solicitadas pelos profissionais;
- recebimento do Prêmio da Transparência Eleitoral, concedido pela ONG argentina Transparência Eleitoral, pela agilidade na atualização de notícias do portal do TSE;
- realização de encontro nacional dos assessores de comunicação da Justiça Eleitoral;
- cobertura fotográfica de atividades internas e externas do presidente, ministros e autoridades do tribunal; audiências da Presidência e dos(as) ministros(as); sessões plenárias; visitas e viagens oficiais;
- produção de fotos oficiais da Corte e dos ministros individualmente para galerias, exposições e acervo. Além disso, o material fotográfico produzido alimenta o banco de imagens do *site*, a comunicação interna e o Flickr do tribunal, que é utilizado pela imprensa em geral em *sites* e publicações, como revistas, livros e jornais. Também ilustra matérias do *site* do TSE e aquelas produzidas pela comunicação interna.

Produção fotográfica

Arquivo bruto	Publicações no Plone	Comunicação interna	Flickr	Outros/variadas
56.609	1.411	985	2.722	630

2.5.2. Núcleo de Rádio e TV

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Entre as atribuições da Ascom está a de acompanhar e divulgar todo o noticiário de interesse da Justiça Eleitoral, bem como promover, organizar e acompanhar as entrevistas e demais atividades dos membros do Tribunal.

Para a consecução de suas atribuições, o Núcleo de Rádio e TV promoveu as seguintes ações no período de janeiro a novembro de 2017:

- investimento na divulgação e maior visibilidade dos produtos de áudio e vídeo do TSE com a produção total de 4.596 conteúdos que somaram 539 horas, 24 minutos e 3 segundos;
- disponibilização de todo o trabalho do Núcleo de Rádio e TV no canal do TSE no YouTube, inclusive as sessões plenárias desta Corte (79 em 2017), contribuindo para a democratização do acesso à informação acerca dos julgamentos dos processos. O *link* das transmissões é enviado por meio do WhatsApp aos setoristas do Poder Judiciário e assessores de imprensa dos TREs. A mesma transparência foi adotada para a divulgação de coletivas e entrevistas dos ministros do TSE;
- o programa de TV #confirma (44pgms em 2017), com uma linguagem jovem na linha da comunicação das redes sociais, gerou não só material para as emissoras de televisão parceiras do TSE (239 emissoras que retransmitem o material a custo zero para o Tribunal) como também aumentou a divulgação de informações de interesse do eleitor brasileiro. Além disso, o formato permite a participação dos tribunais regionais por meio de *smartphones*, abrindo, assim, espaço para a Justiça Eleitoral de todo o Brasil mostrar sua *cara*. O material pode ser enviado por WhatsApp e Google Drive. Esta última plataforma também foi adotada para o envio do programa finalizado às parceiras, o que provocou uma redução significativa (quatro envios) no envio de mídias pelo Correio. Depois de finalizado, o produto gera pílulas (83 em 2017) para divulgação nas redes sociais do Tribunal, Facebook e Twitter;
- o programa de TV Brasil Eleitor ganhou um novo formato e agora passa a contar em capítulos a história da Justiça Eleitoral brasileira desde o seu início. O lançamento do produto foi em outubro de 2017 e contará

com 26 edições de 25 minutos cada, uma verdadeira enciclopédia em vídeo sobre o voto. Com um formato didático, o Brasil Eleitor História, como passa a ser chamado, é produzido em qualidade HD e com equipamentos de última geração, inclusive com o uso de *drone*;

- o *Boletim Informativo da Escola Judiciária Eleitoral – Bieje* (64 edições em 2017), passou a ser em vídeo com duração até 5 minutos. O produto, de caráter educativo, divulga mensagens importantes dos ministros e assessores do TSE. Foi reformulado com a produção de nova referência visual e novo cenário e passou a ser divulgado em outras plataformas, além da TV Justiça;
- a comunicação interna também ganhou um novo produto de vídeo, com a criação de uma referência visual para o AconTSE, que contou com a divulgação de 27 notícias de interesse do servidor da Justiça Eleitoral e colaboradores;
- criação do *podcast* Brasil Eleitor (54 edições em 2017), com uma linguagem mais descontraída. O produto está disponível no portal do TSE para divulgação pelas rádios parceiras. A Voz do Brasil também foi um importante veículo para divulgação das notícias (15 participações em 2017), material desenvolvido em parceria com a equipe da Rádio Justiça;
- veiculação de programas na grade da TV Justiça, emissora do Poder Judiciário brasileiro, em sete horários fixos semanais (quatro #confirma/duas decisões do Plenário/ uma Brasil Eleitor), totalizando 8h24 semanais, além da inserção de interprogramas na TV Justiça (70 produtos em 2017) em horários alternados ao longo da programação, principalmente nos minutos que antecedem a transmissão ao vivo da sessão plenária do TSE. A soma dos horários ocupados na TV Justiça pelos programas totalizou 100h20;
- veiculação de programas na Rádio Justiça em três horários fixos (um Por dentro da Justiça Eleitoral/um Giro Eleitoral/um Brasil Eleitor), totalizando 3h09 semanais. A soma dos horários ocupados na Rádio Justiça pelos programas totalizou 39h20 no período em análise.

Segue o detalhamento dos produtos do Núcleo de Rádio e TV do TSE em 2017:

Produção televisiva

Detalhamento	Quantidade	Tempo
AconTSE (comunicação interna)	27	2h47m51
Brasil Eleitor – Chamadas	8	0h04m
Institucional	12	14h24m45
# confirma	44	18h07m22
Decisões do Plenário	47	10h41m07
Entradas ao vivo	22	0h26m15
<i>Biejes</i>	63	6h57m43
Interprogramas	8	0h17m57
Reportagens	451	12h22m12
Sessões transmitidas	79	97h38m07
Total	761	163h47m19

Produção de rádio

Detalhamento	Quantidade	Tempo
Brasil Eleitor	48	20h54m40
Entradas ao Vivo	517	10h16m41
Entrevistas	36	1h23m23
Giro Eleitoral	45	5h11m51
Outros – AconTSE	3	0h07m16
Por dentro da Justiça Eleitoral	49	5h30m50
Reportagens	1.318	42h58m58
Spots	597	7h58m04
Sessões transmitidas	79	97h38m07
Voz do Brasil	15	0h9m42
Total	2.707	192h09m32

Produção para redes sociais

Detalhamento	Quantidade	Tempo
Facebook	338	8h06m45
YouTube – Brasil Eleitor rádio e PGM	21	8h45m01
YouTube – #Confirma/PGM/PIL/CH	175	20h23m46
YouTube – Decisões do Plenário	47	10h34m09
YouTube – Especiais	52	36h56m29
YouTube – AIJE	1	0h02m01
YouTube – Reportagens	418	16h00m43
YouTube – Sessões Plenárias	79	99h30m04
Total	1.131	183h27m12

2.5.3. Núcleo de Campanhas e Redes Sociais

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Com o objetivo de promover a conscientização do eleitorado nacional e difundir informações de interesse da sociedade de forma didática, valorizando a transparência e o aperfeiçoamento do sistema democrático, o Núcleo de Campanhas e Redes Sociais atua de forma integrada com os outros núcleos da Assessoria de Comunicação, assim como em parceria com outras áreas do Tribunal, especialmente:

- **SGI/Seprov:** a seção produz artes e leiaute para peças gráficas (impressas) e especialmente para publicação em redes sociais.
- **Ouvidoria:** para atender o eleitor onde ele estiver e esclarecer dúvidas, as áreas desenvolveram uma parceria para ampliar os canais de atendimento.
- **STI:** na mesma linha de ampliação de canais de atendimento ao eleitor, a Ascom passou a atuar em parceria com a STI para disponibilizar serviços *on-line* em canais diferenciados.

Campanhas institucionais

O TSE manteve campanhas temáticas em veiculação durante todo o ano de 2017, distribuídas nos seguintes temas:

- i. **Pesquisa sobre a percepção do jovem eleitor:** com o objetivo de embasar as ações de comunicação para o público jovem, foi realizada uma pesquisa de opinião nacional com público entre 16 e 20 anos de idade. A fase qualitativa foi realizada em 15 municípios de todas as regiões do país no formato de grupos de discussão. Já a fase quantitativa foi realizada por meio de formulários *on-line* abrangendo mais de 2.500 jovens de todo o Brasil. De forma a compartilhar a informação, foram realizadas apresentações dos resultados para diversas áreas do Tribunal, assim como para os assessores dos TREs durante o encontro nacional. Por fim, o material foi disponibilizado na biblioteca digital do portal do TSE para acesso público.
- ii. **Fiscalização 2017:** campanha com foco pós-Eleições Municipais 2016, destacou a importância da fiscalização pelo cidadão para que as promessas de campanha se concretizem. Foram seis filmes de 30 segundos para televisão, um filme de um minuto para redes sociais e um *spot* de rádio, abordando temas como saúde, educação e segurança pública. A campanha foi veiculada nacionalmente entre fevereiro e maio.
- iii. **Biometria:** com criação iniciada em 2016, a campanha para promoção do cadastramento biométrico foi elaborada de forma nacional com opções de personalização para cada estado e, em alguns casos, também para municípios. O TSE montou a campanha e ofereceu toda a infraestrutura para que os TREs a colocassem em prática, distribuída como indicado a seguir: Nacional (material base para outras produções):
 - 30 personagens em ilustração digital 2D representando a diversidade da população brasileira;
 - 6 *jingles*, sendo um nacional e 5 regionais;
 - 6 trilhas, sendo uma nacional e 5 regionais;
 - 3 modelos de cartazes;
 - mobiliário urbano (*outdoor*, *busdoor* e cartazes de ponto de ônibus).

Regional (material personalizado produzido para os TREs):

- 18 filmes com finalização personalizada para os seguintes estados: Acre, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais

(2 versões), Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo (2 versões) e Tocantins;

- 584 *spots* de rádio personalizados para 13 estados, distribuídos da seguinte forma:

AC: 3	GO: 62	MG: 144	PB: 48	RN: 50	RR: 1	SP
ES: 10	MA: 31	MT: 5	RJ: 11	RO: 83	RJ: 2	134

A negociação para veiculação foi feita pelos regionais, e o resultado da campanha foi extremamente positivo, com matérias elogiando o projeto e a abordagem lúdica utilizada pela Justiça Eleitoral.

- *Revistinha*: produzida edição especial temática sobre biometria de revistinha de jogos e entretenimento do tipo *Coquetel*. Com tiragem de 500 mil exemplares, o material foi distribuído aos TREs, que o utilizaram em diversas atividades para convocação de eleitores ao recadastramento. A revista também foi utilizada pelo TSE em eventos e visitas, assim como distribuída na biblioteca e nas portarias do Tribunal.
- *Digital*: foi oferecido apoio especial aos regionais por meio de anúncios no Facebook e no Instagram. Entre março e novembro foram feitas 554 postagens patrocinadas, sendo 432 no Facebook e 122 no Instagram.

Distribuição de *posts* patrocinados por estado

Facebook				
Estado	Mês	<i>Posts</i>	Valor investido	Alcance
Bahia	Março	4	R\$3.695,39	423.118
Minas Gerais		4	R\$4.359,60	747.302
São Paulo		9	R\$9.523,90	5.376.256
Bahia	Abril	4	R\$11.655,88	4.782.954
Minas Gerais		5	R\$16.793,64	5.830.004
São Paulo		12	R\$19.731,48	16.626.827
Tocantins		3	R\$13.529,93	4.324.766
R.G. do Norte		5	R\$2.328,96	793.981
Goiás		4	R\$3.139,18	437.137

(Continuação)

Facebook				
Estado	Mês	Posts	Valor investido	Alcance
Bahia	Maio	5	R\$10.000,00	5.038.189
São Paulo		15	R\$13.000,00	12.773.850
Minas Gerais		6	R\$13.824,64	4.316.593
Goiás		10	R\$3.840,24	1.368.210
R.G. do Norte		6	R\$6.970,95	2.870.279
Bahia	Junho	4	R\$2.150,20	2.030.678
Rio Grande do Sul		4	R\$3.801,80	4.123.015
São Paulo		22	R\$6.799,26	6.692.638
Rio de Janeiro		4	R\$6.287,06	4.669.231
Santa Catarina		4	R\$2.407,78	1.585.726
Tocantins		2	R\$1.999,87	1.359.539
Goiás		17	R\$3.719,32	578.584
Minas Gerais		7	R\$4.199,74	1.525.309
Bahia	Julho	6	R\$3.450,00	2.372.210
Rio Grande do Sul		4	R\$6.000,60	6.442.184
Santa Catarina		10	R\$8.669,92	4.236.375
Minas Gerais		6	R\$7.500,00	2.973.400
Espírito Santo		1	R\$750,00	433.607
São Paulo		16	R\$12.996,86	5.776.037
Goiás	Agosto	13	R\$6.360,59	822.480
Bahia		7	R\$2.200,00	1.455.713
Santa Catarina		25	R\$4.590,87	2.837.096
Espírito Santo		1	R\$1.500,00	658.182
R.G. do Norte		11	R\$1.062,30	149.964
Minas Gerais		9	R\$4.000,00	1.355.342
São Paulo		23	R\$9.419,90	7.637.059

(Continuação)

Facebook				
Estado	Mês	Posts	Valor investido	Alcance
Santa Catarina	Setembro	20	R\$7.862,69	3.728.144
Bahia		6	R\$3.249,60	2.008.431
Espírito Santo		1	R\$1.999,86	693.499
Minas Gerais		8	R\$6.699,09	3.416.499
Rondônia		3	R\$3.117,59	338.630
R.G. do Norte		8	R\$1.976,69	330.399
São Paulo		21	R\$13.521,70	9.107.193
Santa Catarina	Outubro	20	R\$9.474,31	3.848.501
Bahia		7	R\$3.306,15	1.788.326
Espírito Santo		1	R\$3.000,00	1.265.053
Minas Gerais		5	R\$5.008,52	2.232.266
Rondônia		10	R\$7.222,89	1.177.326
R.G. do Norte		12	R\$2.253,52	572.328
São Paulo		20	R\$7.928,18	6.062.566
Acre		1	R\$4.000,00	1.408.585
Rio de Janeiro		1	R\$8.000,00	3.965.395
Total		432	R\$320.880,65	167.366.976

Instagram				
Estado	Mês	Posts	Valor investido	Alcance
Bahia	Março	4	R\$2.997,44	435.215
Bahia	Abril	5	R\$11.576,53	2.426.328
Bahia	Maio	5	R\$4.901,67	1.734.729
Bahia	Junho	4	R\$2.148,38	1.119.165
Santa Catarina		4	R\$3.200,63	893.788
Tocantins		2	R\$1.999,65	566.754
Minas Gerais		1	R\$799,95	182.781
Santa Catarina	Julho	9	R\$1.684,54	565.235
Bahia		6	R\$3.450,00	1.611.953
Bahia	Agosto	7	R\$2.200,00	1.111.985
Minas Gerais		1	R\$2.000,00	668.760
Santa Catarina		24	R\$2.037,80	997.799

(Continuação)

Instagram				
Estado	Mês	Posts	Valor investido	Alcance
Santa Catarina	Setembro	11	R\$842,02	355.578
Bahia		7	R\$3.449,62	1.715.792
Minas Gerais		4	R\$3.296,44	1.087.150
Santa Catarina	Outubro	18	R\$6.599,34	2.688.597
Bahia		6	R\$2.918,69	1.540.044
Minas Gerais		4	R\$410,75	97.373
Total		122	R\$56.513,45	19.799.026

Obs.: Os valores e o alcance são realizados mensalmente até o dia 10 do mês seguinte à veiculação, por isso não dispomos dos dados relativos a 11/2017.

O uso dos *posts* patrocinados teve impacto positivo na convocação de eleitores para o cadastramento, tendo sido demonstrado em registros que, em todas as ações patrocinadas segmentadas (isto é, com foco em determinada região/bairro/município), houve aumento da procura do serviço nos cartórios eleitorais. Os relatórios de cada regional serão entregues em dezembro de 2017.

- iv. **Mitos eleitorais:** campanha com foco nas redes sociais e nos mitos e nas inverdades que se espalham relacionados às eleições e à Justiça Eleitoral. Foram produzidos 12 filmes entre 30 segundos e 1 minuto explicando de forma simples questões como: Votar nulo anula eleição? Urna é fabricada pela Smartmatic? Justiça Eleitoral fiscaliza promessas de campanha? entre várias outras. Lançada em junho de 2017, no final de semana anterior ao julgamento da AIJE sobre a chapa Dilma-Temer, o primeiro vídeo ampliou seu impacto devido ao grande interesse dos cidadãos com o julgamento. Chamou atenção da imprensa, resultando em diversas matérias positivas, além de pedidos de emissoras de TV para veicular as peças (ainda está em veiculação na TV Justiça e foi distribuída nacionalmente para mais de 200 emissoras parceiras do TSE). Também foram produzidos *spots* de rádio com os mesmos temas, veiculados nacionalmente entre julho e setembro.
- v. **Processo Judicial Eletrônico (PJe):** foi elaborada campanha informativa sobre a implantação do PJe na Justiça Eleitoral, incluindo um filme para TV e redes sociais, bem como um *spot* para rádio. O material está sendo veiculado na TV e na Rádio Justiça e também foi distribuído para emissoras parceiras em todo o país.
- vi. **Democracia é:** para marcar o Dia Internacional da Democracia, o TSE produziu um filme e um *spot* de rádio com base em texto oficial da ONU.

Também foi elaborado um vídeo específico para redes sociais, destacando como a democracia está em nosso dia a dia. O material foi veiculado entre 15 e 30 de setembro em emissoras de TV e rádio de todo o país, assim como teve ampla divulgação nas redes sociais. Peças podem ser utilizadas novamente em campanhas de conscientização do eleitor em 2018.

- vii. **Jovem Eleitor:** atuação integrada com os tribunais regionais, foi realizada a Semana Nacional do Jovem Eleitor. Para tal, foram produzidos um filme para TV e redes sociais, além de um *spot* para rádio, veiculados entre 28 de outubro e 3 de novembro em emissoras nacionais de rádio e televisão. Com o apoio da SGI, também foram criadas artes para cartaz e *banner*, distribuídos aos TREs.

Também foram produzidos três vídeos e diversos *posts* para redes sociais, tendo como base frases e afirmações dos jovens participantes da Pesquisa de Percepção (item i). Esses materiais foram amplamente divulgados em todo o país via redes sociais, inclusive com o uso de *posts* patrocinados, cujos relatórios de resultados só estarão disponíveis em dezembro de 2017.

Revistinha #PartiuMudar: foi produzida revistinha temática do tipo coquetel contendo o projeto #PartiuMudar, realizado em parceria com o Unicef. Com tiragem de 500 mil exemplares, o material será distribuído para todos os regionais, que poderão aproveitá-lo nas ações de conscientização do ano eleitoral, especialmente na promoção da participação dos jovens.

- viii. **Segurança do voto:** tema de grande destaque em todo o país, a segurança do voto recebeu atenção e foi foco de diversas ações, entre as quais se destacaram: criação de personagem, dois vídeos para Internet/eventos e uma revistinha de passatempo. Além da ampla divulgação do Teste Público de Segurança 2017.

Caminho do voto: tendo um personagem de ilustração 2D como representante do voto, o filme mostra todo o caminho feito pelo voto do eleitor a partir do momento em que ele aperta o botão Confirma até a divulgação dos resultados. A peça foi amplamente divulgada na Internet e nas redes sociais, além de ter sido distribuída via aplicativos como WhatsApp e apresentada em eventos. O material poderá ser amplamente aproveitado nas campanhas de conscientização do eleitor em 2018.

Linha do tempo da urna eletrônica: os 20 anos da urna e a apresentação do protótipo da nova urna eletrônica com impressão de votos foram produzidos em um vídeo animado mostrando a evolução do equipamento durante todo o esse tempo. Utilizado especialmente em eventos e demonstrações.

TPS 2017: a realização do Teste Público de Segurança foi amplamente divulgada, inicialmente nas redes sociais e também por meio de *spot* de rádio, convidando especialistas a se inscreverem, seguida em novembro pela reutilização (com adequação de dados e prazos) do filme e *spot* produzido em 2016, veiculado em emissoras de TV e rádio de todo o Brasil.

Revistinha: como a segurança do voto é um tema de grande relevância, foi produzida uma revista temática de passatempo do tipo Coquetel, com tiragem de 500 mil exemplares e distribuição em todo o país (envio para os TREs, que repassaram aos cartórios e usaram em ações locais).

- ix. **Sustentabilidade:** o tema é de grande importância para a Justiça Eleitoral e para tal foi feita uma campanha interna de divulgação do Plano de Logística Sustentável (PLS), que envolveu a criação de cartazes e *banners*, produção de *posts* e criação de um vídeo do tipo *whiteboard animation* apresentando o PLS. No mesmo tema, também foi desenvolvido filme de animação do tipo *stop motion* com massinha para mostrar as ações e destacar o envolvimento do TSE com o projeto encabeçado pelo Ministério do Meio Ambiente.
- x. **Mesário voluntário:** encerrando as campanhas do ano, a campanha de promoção do mesário voluntário conta com um filme para TV, um *spot* para rádio, três modelos de cartazes e um vídeo para Internet e redes sociais. Será veiculada durante os meses de dezembro e janeiro, com suspensão na semana de festas (natal e ano-novo).
- xi. **Mulheres na política:** para atender decisão da Corte, que determina o uso, pela Justiça Eleitoral, do tempo cassado dos partidos que não cumpram a determinação legal sobre promoção da participação feminina, foram produzidos dois filmes e dois *spots* sobre o tema. Além disso, também foi feita a adequação para veiculação nacional de um filme produzido pelo TRE/SC com a linha do tempo da participação feminina na política. Os materiais ficarão disponíveis para todos os TREs e poderão ser usados sempre que necessário.
- xii. **#TSE responde:** campanha para lançar e divulgar o novo serviço de assistente virtual no Twitter teve um alcance de quase 12 milhões de pessoas e gerou mais de 50 mil interações de usuários.

A grande variedade de temas e mídias garantiu que a Justiça Eleitoral atendesse em 2017 uma demanda apresentada pelo cidadão em todas as pesquisas realizadas: presença constante na mídia falando sobre temas de interesse social.

Redes sociais

Desde o ano passado, a Ascom tem envidado esforços nas redes sociais para se aproximar do eleitor e ampliar a interação. Listamos a seguir dados destacados da atuação nas diferentes plataformas e os resultados alcançados.

I. Facebook

O TSE manteve presença atuante em seu perfil oficial e reforçou o apoio à presença dos regionais, fornecendo suporte na organização e gestão dos perfis dos regionais, assim como apoiando com materiais de interesse nacional e até mesmo o patrocínio de *posts* da biometria (já descrito no item campanhas).

A página do TSE manteve um crescimento contínuo, assim como a interação com usuários, como pode ser visto no gráfico seguinte:



II. Twitter

A plataforma que se apresenta como uma rede de interesses é o principal canal para o eleitor enviar questionamentos, críticas e sugestões para a Justiça Eleitoral. O trabalho foi reconhecido com o 2º lugar no Prêmio Conbrascom, na categoria Mídias Digitais, dedicado ao projeto #TSEresponde, lançado durante as Eleições 2016 e em contínuo aprimoramento (ver assistente virtual abaixo).

Por essa característica, o Twitter é o local escolhido para transmissões ao vivo – utilizando o Periscope – de entrevistas coletivas e outras ações informativas. Durante as sessões da Corte, é feito um acompanhamento em tempo real, de forma que o cidadão possa acompanhar as decisões. Ainda, devido à atuação integrada entre os núcleos de Redes Sociais e TV & Rádio, desde o meio do ano (julho), o Twitter também passou a contar com vídeos noticiosos em tempo real preparados pelos repórteres do Núcleo de TV e Rádio.

Pílulas de vídeo do tipo direto da redação são publicadas sempre que há um evento em destaque, como o julgamento da AIJE e o TPS. O Radar Eleitoral

leva para a rede social as notícias em áudio preparadas para a programação da Rádio Justiça e Rádio Nacional. Além disso, os programas Giro Eleitoral e Por Dentro da Justiça Eleitoral, produzidos pela equipe de rádio e que apresentam um resumo semanal tanto das atividades do TSE como dos TREs em todo o Brasil, são agora difundidos por meio da rede.

Em novembro, foi lançado um novo serviço de assistente virtual automatizado que permite ao eleitor acessar serviços e tirar dúvidas sobre temas diversos como biometria, voto impresso e transferência de domicílio eleitoral. O serviço foi um sucesso desde seu lançamento, como mostram os dados a seguir:

Período de 20 de novembro, à 0h, até 26 de novembro, às 23h59.

- Total de acessos de usuários únicos: 13.266
- Total de mensagens trocadas: 96.685
- Média de mensagens trocadas por usuário: 7,2
- Tempo total das sessões: 416 horas
- Tempo médio de atendimento (TMA): 1,7 minuto (102 segundos)
- Acessos ao serviço consulta de situação eleitoral: 10.533
- Acessos ao serviço obter certidão de quitação eleitoral: 3.181
- Acessos ao serviço local de votação: 4.047
- Total de acesso aos serviços: 17.761
- Avaliação *não gostei*: 50 (sem identificação do motivo)
- Avaliação *gostei*: 2.280

2.6. Assessoria de Assuntos Internacionais

Atividades finalísticas

Durante o ano de 2017, a Assessoria de Assuntos Internacionais (AIN) exerceu atividades destinadas ao reforço da cooperação do Tribunal Superior Eleitoral com foros regionais e organismos internacionais eleitorais, conforme o

compromisso da Justiça Eleitoral brasileira com o aprimoramento internacional das normas e práticas eleitorais.

Em linha com a Resolução-TSE nº 23.483, de 28.6.2016, as atividades desenvolvidas pela AIN agrupam-se em quatro eixos temáticos principais: participação em foros e organizações internacionais; missões de observação eleitoral; acolhida de comitivas e convidados estrangeiros, particularmente para cooperação; e trabalho conjunto para o aprimoramento do voto no exterior. Destacam-se, ademais, os eventos internacionais organizados pelo TSE, em vista de sua elevada complexidade e representatividade.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Participação em foros e organizações internacionais

1º Semestre

1. A convite da União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore) e da Comissão Nacional de Eleições do Equador, e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, a assessora internacional substituta, Sra. Fernanda Jannuzzi, participou da XIX Conferência da Associação de Organismos Eleitorais da América do Sul (Protocolo de Quito), no dia 14 de fevereiro, em Quito, Equador.
2. A convite do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (International Idea), e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o assessor internacional, Cons. Ciro Leal, participou da primeira reunião de 2017 do Comitê Diretor (Steering Committee) do Idea, no dia 23 de fevereiro, em Estocolmo, Suécia.
3. A convite da Association of World Electoral Bodies (A-WEB), e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o assessor internacional, Cons. Ciro Leal, participou da V Reunião do Conselho Executivo da A-WEB, no dia 28 de fevereiro, em San Salvador, El Salvador.
4. A convite do Instituto Nacional Eleitoral (INE – México) e da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (Flasco) do México, e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, a Ministra Luciana Lóssio participou do foro internacional Assimetrias de Gênero nos Meios de Comunicação Durante as Campanhas Eleitorais: Diagnóstico e Desafios, nos dias 2 e 3 de março, na Cidade do México, México.

5. Por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, participaram de visita técnica para conhecimento do processo de fiscalização do financiamento ordinário dos partidos políticos e das campanhas eleitorais realizadas no México, sob a coordenação do Instituto Nacional Eleitoral daquele país, com o qual o TSE firmou acordo de cooperação técnica para intercâmbio em matéria eleitoral, o chefe da Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Asepa), Dr. Eron Júnior Vieira Pessoa; o diretor-geral da Secretaria do Tribunal, Dr. Maurício Caldas de Melo; o chefe da Seção de Automação de Prestação de Contas (Secon), Sr. Marcio Clayton do Nascimento; o secretário de Tecnologia da Informação, Dr. Giuseppe Janino; e o assessor internacional, Cons. Ciro Leal. A visita técnica se deu entre os dias 2 e 6 de abril, na Cidade do México, México.
6. A convite da Brazil Conference, o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do secretário-geral, Dr. Luciano Fuck, e do assessor internacional, Cons. Ciro Leal, participou da Brazil Conference at Harvard & MIT, nos dias 7 e 8 de abril, em Boston, Estados Unidos da América.
7. A convite da Comissão Central Eleitoral da Federação Russa e da Comissão de Veneza, o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do secretário-geral, Dr. Luciano Fuck, e do assessor internacional, Cons. Ciro Leal, participou da 14ª Conferência Europeia de Órgãos de Gerenciamento Eleitoral, nos dias 15 e 16 de maio, em São Petersburgo, Rússia.
8. A convite da Câmara Eleitoral do Sri Lanka e do Centro para Estudos Parlamentares (ICPS), e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, a juíza auxiliar da Presidência, Dra. Ana Lucia Aguiar, e o secretário de Tecnologia da Informação, Dr. Giuseppe Janino, participaram do 14º Simpósio Internacional de Assuntos Eleitorais, nos dias 25 e 26 de maio, em Colombo, Sri Lanka.
9. A pedido da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau (CNE), e por indicação do diretor-geral do TSE, Dr. Maurício Caldas, o servidor do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE/MG) Sr. Marcellus Virgilius participou, entre os dias 26 de junho e 1º de julho, em Bissau, Guiné-Bissau, de missão de prospecção para preparação da Missão de Intercâmbio de Informação da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, que ocorreria em Brasília, Brasil, no mês de agosto, no âmbito da cooperação firmada entre o TSE e a CNE em outubro de 2016.
10. A convite do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (International Idea), e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar

Mendes, o secretário-geral, Dr. Luciano Fuck, e o assessor internacional, Cons. Ciro Leal, participaram da 12ª Sessão Extraordinária do Conselho de Estados-Membros do referido instituto, no dia 26 de junho, em Estocolmo, Suécia.

2º Semestre

11. A convite da Fundação Koffi Annan, do Internacional Idea e do Instituto Nacional Eleitoral do México (INE), o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do assessor internacional, Cons. Ciro Leal, participou, como panelista, da conferência sobre Integridade Eleitoral na América Latina, nos dias 14 e 15 de agosto, na Cidade do México, México.

12. A convite da Association of World Electoral Bodies (A-WEB), o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do secretário-geral, Dr. Luciano Fuck, e do assessor internacional, Cons. Ciro Leal, participou da 3ª Assembleia Geral da A-WEB e da conferência Counting the Ballots and Accounting for the Votes: The Use of Technology for Enhancing the Transparency of the Electoral Processes, entre os dias 31 de agosto e 2 de setembro, em Bucareste, Romênia.

13. O Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do Secretário-Geral, Dr. Luciano Fuck, e do Assessor Internacional, Cons. Ciro Leal, realizou reuniões com órgãos eleitorais franceses, dentre eles o Escritório de Eleições e de Estudos Políticos, Prefeitura de Paris e Conselho Superior do Audiovisual, nos dias 4 a 6 de setembro em Paris, França.

14. A convite do Governo da Cidade de Buenos Aires, e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o Diretor-Geral do Tribunal, Dr. Maurício Caldas, e o Secretário de Tecnologia da Informação, Dr. Giuseppe Janino, participaram do seminário Incorporação de tecnologias ao processo eleitoral, no âmbito do evento Smart City Expo, entre os dias 28 a 30 de setembro, em Buenos Aires, Argentina.

15. A convite da A-WEB (Association of World Electoral Bodies), e por indicação do Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, a Assessora da Assessoria de Assuntos Internacionais, Sra. Millena Machado Damásio, e o Chefe da Seção de Totalização e Divulgação de Resultados (Setot), Sr. Julio Valente, participaram do Programa de Capacitação Eleitoral Election ICT – stepping stone or stumbling block towards increasing trust and improving election management?, entre os dias 25 de outubro e 3 de novembro, na cidade de Incheon, Coréia do Sul.

16. A convite da Organização dos Estados Americanos (OEA), e por indicação do Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Admar Gonzaga, acompanhado da Assessora Internacional Substituta, Sra. Fernanda Jannuzzi, participou da XII Reunião Interamericana de Autoridades Eleitorais (XII RAE), nos dias 26 e 27 de outubro, na cidade de Cartagena, Colômbia.

17. A convite da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), e por indicação do Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o Assessor Internacional, Cons. Ciro Leal, participou da III Reunião Ordinária do Conselho Eleitoral da Unasul, nos dias 4 e 5 de novembro, na cidade de Quito, Equador.

18. A convite do Tribunal Eleitoral do Poder Judicial da Federação do México e do Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA), e por indicação do Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Tarcísio Vieira de Carvalho Neto participou IX Conferência Iberoamericana sobre Justiça Eleitoral, nos dias 8 e 9 de novembro, na cidade de San Miguel de Allende, México.

19. A convite do Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA), e por indicação do Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o Secretário-Geral da Presidência, Dr. Luciano Fuck, acompanhado do Assessor Internacional, Cons. Ciro Leal, participou do Fórum Anual da Democracia, no dia 21 de novembro, na cidade de Lima, Peru.

20. A convite do Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA), da Comissão Nacional de Eleições de Cabo Verde e da Rede de Competências Eleitorais Francófonas (Recef), e por indicação do Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o Assessor de Apoio à Gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação, Sr. Elmano Alves, e o Assessor-Chefe de Gestão Eleitoral da Secretaria do Tribunal (SEC), Sr. Thiago Fini, participaram do *workshop* O uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Processos Eleitorais: Avaliação de experiências em diversos ciclos eleitorais, nos dias 22 e 23 de novembro, na cidade de Praia, Cabo Verde.

21. Por indicação do Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o Assessor Internacional, Cons. Ciro Leal, participou da 26ª Sessão do Conselho de Estados Membros do Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (International IDEA), no dia 6 de dezembro, na cidade de Estocolmo, Suécia.

22. O Presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do Secretário-Geral, Dr. Luciano Fuck, e do Assessor Internacional, Cons. Ciro Leal, participou de palestra no Woodrow Wilson International Center for Scholars, de reunião

do Congressional Brazil Caucus e da Cerimônia de Assinatura do Acordo de Procedimentos da Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos para as eleições gerais do Brasil em outubro de 2018, realizada no âmbito da XII Reunião de Implementação da Declaração de Princípios de Observação Eleitoral Internacional, entre os dias 11 e 13 de dezembro, na cidade de Washington, Estados Unidos da América.

Missões de Observação Eleitoral (MOE) e visitas de acompanhamento eleitoral

1º Semestre

1. A convite da Comissão Nacional de Eleições do Equador e da Unasul, e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, a Ministra Luciana Lóssio e a assessora Internacional substituta, Sra. Fernanda Jannuzzi, participaram da Missão de Observação do 1º Turno das Eleições Presidenciais, do Congresso Nacional e do Parlamento Andino da República Andina do Equador, no período de 15 a 20 de fevereiro, em Quito e Guayaquil.

2. A convite da Unasul e da Comissão Nacional de Eleições do Equador, e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, a assessora da Assessoria de Assuntos Internacionais, Sra. Milena Damásio, participou da Missão de Observação Eleitoral referente ao 2º Turno das Eleições Presidenciais do Equador, no período de 29 de março a 3 de abril, em Quito e Manabí.

3. A convite da Embaixada da França no Brasil, e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o assessor Internacional, Cons. Ciro Leal, realizou reunião com órgãos eleitorais e acompanhou o primeiro turno das eleições presidenciais da França, no período de 21 a 25 de abril, em Paris.

2º Semestre

4. A convite da Câmara Nacional Eleitoral e da Direção Nacional Eleitoral da Argentina, e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Admar Gonzaga participou do Programa de Visitantes Internacionais para as Eleições Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (Paso), em Buenos Aires, no dia 13 de agosto.

5. A convite da Comissão Nacional Eleitoral de Angola e da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, e por indicação do presidente do TSE, Ministro

Gilmar Mendes, o assessor de Articulação Parlamentar, Dr. Izaias Faria de Abreu, participou como observador eleitoral das eleições gerais daquele país, no dia 23 de agosto, em Luanda.

6. O presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do assessor Internacional, Cons. Ciro Leal, acompanhou as eleições gerais da Alemanha, em Berlim, no dia 24 de setembro. Além disso, no dia 22, o presidente participou de reunião com a autoridade eleitoral de Berlim (*Landeswahlleiterin*), Dra. Petra Michaelis, e, no dia 25, participou de reunião com o presidente da Corte Constitucional (*Bundesverfassungsgericht*), Dr. Andreas Voßkuhle.

7. A convite da Direção Nacional Eleitoral e da Comissão Nacional Eleitoral da Argentina, e por indicação do presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, o Ministro Tarcísio Vieira acompanhou as eleições legislativas daquele país, no dia 22 de outubro, na cidade de Buenos Aires.

8. A convite do Tribunal Qualificador de Eleições e do Serviço Eleitoral do Chile, o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, acompanhado do secretário-geral, Dr. Luciano Fuck, e do assessor Internacional, Cons. Ciro Leal, acompanhou as eleições para presidente, senadores, deputados e conselheiros regionais daquele país, no dia 19 de novembro, na cidade de Santiago.

9. A convite do Tribunal Supremo Eleitoral da Bolívia, da Unasul e da Association of World Electoral Bodies (A-WEB), o ministro substituto do TSE, Dr. Sérgio Banhos, a assessora Internacional substituta, Sra. Fernanda Jannuzzi, e a assessora da Assessoria de Assuntos Internacionais, Sra. Millena Machado Damásio, participaram de missão de observação eleitoral por ocasião das eleições de altas autoridades do órgão judicial e do Tribunal Constitucional Plurinacional da Bolívia, no dia 3 de dezembro, na cidade de La Paz.

Acolhida de missões e comitivas estrangeiras e atividades de cooperação

1º Semestre

1. O TSE recebeu, no dia 30 de março, alunos intercambistas da primeira edição de 2017 do Programa Teixeira de Freitas. Participaram da visita ao TSE os seguintes estudantes: Facundo Menem (Argentina), Felipe Ignacio Huerta Ruiz (Chile) e Jesus Lamperein Rodriguez (Chile). Os intercambistas assistiram a uma apresentação sobre o sistema eleitoral vigente no Brasil realizada pelo secretário de Tecnologia da Informação, Dr. Giuseppe Janino, e pelo assessor da

Presidência, Dr. Alfredo Renan. Eles também conheceram o sistema eletrônico de votação e foram recebidos no Gabinete da Presidência pelo secretário-geral, Dr. Luciano Fuck. Em seguida, visitaram o Museu do Voto para conhecer a exposição sobre os 85 anos do voto feminino no Brasil.

2. No dia 2 de junho, o juiz federal da Corte de Maryland, Estados Unidos, Dr. Peter Messitte, foi condecorado no grau de Comendador pelo presidente da República, Michel Temer, no Palácio do Planalto, com a medalha da Ordem do Cruzeiro do Sul. A cerimônia foi coordenada pelo TSE em conjunto com a Presidência da República e a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil.

3. O TSE recebeu, no dia 30 de junho, delegação da Comissão Eleitoral da Zâmbia, composta pelo Ministro Esau E. Chulu (presidente), Dra. Emily Sikazwe (comissária e vice-presidente), Sr. Chomba Chella (diretor de Operações Eleitorais), Sr. Dylan Kasonde (diretor interino de Tecnologia da Informação e Comunicação), Sr. Gift Phiri (gerente interino de Sistemas), Sr. Steve Nyondo (agente-chefe Eleitoral) e Sra. Anna Mulenga Nkaka (agente sênior Eleitoral). A delegação participou de apresentação sobre o sistema eleitoral brasileiro; de demonstração do funcionamento da urna eletrônica; de visita às dependências da Secretaria de Tecnologia da Informação, ao Plenário e ao Museu do Voto; e de audiência com o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes.

2º Semestre

4. O TSE recebeu, com o apoio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC/MRE), Missão de Intercâmbio de Informação da Comissão Nacional de Eleições da Guiné-Bissau, no período de 14 a 18 de agosto, em Brasília, e de 19 a 28 de agosto, em Manaus, com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE/AM). A delegação foi chefiada pelo diretor do Departamento da Administração, Finanças e Recursos Humanos, Dr. Antônio Iaia Pereira Silva Jau, e composta pelo diretor do Departamento da Estatística e Informática, Dr. Braima Turé, pelo assistente Informático, Eng. Mamadú Iaia Bari, pelo técnico do Departamento de Logística e Patrimônio, Sr. Alfa Nhaga, pelo técnico do Departamento de Educação Cívica e Formação do Eleitorado, Sr. Diamantino Gomes Barai, e pelo técnico do Departamento de Estatística e Informática, Sr. Moanesi Albano Quadé. Acompanharam a delegação a assessora Internacional substituta, Sra. Fernanda Jannuzzi, e o funcionário da ABC/MRE, Sr. Marcelo Santos.

5. O TSE recebeu, no dia 22 de agosto, visita do *Clerk* da Suprema Corte dos Estados Unidos da América, Dr. Scott Harris. A autoridade norte-americana,

além de palestrar sobre o tema A Tradição Eleitoral nos Estados Unidos da América e o Papel da Suprema Corte, encontrou-se com o secretário-geral da Presidência, Dr. Luciano Fuck.

6. O TSE recebeu, no dia 31 de agosto, visita de cortesia do presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau, Dr. Cipriano Cassamá, acompanhado da embaixadora da República da Guiné-Bissau, Dra. Eugénia Pereira Saldanha Araújo, e do cônsul honorário da Guiné Bissau em Salvador/BA, Dr. Adailton Maturino dos Santos.

7. O TSE recebeu, no dia 19 de setembro, alunos intercambistas da segunda edição de 2017 do Programa Teixeira de Freitas. Participaram da visita as estudantes María José León Varela (Chile) e Paula Molina Pulgarin (Espanha), acompanhadas do assessor-chefe, substituto da Assessoria de Assuntos Internacionais do Supremo Tribunal Federal, Dr. André Wollman. As intercambistas assistiram a uma apresentação sobre o sistema eleitoral vigente no Brasil feita pelo secretário-geral, Dr. Luciano Fuck, pelo coordenador de Infraestrutura da Secretaria de Tecnologia da Informação, Sr. Cristiano Andrade, e pelo assessor-chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais, Cons. Ciro Leal.

8. O TSE recebeu, no dia 17 de outubro, delegação do Tribunal Eleitoral do Panamá, composta pelos magistrados Heriberto Araúz Sánchez (presidente), Eduardo Valdéz Escoffery (vice-presidente) e Alfredo Juncá Wendehake (segundo vice-presidente). Os magistrados participaram de apresentação sobre a Justiça Eleitoral brasileira; de reunião sobre a jurisprudência de nulidade de eleições por gasto excessivo e mal uso de recursos públicos; de reunião sobre o financiamento dos partidos políticos e fiscalização de campanhas eleitorais; de visita ao Plenário e ao Museu do Voto; e de audiência com o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes.

9. O TSE recebeu, no dia 21 de novembro, comitiva composta pelas deputadas do Parlamento italiano Renata Bueno e Adriana Galgano e pelo vice-presidente da Câmara de Comércio Brasil-Itália, Dario Gallioni, do professor da Universidade de Roma Carlos Viega e da assessora Paola Andri. A delegação italiana assistiu à apresentação sobre o sistema brasileiro de votação eletrônica e à demonstração da urna eletrônica e, em seguida, foi recebida pelo presidente da Corte, Ministro Gilmar Mendes, ocasião em que se reiterou o interesse do lado italiano no estabelecimento de cooperação técnica com o TSE.

10. Assinaram-se os seguintes acordos de cooperação:

- Tribunal Superior Eleitoral do Brasil/Tribunal Eleitoral do Poder Judicial da Federação do México (TEPJF): o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, firmou convênio geral de colaboração com a Magistrada Janine Malassis, presidente do TEPJF, no dia 20 de março, com o objetivo de estabelecer mecanismos de cooperação interinstitucional, com a finalidade de fixar as bases para propor, promover e implementar projetos bilaterais e multilaterais de intercâmbio acadêmico e profissional, consulta, cooperação e assistência técnica sobre temas relacionados à matéria eleitoral e de interesse mútuo das partes.
- Tribunal Superior Eleitoral do Brasil/Tribunal Superior de Justiça Eleitoral do Paraguai (TSJE): o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, firmou memorando de entendimento com o Ministro Jaime Bestard Duschek, presidente do TSJE, e com a Ministra María Elena Wapenka Galeano, membro do TSJE, no dia 28 de março, com o objetivo de estabelecer uma cooperação permanente mediante a troca de informações, práticas e experiências no domínio eleitoral.

Trabalho conjunto para o aprimoramento do voto no exterior

1º Semestre

1. O Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF) lançaram, no dia 23 de fevereiro, em cerimônia realizada no Gabinete do presidente da Corte, Ministro Gilmar Mendes, o sistema *on-line* TítuloNet para o exterior, que permite solicitar alistamento eleitoral e transferência de domicílio, entre outros serviços. No mesmo ato, reativou-se, por meio da Portaria Conjunta nº 1/2017, o grupo de trabalho para a formulação de propostas para o aprimoramento continuado do processo eleitoral no exterior.

2. O Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF) mantiveram, no dia 10 de março, reunião do grupo de trabalho para a formulação de propostas para o aprimoramento continuado do processo eleitoral no exterior. Tratou-se, na ocasião, de buscar soluções técnicas para dificuldades na operacionalização do TítuloNet para o exterior.

2º Semestre

3. O Tribunal Superior Eleitoral e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF) mantiveram, no dia 25 de outubro, nesta Corte, reunião preparatória do grupo de trabalho para a formulação de propostas para o aprimoramento continuado do processo eleitoral no exterior. Tratou-se, na ocasião, de identificar as principais dificuldades antecipadas para as eleições gerais de 2018 no exterior.

4. O Tribunal Superior Eleitoral, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF) mantiveram, no dia 27 de outubro, no MRE, reunião do grupo de trabalho para a formulação de propostas para o aprimoramento continuado do processo eleitoral no exterior. Tratou-se, na ocasião, de organizar as principais demandas do Itamaraty e do TRE/DF a fim de preparar resolução do TSE sobre as eleições no exterior em 2018.

Eventos internacionais realizados pelo TSE

1º Semestre

1. O TSE, em parceria com a Câmara dos Deputados e com o apoio institucional do Instituto Internacional para Democracia e Assistência Eleitoral (Idea Internacional), realizou, nos dias 20 e 21 de março, o Seminário Internacional sobre Sistemas Eleitorais, cujo objetivo principal foi a discussão de alternativas para o sistema eleitoral brasileiro, por meio de troca de opiniões e avaliações entre participantes estrangeiros e nacionais. As discussões ocorreram no formato de painéis, com a participação de debatedores estrangeiros e brasileiros e a presença de um moderador, que, ao final das apresentações, estimulou discussões entre os debatedores e respondeu a perguntas do público. O seminário focou nos pontos positivos e negativos das experiências existentes nos países de origem dos convidados internacionais: Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, França, México e Países Baixos.

No dia 20, o seminário ocorreu no TSE e contou com a participação das seguintes autoridades:

- Ministro Gilmar Mendes, presidente do TSE;
- Yves Leterme, secretário-geral do Idea Internacional;
- Dr. Örjan Olsén;

- Torquato Lorena Jardim, ministro da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;
- Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO);
- Wolfgang Börnsen, ex-membro da Câmara dos Deputados da Alemanha;
- Tova Wang, especialista dos Estados Unidos;
- Ministro Admar Gonzaga;
- Ministro Dias Toffoli;
- Professor Bolívar Lamounier;
- Deputado Vicente Cândido (PT/SP);
- Frédéric Bouhon, especialista da Bélgica;
- Ministra Luciana Lóssio;
- Professora Maria Teresa Sadek;
- Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG);
- Hendrik van der Kolk, representante da Holanda;
- José Luis Vargas Valdés, magistrado do Tribunal Eleitoral do Poder Judicial da federação do México;
- Ministro Tarcísio Vieira;
- Professor Humberto Bergmann Ávila;
- Senador Romero Jucá (PMDB/RR);
- Lorenzo Córdova, presidente do Instituto Nacional Eleitoral (INE) do México;
- Marc Yves Gounin, membro do Conselho de Estado da França;
- Ministro Henrique Neves;
- Daniel Zovatto, diretor regional do Idea para América Latina e Caribe.

No dia 21, o seminário ocorreu na Câmara dos Deputados e contou com a participação das seguintes autoridades:

- Ministro Gilmar Mendes, presidente do Tribunal Superior Eleitoral;
- Deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara dos Deputados;
- Yves Leterme, secretário-geral do Idea Internacional;
- Wolfgang Börnsen, ex-membro da Câmara dos Deputados da Alemanha;
- Tova Wang, especialista dos Estados Unidos;
- Deputado Benito Gama (PTB/BA);
- Daniel Zovatto, diretor regional do Idea para América Latina e Caribe;
- Frédéric Bouhon, especialista da Bélgica;
- Lorenzo Córdova, presidente do Instituto Nacional Eleitoral (INE) do México;
- Deputado Vicente Cândido (PT/SP);
- Ministro Luiz Fux, vice-presidente do TSE;
- Marc Yves Gounin, membro do Conselho de Estado da França;
- José Luis Vargas Valdés, magistrado do Tribunal Eleitoral do Poder Judicial da Federação Mexicana;
- Hendrik van de Kolk, representante da Holanda;
- Deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA);
- Deputado Marcos Pestana (PSDB/MG).

2º Semestre

2. Nos dias 14 e 15 de setembro, o TSE realizou, na cidade de Foz do Iguaçu, a Reunião de Autoridades Eleitorais do Mercosul. Com o tema norteador das discussões Avanços e Desafios para a Democracia e os Sistemas Eleitorais, a reunião visou constituir espaço para que órgãos eleitorais máximos de cada país pudessem discutir experiências e avaliações sobre a democracia e os sistemas eleitorais. Participaram da reunião autoridades eleitorais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Uruguai, além de representantes do Human Rights Watch (Brasil); do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS Rio); do Instituto Interamericano de Direitos Humanos (IIDH/CAPEL) (Costa Rica); do

Instituto para Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA, sigla em inglês); da Organização dos Estados Americanos (OEA); e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (ONU/PNUD).

3. Entre os dias 28 a 30 de novembro, o TSE realizou, na cidade de Brasília, um programa de visitantes internacionais por ocasião da Edição 2017 do Teste Público de Segurança (TPS). Participaram das atividades representantes da Argentina, México, Organização dos Estados Americanos (OEA) e Zâmbia. Os visitantes participaram de apresentações sobre o sistema eleitoral brasileiro, a biometria e segurança do voto eletrônico, a Identificação Civil Nacional (ICN), e tiveram a oportunidade de participar de demonstração do funcionamento da urna eletrônica e de visitar o Network Operation Center (NOC) e a sala-cofre, além de observarem o desempenho dos planos de ataque aos *softwares* da Justiça Eleitoral realizados pelos *hackers* inscritos no TPS.

2.7. Assessoria de Plenário

Atividades finalísticas

À Assessoria de Plenário compete organizar e providenciar a publicação das pautas de julgamento, secretariar as sessões jurisdicionais, certificar as proclamações dos resultados, redigir as respectivas atas, elaborar e providenciar a publicação de editais de convocação de sessões extraordinárias e informar a presença dos ministros e do representante da Procuradoria-Geral Eleitoral, para efeito de pagamento da gratificação relativa ao exercício da função eleitoral.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DA UNIDADE REALIZADAS EM 2017

Ao longo do período de 1º de fevereiro a 28 de novembro de 2017, tem-se o seguinte:

- foram realizadas 75 sessões jurisdicionais, 53 sessões administrativas e 3 sessões solenes, totalizando 131 sessões;
- no período, foram julgados, em sessão, 2.237 processos.

2.8. Ouvidoria

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

A Ouvidoria tem por finalidade servir de canal de comunicação direto e efetivo entre o cidadão e o TSE, prestar informações e esclarecimentos institucionais, receber informações, consultas, sugestões, questionamentos, reclamações, críticas e elogios, auxiliar e incentivar ações que estimulem o exercício da cidadania, bem como atender aos pedidos de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527/2011.

Com base na Resolução-TSE nº 23.268/2010, que trata das atribuições da Central do Eleitor, hoje denominada de Ouvidoria, compete à unidade:

- prestar informações e esclarecimentos sobre atos praticados no Tribunal ou de sua responsabilidade;
- receber informações, sugestões, questionamentos, reclamações, denúncias, críticas, elogios sobre as atividades do Tribunal, encaminhar tais manifestações às unidades administrativas competentes e manter o interessado sempre informado sobre as providências adotadas;
- encaminhar ao corregedor-geral denúncias, relatos ou fatos que envolvam a sua competência funcional;
- interagir com as unidades internas para a solução dos questionamentos recebidos;
- sugerir à administração políticas tendentes à melhoria e ao aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pelas unidades, com base nas informações, sugestões, questionamentos, reclamações, denúncias, críticas e elogios recebidos;
- realizar, em parceria com outras unidades do Tribunal e dos TREs, eventos destinados ao esclarecimento dos direitos do eleitor e ao incentivo da participação popular no processo eleitoral;

- manter e garantir, a pedido, sempre que a circunstância exigir, o sigilo da fonte das sugestões, dos questionamentos, das reclamações, das denúncias, das críticas e dos elogios recebidos;
- encaminhar ao presidente do TSE relatório trimestral das atividades desenvolvidas pela Central do Eleitor;
- apresentar dados estatísticos acerca das manifestações recebidas e das providências adotadas pela Central do Eleitor.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

São as atividades da Ouvidoria:

i. prestação de atendimento ao público:

- eletronicamente, mediante formulário disponível na área da Ouvidoria, no portal do TSE, na Internet: <<http://www.tse.jus.br/eleitor/disque-eleitor/ouvidoria>>;
- por telefone, por meio dos números (61) 3030-8700 e 0800-648-0005;
- por correspondência endereçada ao TSE;
- pessoalmente, das 8h às 19h, na sala da Ouvidoria – SAFS, Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília/DF – Sala A-956; ou
- por *e-mail*, no endereço eletrônico ouv@tse.jus.br ou direcionado por outras unidades do TSE;

ii. atuação em parceria com outras unidades para viabilizar projetos de interesse do TSE.

Projetos

I. Normativos

Tendo em vista normativos legais vigentes e desatualização de outros relacionados às atividades da Ouvidoria, foram encaminhadas à Presidência do TSE sugestões de atualizações de resoluções. Estão em tramitação dois processos relacionados: SEI 2017.00.000004408-1 e 2017.00.000004021-3.

Foi proposta ainda a regulamentação das ouvidorias eleitorais, conforme o SEI 2017.00.000004404-9.

II. Adoção de mecanismos de aferição da satisfação dos cidadãos-usuários pela Justiça Eleitoral

A Ouvidoria do Tribunal Superior Eleitoral, por meio do Ofício-Circular-GAB/SPR (SEI 2017.00.000003594-5), solicitou aos TREs a adoção de mecanismos de aferição da satisfação dos cidadãos-usuários com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral, em atenção às recomendações constantes nas resoluções-CNJ nº 79 e nº 103.

Para atender às recomendações do CNJ, a Ouvidoria do TSE disponibilizou 3 urnas para avaliar serviços prestados no TSE. Devido à pequena circulação de pessoas no prédio, a adesão tem sido pequena. De junho até novembro foram preenchidas apenas 44 fichas de avaliação.

III. Apresentação do Sistema de Atendimento ao Cidadão às Ouvidorias dos Tribunais Regionais Eleitorais

Em 2017, a Ouvidoria do TSE recebeu a visita de representantes de 18 Ouvidorias interessadas em conhecer o Sistema de Atendimento ao Cidadão (SAC), utilizado para cadastro e tratamento das demandas. As apresentações foram realizadas de março a outubro para os seguintes TREs: Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

A iniciativa esteve relacionada às recomendações contidas nas resoluções-CNJ nº 79 e nº 103, considerando a orientação para adotar mecanismos de aferição da satisfação dos cidadãos-usuários com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral (SEI 2017.00.000004185-6).

IV. #PartiuMudar

A Ouvidoria é parceira da Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TSE) no projeto #PartiuMudar, realizado em parceria com a Unicef com o objetivo de contribuir para a educação política de jovens com idades entre 14 e 18 anos. O link para o formulário da Ouvidoria foi disponibilizado na página do projeto para o encaminhamento de dúvidas e quaisquer manifestações acerca do projeto. Os questionamentos recebidos são direcionados à EJE/TSE para manifestação.

V. Audiência pública – Fiscalização do tempo de exposição de candidatos em rádio e TV

Audiência foi realizada no dia 9 de novembro. Na ocasião, foi discutida com especialistas a influência dessas mídias no processo eleitoral. O plano de ação do evento consta do SEI nº 2017.00.000012728-9.

O relatório mencionado ainda está em fase de elaboração.

VI. Atualização da Carta de Serviços

Tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre a participação, a proteção e a defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, bem como os arts. 6º a 8º da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), a Ouvidoria iniciou tratativas para a atualização da Carta de Serviços ao Eleitor, disponível no site do TSE na Internet. O andamento do projeto consta do SEI nº 2017.00.000011517-5.

ESTATÍSTICAS

As tabelas seguintes revelam as estatísticas da Ouvidoria.

Quantidade de relatos (até 19.12.2017)

Mês	Quantidade	Percentual (%)
12	793	7,04
11	1.468	13,03
10	1.001	8,89
9	874	7,76
8	985	8,74
7	491	4,35
6	1.270	11,27
5	1.078	9,57
4	776	6,89
3	1.109	9,84
2	920	8,17
1	501	4,45
Total	10.261	100,00

Formas de recebimento das demandas

Formas de recebimento	Quantidade	Percentual (%)
Telefone	6.662	57,48
Internet	2.860	24,67
<i>E-mail</i>	1.701	14,68
Facebook	269	2,32
Carta	82	0,71
Pessoalmente	16	0,14
<i>Feedback</i>	1	0,00
Total	10.555	100,00

Tipos de manifestação

Tipo de relato	Quantidade	Percentual (%)
Informação	9.661	83,35
Reclamação	836	7,21
Lei de acesso à Informação	354	3,05
Denúncia	277	2,39
Sugestão	186	1,60
Curso à distância	182	1,57
Elogio	56	0,48
Agradecimento	23	0,20
Felicitações	12	0,10
Pesquisa	4	0,05
Total	10.557	100,00

Pesquisa de atendimento ao cidadão 2017

Mês	Índice de atendimento ao cidadão (%)
Jan.	82,10
Fev.	87,86
Mar.	89,22
Abr.	92,00
Maio	92,56
Jun.	96,45

(Continuação)

Mês	Índice de atendimento ao cidadão (%)
Jul.	94,33
Ago.	95,81
Set.	97,96
Out.	95,23
Nov.	95,67
Dez.	89,47
Anual	93,93

2.9. Secretaria Judiciária

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Secretaria Judiciária (SJD) compete o planejamento, a coordenação e a supervisão das atividades referentes ao processamento dos feitos físicos e eletrônicos submetidos à apreciação do Tribunal.

É composta pelas seguintes unidades:

- Assessoria de Apoio à Gestão (Asag);
- Assessoria do Processo Judicial Eletrônico (ASPJe);
- Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (Cpadi);
- Coordenadoria de Processamento (CPRO);
- Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare).

2.9.1. Assessoria de Apoio à Gestão da Secretaria Judiciária (Asag-SJD)

COMPETÊNCIAS

À Asag compete assessorar o secretário em todos os assuntos de interesse ou que envolvam a Secretaria Judiciária; apoiar as demais unidades da SJD nas questões administrativas e operacionais; e organizar eventos que envolvam a Secretaria e suas unidades, tais como encontros, palestras, treinamentos, viagens e reuniões diversas.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Elaboração de minutas de informações, despachos, decisões, memorandos e demais atos necessários ao andamento dos procedimentos administrativos e judiciais em geral.

Quadro de atividades

Atividade	Quantidade	Fonte
Elaboração de minutas de despachos em procedimentos administrativos e judiciais	665	SEI
Elaboração de minutas de memorandos em procedimentos administrativos e judiciais	28	SEI
Elaboração de minutas de informações em procedimentos administrativos e judiciais	8	SEI
Elaboração de minutas de ofícios em procedimentos administrativos e judiciais	21	SEI

2.9.2. Assessoria do Processo Judicial Eletrônico (ASPJe)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

I. Atividades

- planejamento e coordenação das ações necessárias à consecução das premissas e estratégias traçadas pelo Comitê Gestor Nacional do Processo Judicial Eletrônico da Justiça Eleitoral;
- garantia do alinhamento do Processo Judicial Eletrônico ao Planejamento Estratégico do Tribunal Superior Eleitoral.

Produtos: elaboração de minuta da Portaria nº 164/2017, que dispõe sobre a apresentação das prestações de contas anuais dos diretórios nacionais dos partidos políticos relativas ao exercício financeiro de 2016 e seguintes, por meio do Processo Judicial Eletrônico; elaboração de material e condução dos treinamentos de capacitação do PJe; mapeamento dos fluxos de trabalhos; definição de requisitos; elaboração de minuta de portaria ainda não publicada, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização do PJe para propositura e tramitação das seguintes classes: Ação Penal (AP); Apuração de Eleição (AE); Embargos à Execução (EE); Execução Fiscal (EF); Inquérito (Inq); Pedido de desaforamento (PD); Recurso em Habeas Corpus (RHC); Recurso em Habeas Data (RHD); Recurso em Mandado de Injunção (RMI); Recurso em Mandado de Segurança (RMS); Registro de Candidatura (RCAND); Registro de Comitê Financeiro (RCF); Revisão Criminal (RvC); Revisão do Eleitorado (RVE); Agravo de Instrumento (AI); Cancelamento de Registro de Partido Político (CRPP); Lista Tríplice (LT); Recurso Especial Eleitoral (REspe); Recurso Ordinário (RO); Registro de Partido Político (RPP); Correição (Cor); Recurso Eleitoral (RE); Recurso Criminal (RC); Registro de Órgão de Partido Político em Formação (ROPPF).

II. Atividade

- Pronúncia, em caráter especializado, sobre os assuntos pertinentes ao PJe.

Serviço: auxílio ao TSE na tomada de decisões que envolvam o PJe na Justiça Eleitoral.

III. Atividades

- promoção da integração entre as unidades impactadas, oferecendo-lhes orientação e suporte quanto à elaboração e ao desenvolvimento dos respectivos planos de ação;
- prestação de suporte negocial às unidades do Tribunal que utilizam o PJe e aos usuários externos do sistema (Ministério Público, advogados, Defensoria Pública).

Serviço: atendimento de suporte e ajustes nos fluxos conforme o caso.

IV. Atividades

- representação do TSE em reuniões, eventos e grupos de trabalho relacionados ao PJe com o CNJ;
- inclusão de assunto na classe Direitos Políticos – PJe (Processo-SEI nº 728-3);
- criação da Comissão CAND-PJe (Processo-SEI nº 1022-5);
- realização de treinamento do PJe no TRE/CE pela servidora Renata Martinez Talim Dias (Processo-SEI nº 1422-0);
- acompanhamento dos testes de carga do peticionamento das prestações de contas do exercício financeiro de 2016;
- realização de treinamento do PJe no TSE para os TREs de Mato Grosso, Paraná, Piauí, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe (Processo-SEI nº 9299-4);
- realização de treinamento do PJe no TRE/RN pela servidora Renata Martinez Talim Dias (Processo-SEI nº 2850-7);
- criação de Fórum de Discussões – Representação Nacional – PJe (Processo-SEI nº 3096-2);

- relatório de avaliação de receitas e despesas primárias referentes ao primeiro bimestre de 2017 (Processo-SEI nº 3183-4);
- realização de treinamento do PJe no TRE/AL pela servidora Mariana Carvalho Barbosa Nogueira (Processo-SEI nº 3190-7);
- realização de treinamento do PJe no TRE/RR pela servidora Renata Martinez Talim Dias (Processo-SEI nº 3190-7);
- realização de treinamento do PJe no TRE/MS pela servidora Renata Martinez Talim Dias (Processo-SEI nº 3190-7);
- realização de treinamento do PJe no TRE/PE pela servidora Renata Soares Catão (Processo-SEI nº 3991-6);
- realização de treinamento do PJe no TRE/SE pela servidora Renata Martinez Talim Dias (Processo-SEI nº 3991-6);
- realização de treinamento do PJe no TRE/MT pela servidora Renata Martinez Talim Dias (Processo-SEI nº 3991-6);
- realização de treinamento do PJe no TRE/PI pela servidora Ana Paula de Freitas Araújo Paiva (Processo-SEI nº 4419-7);
- realização de treinamento do PJe no TSE para os TREs de Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Rondônia e Bahia (Processo-SEI nº 9299-4);
- realização de treinamento do PJe no TRE/PR pela servidora Mariana Carvalho Barbosa Nogueira (Processo-SEI nº 4419-7);
- realização de treinamento do PJe no TRE/SP pelo servidor Beni dos Santos Mello (Processo-SEI nº 4419-7);
- criação de ferramenta: inclusão no PJe da funcionalidade “incluir lembrete” (Processo-SEI nº 6935-1);
- realização de treinamento do PJe no TRE/RJ pelo servidor Beni dos Santos Mello (Processo-SEI nº 7142-9);
- realização de treinamento do PJe no TRE/AC pela servidora Mariana Carvalho Barbosa Nogueira (Processo-SEI nº 7142-9);
- realização de treinamento do PJe no TRE/BA pela servidora Renata Martinez Talim Dias (Processo-SEI nº 8603-5);

- realização de treinamento do PJe no TRE/RO pela servidora Ana Paula de Freitas Araújo Paiva (Processo-SEI nº 8603-5);
- realização de treinamento do PJe no TRE/MA pela servidora Mariana Carvalho Barbosa Nogueira (Processo-SEI nº 8603-5);
- realização de treinamento do PJe no TRE/PA pelo servidor Ruy Silva Tavares de Arruda (Processo-SEI nº 8603-5);
- realização de treinamento do PJe no TSE para os TREs de Amapá, Espírito Santo e Minas Gerais (Processo-SEI nº 9299-4);
- realização de treinamento do PJe no TRE/ES pela servidora Mariana Carvalho Barbosa Nogueira (Processo-SEI nº 9672-3);
- realização de treinamento do PJe no TRE/MG pela servidora Renata Martinez Talim Dias (Processo-SEI nº 9672-3);
- realização de treinamento do PJe no TRE/AP pelo servidor Ruy Silva Tavares de Arruda (Processo-SEI nº 9672-3);
- criação de ferramenta – Plenário Virtual – PJe;
- levantamento do fluxo das zonas eleitorais;
- levantamento das atividades do revisor nos TREs;
- ajustes dos seguintes fluxos no Bizagi: “Ato de Comunicação”, “Ato de Comunicação Corregedoria”, “Classes Originárias”, “Cumprimento de Determinação”, “Elaboração de Acórdão e Resolução”, “Elaboração de Acórdão e Resolução – Gabinete”, “Elaboração de Documentos Asepa”, “Extrato da Ata”, “Lançamento de Movimentos”, “Preparação de Ato Judicial”, “Preparação de Decisão Colegiada”, “Processar Atividades no Processo – Corregedoria” e “Processar Atividades no Processo”;
- construção dos fluxos: “Elaboração de Documento Registros Partidários”, “Elaboração de Documento SJD ao Magistrado” e “Elaboração de Documento STI”.

Serviço: auxiliar o TSE na tomada de decisões que envolvam o PJe no Poder Judiciário nacional, de acordo com as especificidades da Justiça Eleitoral.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Projeto: implantação do PJe – projeto voltado à implantação do PJe nos 22 TREs restantes em 2017 (Santa Catarina, Ceará, Distrito Federal, Alagoas, Roraima, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Mato Grosso, Piauí, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Rondônia, Acre, Pará, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo e Amapá) em 2016, nas seguintes classes processuais: Ação Cautelar (AC), *Habeas Corpus* (HC), *Habeas Data* (HD), Mandado de Injunção (MI) e Mandado de Segurança (MS) – Portaria-TSE nº 395/2015. Classes de correedoria: Coincidência (CO), Direitos Políticos (DP) e Regularização de Situação de Eleitor (RS), todas regulamentadas pelo Provimento-CGE nº 7; além das seguintes classes processuais: Processo Administrativo (PA), Consulta (CTA), Representação (RP), Reclamação (RCL), Prestação de Contas (PC), Conflito de Competência (CC), Lista Tríplice (LT), Ação Rescisória (AR), Suspensão de Segurança (SS), Petição (PET), Propaganda Partidária (PP), Revisão de eleitorado (RVE), Criação de Zona Eleitoral (CZER), Exceção (EXC), Instrução (INST), Registro de Partido Político (RPP), Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED), essas regulamentadas pela Portaria-TSE nº 1.143/2016.

Planejamento estratégico: iniciativa voltada à tramitação eletrônica de processos judiciais e administrativos, contribuindo para a celeridade de tramitação dos processos.

Andamento do projeto: 44% concluído. O PJe foi implantado no TSE em 24 de agosto de 2015, cumprindo com exatidão o cronograma de implantação, e conta, na data de 3 de novembro de 2017, com 7.086 processos na base de dados do TSE.

2.9.3. Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição (Cpadi)

A Coordenadoria de Registros Partidários, Autuação e Distribuição é composta de três seções:

- Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (Sedap);
- Seção de Autuação e Distribuição (Seadi);
- Seção de Classificação Processual e Montagem (Seprom).

Seção de Gerenciamento de Dados Partidários (Sedap)

COMPETÊNCIAS

À Sedap compete, precipuamente, o gerenciamento de dados partidários.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A unidade resumiu na tabela seguinte as atividades de seu escopo.

Atividade	Quantidade	Fonte
Anotações de órgãos partidários/delegados nacionais (delegados – 25/órgãos partidários – 43)	68	SGIP
Anotações de dados de partidos em formação	72	SAPF
Sistema de Gerenciamento de Informações Partidárias (SGIP) – utilização e suporte a usuários	Suporte a usuários via telefone e <i>e-mail</i>	Altiris
Sistema de Apoio a Partido em Formação (SAPF) – utilização e suporte a usuários	Suporte a usuários via telefone e <i>e-mail</i>	Altiris
Cadastro de usuários do sistema SGIP	111	SGIP
Cadastro de usuários do sistema SAPF	72	SAPF
Atualização da página dos partidos do TSE – a cada alteração de estatuto, de data, horário, emissora geradora de propaganda partidária	93	

Seção de Classificação Processual e Montagem (Seprom)

COMPETÊNCIAS

À Seprom compete, precipuamente, a protocolização e montagem de autos decorrentes de petições originárias de natureza jurisdicional e recursos oriundos dos TREs.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A unidade resumiu nas tabelas seguintes as atividades de seu escopo.

Petições/processos protocolizados, registrados e encaminhados

Unidade de destino	Quantidade
Coare	1.314
CPRO	3.575
Cpadi	1.944
CGE	108
Sedap	1.131
Asepa	18
SPR	6
Gabinetes de ministros	34
Total	8.030

Montagens e atualizações de montagens

Atividade	Quantidade
Montagens de processos	1.939
Atualizações de montagens de processos	2.781
Total	4.720

Seção de Autuação e Distribuição (Seadi)

COMPETÊNCIAS

À Seadi compete, precipuamente, a atualização e distribuição de petições originárias e recursos oriundos dos TRES.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A unidade resumiu nos quadros seguintes as atividades de seu escopo.

Relatórios gerados no SADP (processos físicos)

Processos distribuídos	Processos redistribuídos	Processos atualizados
1.892	1.128	2.638

Relatório gerado no PJE (processos eletrônicos)

Processos distribuídos

448

2.9.4. Coordenadoria de Processamento (CPRO)

A Coordenadoria de Processamento possui três unidades internas – as seções de Processamento I, II e III –, nas quais são realizados os atos de apoio à jurisdição, relativos às publicações, comunicações urgentes, citações, informações processuais, controle de prazos, juntadas, registro de recursos, certificações, atendimento ao público, conclusão de processos e remessa de documentos e feitos a outros órgãos.

Essas atividades são realizadas tendo como interlocutores as partes, os advogados, a Secretaria-Geral da Presidência e os gabinetes dos ministros.

Como os atos de escrivão têm por finalidade o cumprimento às determinações legais relativas ao rito dos processos, bem como àquelas estabelecidas nos casos concretos pelos ministros da Corte, a CPRO se relaciona ao processo interno “Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional”, na medida em que se busca eficiência na prática dos atos cartorários como meio de viabilizar a rápida disponibilidade dos processos aos relatores.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Tomando-se, exclusivamente, as atividades de processos físicos, a partir de dados coletados do SADP, foram observados os seguintes quantitativos:

Atividades	Qtde.
Registros de trânsito em julgado	2.075
Recursos registrados (inclusive pedidos de reconsideração)	1.432
Publicações no <i>DJE</i>	4.876
Juntadas simples (inclusive “por linha”)	3.395
Cargas e vistas a advogados, MPE, DPU, PFN ou AGU	4.512
Registro de decurso de prazos	3.542
Conclusões a ministros	5.368
Processos ou documentos baixados	2.622
Sobrestamentos	131

(Continuação)

Atividades	Qtde.
Apensamentos	16
Atos ordinatórios	541
Devoluções de autos e recebimento de documentos	19.895
Solicitações de expedição para outros órgãos	2.480

Com relação à tramitação eletrônica dos feitos eleitorais, ressalta-se que o sistema PJe/CNJ não distingue as unidades da mesma forma como se encontra estruturado o Tribunal, de modo que os quantitativos coletados, mostrados a seguir, englobam a Coordenadoria de Processamento e a Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções:

Atividades	Qtde.
Registros de trânsito em julgado	256
Petições intermediárias	4.904
Conclusões a ministros	1.241
Decursos de prazo	1.659
Acórdãos encaminhados para assinatura	231
Atos de comunicação cumpridos pessoalmente	149
Atos de comunicação expedidos pelos Correios	60
Atos de comunicação expedidos via sistema	1.306
Atos de comunicação publicados no <i>DJE</i>	1.700
Juntadas de documentos feitas pelos servidores	4.580
Processos baixados	379

A unidade foi designada coordenadora do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 832/2017, com a incumbência de definir e validar os requisitos para sistemas relacionados à extração de dados estatísticos do PJe, voltados para divulgação no Portal da Transparência.

Teve continuidade a colaboração da CPRO com a Secretaria de Tecnologia da Informação, a Assessoria do Processo Judicial Eletrônico e a Assessoria de Gestão Estratégica na formulação e aferição de regras de negócio para implementações e extração de dados, bem como para o aperfeiçoamento de sistemas.

Nesse contexto, registra-se a participação da CPRO na definição de regras negociais do Sistema de Registro de Pesquisas Eleitorais (PesqEle), com destaque para a evolução prevista, para 2018, que permitirá a notificação eletrônica das empresas pelo próprio sistema, de modo a se dispensar a utilização de fac-símile para a notificação das decisões autorizadoras de acesso aos sistemas

internos de controle dos institutos (Lei nº 9.504/1997, art. 34, § 1º), assim dispensando-se a utilização de fax ou envio de documentos pelos Correios.

2.9.5. Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare)

À Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções (Coare) compete planejar, coordenar e executar as atividades referentes à transcrição dos apanhamentos orais realizados nas sessões plenárias, com vistas à composição dos acórdãos e resoluções do TSE e suas respectivas publicações, bem como o processamento dos recursos deles advindos.

A Coare é a unidade responsável por disponibilizar os acórdãos e resoluções destinados à publicação da *Revista de Jurisprudência* e do *Informativo TSE*.

Ela é integrada por três seções: a Seção de Produção de Notas Oraís (SPnotas), a Seção de Montagem de Acórdãos e Resoluções (Semar) e a Seção de Processamento e Publicação de Acórdãos e Resoluções (Separ).

À SPnotas compete a transcrição dos pronunciamentos havidos nas sessões plenárias para o fim de lavratura das atas das sessões de julgamento e de composição dos acórdãos e resoluções do Tribunal, assim como a degravação de audiências públicas e de oitivas de testemunhas, quando requerido pelo relator ou pelo presidente.

A Semar é responsável pela lavratura dos acórdãos e resoluções do Tribunal a partir da disponibilização dos respectivos relatórios, votos e ementas pelos gabinetes dos relatores.

À Separ compete a realização de atos processuais decorrentes das decisões colegiadas. Estão aqui incluídos a triagem de processos, a publicação dos acórdãos e resoluções no órgão de imprensa oficial, a contagem dos prazos processuais, o processamento dos recursos advindos das decisões colegiadas do Tribunal, mais especificamente, embargos de declaração, recurso extraordinário, recurso ordinário e pedido de reconsideração eventualmente interpostos, a conclusão dos autos aos respectivos relatores, a publicação de intimações, o cumprimento de despachos e decisões, o atendimento aos clientes internos e externos.

Na Separ, também são processados os pedidos de execução de julgado pleiteados em face de acórdãos do Tribunal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Autos de transcrição

**Transcrição de reuniões de grupos de trabalho e audiências de testemunhas
 (dados extraídos em 16.11.2017)**

Total	
Reuniões de grupos de trabalho	1
Audiências de testemunhas	11

Lavratura de acórdãos e resoluções

Acórdãos e resoluções lavrados (dados extraídos em 16.11.2017)

Total de acórdãos e resoluções lavrados	
Acórdãos*	1.286
Resoluções	24

* Foram considerados os acórdãos relativos aos processos físicos e aos eletrônicos.

Publicação de acórdãos e resoluções

Acórdãos e resoluções publicados (dados extraídos em 16.11.2017)

Total de publicações	
Acórdãos*	1.403
Resoluções	24

* Foram considerados os acórdãos relativos aos processos físicos e aos eletrônicos.

Processamento de recursos

Recursos registrados e processados (dados extraídos em 16.11.2017)

Total de recursos registrados e processados*	
Agravo regimental	520
Embargos de declaração	365
Embargos infringentes	0

(Continuação)

Total de recursos registrados e processados*	
Recurso extraordinário	203
Recurso ordinário	3
Recurso inominado	0
Pedido de reconsideração	2

* Somente foram extraídos dados relativos a recursos registrados em processos físicos. Dados extraídos do SADP.

Com relação à tramitação eletrônica dos feitos eleitorais, ressalta-se que o sistema PJe/CNJ não distingue as unidades da mesma forma como se encontra estruturado o Tribunal, de modo que os quantitativos coletados registrados a seguir englobam a Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções e a Coordenadoria de Processamento:

Atividades	Qtde.
Registros de trânsito em julgado	1.058
Petições intermediárias	1.036
Conclusões a ministros	1.546
Decursos de prazo	1.262
Acórdãos encaminhados para assinatura	1.271
Atos de comunicação cumpridos pessoalmente	26
Atos de comunicação expedidos pelos Correios	22
Atos de comunicação expedidos via sistema	157
Atos de comunicação publicados no <i>DJE</i>	2.694
Juntadas de documentos feitas pelos servidores	1.855
Processos baixados	2.427

2.10. Secretaria de Gestão da Informação

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Secretaria de Gestão da Informação (SGI) compete a gestão da informação em seus diferentes suportes, com ênfase em doutrina, jurisprudência, legislação, conteúdos Web, editoração e comercialização, gestão documental

e desenvolvimento de ações que buscam resgatar e preservar a memória da instituição e da Justiça Eleitoral.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Análise e divulgação de jurisprudência e legislação

A SGI, por meio de unidades a ela vinculadas, além de realizar atendimento ao público interno e externo, é responsável pela manutenção e atualização da base de dados de jurisprudência do TSE. Para tanto, são feitas a análise e a indexação dos acórdãos e das resoluções do Tribunal, em processo que envolva a catalogação e o registro de outros dados da decisão na base de dados de jurisprudência.

Na seleção de decisões colegiadas, para inclusão na base de jurisprudência do Tribunal até outubro de 2017, foram analisadas 982 decisões, equivalentes a 1.342 quando se aplica o fator de correção no número de páginas, e passaram por seleção prévia 1.458 decisões, publicadas em 212 *DJEs* do TSE. Além disso, foi feito o acompanhamento diário em 262 *DJEs* do STF para busca de decisões em matéria eleitoral, tendo sido descartadas 142, selecionadas 94 e anotadas 66 no campo de observação no espelho da decisão objeto de recurso, disponível no sistema SJUR.

Até outubro de 2017, 67 sessões plenárias do TSE foram acompanhadas *in loco*, das quais foram selecionados 146 julgados para subsidiar produtos e auxiliar no atendimento da pesquisa de jurisprudência.

De janeiro a outubro de 2017, foram indexadas 194 decisões colegiadas do TSE, que equivalem a 436 quando se aplica o fator de equiparação de dificuldade pelo número de páginas do documento (acerto). No começo de outubro, havia 1.062 decisões colegiadas pendentes de indexação na base de dados.

A SGI, por meio das unidades a ela subordinadas, elabora os conteúdos das seguintes publicações: *Código eleitoral anotado e legislação complementar*; *Instruções do TSE: Eleições*; *Revista de Jurisprudência do TSE*; *Coletânea de jurisprudência do TSE: organizada por assunto* (disponível apenas em versão eletrônica); *Julgados históricos*; *Tabela de prazos de desincompatibilização*; e *Glossário eleitoral*.

Para a atualização da publicação eletrônica *Coletânea de jurisprudência do TSE: organizada por assunto*, foram analisadas, entre janeiro e outubro de 2017, 643 ementas ou notas substitutivas, que foram cotejadas com 5.691 ementas já constantes da publicação, para 325 itens de assunto da *Coletânea*.

Em setembro de 2017, foi concluída revisão da análise de itens da publicação. O conteúdo da obra está atualizado até 31 de julho de 2017.

No tocante ao *Código eleitoral anotado e legislação complementar*, foram redigidas 614 notas e revisadas 1.181. O conteúdo na Web foi atualizado com regularidade.

Outros serviços regulares oferecidos pela SGI são: Legislação Compilada, InfoSeleg e Infoseleg Saúde (enviados por *e-mail* aos usuários cadastrados); seleção de matérias dos diários oficiais de interesses da Justiça Eleitoral (SinTSE) e atualização da página Normas Aplicadas ao TSE.

No serviço Legislação Compilada, foram incluídos 901 atos normativos (portarias, resoluções, instruções normativas, provimentos, ordens de serviço, portarias conjuntas), reanalisados 2.746, revisados 2.229 e publicados 2.101. Até outubro de 2017, houve inclusão, reanálise e revisão de todas as portarias publicadas entre 2014 e 2017, inclusão e reanálise das publicadas em 2012 e 2013 e inclusão das portarias de 2011.

A SGI é responsável também pelo atendimento aos usuários externos e internos interessados em pesquisar a jurisprudência do Tribunal. Dos 403 atendimentos realizados neste ano, 261 tramitaram pelo sistema Máximo. No total, foram atendidas 72 solicitações feitas pela Ouvidoria, 26 de inteiro teor e 44 sobre assuntos diversos.

A nova versão do Sistema de Jurisprudência (SJUR, versão 3) foi implementada no TSE em junho de 2017. Desde então, sempre que há interesse dos tribunais regionais eleitorais, a SGI promove treinamentos sobre indexação de acórdãos e resoluções. Em 2017, passaram pelo treinamento o TRE/AL e o TRE/PE.

Estrutura administrativa

Conforme determinado pela Resolução-TSE nº 23.513, de 21 de março de 2017, a Seção de Legislação, antes vinculada à Coordenadoria de Biblioteca, Legislação e Museu, da SGI, passou a compor a estrutura da Coordenadoria de Jurisprudência da Secretaria.

Eventos

- **8º Encontro da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral**

Objetivo: compartilhar o conhecimento técnico e atender às demandas de informações bibliográficas dos tribunais integrantes.

Principais atividades: palestras, apresentações e eleição do comitê gestor para o biênio 2018/2019.

Realização: 6 e 7 de novembro de 2017.

- **1º Encontro da Rede de Memória da Justiça Eleitoral**

Objetivo: compartilhar experiências, informações técnicas e demais ações relativas à gestão da memória da Justiça Eleitoral e da história das eleições no Brasil.

Principais atividades: palestras, apresentações e eleição do comitê gestor para o biênio 2018/2019.

Realização: 8 e 9 de novembro de 2017.

Exposições, publicações e memória institucional

Ao longo de 2017, a SGI coordenou a produção e a abertura das seguintes exposições:

- 20 Anos da Urna Eletrônica, transferida do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE), no Rio de Janeiro/RJ, e aberta ao público no Edifício-Sede do TSE a partir de 31 de maio de 2017;
- 85 Anos do Voto Feminino, inaugurada no edifício-sede do TSE em 8 de março de 2017 e reinaugurada no CCJE em 15 de agosto de 2017;
- Hans Kelsen, inaugurada no Edifício-Sede do TSE em 10 de outubro de 2017.

O prédio onde está instalado o CCJE, reativado no fim de 2016, foi usado como locação para filmagem das novelas *Tempo de Amar* e *Apocalypse*, respectivamente, da Rede Globo e da RecordTV, mediante contrapartida financeira prevista em contratos firmados com as redes de tevê interessadas e revertida na aquisição de bens para o Centro. Em 2017, o CCJE abrigou, ainda, o projeto Livro Vivo e o Festival Cultura.RIO.

Em 2017, a SGI adotou diversas medidas para viabilizar o pleno funcionamento do CCJE. Para tanto, foram tomadas, entre outras, providências visando à limpeza, conservação e manutenção de itens diversos do prédio, como telhado, esgotamento sanitário, rede elétrica, rede hidráulica, iluminação, ar-condicionado, etc.

Dentre as publicações editoradas pela SGI ao longo de 2017 destacam-se:

Produto	Serviço	Tipo de publicação
Livro <i>Presidentes Tribunal Superior Eleitoral: 2017 a 1932</i> (em andamento)	Identidade visual Editoração Revisão de texto	Impressa
<i>Catálogo institucional do TSE</i> (em andamento)		Web e impressa
<i>Boletim interno</i> (mensal)		Web
Revista <i>Estudos eleitorais</i> (trimestral)		Web e impressa
<i>Linha sucessória de ministros do TSE</i> (em andamento)		Impressa
Agenda 2018		Impressa
<i>Manual de identidade visual TSE/2017</i> (em andamento)		Impressa
<i>Série Sustentabilidade e acessibilidade na Justiça Eleitoral</i> (em andamento)		Web
<i>Manual do sistema SEI</i>		Web
<i>Reformulação de produtos eleitorais para as Eleições 2018</i> (em andamento)		Impressa
<i>Manual do mesário 2018</i> (em andamento)		Impressa
<i>Informativo TSE</i>		Web e impressa
<i>Código Eleitoral anotado e legislação complementar</i> (13ª edição) (em diagramação)		Web e impressa
<i>Revista de Jurisprudência</i> (fascículos 26.3, 26.4 e 27.1)		Web

Gestão documental

A SGI é responsável ainda pelo acervo documental do TSE, nas fases intermediária e permanente, e pelo assessoramento das atividades de arquivo corrente das unidades do Tribunal. Compete a ela a transferência, o recolhimento, o tratamento técnico-arquivístico, a classificação, a aplicação da Tabela de Temporalidade de Documentos, a preservação e a conservação do acervo documental, bem como a garantia de acesso às informações contidas nos documentos sob sua custódia pelos usuários internos e externos.

Em 2017, os resultados referentes a essas atribuições foram os seguintes:

Atividades	Quant.
Pesquisas internas e externas de acordo com a Lei de Acesso à Informação	537
Pesquisas de documentos eletrônicos	71
Atendimentos ao público interno e externo referentes aos sistemas de documentos eletrônicos gerenciados pela SGI	621
Produção de intercaladoras (camisas) e espelhos de identificação	1.028
Arquivamento de documentos e processos	3.472
Desarquivamento de processos	94
Empréstimo de documentos e processos	205
Devolução de empréstimo	205
Devolução às unidades (por erro de paginação, etc.)	35
Classificação de documentos e processos	3.026
Controle de qualidade do áudio e vídeo das mídias digitais encaminhadas para arquivamento	106
Transferência e acondicionamento de pastas funcionais	2.519
Outras atividades (conferência, remanejamento de caixas arquivo, digitalização de processos, etc.)	16.893

Quanto ao Projeto de Higienização e Conservação Apae-DF, os dados referentes a 2017 são os seguintes:

Material	Caixa-arquivo com movimentação de mapas de apuração
Quantidade total de mapas restaurados	653
Procedimentos	Higienização, pequenos reparos, retirada de mofos e insetos

Material	Livros/obras raras 1º lote – 23 livros 2º lote – 55 livros 3º lote – 23 livros 4º lote – 22 livros
Quantidade total de livros higienizados	123

(Continuação)

Procedimentos Fase I	<ul style="list-style-type: none"> • Higienização, retirada de mofos e insetos • limpeza capa/aplicação antifúngico • fichas técnicas (fichas de registro I, II, III, IV) • registro fotográfico • envelopamento do material tratado
----------------------	---

Na gestão de documentos eletrônicos, cabem à SGI, por meio de unidades a ela vinculadas, a digitalização de documentos e a conversão de formatos sempre que necessário, para a migração de suporte físico para o meio digital. Até novembro de 2017, foram migrados 5.192 documentos, perfazendo o total de 488.251 páginas.

Em abril, foi implantado o Sistema de Inteiro Teor de Documentos (SitDoc), ferramenta que substituiu o Sistema de Inteiro Teor de Acórdãos e Resoluções (Itar), com o propósito de otimizar a gestão de documentos eletrônicos pelas unidades responsáveis vinculadas à SGI.

O TSE e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região assinaram, em maio, termo de cooperação técnica para uso do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) por toda a Justiça Eleitoral. Na ocasião, foi implementada a versão 3.0 do sistema, a qual oferece recursos que permitem o aumento de produtividade no uso da ferramenta, como a criação de marcadores, a visualização de documento a documento no Bloco de Assinatura e a possibilidade de pesquisa dentro do próprio processo. Os novos recursos da ferramenta foram apresentados aos usuários por meio de guia prático e de realização de eventos internos de treinamento.

No âmbito da preservação dos documentos eletrônicos, em outubro de 2017 foi apresentada a proposta de diretrizes pela Comissão Permanente de Gestão de Documentos Digitais, instituída pelo Comitê de Gestão Documental da Justiça Eleitoral.

Internet e intranet

A SGI, por meio de unidades a ela vinculadas, é responsável pela gestão de conteúdos da intranet e do portal do TSE e pelo desenvolvimento de projetos que envolvam experiência do usuário, arquitetura da informação, usabilidade, navegabilidade e interface/leiaute. Além disso, provê suporte diário via *chat*, *e-mail* e telefone aos 24 tribunais regionais que aderiram ao Projeto Portal,

com uso do Plone, ferramenta de gestão de conteúdos (Content Management System). Também publica o *Diário da Justiça Eletrônico (DJE)*, o *Boletim Interno* e o *Informativo TSE*.

No período de 1º de janeiro de 2017 a 24 de outubro de 2017, foram atendidos 1.816 chamados referentes à intranet, à Internet e ao gerenciamento do uso do Plone. Nesse período, as páginas do portal do TSE foram acessadas 54.968.603 vezes; as da intranet, 3.750.990. Os sítios que fazem parte do Projeto Portal da Justiça Eleitoral têm 17.361 páginas, das quais 2.806 são do TSE. A intranet do TSE tem 1.978 páginas.

Atendendo a demandas da Presidência e da Ascom e com efetiva participação dos tribunais regionais eleitorais, os portais da Justiça Eleitoral passaram por reformulação, aderindo às mais modernas técnicas de experiência de usuário (UX), que contribuiriam para a melhoria da usabilidade, além de oferecer novas funcionalidades aos usuários.

Em novembro, foi implementada a nova versão do Espaço do Servidor na intranet.

Durante o ano, foram criadas e publicadas as seguintes páginas no portal do TSE: Calendário de Eleições Suplementares, Pré-Atendimento Eleitoral no Exterior, Campanha Biométrica, Prestação de Contas no PJe – Exercício 2016, CCJE, Eleições Suplementares do Amazonas, Pesquisa Referente às Metas da Justiça Eleitoral para 2018 em Cumprimento a Determinação do CNJ, Agendas dos Gestores e Pauta de Julgamento, com a inclusão do PJe. Na intranet, foram criadas as páginas da SCI e da Comissão Permanente de Ética e de Sindicância.

Foram atendidas, ainda, as demandas pela criação de *hotsites* para os seguintes eventos:

- Seminário Reforma Política e Eleitoral no Brasil;
- Debates;
- Teste Público de Segurança 2017;
- A Tradição Eleitoral nos Estados Unidos da América e o Papel da Suprema Corte;
- #PartiuMudar;
- V Fórum de Tecnologia da Informação (intranet).

Prestação de serviços às demais unidades do Tribunal

Está sob a responsabilidade de unidades vinculadas à SGI a gestão de 15 contratos, entre eles o de prestação de serviço de revisão de textos e os de confecção de formulários eleitorais:

Contratações	Produtos
Eleitorais	Título eleitoral, RAE, RJE e Código Eleitoral
Terceirização (prestação de serviço)	Revisão de textos Serviços gráficos Serviços Web Serviços editoriais
Manutenção	Impressoras e equipamentos gráficos de grande porte
Prestação de serviço	Serviços gráficos Material de consumo gráfico Banco de imagens

A SGI confecciona produtos gráficos do Tribunal e presta serviços de impressão e de reprografia. No período de 1º de janeiro de 2017 a 23 de outubro de 2017, foram produzidos, entre impressos e cópias, o total de 389.395 folhas. Além disso, foram comercializadas 820 unidades da 12ª edição do *Código Eleitoral anotado e legislação complementar* e 55 unidades da revista *Estudos eleitorais*.

Em 17 de março de 2017, foi assinada com a empresa IGB a Ata de Registro de Preços-TSE nº 9/2017, para aquisição e entrega de até 60 milhões de formulários de títulos eleitorais. Em 10 de abril de 2017, a Justiça Eleitoral celebrou com a empresa o contrato nº 24/2017 para fornecimento de 50 milhões de títulos a 20 TREs e ao TSE, com saldo restante em ata de 10 milhões.

Ainda em relação aos títulos eleitorais, atuando em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, a SGI realizou refile em 1 milhão e 112 mil títulos eleitorais, que foram usados no rezonamento no decorrer do ano.

Outros produtos gráficos confeccionados pelas unidades subordinadas à SGI incluem cartões de visita, cartões de cumprimento, certificados, placas de sinalização, impressos de grande dimensão na impressora *plotter*, calendários, carteiras funcionais, formulários de licenças médica e odontológica, etc. Por meio desses e outros produtos, a Secretaria prestou apoio, até novembro de 2017, a diversos eventos do Tribunal, dentre os quais se destacam os seguintes:

Eventos	Tipos de produtos	
<i>Workshop</i> de Auditorias Integradas da Justiça Eleitoral		
Encontro Nacional de Secretários Judiciários		
Seminário Internacional sobre Sistemas Eleitorais		
Seminário Reforma Política e Eleitoral no Brasil		
V Fórum de Tecnologia da Informação		
Exposição 85 Anos do Voto Feminino no Brasil		
VII Encontro Nacional de Escolas Judiciárias Eleitorais		
I Fórum de Assédio Moral e Organizacional da Justiça Eleitoral		
Protocolo de Avaliação do Trabalho e dos Riscos Psicossociais		
Reunião de Autoridades Eleitorais do Mercosul		
8º Encontro da Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (em andamento)		
1º Encontro da Rede de Memória Eleitoral (em andamento)		
Teste Público de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação (em andamento)		Identidade visual
Posse dos Ministros Tarcisio Vieira, Admar Gonzaga, Sérgio Banhos, Carlos Horbach, Jorge Mussi e Luis Felipe Salomão		Editoração
Fiscalize Legal		
Exposição Hans Kelsen		
Exposição 20 Anos da Urna Eletrônica		Revisão de texto
Lançamento do <i>Anuário da Justiça Brasil 2017</i>		Impressões*
Avaliação Gerencial		
Projeto #PartiuMudar		
Ciclo de Debates EJE		
Audiência Pública: Fiscalização do Tempo de Exposição de Candidatos em Rádio e TV		
Programa Educativo 2017		
Conscientização sobre o Exame Periódico de Saúde		
Palestra do Sr. Scott Harris		
Lançamento do Sistema SEI 3.0		
Campanha Hepatite Zero		
X Jornada de Qualidade de Vida		

*As impressões envolvem cartazes, *banners*, totens, saias de mesa, convites, prisms, certificados, crachás, livretos, fôlderes, entre outros, em quantidade conforme a importância e o porte do evento.

Produtos eleitorais

Em 2017, a SGI reformulou a identidade visual de diversos impressos eleitorais, como lacres de segurança, cartelas de etiquetas das urnas eletrônicas, caderno de votação, atas de mesa de votação e Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE). Os produtos com os novos leiautes têm sido objeto de experimentação em eleições suplementares realizadas ao longo do ano.

Protocolo

Por meio da Seção de Protocolo Administrativo e Expedição (Seprot), a SGI recebe, registra, seleciona, indexa, classifica e distribui os documentos que entram em trâmite no Tribunal. É responsável também pela expedição e baixa dos processos judiciais. Além de preparar os documentos para serem expedidos nos Correios, a unidade também realiza a entrega de documentos em órgãos públicos localizados no Distrito Federal.

Compete à unidade a fiscalização do Contrato-TSE nº 79/2012 e os procedimentos necessários para contratação de produtos e serviços diversos oferecidos pelos Correios. Em 2017, o custo com o contrato foi de R\$146.392,23.

A seguir, estão registrados os quantitativos envolvidos nas atividades cotidianas do protocolo ao longo deste ano:

Atividades	Quant.
Documentos recebidos – ECT, balcão, fax e correio eletrônico	16.098
Atendimentos aos usuários – protocolo e expedição	8.067
Total de expedições (processos, pacotes e envelopes)	12.965
Total de documentos digitalizados	5.346

Com o intuito de melhorar as atividades e rotinas do protocolo do Tribunal, ao longo de 2017 foi posto em prática plano de ação que envolveu iniciativas como mudança no leiaute da Seprot e devolução de móveis e equipamentos inservíveis ao Almoxarifado do TSE, além de proposição às unidades do TSE de adequações no fluxo e controle de documentos. O resultado da implementação do Plano de Ação da Seprot consta do Processo SEI nº 2017.00.000001929-0.

Status dos projetos e planos de ação da SGI

Estão em andamento na SGI os seguintes projetos:

Centro Cultural da Justiça Eleitoral

- busca de soluções viáveis para garantir acessibilidade aos usuários do CCJE, no que diz respeito tanto ao acesso físico ao prédio como aos conteúdos das exposições e demais ações culturais e educativas que ocorrem no local;
- revitalização e restauro artístico do CCJE;
- aprimoramento do atendimento das pesquisas de informações históricas.

Exposições, publicações e memória institucional

I. Exposição A Justiça Eleitoral e o Caminhar da Democracia no Brasil

Objetivo: retratar a história da democracia brasileira, desde a criação da Justiça Eleitoral, em 1932, até os dias atuais.

Status: finalizado.

Abertura: 15 de dezembro de 2017.

II. Livro *Presidentes Tribunal Superior Eleitoral: 2017 a 1932*

Objetivo: resgatar e divulgar a memória da Justiça Eleitoral brasileira com base na atuação dos ministros que presidiram o TSE desde sua criação, em 1932, até os dias atuais.

Status: em produção.

Previsão de lançamento: dezembro de 2017.

III. Catálogo institucional bilíngue

Objetivo: divulgar informações sobre a Justiça Eleitoral e sobre o TSE, registrando sua história, sua missão e seu papel na formação da democracia brasileira.

Status: em produção.

Previsão de lançamento: fevereiro de 2018.

IV. Série de livros sobre a memória jurisprudencial do TSE

Objetivo: divulgar a jurisprudência do TSE com base no resgate da atuação de ministros do Tribunal já falecidos.

Status: em fase de contratação dos pesquisadores e de levantamento de decisões que subsidiarão a pesquisa.

Previsão de lançamento do primeiro volume: 2018.

V. Linha sucessória dos ministros efetivos do TSE

Objetivo: sistematizar e mostrar a evolução da composição das vagas do Tribunal desde sua criação até os dias atuais, identificando a origem e o histórico de sucessão das vagas.

Status: em produção gráfica.

Previsão de conclusão: dezembro de 2017.

VI. Livro *Código Eleitoral anotado e legislação complementar*

Objetivo: lançar a 13ª edição impressa, atualizada até 2017.

Status: em preparação dos originais.

Previsão de lançamento: 2018.

VII. Inventário e organização do acervo da reserva técnica do Museu do TSE

Objetivo: salvaguardar os objetos museológicos, potencializar seu acesso e ampliar os usos possíveis por meio da informação nele contida.

Principais atividades: configuração do sistema, elaboração de plano de arranjo e acondicionamento, inventário.

Status: em andamento.

Previsão de conclusão: abril de 2018.

Gestão documental

I. Implementação da nova versão da Biblioteca Digital

Objetivo: melhorar a navegabilidade da Biblioteca Digital, tornando a interface mais amigável, intuitiva e adaptável às tecnologias *mobile* (*tablets* e *smartphones*).

Principais atividades: atualização da versão do DSpace, implementação de funcionalidades na ferramenta e alteração do leiaute da página da Biblioteca Digital.

Status: em andamento.

Previsão de conclusão: dezembro de 2017.

II. Conservação curativa das obras raras da Biblioteca

Objetivo: promover a higienização e a conservação curativa do acervo da Coleção Especial e de Obras Raras da Biblioteca do TSE.

Status: em andamento.

Previsão de conclusão: julho de 2018.

Observação: o plano de ação está sendo realizado em parceria com a Coordenadoria de Gestão Documental e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae).

III. Homologação da nova versão do SJUR

Objetivo: conferir maior celeridade ao tratamento das decisões, na medida em que elas estarão disponíveis no sistema de forma automática tão logo ocorra a publicação; economia de material, uma vez que a análise das decisões poderá ser feita no monitor e não mais em papel; otimização da gestão dos bancos de dados, mediante novas ferramentas que o sistema oferece; e maior eficiência nas rotinas de trabalho, propiciada pelas novas funcionalidades do sistema.

Status: em fase de testes e de aprimoramento da interface.

Previsão de conclusão: dezembro de 2017.

Internet e intranet

Reformulação da intranet

Objetivo: aprimorar a navegabilidade e usabilidade, a fim de melhorar a experiência do usuário. Os conteúdos mais acessados serão reposicionados de forma a terem mais destaque, com base na medição estatística propiciada pela ferramenta Google Analytics.

Status: em fase de inventário de conteúdos, com construção de mapa mental, e de desenvolvimento de nova arquitetura da informação.

Previsão de conclusão: julho de 2018.

A seguir, encontram-se enumerados os resultados dos indicadores relativos ao portal do TSE:

Indicador estratégico	Índice de acessibilidade ao portal do TSE
Objetivo estratégico	Garantia dos direitos de cidadania
O que se mede	Pontuação do portal do TSE em ferramenta de medição de acessibilidade
Para que medir	Avaliar a acessibilidade do portal do TSE aos usuários com deficiência e restrições transitórias
Quem mede	SGL
Quando medir	Mensalmente
Como medir	Ferramenta de medição de acessibilidade
Fonte	<i>Sites:</i> < www.acessibilidade.gov.pt/accessmonitor > e < http://asesweb.governoeletronico.gov.br/ases >
Metas	2015: alcançar a pontuação 6.5 no <i>site</i> até o final do exercício 2016: alcançar a pontuação 7.0 no <i>site</i> até o final do exercício Metas alcançadas.
Histórico	Pontuação (verificação mensal) 2015: janeiro a abril, 6.4; maio a novembro, 6.9; dezembro, 9.0 2016: janeiro a março, 8.9; abril, 9.0; maio a novembro, 10 2017: janeiro, 10; fevereiro a outubro, 9,5

Protocolo

Atualização do Sistema de Postagem

Objetivo: aperfeiçoar o Sistema de Postagem de Correspondências.

Status: em fase de testes do novo sistema de postagem.

Previsão de conclusão: janeiro de 2018.

3. Secretaria do Tribunal

3.1. Assessoria de Gestão Estratégica

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

A Assessoria de Gestão Estratégica é a unidade responsável por assessorar o diretor-geral na elaboração e monitoramento da estratégia institucional, assim como prestar suporte às unidades do TSE para que essas possam pôr em prática esta estratégia. Este suporte acontece de diversas maneiras, entre elas: gerir o portfólio de projetos do Tribunal, prestando assessoramento técnico às unidades no planejamento, no monitoramento, na execução e no encerramento de seus projetos estratégicos; coordenar o Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral; colaborar para a disseminação e adoção de boas práticas de governança institucional; gerir a política de riscos do TSE; gerir as metodologias de processos, projetos, riscos e qualidade aplicadas no âmbito do Tribunal; prestar assessoramento técnico para a sistematização, inovação e melhoria contínua dos processos de trabalho.

Também estão entre as atribuições da Assessoria a consolidação de informações para subsidiar relatórios e esclarecimentos relativos à gestão estratégica e executiva, inclusive quanto às estatísticas processuais e eleitorais. Ademais, cabe também à AGE a realização de estudos e relatórios gerenciais e estatísticos para subsidiar políticas institucionais e decisões setoriais.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE (A PARTIR DE 12.5.2017)

Rezzoneamento

Conforme diretrizes definidas nas resoluções-TSE nº 23.422/2014, nº 23.512/2017 e nº 23.520/2017 e na Portaria-TSE nº 207/2017, os tribunais regionais eleitorais realizaram ajustes nas zonas eleitorais das capitais e interior dos estados e do Distrito Federal.

Trata-se, portanto, da primeira etapa de processo de modernização na dinâmica de atendimento ao público na Justiça Eleitoral. Tal modelo inova ao criar os postos de atendimento ao eleitor, que realizarão as atividades relacionadas à manutenção do cadastro eleitoral, à logística de eleições e ao recebimento de documentos dos partidos e candidatos.

Assim, a Assessoria de Gestão Estratégica prestou apoio na análise das propostas de rezonamento apresentadas pelos TREs. A equipe de estatística do Tribunal forneceu apoio técnico e apreciou 126 processos de rezonamento, compreendendo propostas encaminhadas pelos 27 tribunais regionais, além de esclarecimentos prestados a outros tribunais e órgãos de controle externo.

As resoluções encaminhadas pelos tribunais regionais eleitorais instituindo os ajustes realizados em suas zonas eleitorais foram homologadas pela Corte do TSE em 23 de novembro de 2017 (PA nº 0604176-71.2017.6.00.0000).

A seguir, o número de zonas extintas, por estado:

UF	Capital	Interior	Total
AC	1	0	1
AL	0	13	13
AM	0	10	10
AP	0	3	3
BA	1	4	5
CE	0	14	14
DF	2	0	2
ES	1	7	8
GO	1	37	38
MA	3	3	6
MG	0	47	47
MS	0	5	5
MT	2	1	3
PA	1	5	6
PB	0	9	9
PE	3	26	29
PI	0	24	24
PR	0	20	20
RJ	48	36	84

(Continuação)

UF	Capital	Interior	Total
RN	0	9	9
RO	3	3	6
RR	0	0	0
RS	0	8	8
SC	1	7	8
SE	1	6	7
SP	0	33	33
TO	0	2	2
Total	68	332	400

As zonas eleitorais extintas serão, a critério de cada TRE, transformadas em postos de atendimento, provendo estrutura que dê continuidade aos serviços prestados ao eleitor.

Espera-se que, com a economia de recursos oriunda da extinção de zonas, novos postos de atendimento sejam criados e zonas eleitorais remanejadas para áreas com maior necessidade. Dessa forma, pretende-se ampliar a capilaridade da Justiça Eleitoral e melhorar o atendimento à população sem a necessidade de aumento de custos.

Rede de Governança da Justiça Eleitoral

O titular da Assessoria de Gestão Estratégica representa o TSE na Rede de Governança da Justiça Eleitoral e é, ainda, coordenador permanente do comitê gestor que faz parte desta. Entre as atribuições da Rede está a responsabilidade de consolidar propostas e acompanhar as Metas Nacionais do Poder Judiciário relativas ao segmento Justiça Eleitoral.

Em 2016 e 2017, a AGE esteve presente nas reuniões preparatórias para as versões X e XI, respectivamente, do Encontro Nacional do Poder Judiciário, evento promovido anualmente pelo CNJ. Além da apresentação dos relatórios Justiça em Números, as reuniões têm como objetivo a formulação das metas nacionais e específicas para cada segmento do Poder Judiciário.

I. X Encontro Nacional do Poder Judiciário

Com o intuito de propor metas a serem aprovadas no X Encontro Nacional, os tribunais que compõem a Justiça Eleitoral organizaram seus processos

participativos para discutir e elaborar propostas de metas para a Justiça Eleitoral em 2017.

As propostas trazidas pela Rede foram debatidas durante a 2ª Reunião Preparatória, na qual foram definidas as seguintes metas para a Justiça eleitoral para o ano de 2017:

julgar mais processos que os distribuídos;

dar mais celeridade e produtividade na prestação jurisdicional;

identificar e julgar processos prioritários;

regulamentar o Sistema de Governança e Gestão;

adotar mecanismo permanente de aferição da satisfação dos cidadãos-usuários com os serviços prestados pela Justiça Eleitoral e atingir grau de satisfação de 80%.

II. XI Encontro Nacional do Poder Judiciário

No Encontro de Assesores de Gestão Estratégica da Justiça Eleitoral, que aconteceu nos dias 27 e 28 de junho de 2017, representantes da Rede deliberaram que, para 2018, seria proposta, durante as reuniões preparatórias para o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, a manutenção das seguintes metas para a Justiça Eleitoral, já vigentes em 2017:

- julgar mais processos que os distribuídos;
- dar mais celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; e
- identificar e julgar processos prioritários.

Por fim, foi aprovada a proposição de mais uma meta específica para a Justiça Eleitoral, definida por meio de consulta aos públicos interno e externo.

A opção mais votada, “Educação eleitoral – Promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do consciente”, foi incluída como uma das metas propostas para a Justiça Eleitoral em 2018.

A proposta de metas consolidada pela Rede de Governança foi submetida à votação durante a 1ª Reunião Preparatória para o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorreu em 4 e 5 de setembro de 2017. Sofrendo poucas alterações, as metas foram definitivamente aprovadas na 2ª Reunião

Preparatória para o XI Encontro Nacional do Poder Judiciário, ocorrida em 20 e 21 de setembro de 2017:

- julgar mais processos que os distribuídos;
- julgar processos mais antigos;
- identificar e julgar com prioridade as ações que possam importar em não diplomação ou perda de mandato eletivo, fixando-se prazo máximo de julgamento por instância;
- promover ações voltadas ao esclarecimento sobre os direitos e deveres do eleitor, a importância do ato de votar, a autonomia do eleitor na escolha do candidato e o exercício do consciente.

Planejamento Estratégico

O atual plano estratégico do TSE, aprovado pela Resolução-TSE nº 23.439, de 12 de março de 2015, e com vigência prevista até 2020, foi proposto levando em consideração os macrodesafios do Poder Judiciário, conforme editados pelo CNJ na Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela Resolução-CNJ nº 198, de 1º de julho de 2014.

O acompanhamento da execução do plano demonstrou, no entanto, lacunas entre o documento e a realidade institucional. Diversos fatores influenciaram o contexto organizacional do TSE, implicando mudanças no direcionamento estratégico da instituição:

- a necessidade de inclusão de determinações legais e regulamentações editadas por órgãos de controle e gestão, como o TCU e o CNJ. Destacamos aqui a grande relevância de temas como governança de aquisições, gestão de riscos, e governança de pessoas, dentre outros que não estão explícitos no plano vigente;
- a atualização do plano em relação às diretrizes estratégicas da Justiça Eleitoral, que foram originalmente propostas em 2015, mas nunca aprovadas. Após exame por parte desta AGE, e consulta aos TREs, o conjunto de diretrizes foi revisado e nova proposta foi delineada, conforme Processo-SEI nº 2017.00.000008140-8. Assim, a revisão do plano tem como um de seus norteadores as diretrizes recentemente propostas;

- o conjunto de indicadores e iniciativas presentes no plano eram segmentadas por unidades, o que descaracterizava as ações intersetoriais e isolava a atuação das secretarias;
- fatores externos, como a Emenda Constitucional nº 95/2016, que instituiu medidas para estabelecimento de limites para gastos públicos, e cortes orçamentários.

A Assessoria de Gestão Estratégica deu início ao processo de revisão do plano em 30 de agosto de 2017. Uma das principais premissas do trabalho era, desde o início, promover a participação e o engajamento das unidades do Tribunal, fator considerado essencial para a execução da estratégia planejada. Assim, os gestores de nível estratégico deste Tribunal foram convidados a participarem das reuniões para revisão do plano.

Ao longo de seis reuniões, o grupo de gestores revisou todo o plano, elaborando novos textos para a *missão* e a *visão de futuro* do órgão, modificou o rol de *valores organizacionais* e definiu *objetivos estratégicos*, além das *iniciativas estratégicas* a eles relacionadas. Finalizadas as reuniões, coube à AGE consolidar o material e dar início ao trabalho de elaboração de *indicadores* para acompanhamento dos objetivos estratégicos.

Foram, então, realizadas quatro reuniões posteriores, cada uma tratando de um grupo de objetivos estratégicos, e com a presença de representantes das unidades cujo trabalho mais impactava aqueles objetivos. Assim, com a condução da AGE, em especial da equipe de estatística, cada grupo sugeriu indicadores que fossem adequados para o acompanhamento dos objetivos estratégicos em pauta.

Concomitantemente, esta AGE realizou pesquisa *on-line*, divulgada pela intranet, para a participação de todos os servidores e colaboradores. O objetivo era coletar sugestões de ações e projetos que pudessem compor o painel de contribuições para execução do Planejamento Estratégico até 2021. Além disso, os participantes tiveram a oportunidade de opinar sobre os objetivos estratégicos e iniciativas, sugestões que, caso validadas pelo grupo de gestores participantes da revisão, poderiam ser acolhidas. A pesquisa ficou disponível para respostas de 16 a 20 de outubro de 2017, e contou com 61 participantes.

Após a realização das reuniões em grupo para a definição de indicadores, coube à AGE, com a colaboração das unidades impactadas, a definição das características e metas de cada indicador previamente selecionado. Para tanto, foram realizadas reuniões com as unidades.

Com o intuito de validar as sugestões realizadas por servidores e colaboradores na pesquisa *on-line*, assim como os indicadores selecionados e o texto final do plano revisado, foi encaminhado por *e-mail*, em 27 de outubro de 2017, documento para análise dos participantes. Em seguida à validação dos gestores, o documento final com as alterações no plano estratégico foi consolidado por esta AGE e submetido à análise superior para posterior aprovação.

Proposta de normativos

A Assessoria de Gestão Estratégica propôs alguns normativos no decorrer da gestão:

Normativo proposto	Descrição	Status (até 28.11)
Diretrizes da Justiça Eleitoral	Propõe conjunto de diretrizes estratégicas para a Justiça Eleitoral (SEI 2017.00.000008140-8 e PA 0604178-41.2017.6.00.0000).	Em análise pela Presidência do Tribunal
Rede de Governança da Justiça Eleitoral	Atualização do normativo sobre composição da Rede de Governança colaborativa, de acordo com critérios estabelecidos pelo CNJ.	Publicada (Portaria-TSE nº 515 de 11 de julho de 2017)
Regulamento da Secretaria do Tribunal	Descrição das atribuições das unidades e cargos gerenciais do TSE (SEI 2017.00.000008445-2).	Em análise na Assessoria Jurídica do TSE
Política de Aquisições	Aprimoramento da governança de aquisições no âmbito do TSE; cumprimento de recomendação feita pelo TCU (SEI nº 2017.00.000006027-3).	Em análise na Assessoria Jurídica do TSE
Política de Gestão de Riscos	Institui a gestão de riscos no TSE; cumprimento de recomendação feita pelo TCU (SEI nº 2017.00.000000483-7).	Em análise pela Presidência do Tribunal

(Continuação)

Normativo proposto	Descrição	Status (até 28.11)
Governança da Justiça Eleitoral	Institui a política de governança da Justiça Eleitoral.	Em análise pelo grupo de diretores-gerais da Justiça Eleitoral

Arquitetura de processos

O conhecimento dos processos de trabalho de uma organização é insumo essencial para o acompanhamento do plano estratégico, o fortalecimento de práticas de governança, a revisão da cadeia de valor da organização, a identificação dos processos críticos, a implementação de melhorias de processos, entre outras contribuições ao bom funcionamento institucional.

Assim, na gestão do Ministro Gilmar Mendes, foram identificados os processos de trabalho a partir da cadeia de valor do TSE. Os produtos desse trabalho de levantamento dos processos foram:

- mapa da arquitetura dos processos do TSE;
- documento de escopo de cada processo, composto por partes integrantes do processo: normativos que possam impactar processo, descrição e objetivo, indicadores, interfaces de entrada e saída, atores envolvidos, sistemas/instrumentos;
- mapa de relacionamento, que representa a relação das unidades com os processos identificados.

Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral

I. Revisão do Programa de Qualidade

Considerando a oportunidade de disseminar boas práticas de gestão da qualidade na Justiça Eleitoral voltadas à promoção do uso eficiente dos recursos públicos e ao atendimento às necessidades do cidadão, o Tribunal Superior Eleitoral instituiu o Programa de Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE), por meio da Portaria-TSE nº 584 de 25 de novembro de 2011.

Os requisitos estabelecidos no normativo, utilizados para promover e avaliar os sistemas de gestão da qualidade implantados na Justiça Eleitoral, foram

baseados na ISO 9001:2008, norma de certificação da qualidade à época vigente. Em 2015, no entanto, a referida ISO 9001 foi atualizada, ensejando a necessidade de proposição de modificações nas regras do PQJE.

As atualizações propostas foram encaminhadas por meio do Processo-SEI nº 2017.00.000010541-2, e se encontram sob análise.

II. Auditorias realizadas

Foram realizadas, em 2017, as seguintes auditorias:

- TRE/GO: escopo “Gestão do Processo Eleitoral, envolvendo a execução dos processos de Planejamento de Eleições, Registro de Candidaturas, Trâmite Judicial, Publicação de Acórdãos, Prestação de Contas e Diplomação” – realizada nos dias 5 e 6 de abril de 2017.
- TRE/PR: escopo Autuação e distribuição dos processos nas classes *habeas corpus*, mandado de segurança e ação cautelar – realizada em 15 de dezembro de 2017.

Gestão de projetos

I. Monitoramento e controle em programas, projetos e planos de ação

A AGE realiza o monitoramento e o controle de Programas, Projetos e Planos de Ação no TSE. O objetivo é prestar apoio em todas as fases do ciclo (iniciação, planejamento, execução e encerramento), colaborando com a identificação de riscos e na aplicação da metodologia de gestão de projetos.

No decorrer desta gestão, a AGE monitorou 50 programas, projetos e planos de ação. Destes, 17 foram cancelados ou suspensos.

A seguir, a lista dos 33 programas, projetos e planos de ação já encerrados ou em execução no decorrer da gestão:

Nome da iniciativa	Unidade	Fase
PA – Plano de Logística Sustentável	DG	Encerrado
Eleições 2016 – PA – Gestão do GT Mesários	SGP	Encerrado
Eleições 2016 – PA – Produção de treinamentos	SGP	Encerrado
Eleições 2016 – Relatório das eleições 2016	DG	Encerrado
Avaliação das Eleições 2016	DG	Encerrado

(Continuação)

Nome da iniciativa	Unidade	Fase
PA – Relatório de Gestão do Exercício de 2016	DG	Encerrado
Eleições 2016 – PA – Ações integradas na Justiça Eleitoral para aperfeiçoar a comunicação institucional	Ascom	Encerrado
Programa Eleições 2016	DG	Encerrado
PA – Política de Aquisições	DG	Execução
PA – 1ª Audiência Pública da Ouvidoria do TSE	Presidência	Execução
PA – Implementação da nova versão do Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	SIG	Execução
PA – Arquitetura de Processos do TSE	DG	Execução
Processo Judicial Eletrônico na JE – Gestão 2016-2018	SJD	Execução
Processo Judicial Eletrônico na JE – Gestão 2016-2018	SJD	Execução
Melhoria do Processo de Folha de Pagamento	DG	Execução
PA – Ordem do Mérito 2017	Presidência	Execução
Criação do Painel Estratégico da Justiça Eleitoral	DG	Execução
Gestão de Riscos	DG	Execução
Eleições 2018 – Produção de materiais instrucionais para mesários	SGP	Execução
Eleições 2018 – Produção de Treinamentos	SGP	Execução
Melhoria da Governança e Gestão de Aquisições do TSE	SCI	Execução

II. Revisão da metodologia

Foi identificada a necessidade de evolução do modelo de gerenciamento de projetos aplicado no TSE, adicionando inovações metodológicas e adequações ao contexto organizacional do Tribunal. Além disso, a revisão de metodologia tem ainda como objetivo a integração entre a metodologia de gestão de projetos aplicada na Secretaria de Tecnologia da Informação do TSE com aquela utilizada pela Assessoria de Gestão Estratégica.

A revisão da metodologia está sendo conduzida pela AGE, com apoio técnico da prestadora de serviços Algar, por meio do Contrato-TSE nº 0020/2015, Ordem de Serviço nº 0142/2017.

Gestão de processos

I. Melhoria de processos

Responsável por apoiar as unidades do TSE em seus processos de melhoria de processos de trabalho, a AGE iniciou, em outubro de 2017, trabalho

de mapeamento e identificação de melhorias de processos na Seção de Pagamentos, unidade da Coordenadoria de Pessoal, na Secretaria de Gestão de Pessoas.

Além disso, a AGE também realiza mapeamento e apoio à documentação de processos de trabalho na Assessoria de Comunicação do TSE.

Páginas de estatísticas das eleições

As páginas de estatísticas das eleições têm como objetivo divulgar dados consolidados e estatísticas dos pleitos. O usuário poderá encontrar informações a respeito do eleitorado, das candidaturas, dos resultados das eleições e, futuramente, dos processos.

É feito um trabalho de manutenção e validação dos dados frequentemente.

Estatísticas do eleitorado

O usuário poderá consultar informações como quantitativo de eleitores com ou sem biometria, eleitores por grau de instrução, faixa-etária, sexo e a evolução do eleitorado ao longo dos anos. Também é possível cruzar essas informações, segundo abrangência selecionada pelo cliente.

Estatísticas de candidaturas

Nessa página, estão disponíveis as informações consolidadas a respeito dos candidatos ao pleito segundo cargo, grau de instrução, ocupação, faixa etária, situação de candidatura, partido, motivo de cassação/indeferimento, sexo, cor/raça e estado civil. Também é possível obter os quantitativos resultantes dos cruzamentos dessas variáveis.

Estatísticas de resultados

A página visa facilitar a divulgação do resultado das eleições, de maneira diferente do Divulga Resultados. O usuário é capaz de consultar informações acerca de cargo, faixa etária, ocupação, partido, sexo, cor/raça dos candidatos eleitos.

Estatísticas processuais das eleições

A página Estatísticas Processuais das Eleições ajuda na divulgação de informações processuais, assim como a página Estatísticas Processuais, porém trata apenas dos processos relativos às eleições. O usuário pode verificar essas

estatísticas de processos conclusos, decisões, número de processos de registros de candidatos por cargo, por situação de candidatura, situação de totalização assim como decisões proferidas por relator. É possível exportar a lista desses processos em cada quadro.

Repositório de dados eleitorais

O Repositório de Dados Eleitorais visa atender os pesquisadores com os dados brutos das eleições. Assim, os pesquisadores podem encontrar os dados brutos acerca de eleitorado, candidaturas, vagas, resultados e prestação de contas dos pleitos.

A estatística do TSE é responsável por gerir e dar suporte ao repositório de dados eleitorais, um compêndio de tabelas com dados brutos das eleições gerais a partir de 1945, e das municipais a partir de 1996, no qual se permite a ampla consulta e possibilita o trabalho de estudiosos e pesquisadores. A cada processo eleitoral, é disponibilizado aos cidadãos um novo conjunto de dados de perfil do eleitorado, de candidatos, de resultados e de prestação de contas de campanha.

Está sendo feito um trabalho de validação dos dados de anos anteriores, além da padronização dos nomes das colunas.

Manutenção e validação dos dados do RDE.

Fornecimento de informações e dados estatísticos ao público externo e interno

Atendimento a relatos encaminhados pela Ouvidoria, que encaminha todos os pedidos relativos a dados quantitativos do TSE à AGE. Os dados são consolidados e repassados à AIC para atendimento às demandas do público externo.

Além dos atendimentos via Ouvidoria, a AGE atende demandas de informação e esclarecimentos por telefone e *e-mail*. Os atendimentos visam sanar as dúvidas que os pesquisadores possuem quanto aos dados disponibilizados pelo TSE, além de atender a solicitações de dados que não estão disponibilizados diretamente na Internet.

A AGE informa, mensalmente, o resultado da votação, por partido, para o cargo de deputado federal para a Secretaria de Administração (SAD), a fim de subsidiar a distribuição do Fundo Partidário. A periodicidade dessas informações se faz necessária devido às frequentes retotalizações das eleições, que ocorrem em decorrência do julgamento de recursos de registros de candidaturas, alterando, assim, a destinação dos votos a candidatos *sub judice*.

A AGE é a responsável por fornecer informações acerca do resultado das eleições, a fim de subsidiar processos judiciais.

Elabora, também, pareceres e estudos estatísticos para a Presidência do Tribunal.

Apoio técnico da equipe de estatística às outras unidades do TSE

- Apoio técnico na revisão dos indicadores internos da Secretaria de Gestão de Pessoas;
- apoio técnico e elaboração de relatório para a Pesquisa de Mesários feita pela SGP e Agel.

Justiça em Números

São medidas informadas, semestralmente, as estatísticas do Sistema Justiça em Números do CNJ. Principal fonte das estatísticas oficiais do Poder Judiciário, anualmente, desde 2004, o Relatório Justiça em Números divulga a realidade dos tribunais brasileiros, com muitos detalhamentos da estrutura e litigiosidade, além dos indicadores e das análises essenciais para subsidiar a gestão judiciária brasileira.

Página de estatísticas processuais

A página Estatísticas Processuais, disponível no *site* do TSE, ajuda na divulgação de informações processuais, como o número de processos baixados, autuados e tramitando. São, também, disponibilizadas estatísticas por classe, tipo, situação e localização. As informações podem ser acessadas separadamente para cada ministro da Corte.

Metas Nacionais – CNJ

O TSE informa, mensalmente, as estatísticas do Sistema de Metas Nacionais do CNJ. O sistema de metas possibilita o acompanhamento pelo CNJ do cumprimento das metas nacionais, definidas anualmente.

Módulo de Produtividade Mensal – CNJ

São informadas, mensalmente, as estatísticas do Módulo de Produtividade do CNJ. O módulo possibilita o acompanhamento mensal da litigiosidade e da produtividade dos magistrados e dos gabinetes.

Relatório das Eleições 2016

Criação do conteúdo, formulação dos textos, tabelas e gráficos, diagramação e revisão do *Relatório das Eleições 2016*. A publicação, realizada em meio digital, consiste em dados compilados acerca de eleitorado, candidaturas, prestação de contas, novidades das eleições e resultados.

3.2. Assessoria Jurídica

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

A Assessoria Jurídica (Asjur) tem como atividades finalísticas:

- normas: elaboração e revisão de anteprojetos de lei e propostas de resoluções, instruções normativas e outros atos administrativos;
- pronunciamentos jurídicos: elaboração de pareceres, informações, estudos, consultas, especialmente no âmbito do Direito Administrativo;
- licitações: exame, aprovação e questões interpretativas relacionadas a editais, cartas-convite, contratos, convênios, alterações ou aditamentos contratuais e manifestação prévia quanto à dispensa ou inexigibilidade de licitação;
- instrução processual: instrução processual ou de procedimentos administrativos encaminhados à Diretoria-Geral;
- apreciação de recursos: apreciação de recursos interpostos ao diretor-geral e às demais unidades da Secretaria do Tribunal;
- legislação de pessoal: análise de manifestações proferidas pela SGP, a fim de subsidiar a tomada de decisão do diretor-geral e do presidente deste Tribunal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

O quadro demonstrativo a seguir apresenta o quantitativo de processos analisados pela Assessoria Jurídica, separados por tipo e por mês.

Tipo de documento	2016*	2017**
Análise jurídica	56	83
Chancela	262	189
Informação	40	134
Informação (reclamação trabalhista)	15	58
Ofício	63	99
Pareceres	472	647
Total	908	1.210

* A partir de maio de 2016.

**Dados atualizados até 16.11.2017.

Status das atividades previstas até o fim da gestão

Além do cumprimento das atividades finalísticas, a Asjur coordena atualmente o grupo de trabalho instituído pela Portaria-TSE nº 435/2017, cujo objeto é a atualização do *Guia prático de fiscalização de contratos administrativos*.

3.3. Assessoria de Gestão Eleitoral

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Assessoria de Gestão Eleitoral (Agel) cabe assessorar o diretor-geral na implementação e no monitoramento dos processos e procedimentos relacionados à gestão das eleições.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Criada por meio da Resolução-TSE nº 23.513, de 21 de março de 2017, a Agel tem como principal escopo a gestão de todos os processos relacionados ao pleito eleitoral, seja monitorando os processos, seja fazendo parte da realização das atividades.

Nesse sentido, descreve-se a seguir, de forma sucinta, as atividades em que a Assessoria esteve envolvida. Ressalte-se que tais atividades serão devidamente explicitadas no próximo tópico.

i. Normatização do pleito eleitoral:

- gerenciamento do plano de ação para elaboração das instruções;
- participação nas atividades relacionadas à elaboração das instruções.

ii. Aquisições eleitorais:

- identificação das necessidades de aquisição;
- planejamento do cronograma de aquisições autorizadas;
- monitoramento dos processos licitatórios.

iii. Teste Público de Segurança (TPS):

- participação como membro da comissão organizadora do Teste Público de Segurança 2017.

iv. Inovações para as eleições de 2018:

- participação em grupos de trabalho destinados à modernização do pleito eleitoral.

v. Participação em grupos e comissões.

As atividades anteriormente citadas serão devidamente explicitadas, a seguir, por meio de tópicos.

Normatização do pleito eleitoral

O TSE publicou normativo específico para disciplinar a sistemática de elaboração dos textos-base das minutas de instruções permanentes relativas às eleições ordinárias e à instituição de grupos de trabalho para esta finalidade (Portaria-TSE nº 535 de 25 de julho de 2017).

Segundo a Portaria-TSE nº 535/2017, a produção de textos-base para subsidiar a elaboração das minutas de instruções permanentes relativas às eleições ordinárias caberá a grupos de trabalho específicos e a unidades do TSE.

Ressaltamos que todo esse processo de elaboração das instruções para as Eleições 2018 está sendo acompanhado e monitorado pelo Gabinete do Ministro Relator, pelo Gabinete do Ministro Tarcísio Vieira, pela Assessoria Consultiva da Presidência e pela Assessoria de Gestão Eleitoral.

As atividades desenvolvidas pelos grupos de trabalho e por unidades do TSE podem ser acompanhadas por meio dos seguintes procedimentos administrativos:

- SEI 2017.00.000006770-7 – Proposta de regulamentação da edição de instruções pelo TSE;
- SEI 2017.00.000009422-4 – Instruções. Eleições. Ministro Relator. Designação;
- SEI 2017.00.000009058-0 – Grupo de Trabalho – Minuta Prestação de Contas;
- SEI 2017.00.000009056-3 – Grupo de Trabalho – Minuta Cronograma do Cadastro;
- SEI 2017.00.000008971-9 – Grupo de Trabalho – Minuta Atos Preparatórios – Regras Negociais e Procedimentos Técnicos;
- SEI 2017.00.000008948-4 – Grupo de Trabalho GT – Minuta Candidaturas;
- SEI 2017.00.000001831-5 – Grupo de Trabalho – Requisitos para Voto Impresso;
- SEI 2017.00.000012517-0 – Construção de página no *site* do TSE. Audiências Públicas. Instruções. Eleições 2018.

A seguir, destaca-se o cronograma das atividades desenvolvidas para a publicação das instruções normativas para as Eleições 2018.

Período	Atividade	Responsável	Situação
Até 4.9.2017	<p>Envio das minutas aos TREs e unidades do TSE para colher sugestões:</p> <p>atos preparatórios: GT – Minutas Atos Preparatórios – Regras Negociais e Procedimentos Técnicos;</p> <p>fiscalização e auditoria: Asag-TI;</p> <p>pesquisas eleitorais: GT – Minutas Candidaturas;</p> <p>prestação de contas e limite de gastos: GT – Minutas Prestação de Contas;</p> <p>propaganda eleitoral: Assec;</p> <p>registro de candidatos: GT – Minutas Candidaturas;</p> <p>reclamações e representações: GT – Minutas Candidaturas;</p> <p>voto impresso: GT – Requisitos do Voto Impresso;</p> <p>cronograma operacional do Cadastro: GT – Minuta Cronograma do Cadastro</p>	Agel	Concluída
Até 5.10.2017	Encaminhamento das sugestões à Agel (agel@tse.jus.br)	TREs e unidades do TSE	Concluída
9 a 27.10.2017	Compilação das propostas dos TREs e das unidades do TSE	Agel Assec grupos de trabalho	Concluída
16.10 a 3.11.2017	revisão das minutas pelas Assec; acompanhamento do Gabinete do Ministro Luiz Fux (Relator) e do Gabinete do Ministro Tarcísio Vieira.	Assec	Concluída

(Continuação)

Período	Atividade	Responsável	Situação
30.10 a 7.11.2017	<p>Publicação das minutas no portal do TSE (com formulário eletrônico para envio de sugestões):</p> <p>< http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/eleicoes/eleicoes-2018/audiencias-publicas ></p> <p>propaganda eleitoral;</p> <p>assinatura digital, fiscalização e auditoria da urna eletrônica;</p> <p>limites de gastos e prestação de contas;</p> <p>registro de candidaturas;</p> <p>pesquisas eleitorais;</p> <p>reclamações, representações e direito de resposta;</p> <p>atos preparatórios;</p> <p>modelos de lacres;</p> <p>procedimentos para a impressão do registro do voto</p>	Assec SGI	Concluída
Até 17.11.2017	Último dia para o cidadão ou a instituição enviar sugestões para as instruções por meio de formulário eletrônico	Cidadão	Concluída
24.11.2017	Publicação, no <i>site</i> do TSE, dos nomes dos cidadãos ou das instituições habilitados para as audiências públicas	Assec SGI	Concluída
29.11 a 1º.12.2017	Realização das audiências públicas no TSE	Assec	Concluída
2 a 7.12.2017	Revisão das minutas das instruções após as audiências públicas	Assec Coordenadores dos GTs Ministro relator	Concluída
Até 8.12.2017	Envio das minutas de instruções ao ministro relator	Assec	A realizar

(Continuação)

Período	Atividade	Responsável	Situação
11 a 19.12.2017	Encaminhamento das minutas ao Plenário	Ministro relator	A realizar
A definir	Publicação das instruções	SJD	A realizar

A seguir, citam-se os grupos de trabalho e/ou unidades responsáveis por cada tema das instruções eleitorais 2018.

Tema da minuta	Ementa	Responsável (unidade ou grupo de trabalho)
Calendário eleitoral e de transparência	Dispõe sobre o Calendário Eleitoral e o Calendário da Transparência para as Eleições 2018.	Assec/SPR
Fixação de números das casas legislativas	Dispõe sobre a fixação do número de membros da Câmara dos Deputados, Assembleias e Câmaras Legislativas.	Assec/SPR
Propaganda eleitoral	Dispõe sobre a propaganda eleitoral, utilização e geração do horário gratuito e as condutas ilícitas praticadas em campanha nas eleições.	Assec/SPR
Modelos de lacres e etiquetas	Dispõe sobre os modelos de lacres para urnas, etiquetas de segurança e envelopes com lacres de segurança e seu uso nas eleições.	Cotel/STI
Procedimentos para o voto impresso	Dispõe sobre a sistemática que envolve a preparação, votação, auditoria e demais procedimentos relacionados ao advento do registro impresso do voto, implementado pela Lei nº 13.165/2015.	Grupo de Trabalho – Requisitos para Voto Impresso, instituído pela Portaria-TSE nº 265 de 31 de março de 2017
Auditoria e fiscalização	Dispõe sobre a cerimônia de assinatura digital e fiscalização do sistema eletrônico de votação, do registro digital do voto, da auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas por meio de votação paralela e dos procedimentos de segurança dos dados dos sistemas eleitorais.	Asag/STI
		Cotel/STI

(Continuação)

Tema da minuta	Ementa	Responsável (unidade ou grupo de trabalho)
Registro de candidaturas	Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos.	GT – Minuta Candidaturas
Reclamações e representações	Dispõe sobre o processamento das representações dos pedidos de direito de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997.	
Pesquisas eleitorais	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao registro e à divulgação de pesquisas de opinião pública.	
Atos preparatórios	Dispõe sobre os atos preparatórios para as eleições.	GT – Minuta Atos Preparatórios – Regras Negociais
		GT – Minuta Atos Preparatórios – Procedimentos Técnicos
Cronograma operacional do cadastro eleitoral	Dispõe sobre o cronograma operacional do cadastro eleitoral definido para as eleições gerais.	GT – Minuta Cronograma do Cadastro
Prestação de contas	Dispõe sobre a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos em campanha eleitoral e a prestação de contas à Justiça Eleitoral nas eleições.	GT – Minuta Prestação de Contas
Limite de gastos	Dispõe sobre o limite de gastos de campanha eleitoral.	
Registro de candidaturas	Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatos.	GT – Minutas Candidaturas
Reclamações e representações	Dispõe sobre o processamento das representações, das reclamações e dos pedidos de respostas previstos na Lei nº 9.504/1997.	
Pesquisas eleitorais	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao registro e à divulgação de pesquisas de opinião pública.	

Aquisições eleitorais

As necessidades de aquisição referentes ao processo eleitoral já foram identificadas; e o planejamento, executado.

Iniciou-se a fase de monitoramento do processo licitatório com a participação das unidades que compõem todo o fluxo de aquisição, sob a gestão da Assessoria de Gestão Eleitoral.

Segue o quadro descritivo das aquisições, referentes ao pleito eleitoral de 2018, que a Agel monitora.

Objeto	SEI
Folha de votação	2017.00.000007828-8
Serviços de produção de rádio e TV – Núcleo permanente e de apoio	2017.00.000007825-3
Serviço de comunicação social, redação jornalística e de reportagem fotográfica	2017.00.000007820-2
Cabinas de votação	2017.00.000007814-8 Anexado ao 2017.00.000006378-7
Códigos eleitorais	2017.00.000007807-5 Relacionado ao 2017.00.000008483-0
Títulos eleitorais	2017.00.000007805-9
Formulários Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE)	2017.00.000007802-4 Consulta ao quantitativo no SEI 2017.00.000008066-5
Formulários Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE)	2017.00.000007801-6 Consulta ao quantitativo no SEI 2017.00.000008066-5
Rede de Distribuição de Conteúdos (<i>data center</i>)	2017.00.000007584-0
SMSAT para as Eleições 2018	2017.00.000007580-7
Embalagem de urna	2017.00.000006619-0
Envelopes plásticos para a embalagem e para o terminal do eleitor da urna	2017.00.000006617-4
Peças de reposição para urnas eletrônicas	2017.00.000006294-2
<i>Flash card</i>	2017.00.000005530-0

(Continuação)

Objeto	SEI
Auditoria de votação paralela	-
CTI – Testes	2017.00.000007312-0
Lacres para urnas eletrônicas	2017.00.000006601-8 Relacionado ao 2017.00.000007574-2
Baterias para urnas eletrônicas	2017.00.000005490-7
Bobinas de papel para impressoras da urna eletrônica	2017.00.000006608-5
Garantia Oracle	2017.00.000006005-2
Solução APM	2017.00.000008201-3
Afis	2017.00.000009508-5
Clickview – Solução de TI de Descoberta de Dados	2017.00.000007536-0
<i>Videowall</i>	2017.00.000007260-3
Soluções <i>mobile</i>	2017.00.000001735-1
Serviço de publicidade	2017.00.000008178-5
<i>Workstations</i> – Ascom	2017.00.000004943-1
EPM	2017.00.000006416-3

Teste Público de Segurança

A Assessoria de Gestão Eleitoral participa como membro da comissão organizadora do Teste Público de Segurança (TPS) 2017.

O edital do TPS foi publicado no dia 10 de agosto de 2017, e suas atividades foram encerradas em dezembro de 2017.

Marco	Referência	Descrição do marco	Prazo/período
Marco 1	Art. 13	Encaminhamento do formulário de pré-inscrição preenchido e dos documentos comprobatórios exigidos	1º.8 a 4.9.2017
Marco 2	Art. 15	Publicação das pré-inscrições aprovadas	13.9.2017

(Continuação)

Marco	Referência	Descrição do marco	Prazo/período
Marco 3	§ 2º do art. 15	Apresentação de recurso referente à fase de pré-inscrição	14 a 18.9.2017
Marco 4	§ 3º do art. 15	Publicação do resultado do recurso referente à fase de pré-inscrição	20.9.2017
Marco 5	Art. 16	Palestra referente ao funcionamento tecnológico do sistema eletrônico de votação	3.10.2017
Marco 6	Art. 17	Inspeção dos códigos-fonte	3 a 5.10.2017
Marco 7	Art. 19	Encaminhamento do formulário Plano de Teste preenchido e os documentos complementares (caso houvesse)	3 a 16.10.2017
Marco 8	Art. 21	Publicação das inscrições aprovadas	23.10.2017
Marco 9	§ 1º do art. 21	Apresentação de recursos referente à fase de inscrição aprovada	24 a 25.10.2017
Marco 10	§ 2º do art. 21	Publicação do resultado do recurso referente à fase de inscrição aprovada	30.10.2017
Marco 11	Art. 24	Sorteio público para seleção de inscrições	31.10.2017
Marco 12	Art. 25	Publicação do resultado das inscrições selecionadas	31.10.2017
Marco 13	§ 1º do art. 25	Apresentação de recursos referentes à fase de inscrição selecionada	31.10 a 6.11.2017
Marco 14	§ 2º do art. 25	Publicação do resultado do recurso referente à fase de inscrição selecionada	8.11.2017
Marco 15	§ 1º do art. 26	Requisição de passagens e diárias	9 a 17.11.2017
Marco 16	Art. 28	Inspeção dos códigos-fonte	27.11.2017
Marco 17	Art. 30	Preparação do ambiente dos testes	27.11.2017
Marco 18	Art. 34	Realização dos testes públicos de segurança	28 a 30.11 e 1º.12.2017

(Continuação)

Marco	Referência	Descrição do marco	Prazo/período
Marco 19	Art. 38	Audiência pública para divulgação dos resultados, conclusões do TPS e entrega do certificado de participação	12.12.2017

Inovações para as Eleições 2018

São constituídas em atendimento às legislações supervenientes ou propostas oriundas da avaliação das Eleições 2016.

I. Experimentos nas eleições suplementares

Por ocasião da reunião dos diretores-gerais sobre as avaliações das Eleições 2016, no fim de novembro de 2016, o diretor-geral expôs sua intenção de utilizar as eleições suplementares como laboratório para colher subsídios que permitissem a validação – ou eventual rejeição – de algumas das propostas de aprimoramento do processo eleitoral, apresentadas pelas diversas unidades do TSE durante a avaliação das Eleições 2016, com vistas à implantação, em definitivo, nas Eleições 2018.

i. Testes realizados

- **Itatinga/SP (2.7.2017):** o experimento visou consignar, em síntese, as principais atividades para a realização da coleta da biometria no município de Itatinga/SP, aproveitando a ocorrência concomitante das novas eleições para os cargos de prefeito e vice-prefeito daquele município, em 2 de julho de 2017, determinadas pela Resolução-TRE/SP nº 475/2017.
 - **Conclusão:** notou-se que, em nenhum dos momentos, o eleitor se confundiu entre os atos de votar e de participar da revisão com coleta biométrica no mesmo local, o que demonstra que o experimento de realização de ações paralelas à eleição suplementar, pela Justiça Eleitoral, é viável e traz enormes benefícios – assim aproveita-se um dos maiores custos desta Justiça especializada, a saber, recepcionar o eleitor voluntário para eventos não obrigatórios.

- **Butiá/RS, Gravataí/RS, São Vendelino/RS e São Vicente do Sul/RS (3.3.2017):** o experimento visou à redução do quantitativo de mesários da mesa receptora de votos. A análise exploratória já foi concluída e está aguardando outros parâmetros para uma conclusão.
- **Mombuca (3.9.2017) – 38ª Zona Eleitoral de São Paulo:** o experimento visou testar novo leiaute para o caderno de votação, de acordo com as sugestões dos TREs. Além do novo leiaute do caderno de votação e gabaritos de auxílio à assinatura do eleitor, validaram-se, também, os novos modelos de etiquetas para a mídia de resultado e o cartão de memória.
 - **Conclusão:** o resultado das avaliações com os mesários aponta que foram satisfatórias e que devem ser implementadas as seguintes alterações de leiaute no caderno de votação: os registros correspondentes a cada um dos eleitores devem ser apresentados em fundo com cores alternadas; os comprovantes de votação devem estar com a mesma cor da sequência de cada eleitor, com a marca d'água reformulada; o nome do eleitor e o nome da filiação devem apresentar-se abaixo do campo para assinatura; e o local para aposição da assinatura do eleitor devem ficar acima do nome do eleitor.
- **Amazonas – 59ª Zona Eleitoral (6.8.2017):** o experimento com o formulário de Requerimento de Justificativa Eleitoral (RJE) buscou validar novas propostas de leiaute e alterações nos campos de preenchimento para o aprimoramento do processo eleitoral. Foram avaliados dois novos modelos, um com somente um corpo e outro com dois corpos (vias do formulário, uma para a Justiça Eleitoral, outra para o eleitor).
 - **Conclusão:** o estudo realizado, por meio das avaliações dos mesários e por unidades internas do TSE, mostrou-se satisfatório no tocante às alterações propostas e apontou para a necessidade do uso, por parte da Justiça Eleitoral, do modelo com dois corpos, e, ainda, com a inclusão do campo *ano de nascimento* para posterior batimento.

- **Petrolina de Goiás – 65ª Zona Eleitoral/GO (1º.10.2017):** o experimento buscou validar a aplicabilidade de novo leiaute da ata da mesa receptora de votos. Além disso, nessa oportunidade, propôs-se avaliar novos modelos de etiquetas para mídias das urnas eletrônicas, tais como carga, votação, contingência e resultado, em conformidade com a proposta da Seção de Inovação e Pesquisa Tecnológica (Sipt/Cotel/STI), nos autos do Processo SEI nº 2017.00.000005504-0.
 - **Conclusão – ATA da MRV:** o resultado das avaliações com os presidentes da mesa receptora de votos aponta que foram satisfatórias e devem ser implementadas as seguintes alterações de leiaute: retirar as indicações de *hora do início* e *hora do término* da votação das instruções de preenchimento das ocorrências, de modo que constem como campo a ser preenchido na primeira página (frente) e na última página (verso); incluir campo para registro do início dos trabalhos na seção e excluir o campo *código do município*; aumentar a quantidade de linhas no campo *ocorrências* e sugerir novo leiaute com apenas uma folha, impressa frente-verso, com as instruções para preenchimento abaixo das assinaturas dos fiscais.
 - **Conclusão – Etiquetas de mídia de resultado, votação e carga:** depois da realização do experimento, registraram-se as seguintes considerações: revisão do leiaute da etiqueta: diminuir o tamanho da fonte das palavras CARGA, VOTAÇÃO e RESULTADO, aumentar os campos *seção* e *município*; retirar as barras divisórias para a data do campo *eleições*; encaminhar para unidade responsável a solicitação de especificação técnica da etiqueta de forma a mitigar a dificuldade de remoção e limpeza da mídia por causa da cola adesiva. Ressalvamos que, em função do armazenamento das mídias pelo período de 60 dias após a eleição, o teste de remoção das etiquetas poderá ser efetivado, e a produção das etiquetas deverá garantir que a segunda folha não seja cortada.

ii. Testes agendados

- **Município de Ivoti/RS – 118ª Zona Eleitoral – Estância Velha (19.11.2017):** realizar experimento com a ata da mesa receptora e as etiquetas de mídias de urna;
- **Município de Paraí/RS – 138ª Zona Eleitoral – Casca (19.11.2017):** realizar experimento com a ata da mesa receptora e as etiquetas de mídias de urna;
- **Município Itacajá/TO – 33ª Zona Eleitoral – Itacajá (3.12.2017):** realizar experimento com a ata da mesa receptora, o caderno de folha de votação e o formulário para identificação de eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida.

Ainda com relação aos experimentos, listam-se os seguintes pontos positivos:

- novo leiaute do caderno de votação, que contém nove eleitores por folha e, considerando os números das eleições municipais de 2016, geração da economia de aproximadamente R\$900.000,00;
- a alteração da especificação do papel utilizado para a produção dos cadernos (capa e folhas), gerando economia de aproximadamente quatro toneladas de papel;
- produção das atas das mesas receptoras de forma avulsa nos TREs, considerando os valores utilizados nas eleições municipais de 2016 nos dois turnos, gerando economia de R\$470.000,00;
- alteração na obrigatoriedade da utilização de tecnologia *offset*, ampliando a possibilidade de outras empresas no certame, gerando maior competitividade;
- em parceria com a STI, reformulação das etiquetas das mídias das urnas eletrônicas, produzidas anteriormente pela Casa da Moeda, passando a ser produzidas no TSE, gerando economia de aproximadamente R\$400.000,00;
- em parceria com a CGE, aprimoramento do formulário para identificação de eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida, aumentando a quantidade de requerimentos por folha, gerando economia de, no mínimo, 50% para a impressão.

Além dos pontos positivos mensuráveis, há os pontos positivos na melhoria dos artefatos utilizados pelos mesários, com leiaute mais moderno; melhoria do formulário de Requerimento de Justificativa eleitoral, atendendo às sugestões e demandas dos TREs, facilitando o preenchimento dos dados pelo eleitor e eventual necessidade posterior de identificação do eleitor pelo cartório; mais facilidade nos procedimentos de identificação do eleitor, mitigando erros de assinatura na folha de votação e destaque dos comprovantes; melhoria no processo de registro das ocorrências durante a votação por meio da utilização da ata avulsa; otimização das informações prestadas pelo presidente da mesa, visto que foi retirado o retrabalho de prestar informações já contidas no boletim de urna; e melhor orientação quanto aos registros a serem consignados nas atas. Toda a atividade desenvolvida pela Comissão Formulários se deu em consonância com as políticas de sustentabilidade da instituição.

Participação em grupos e comissões

A Assessoria de Gestão Eleitoral participa e/ou participou de grupos e comissões referentes aos processos e/ou atividades eleitorais conforme determinação da alta administração.

Encontram-se a seguir os principais grupos de trabalho em que a Agel participou e/ou participa.

Portaria (nº)	Grupo de Trabalho (GT)	Objetivo	Resultados
265/2017	Grupo de Trabalho Requisitos para Voto Impresso	Realizar estudos para elaboração de minuta de resolução que regulamentará a votação com registro do voto.	Os trabalhos do grupo ainda estão em andamento.
330/2017 e 583/2017	Comissão – Modernização atividades Cadastro Nacional de Eleitores	Analisar e propor medidas que visem à celeridade e modernização de atividades relacionadas ao Cadastro Nacional de Eleitores.	Os trabalhos do grupo ainda estão em andamento.

(Continuação)

Portaria (nº)	Grupo de Trabalho (GT)	Objetivo	Resultados
357/2017	Comitê Organizador e Comitê de Programa do V Fórum de Tecnologia da Informação da JE (V Forti)	Preparar e organizar o elaborar a minuta do regulamento do Fórum e selecionar os trabalhos inscritos de acordo com o regulamento.	Os trabalhos dos grupos ainda estão em andamento.
375/2017 e 451/2017	Comissão – Formulários	Analisar a viabilidade de alterações nos formulários e impressos utilizados nas eleições, adequando-os às inovações legais, tecnológicas e procedimentais.	Os trabalhos ainda estão em andamento.
508/2017	Comissão que acompanhará a auditoria das urnas eletrônicas por meio de votação paralela no Amazonas	Acompanhar a auditoria das urnas eletrônicas por meio de votação paralela para o pleito de 6 de agosto de 2017, em 1º turno, e de 27 de agosto de 2017, em 2º turno, no Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.	A comissão foi encerrada com a realização das eleições. Os resultados dos trabalhos podem ser observados nos relatórios de auditoria.
563/2017 e 632/2017	Comissões Organizadora, Reguladora e de Comunicação Institucional referentes ao Teste Público de Segurança 2017	Atuar no Teste Público de Segurança 2017.	Os trabalhos do grupo ainda estão em andamento.
630/2017	GT para implantação das atividades da ICN	Desenvolver estudos técnicos preliminares e de impacto referentes à implantação da Identificação Civil Nacional (ICN).	Os trabalhos do grupo ainda estão em andamento.

(Continuação)

Portaria (nº)	Grupo de Trabalho (GT)	Objetivo	Resultados
105/2017	Comissão CAND PJE	Disponibilizar sobre a criação de comissão para elaborar estudo de viabilidade e a integração entre os sistemas de Registro de Candidaturas (CAND) e o Processo Judicial Eletrônico (PJe).	O estudo já foi elaborado e foram iniciados o detalhamento e a validação dos requisitos.
766/2017	Comissão CAND PJE	Responsabilizar-se por definir e validar os requisitos para os sistemas relacionados ao registro de candidaturas, com ênfase na integração com o processamento judicial eletrônico.	Os trabalhos do grupo ainda estão em andamento.

3.4. Assessoria de Gestão Socioambiental

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Assessoria de Gestão Socioambiental (AGS) compete:

- coordenar e supervisionar as atividades socioambientais desenvolvidas no Tribunal; incentivar o combate a todas as formas de desperdício, promovendo atividades voltadas para práticas de consumo consciente, bem como para a eficiência do gasto público; fomentar o engajamento institucional e a participação individual e coletiva com vistas à preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

- gerenciar e monitorar os indicadores de impacto ambiental em consonância com o Planejamento Estratégico, bem como revisar e fiscalizar ações, projetos e iniciativas das unidades do Tribunal que repercutem nesses indicadores;
- auxiliar tecnicamente os tribunais regionais eleitorais no que tange às questões de responsabilidade socioambiental, além de realizar estudos e pesquisas em sua área de competência.

A AGS tem como principal fonte norteadora a elaboração, manutenção, atualização e coordenação do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TSE. Este instrumento, previsto na Resolução-CNJ nº 201/2015, na Resolução-TSE nº 23.474/2016 e no Acórdão-TCU nº 1.056/2017, é permeado por dezenas de indicadores de cunho social, ambiental, econômico e acadêmico em que, por sua vez, devem ser mensurados constantemente para, assim, ofertar a realidade dos gastos e, por consequência, a adoção de novos padrões de consumo e produção.

Nessa esteira, entende-se que a AGS visa, principalmente, a assertiva eficiência do gasto público, tendo como principal ferramenta o Plano de Logística Sustentável.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Status dos projetos e planos de ação da unidade

Devido ao Plano de Logística Sustentável ter sido aprovado por intermédio da Resolução-TSE nº 23.505, na sessão extraordinária de 19 de dezembro de 2016, os indicadores não foram analisados. Isso ocorre devido ao fato de que, para efeitos comparativos de ganho ou perda de cada indicador, deve-se recorrer à série histórica anual deles.

Sendo assim, os resultados de 2017 serão analisados a partir de fevereiro de 2018. Contudo, uma série de ações foram desenvolvidas em 2017, sempre correlacionadas com o PLS-TSE, de tal modo que constarão no Balanço Socioambiental do TSE.

A seguir, encontram-se os resultados referentes às atividades pertinentes à AGS.

I. Plano de Logística Sustentável do TSE (PLS-TSE)

No primeiro semestre de 2016, começou a ser elaborado o PLS deste órgão. A ferramenta vai ao encontro da obrigatoriedade apresentada na Resolução-CNJ

nº 201/2015, na Resolução-TSE nº 23.474/2016 e no Acórdão-TCU nº 1.056/2017. No que diz respeito aos critérios mínimos a serem adotados por esse instrumento de eficiência do gasto público e da adoção de novos padrões de consumo e produção, o PLS-TSE é constituído por 15 blocos e 126 ações. Desse modo, percebe-se que o produto se apresenta com maior propriedade em face do requisito mínimo exigido nas supracitadas resoluções (13 blocos e 65 ações).

Sua aprovação se deu por intermédio da Resolução-TSE nº 23.505, de 19 de dezembro de 2016. Devido a esse fato, o PLS do TSE foi devidamente aplicado em 2017, e seus resultados serão analisados no primeiro trimestre de 2018.

Esta seara de indicadores devidamente investigados será descortinada por meio do Balanço Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral, destarte, deve-se salientar que o PLS-TSE é o primeiro instrumento da administração pública federal a apresentar um bloco específico de produção técnica e científica, demonstrando, mais uma vez, o grau de primazia que a pasta é trabalhada neste egrégio Tribunal. Outro ponto digno de menção diz respeito ao PLS ser um dos poucos planos publicados por um órgão ou conselho do Poder Judiciário a ser aprovado por resolução (Resolução-TSE nº 23.505/2016).

Sendo assim, os indicadores validados e suas novas linhas de base, assim como a elaboração de séries históricas pré e pós-publicação do PLS, só serão devidamente apresentadas no início de 2018.

II. Tribunal de Contas da União (TCU): grupo de trabalho na construção da matriz operacional de auditoria

Desde 2016, e continuado em 2017, a Assessoria de Gestão Socioambiental, a convite da Secretaria de Controle Externo de Agricultura e Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União (SECEXAmbiental), faz parte do grupo de trabalho responsável pela construção da matriz de auditoria em sustentabilidade na administração pública. Legislações e alguns acórdãos do TCU (nº 1.752/2011 e nº 1.056/2017) foram alguns dos instrumentos estruturantes da linha de estudo dos componentes da AGS. Deve-se ressaltar que o questionário, oriundo da matriz operacional, foi aplicado em 169 instituições dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e que o mesmo escopo de perguntas, por intermédio da AGS, se utilizou, dentre outros normativos, da Resolução-TSE nº 23.474/2016.

Em relação aos resultados da referida auditoria, o TSE encontra-se, de acordo com o TCU, entre os órgãos que têm sido peças importantes na confirmação da sustentabilidade como política de estado na administração pública federal.

Por fim, o TSE foi classificado pelo TCU como um dos órgãos expoentes na temática da sustentabilidade.

III. Composição do Comitê Interinstitucional de apoio ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

O CNJ instituiu o Comitê Interinstitucional com o objetivo de prestar apoio intelectual, analisar, discutir e propor contribuições de melhoria e aprimoramento dos padrões de gestão socioambiental nos tribunais pátrios. As atividades continuam sendo realizadas desde março de 2016, com o surgimento da referida junta, de modo quinzenal ou mensal, a depender da demanda de ações. Recentemente, a AGS transcendeu suas competências perante a Comissão de Eficiência Operacional de Gestão de Pessoas e passou a agir junto à Corregedoria no que tange à sustentabilidade no Poder Judiciário.

IV. Sustentabilidade nas correições do CNJ

No decorrer do mês de novembro, a AGS, que compõe o Comitê Interinstitucional de apoio ao Conselho Nacional de Justiça, participou ativamente de reuniões com a Corregedoria do supracitado conselho. Dentre os principais desdobramentos destaca-se a inserção do efetivo cumprimento da Resolução-CNJ nº 201/2015, elaborada, dentre outros técnicos, por componentes da AGS, nas correições que serão reiniciadas em fevereiro de 2018. Atualmente, a AGS está elaborando uma lista de questionamentos que serão incluídas nas futuras correições. Tal iniciativa é de grande relevância para o efetivo cumprimento na Justiça Eleitoral, tendo em vista que a citada resolução publicada pelo CNJ apresenta teor praticamente igual ao encontrado na Resolução-TSE nº 23.474/2016.

Deve-se salientar que a AGS foi convidada a compor a futura equipe de auditoria juntamente com os componentes do CNJ e de outros órgãos que compõem o Comitê Interinstitucional de Apoio ao CNJ.

V. Auxílio técnico aos TREs no cumprimento da Resolução-TSE nº 23.474/2016

No decorrer de 2017, cinco TREs publicaram seus respectivos planos de logística sustentável. Em termos percentuais, ocorreu avanço significativo. No início de 2017, 51,8% dos regionais eleitorais disponibilizaram seus PLS em conformidade com o Cumprdec-CNJ 0005176-96.2014.2.00.0000. Em novembro, esse quantitativo alcançou 70,3% do universo possível.

A expectativa da AGS é de que, até o primeiro semestre de 2018, todos os TREs tenham publicado seus planos de logística sustentável. Essa perspectiva encontra sustentação principalmente nas futuras correições do CNJ.

VI. Termos de cooperação técnica (TCTs)

Seguindo a política de promover aproximação institucional com órgãos capazes de potencializar as atividades da AGS, como também fomentar o trabalho desenvolvido por essa Assessoria perante os órgãos parceiros, sem a necessidade de aporte financeiro, foram promulgados os seguintes termos de cooperação técnica:

i. TCT-TSE/MMA

Termo elaborado em comum acordo entre os órgãos no intuito de fomentar estudos e pesquisas oriundos da troca de subsídios técnicos entre os partícipes.

Exemplos de atividades desenvolvidas:

- Ministério do Meio Ambiente (MMA) promove capacitações, seguindo os eixos temáticos da agenda ambiental da administração pública (A3P), para os servidores do TSE nas dependências deste Tribunal;
- TSE fomenta a capilarização do termo de adesão à A3P perante todos os órgãos e conselhos do Poder Judiciário;
- MMA, com auxílio da AGS, realiza capacitações da A3P organizadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA/ONU) em alguns regionais eleitorais, sem qualquer necessidade de aporte financeiro por parte dos tribunais, ex.: TRE/AP, TRE/MA e TRE/MG.

ii. TCT-TSE – TRE/PR – 2017

Termo de iniciativa do TRE/PR, cujo intuito é fomentar estudos e pesquisas oriundas da troca de subsídios técnicos entre os partícipes.

Assinado em setembro de 2017. Até o momento, nenhuma ação foi realizada em sua totalidade.

É importante salientar o aumento de 100% de termos de cooperação técnica assinados em 2016. Todos os termos nos quais a AGS se envolve, para a sua construção e posterior publicação, têm como objeto a gestão socioambiental em seu sentido macro.

VII. Inclusão da responsabilidade socioambiental e acessibilidade no Planejamento Estratégico do TSE

Em conformidade com a Resolução-CNJ nº 198/2014, a AGS propôs a inserção da responsabilidade socioambiental e da acessibilidade nos valores do Planejamento Estratégico do TSE. Tal referência potencializa a matéria institucionalmente, e, ao mesmo tempo, qualifica a pasta perante a linha de ação do TCU e do CNJ no que tange à sustentabilidade.

Diante do exposto, desde o segundo semestre do corrente ano, esta Assessoria passou a ser a unidade competente sobre essa matéria. Recentemente, a AGS foi convidada a compor a mesa de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal, tendo como tema Acessibilidade e Inclusão: a Valorização da Pessoa com Deficiência. Tal audiência tem personalidade de caráter interativo, mediante participação popular. O acontecimento se constitui como fato importante para externar, perante a sociedade, que o TSE trata o assunto de modo efetivo e transparente.

VIII. Questões de ordem ambiental

A vertente ambiental se constitui como um dos pilares da sustentabilidade. Nesse sentido, algumas atividades desse quesito foram desenvolvidas. Neste arcabouço, merecem holofotes as iniciativas realizadas no Parque Bosque dos Tribunais.

O TSE, por intermédio da Assessoria de Gestão Socioambiental, em parceria com a Coordenadora de Serviços Gerais (Coseg), realizou uma série de atividades acerca de melhorias do supracitado parque. Constituído por aproximadamente 588.000m², o Parque Bosque dos Tribunais é subdividido em glebas em áreas adjacentes aos Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Superior do Trabalho (TST). Diante do exposto, seguem alguns exemplos de ações desenvolvidas:

- i. criação de comissão tripartite para representar os tribunais perante o Governo do Distrito Federal;
- ii. adensamento arbóreo com mudas nativas do cerrado;
- iii. sugestão de instalação de fradinhos no intuito de cercar o território;
- iv. proposta de utilização de asfalto ecológico nas áreas definidas como calçadas;

- v. proposta de recategorização do espaço para parque de uso múltiplo, onde essa nova classificação irá proporcionar à comunidade a utilização da área para a prática de esportes e lazer, bem como a execução de obras de melhoria do espaço.

IX. Produção técnica e científica

Entende-se que as produções técnicas elaboradas pela AGS merecem um tópico exclusivo, não apenas pelo ineditismo, pois, antes dessa iniciativa, nenhuma unidade ou núcleo socioambiental do Poder Judiciário tiveram a disposição de analisar indicadores institucionais, regionalizados ou por segmento de Justiça. Dentre as produções merece destaque o Panorama Nacional: Responsabilidade Socioambiental na Justiça Eleitoral, em que foram desvendados e analisados indicadores referentes aos gastos com água, energia, papel e telefonia de todos os TREs.

Em novembro de 2017, foi publicado o primeiro volume do *Sustentabilidade e Acessibilidade na Justiça Eleitoral – Boas Práticas*. A referida publicação, com periodicidade trimestral, irá proporcionar aumento substancial de, pelo menos, 200% de publicações para 2018.

X. Descarte das urnas eletrônicas – Modelo 2004

A Assessoria de Gestão Socioambiental, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação, desenvolveu o projeto de descarte de urnas eletrônicas modelo 2004, materiais correlatos, módulos de impressão externo (MIE) 2002 e urnas eletrônicas remanescentes do Paraguai. Tal projeto tem como premissa o descarte ambientalmente adequado de 100% do material, dos quais, no mínimo, 95% são para reciclagem e 5% vão para aterros certificados. A AGS inovou ao propor a adoção de critérios mais refinados na escolha da empresa a ser contratada, de forma a impedir a participação de sucateiros e empresas sem compromisso com a preservação do meio ambiente. Também foi proposta a exigência de contrapartida da empresa contratada de modo que seja oferecida à Justiça Eleitoral capacitação em gestão de resíduos, sendo um evento por Regional.

XI. Participação e organização de seminários

No decorrer do biênio 2016-2017, esta Assessoria participou, seja na qualidade de palestrante, seja na categoria de organização, de inúmeros seminários de magnitude regional ou nacional não apenas para dar publicidade aos resultados alcançados como também para promover a troca constante de conhecimento em prol do aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas.

De acordo com o TCU, a transparência das informações trabalhadas pela AGS compõe o seletivo grupo de menos de 17% das 169 instituições auditadas que dão publicidade ao material trabalhado. Nesse sentido, segue listagem de alguns eventos organizados ou palestrados pelos componentes da Assessoria de Gestão Socioambiental:

- i. III Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário. Local: Superior Tribunal de Justiça (STJ) (2016);
- ii. Corte Orçamentário e Sustentabilidade: Crise ou Oportunidade. Local: Tribunal Superior do Trabalho (TST) (2016);
- iii. I Seminário de Sustentabilidade e Redução de Custos na Gestão Pública. Local: Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA) (2016);
- iv. Dez Anos de Implantação da Agenda Ambiental do TRE/PR. Local: Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE/PR) (2016);
- v. Boas Práticas de Gestão Administrativa no Âmbito do Poder Judiciário. Local: Tribunal de Justiça de Goiás (TJ/GO) (2016);
- vi. IV Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário. Local: Tribunal de Contas da União (TCU) (2017);
- vii. III Seminário Administração Pública em Pauta. Local: Universidade Federal de Goiás (UFG) (2017).

Ao se considerar o total de eventos organizados ou com participação ativa dos componentes da AGS, 42,1% foram realizados em 2016, ao passo que o ano de 2017 responde por 57,9%.

XII. Adoção de critérios de sustentabilidade nas compras e aquisições

Seguindo os preceitos do desenvolvimento nacional sustentável, aliados aos normativos dos CNJ, TSE e acórdãos do TCU permeados de novas formas de padrão de consumo e produção, esta Corte Superior passou a adotar, sob iniciativa do demandante, critérios de sustentabilidade em novas compras e aquisições desse colendo Tribunal. Os indicadores de 2017, relacionados a esse tópico, estarão devidamente relatados no Balanço Socioambiental do Tribunal Superior Eleitoral.

3.5. Secretaria de Administração

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Secretaria de Administração (SAD) compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades de administração de recursos materiais, patrimoniais, de serviços gerais e de execução orçamentária e financeira do Tribunal, e, no âmbito da Justiça Eleitoral, propor diretrizes, normas, critérios e programas a serem adotados na execução dessas atividades.

Para realizar as competências previstas no regulamento do TSE, a Secretaria dispõe de força de trabalho constituída por 112 servidores distribuídos no Gabinete da SAD, em 5 coordenadorias, em 24 seções e 1 Comissão Permanente de Licitação.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE (A PARTIR DE 12.5.2017)

Implantação da usina fotovoltaica

Conduzido pela Secretaria de Administração, o projeto prevê a utilização de luz solar para produzir parte da energia que é consumida nas instalações do TSE. O custo da usina é de R\$5,721 milhões, e o retorno do investimento ocorrerá em menos de 7 anos.

A inauguração da usina minigeradora de energia fotovoltaica ocorreu em 23 de novembro de 2017 pelo ministro presidente do TSE, Gilmar Mendes, com capacidade para gerar cerca de 780 mil watts.

A minigeradora, ao longo dos seus 25 anos de vida útil, propiciará ao Tribunal economia projetada em quase R\$35 milhões. Com a entrada em operação da usina, haverá economia média anual de 20% nos gastos com energia elétrica na sede da Corte Eleitoral.

Desde junho de 2017, o TSE já recebeu visitas de representantes e engenheiros da Câmara dos Deputados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal, de representantes dos TREs de Pernambuco, Maranhão e Paraná, da área técnica do TCU e da Enetec Consultoria Júnior, empresa júnior de Engenharia Elétrica, vinculada à Universidade de Brasília (UnB), todos interessados em conhecer a usina.

Segue planilha comparativa dos anos de 2016 e 2017, ambos até o mês de julho, com os consumos, os gastos e a evolução em relação ao ano anterior. A redução, nesse caso, está relacionada ao trabalho realizado pela Sesel:

Ano (até julho)	Consumo de energia acumulado (kWh)	Evolução em relação ao ano anterior	Gasto (R\$)	Evolução em relação ao ano anterior
2016	4.784.445	-	R\$3.228.762,98	-
2017	4.559.080	-4,71%	R\$3.163.615,10	-2,02%

Segue planilha comparativa dos anos de 2016 e 2017, ambos até o mês de outubro, com os consumos, os gastos e a evolução em relação ao ano anterior. Nesse caso, além das ações realizadas pela Sesel, estão embutidos os primeiros resultados da usina minigeradora fotovoltaica:

Ano (até out.)	Consumo de energia acumulado (kWh)	Evolução em relação ao ano anterior	Gasto (R\$)	Evolução em relação ao ano anterior
2016	6.894.235,00	-	R\$4.578.892,69	-
2017	6.261.560,00	-9,18%	R\$4.412.418,08	-3,64%

Verifica-se que houve redução no consumo de energia nos últimos 12 meses, em relação aos 12 meses antecedentes, de 9,18%, já considerando os primeiros impactos do período de instalação e os testes da usina. Do início do ano até o mês de julho, antes do início dos primeiros testes, a redução no consumo de energia elétrica foi da ordem de 5%, associando-se à análise e otimização da iluminação nas áreas comuns do TSE.

Reforma e adaptação do mezanino do depósito de patrimônio, almoxarifado e urnas

No aspecto de implementação de melhorias estruturais, a Secretaria adquiriu equipamentos para climatização adequada do depósito de urnas e iniciou reforma do mezanino do depósito de patrimônio e almoxarifado, com a instalação de piso, divisórias e vidraças, além de iniciar procedimentos de aquisição para as demais adaptações necessárias ao local para acomodação da Coordenadoria de Material e Patrimônio (Comap) em espaço que possibilite maior proximidade e controle dos bens sob sua gestão.

Adoção de providências pertinentes ao Acórdão-TCU nº 2.341/2016 – Governança e gestão das aquisições públicas

O Tribunal de Contas da União apreciou a Tomada de Contas nº 020.613/2015-6, que trata de auditoria realizada no TSE no âmbito da Fiscalização de Orientação Centralizada – Governança e Gestão das Aquisições (ciclo 2015), com o objetivo de avaliar se as práticas de governança e de gestão das aquisições adotadas pelo Tribunal estão de acordo com a legislação aplicável e aderentes às boas práticas, por meio do Acórdão nº 2.341/2016.

Esta auditoria abrangeu temas de governança das aquisições, controles da gestão das aquisições, controles internos em nível de atividade no processo de aquisições e conformidade das contratações. No tema Governança das Aquisições, foram avaliados os controles nos mecanismos Liderança, Estratégia e Controle. No tema Controles de Gestão, foram avaliados controles nos mecanismos Planos, Pessoas e Processos. No tema Controles Internos e Conformidade das Contratações, foram avaliados processos de contratações relacionados à terceirização dos serviços de manutenção predial.

Visto isso, a administração elaborou plano de ação para adoção das medidas indicadas no referido acórdão, com vistas a aprimorar seus processos de trabalho voltados à gestão de riscos das aquisições, à normatização de procedimentos, à formalização do plano anual de aquisições, controles compensatórios dos recebimentos provisório e definitivo, à utilização de listas de verificação, entre outras.

Exigência de elaboração de estudo preliminar nas contratações

Ainda em virtude do Acórdão nº 2.341/2016, o TCU posicionou-se sobre a necessidade de sempre avaliar o planejamento da contratação. Nele, estão incluídos os procedimentos para a estimativa das quantidades a serem adquiridas, que devem estar devidamente justificadas e baseadas em estudos técnicos preliminares e elementos objetivos.

Deve-se destacar que tais estudos são necessários para a fundamentação de qualquer contratação pública, e o seu grau de detalhamento deve ser adequado à complexidade do objeto que se deseja contratar e ao volume de recursos envolvidos.

Assim, as unidades internas da Secretaria iniciaram trabalho voltado a auxiliar as diversas áreas do Tribunal na aplicação de tal prática, criando formulário padronizado.

Fiscalização de serviços administrativos

Objetivando a melhoria da gestão dos contratos sob a sua responsabilidade e buscando introduzir boas práticas que possam ser aplicadas em todo o TSE, a Secretaria trabalhou na criação de documentos e métodos de controle padronizados. Como exemplos, podem ser citados o Plano de Fiscalização; o *Checklist* para Recebimento de Notas Fiscais; o *Checklist* de Liquidação de Despesas – Fiscalização Administrativa; a Planilha de Controle de Horas Suplementares e Adicional Noturno Executado; a Planilha de Controle Mensal para Cada Contrato; e a Planilha de Controle dos Produtos Adquiridos Mensalmente nos Contratos de Aquisição.

Nessa mesma linha, formulou-se estudo para elaboração de indicadores de medição de qualidade dos contratos (Instrumento de Medição de Resultados – IMR), conforme solicitação da Instrução Normativa nº 5/2017.

Destaca-se, ainda, a implementação de cronograma de férias para os colaboradores em períodos de menor demanda do TSE, dispensando-se a cobertura do posto e, conseqüentemente, diminuindo o custo para o Tribunal. Do mesmo modo, adotou-se a compensação em feriados, evitando o pagamento de horas suplementares aos colaboradores.

A metodologia de trabalho, desenvolvida durante a gestão, foi apresentada no Projeto Fiscalize Legal, de modo a compartilhar com os demais fiscais do Tribunal os avanços alcançados.

Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação

Outro aspecto ao qual a Secretaria deu especial atenção foi a previsão de critérios de sustentabilidade nos termos de referência. O tema está regulamentado no Poder Judiciário pela Resolução-CNJ nº 201/2015 e foi especificado para a Justiça Eleitoral pela Resolução-TSE nº 23.474/2016. Tais diretrizes culminaram no Plano de Logística Sustentável do TSE (PLS-TSE), aprovado pela Resolução-TSE nº 23.505/2016.

Em termos práticos, as unidades internas da Secretaria incluíram, em suas rotinas de trabalho, a exigência de que os estudos preliminares e termos de referência contenham critérios sustentáveis, devendo as unidades requisitantes justificar a inviabilidade de sua adoção.

Um exemplo do resultado dessas medidas pode ser visto nas recentes aquisições de cartuchos de *tonner* pelo Tribunal, em que é exigido da contratada o recolhimento dos cartuchos vazios para proceder à destinação ambientalmente adequada.

Plantio de árvores nativas do bioma cerrado no Parque Bosque dos Tribunais

A Secretaria de Administração do TSE prestou todo o auxílio necessário ao plantio de árvores nativas do bioma cerrado, por ocasião da parceria entre os tribunais superiores, o GDF, a Novacap e a OAB/DF, em 8 de fevereiro de 2017, a fim de melhorar a qualidade de vida dos servidores, dos colaboradores e de todos os moradores de Brasília, manter e priorizar a restauração florestal, a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável do Parque Bosque dos Tribunais.

O parque tem uma área de 588 mil m² dividida em cinco glebas distintas e adjacentes aos tribunais localizados no Setor de Administração Federal Sul.

A recomposição vegetal do parque conta com o plantio de mudas de árvores nativas do bioma cerrado, tais como pequizeiros, angicos, chixás, landins, gonçalo-alves e pombeiros.

Redução de custos com o fornecimento de refeições em formato *buffet*

Transformação do contrato de fornecimento de lanches e bebidas (*kit-lanche*) em acordo para fornecimento de lanche coletivo realizado em formato de *buffet*. A mudança reduziu em até 60% o gasto financeiro da administração, com aquisição dos insumos para confecção dos lanches.

Redução de custos com telefonia

O TSE reduziu em 32% o custo com telefonia no período de setembro de 2016 a setembro de 2017 em relação ao mesmo período de um ano antes.

O gasto com os contratos de serviço telefônico fixo comutado foi de R\$109.782,90 para R\$74.192,46.

Restaurante do Tribunal Superior Eleitoral

O Contrato-TSE nº 82/2016, firmado com a empresa Eventos.Com Eirelli – ME, concessionária do espaço destinado ao restaurante do TSE, encerrou-se em 14 de outubro de 2017, em virtude de seu impedimento para licitar e contratar com a União.

Tal impedimento decorreu de penalidade imposta pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), devido ao não pagamento da taxa de ocupação referente ao restaurante instalado naquele órgão.

A Secretaria de Administração do Tribunal mobilizou-se a realizar, em tempo mínimo, novo certame licitatório, a fim de garantir a substituição da então concessionária, com o objetivo de minimizar, ao máximo, o impacto aos seus usuários.

Assim, a empresa vencedora da licitação, Alfreda Alimentos e Serviços – ME, iniciou a prestação dos serviços em 8 de novembro de 2017.

Estudos para melhoria da gestão patrimonial

Com foco na melhoria dos processos de trabalho e gestão patrimonial de forma a evitar defasagem tecnológica, esta Secretaria iniciou estudos técnicos para adoção da tecnologia de identificação por radiofrequência (RFID).

O uso de tal tecnologia permitirá a melhoria da logística de urnas nos depósitos e a otimização de inventários patrimoniais diversos. Com isso, o TSE antecipa-se à tendência da área, evitando obsolescência de métodos, equipamentos e sistemas.

Estudos para fusão de contratos (mensageria e auxiliar administrativo)

Considerando a nova realidade tecnológica do TSE, com a implantação do SEI e a gradual ampliação do PJe, alguns postos de trabalho terceirizados tiveram suas atividades alteradas. Contudo, novas demandas de trabalho exigem novos perfis de colaboradores. Para solucionar tal questão, a Secretaria optou por analisar a viabilidade da contratação dos serviços de apoio administrativo, aglutinando os 150 postos de trabalho de auxiliar de microinformática e mensageria em postos de assistente administrativo.

Licitações e economia geradas ao Tribunal*

As licitações têm grande importância, pois fazem parte do rol de ações que o administrador executa no órgão público.

No que tange às licitações do TSE, registre-se que a Secretaria de Administração realizou 115 certames, dos quais 68 foram concluídos, 28 não alcançaram êxito e 19 encontram-se em andamento.

Total de licitações realizadas	115
Licitações concluídas	68
Licitações frustradas, canceladas ou revogadas	28
Em andamento	19
Economia (estimado <i>versus</i> licitado)	R\$11.752.610,41

*Mês: novembro/2017.

Além disso, não foram verificadas alterações significativas, o que implica dizer que o TSE adquiriu, quase na sua totalidade de contratação, bens e serviços comuns.

Contratações destinadas ao Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE)

A antiga sede do Tribunal Superior Eleitoral, localizada na Rua Primeiro de Março, nº 42, no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, é construção datada de 1892, tombada como monumento histórico artístico nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Em 2009, o TSE assinou acordo de cooperação técnica com o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE/RJ), cujo escopo é o estabelecimento de ações conjuntas em atividades de apoio operacional, suporte administrativo, conservação e manutenção, a fim de garantir a funcionalidade da edificação para atendimento ao Museu da Justiça Eleitoral.

Em 27 de outubro de 2016, o Centro Cultural foi oficialmente criado, pela Resolução-TSE nº 23.498, com a finalidade principal de proteger e difundir o patrimônio histórico e cultural da Justiça Eleitoral. Por ocasião da solenidade de abertura da exposição comemorativa dos 20 Anos da Urna Eletrônica, em 16 de dezembro de 2016, o CCJE foi reaberto à visitação pública pelo ministro presidente do TSE, Gilmar Mendes.

Desde então, a administração vem implementando ações para garantir o pleno funcionamento do Centro Cultural, como a formalização de licitação e da contratação de serviços de limpeza, a preparação de licitações para serviços de vigilância patrimonial e de brigada de incêndio, bem como obras de acessibilidade, conforme a Resolução-TSE nº 23.525/2017, a qual prevê a implantação de elevadores que promoverão acesso aos pavimentos do prédio, compondo o escopo desta contratação a elaboração de projeto executivo com as adaptações necessárias às instalações dos elevadores, respeitando o tombamento histórico do edifício que possui 125 anos de existência.

Ajustes formalizados pelo TSE*

2017	
Ajustes formalizados	Quantidades
Acordo de cooperação	1
Acordo de cooperação educacional	0
Acordo de cooperação técnica	11

(Continuação)

2017	
Ajustes formalizados	Quantidades
Contratos	73
Convênio	1
Convênio geral de colaboração	1
Memorando de entendimento	1
Portaria conjunta	1
Protocolo de intenções	0
Retificação de extratos	2
Termo aditivo	101
Termo de autorização	1
Termo de autorização de uso	2
Termo de cessão	1
Termo de compromisso	1
Termo de compromisso de ajustamento de conduta	0
Termo de execução	0
Termo de execução descentralizada	2
Termo de rerratificação	5
Termo de rescisão	9
Termo de rescisão unilateral	1
Total de ajustes	214

*Mês: novembro/2017.

Meta de pagamento em virtude do novo regime fiscal

No exercício de 2016, o TSE atuou ativamente perante os fiscais de contrato, visando garantir uma execução orçamentária e financeira eficiente, de forma que obtivesse índices de pagamento ideais, uma vez que estes seriam parâmetros para os próximos 20 anos. Assim, os índices de pagamento alcançados garantiram limites de gastos sustentáveis para o exercício subsequente quando comparados às dotações orçamentárias autorizadas, bem como propiciaram a redução significativa de perdas orçamentárias.

Despesas pagas – Despesas discricionárias

Unidade orçamentária		Percentual pago
14101	Tribunal Superior Eleitoral	93%

Perdas orçamentárias – Despesas discricionárias

Perda orçamentária total*	2015		2016	
	% TSE	% Média JE	% TSE	% Média JE
	9,2%	11,0%	1,6%	7,3%

* Os valores Perda Orçamentária Total correspondem à soma das dotações orçamentárias do exercício e de Restos a Pagar, aferindo-se o total de perda por Unidade Orçamentária (UO) naquele ano.

No exercício de 2017, com os limites de pagamentos já definidos em razão da Emenda Constitucional nº 95/2016, os trabalhos foram focados na adequada gestão orçamentária e financeira e no monitoramento de riscos que pudessem afetar os limites de gastos dos exercícios vindouros, inclusive no que tange às atividades e aos projetos que possam demandar inscrição de créditos em Restos a Pagar e reconhecimentos de passivos financeiros. Para tanto, foi providenciada a publicação da Instrução Normativa-TSE nº 11 de 21 de julho de 2017, e da Portaria-TSE nº 609 de 18 de agosto de 2017.

Execução orçamentário-financeira de 2017 – TSE

O TSE é responsável por gerir os recursos dos programas nacionais de toda a Justiça Eleitoral, bem como de sua própria gestão administrativa.

Em sua estrutura, compete à Secretaria de Administração, por meio da Unidade Gestora (UG) nº 070001 (SAD), executar o orçamento específico do Tribunal.

Para atender aos programas do TSE, foram aprovados créditos na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício 2017 e consignados à Secretaria de Administração os montantes demonstrados na tabela a seguir.

Por ação orçamentária*

Ação do governo	Provisão recebida líquida (R\$)	Despesa empenhada (R\$)	%	Despesa paga (R\$)	%
Pessoal ativo	177.921.707,00	177.876.438,25	100	158.742.244,58	89
Pré-escolar	1.803.420,00	1.803.420,00	100	1.552.092,22	86
Auxílio-transporte	18.072,00	18.072,00	100	10.785,91	60
Auxílio-alimentação	9.537.894,00	9.537.894,00	100	8.698.652,68	91
Auxílio-funeral e aux.-natalidade	234.324,00	92.320,66	39	89.393,23	38
Aposentadorias e pensões	56.703.442,00	56.691.442,00	100	51.774.934,88	91
Contribuição da União	29.401.854,00	29.398.339,20	100	26.713.746,44	91
Assistência médica e odontológica	13.569.591,00	12.460.338,81	92	10.172.458,76	75
Julgamento de causas e gestão adm.	202.560.339,51	164.875.790,83	81	125.465.537,37	62
Comunicação e divulgação	13.130.748,30	12.069.804,95	92	8.975.710,10	68
Pleitos eleitorais	61.737.136,06	61.100.585,54	99	45.483.227,50	74
Identificação do eleitor – biometria	18.345.374,00	16.839.201,99	92	8.244.308,85	45
Processo Judicial Eletrônico	9.047.160,00	6.665.620,00	74	4.841.266,75	54
Total	594.011.061,87	549.429.268,23	92	450.764.359,27	76

* Mês: novembro/2017 (UG nº 070001).

Verifica-se que o valor empenhado representa 92% do total da dotação orçamentária recebida para o TSE (exclui-se o crédito descentralizado), e o total pago perfaz 76%, desempenho considerado excelente.

No que tange à realização da despesa por modalidade de licitação, não foram verificadas alterações significativas. As contratações, na modalidade pregão, mantiveram-se preponderantes, bem como as despesas com pagamento em folha e diárias.

Por modalidade de licitação*

Modalidade de licitação	Despesa empenhada (R\$)	Despesa liquidada (R\$)	Despesa paga (R\$)
Não se aplica	279.191.510,60	251.057.852,45	250.449.140,19
Pregão	226.593.693,88	171.866.418,99	171.673.232,61
Inexigível	22.005.463,54	14.134.568,01	14.134.568,01
Dispensa de licitação	16.149.462,43	10.765.060,17	10.764.318,17
Concorrência	5.395.766,75	3.702.920,56	3.702.920,56
Suprimento de fundos	93.371,03	40.179,73	40.179,73
Total	549.429.268,23	451.566.999,91	450.764.359,27

* Mês: novembro/2017 (UG nº 070001).

Distribuição do Fundo Partidário em 2017

O Fundo Partidário é o fundo especial de assistência financeira aos partidos políticos que tenham estatuto registrado no TSE e prestação de contas regular perante a Justiça Eleitoral.

Ele é constituído por recursos públicos e particulares, e os cálculos necessários à composição de sua dotação são norteados pela Lei nº 9.096/1995.

De acordo com o art. 41-A da Lei nº 9.096/1995, do total do Fundo Partidário, 5% são destacados para entrega, em partes iguais, a todos os partidos que atendam aos requisitos constitucionais de acesso a esses recursos, e 95% são distribuídos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Nesse sentido, registram-se a seguir os valores repassados, em 2017, aos partidos políticos considerados aptos a recebê-los.

Dotações da União

Sigla	Cotas iguais (5%)	Cotas proporcionais (95%)	Bloqueio	Total	%
PT	734.919	65.927.057	1.676.829	68.338.806	10,74
PMDB	734.919	53.949.979	224.585	54.909.484	8,63

(Continuação)

Sigla	Cotas iguais (5%)	Cotas proporcionais (95%)	Bloqueio	Total	%
PSDB	734.919	55.588.582		56.323.501	8,85
DEM	734.919	20.508.759		21.243.678	3,34
PP	734.919	32.276.943		33.011.863	5,19
PSB	734.919	31.464.155		31.199.075	5,06
PDT	734.919	16.768.071	943.892	18.446.882	2,90
PTB	734.919	18.684.184	964.695	20.383.798	3,20
PR	734.919	28.289.773		29.024.692	4,56
PPS	734.919	8.642.407		9.881.759	1,55
PV	734.919	8.917.867	1.144.352	10.797.139	1,70
PCdoB	734.919	8.649.990		9.384.909	1,47
PSC	734.919	12.356.482	295.792	13.387.194	2,10
PSOL	648.190	7.728.073		9.497.013	1,49
PMN	734.919	2.041.826	309.863	3.086.609	0,49
PTC	734.919	1.276.772	227.808	2.432.234	0,38
PHC	734.919	4.734.112		5.469.031	0,86
PSDC	734.919	2.138.765	421,064	3.294.749	0,52
PT do B	734.919	3.869.298	291.581	4.895.798	0,77
PRB	734.919	22.212.198		22.947.117	3,61
PRP	734.919	2.780.826	857.726	4.373.472	0,69
PSL	734.919	3.518.833	540.814	4.794.566	0,75
PRTB	734.919	2.279.990		3.014.910	0,47
PTN	734.919	3.630.305		4.365.224	0,69
PSTU	734.919	946.116		1.681.035	0,26
PCB	734.919	336.228		1.071.147	0,17
PCO	734.919	65.103		800.022	0,13
PSD	734.919	29.958.560		30.693.479	4,82
PPL	734.919	709.081		1.444.000	0,23
PEN	734.919	3.353.211		4.088.130	0,64
PROS	734.919	8.386.048	1.245.684	10.366.652	1,63
SD	734.919	13.322.829	179.215	14.236.964	2,24
Novo	734.919			734.919	0,12
Rede	734.919	2.353.653		3.088.572	0,49
PMB	734.919			734.919	0,12

(Continuação)

Sigla	Cotas iguais (5%)	Cotas proporcionais (95%)	Bloqueio	Total	%
Total	25.635.440	477.666.093	9.323.907	514.443.357	
Valor não repassado			9.323.907*		

* Bloqueios correspondentes aos votos dos parlamentares que migraram para o partido Rede Sustentabilidade e para o Partido da Mulher Brasileira (PMB), nos termos das ações cautelares nº 0600009-79.2015.6.00.0000 e nº 0600002-53.2016.6.00.0000.

Multas eleitorais e leis conexas

Sigla	Cotas iguais (5%)	Cotas proporcionais (95%)	Bloqueio	Total	%
PT	70.733	6.346.002	161.388	6.578.124	11,78
PMDB	70.733	5.192.639	21.615	5.284.987	9,46
PSDB	70.733	5.350.670		5.421.403	9,71
DEM	70.733	1.974.071		2.044.804	3,66
PP	70.733	3.106.814		3.177.547	5,69
PSB	70.733	3.028.678		3.099.412	5,55
PDT	70.733	1.614.012	90.845	1.775.591	3,18
PTB	70.733	1.798.506	92.848	1.962.087	3,51
PR	70.733	2.723.119		2.793.852	5,00
PPS	70.733	880.462		951.195	1,70
PV	70.733	858.422	110.139	1.039.294	1,86
PCdoB	70.733	832.637		903.370	1,62
PSC	70.733	1.189.415	28.468	1.288.617	2,31
PSOL	70.733	843.427		914.160	1,64
PMN	70.733	196.549	29.823	297.105	0,53
PTC	70.733	130.746	21.925	223.405	0,40
PHC	70.733	455.703		526.436	0,94
PSDC	70.733	205.880	40.525	317.139	0,57
PT do B	70.733	372.458	28.063	471.254	0,84
PRB	70.733	2.138.105		2.208.838	3,96
PRP	70.733	267.684	82.552	420.969	0,75
PSL	70.733	338.723	52.051	461.507	0,83
PRTB	70.733	219.474		290.207	0,52
PTN	70.733	349.453		420.186	0,75

(Continuação)

Sigla	Cotas iguais (5%)	Cotas proporcionais (95%)	Bloqueio	Total	%
PSTU	70.733	91.078		161.811	0,29
PCB	70.733	32.372		103.105	0,18
PCO	70.733	6.274		77.007	0,14
PSD	70.733	2.883.753		2.954.486	5,29
PPL	70.733	68.262		138.995	0,25
PEN	70.733	322.780		393.513	0,70
PROS	70.733	807.230	119.892	997.855	1,79
SD	70.733	1.282.434	17.248	1.370.416	2,45
Novo	70.733	7,77		70.740	0,13
Rede	70.733	226.565		297.298	0,53
PMB	70.733	117.81		70.850	0,13
Subtotal	2.475.656	46.134.539	897.388	49.507.584	
Valor não repassado		1.144.970*	897.399**		

* Multas arrecadadas por meio do Código 18003-3 – Multas decorrentes de condutas vedadas por agentes públicos em campanhas eleitorais permanecerão sobrestadas até manifestação dos TRES quanto aos partidos beneficiados pela conduta vedada.

** Bloqueios correspondentes aos votos dos parlamentares que migraram para o Partido da Mulher Brasileira (PMB), nos termos da Ação Cautelar nº 0600002-53.2016.6.00.0000.

Participação da Secretaria de Administração do TSE em comissões

O quadro seguinte relaciona as comissões das quais a SAD participou em 2017:

Portaria	Ementa	Conclusão
45	Altera as atribuições e a vigência da comissão para normatização dos procedimentos de inscrição de créditos em Restos a Pagar, definidas na Portaria-TSE nº 1.088 de 26 de outubro de 2016.	Sim
103	Institui comissão, no âmbito do TSE, para elaborar o relatório de gestão e as informações suplementares relativas à prestação de contas do exercício de 2016.	Sim
494	Dispõe sobre a criação de comissão destinada a realizar estudo preliminar e termo de referência para o descarte das urnas eletrônicas modelo 2004 (UE2004) e materiais correlatos.	Sim

(Continuação)

Portaria	Ementa	Conclusão
520	Dispõe sobre a criação de grupo de trabalho para realizar estudos e apresentar proposta para a implementação do programa de assistência indireta à saúde na modalidade autogestão no âmbito do TSE.	Sim
539	Altera composição da comissão instituída pela Portaria-TSE nº 494 de 4 julho de 2017, que dispõe sobre a criação de comissão destinada a realizar estudo preliminar e termo de referência para o descarte das urnas eletrônicas modelo 2004 (UE2004) e materiais correlatos.	Sim
86	Institui comissão, no âmbito do TSE, para elaborar proposta sobre política de gestão de riscos.	Parcialmente
563	Institui as comissões Organizadora, Reguladora e de Comunicação Institucional, referentes ao Teste Público de Segurança 2017.	Parcialmente
632	Altera a Portaria-TSE nº 563 de 3 de agosto de 2017, que instituiu as comissões Organizadora, Reguladora e de Comunicação Institucional, referentes ao Teste Público de Segurança 2017.	Parcialmente
432	Institui comissão, no âmbito do TSE, para elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável, PLS-TSE, em consonância com o Capítulo II da Resolução-TSE nº 23.474/2016.	Não
716	Dispõe sobre a composição de grupo de trabalho responsável pelo levantamento de dados e acompanhamento das atividades relativas ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias, Trabalhistas e Sociais, no âmbito da Justiça Eleitoral.	Em andamento
771	Dispõe sobre o grupo de trabalho destinado a analisar, dentre as soluções possíveis de assistência à saúde ao servidor, aquela adequada para a implementação no âmbito deste Tribunal.	Em andamento

3.6. Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Secretaria de Controle Interno e Auditoria compete, entre outras atribuições, fiscalizar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficácia e eficiência; avaliar a execução do Planejamento Estratégico e fomentar a governança do Tribunal; certificar a gestão dos responsáveis e emitir parecer conclusivo acerca dos atos praticados no exercício financeiro para compor o processo de contas anual; emitir parecer quanto à exatidão e legalidade dos atos de admissão e desligamento de pessoal e dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; avaliar a consistência e qualidade dos controles internos administrativos implantados pelos gestores; e coordenar auditorias integradas com os tribunais regionais eleitorais.

3.6.1. Assessoria de Apoio à Gestão da SCI (Asag-SCI)

COMPETÊNCIAS

À Asag-SCI compete, entre outras atribuições, assessorar a Secretaria na fixação de diretrizes de atuação e na definição de planos de ação; auxiliar no planejamento, na coordenação e na supervisão das atividades de controle interno e de auditoria; acompanhar internamente o cumprimento das diligências e deliberações proferidas pelos órgãos de controle; e fazer revisão e copidesque de textos e documentos.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Devido à natureza de assessoramento e auxílio da Asag-SCI, os produtos de suas atividades coincidem, em grande parte, com aqueles indicados nas planilhas das demais unidades da SCI. A seguir, destacam-se as principais atividades em que a Asag atuou:

- acompanhamento da execução do Planejamento Tático e Operacional da SCI 2017-2018;

- projeto Auditorias Integradas da Justiça Eleitoral: auxílio nas atividades de planejamento, execução e relatório das auditorias;
- revisão de análises e pareceres variados produzidos pela equipe, de acordo com a demanda das unidades;
- emissão de pareceres acerca de consultas formuladas pelos tribunais eleitorais à SCI;
- monitoramento dos expedientes provenientes do TCU. Os principais foram os seguintes:

Comunicação recebida	Assunto	Atendimento: comunicação expedida	Nº PA ou SEI
Of.-Sefip/TCU nº 1.023/2017	Informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de servidores e magistrados. Março de 2017.	Ofício-SCI nº 1.707/2017	2017.00.000003953-3
Of.-Sefiti/TCU nº 0117/2017	Representação-TC nº 028.473/2016-7. Irregularidades no Pregão-TSE nº 52/2016.	Despacho-SCI (0437751)	2017.00.000005112-6
Of.-Semag/TCU nº 0099/2017	Acórdão-TCU nº 553/2017. Relatórios de Gestão 2º Quadrimestre de 2015.	Despacho-Cofic (0453369)	2017.00.000005036-7
Of.-Sefip/TCU nº 2.063/2017	Acórdão-TCU nº 828/2017. Apuração de indícios de pagamentos indevidos de pensão a filhas maiores solteiras. Elaboração de plano de ação.	Ofício-GAB/DG nº 2.577	2016.00.000017730-2

(Continuação)

Comunicação recebida	Assunto	Atendimento: comunicação expedida	Nº PA ou SEI
Of.-Sefip/TCU nº 2.652/2017	Acórdão-TCU nº 1.120/2017. Concessão administrativa do reajuste de 13,23% referente à Vantagem Pecuniária Individual (VPI).	Ofício-Circular-GAB/DG nº 115	2017.00.000006923-8
Of.-Sefip/TCU nº 0144/2017	Denúncia-TC nº 014.607/2017-4. Resolução-TSE nº 23.518/2017. Previsão de contratação de empresas terceirizadas para auxiliar no cadastramento biométrico.	Ofício-Asjur nº 2.967	2017.00.000007336-7
Of.-Secex Admin./TCU nº 0222/2017	Levantamento Integrado de Governança Organizacional Pública – Ciclo 2017. Questionário.	Despacho-Seago nº 0577786	2017.00.000008278-1
Of.-Secex Admin/TCU nº 0912/2017	Representação-TC nº 017.958/2017-2. Implantação do voto impresso nas Eleições 2018, proposta pelo Ministério Público perante o Tribunal de Contas da União (TCU).	Ofício-Asjur nº 3.992	2017.00.000009613-8
Of.-Sefip/TCU nº 5640/2017	Informações cadastrais e respectivas fichas financeiras de servidores e magistrados. Setembro de 2017.	<i>E-mail</i> SCI (0591971)	2017.00.000012483-2

3.6.2. Coordenadoria de auditoria (Coaud)

COMPETÊNCIAS

À Coaud compete, entre outras atribuições, elaborar o planejamento anual e de longo prazo das auditorias internas e das integradas; realizar, orientar, coordenar e supervisionar os trabalhos das auditorias internas e das integradas; verificar o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal; organizar os processos de contas anuais para envio ao Tribunal de Contas da União para julgamento; e emitir certificado de auditoria nos processos de contas anuais e de tomada de contas especiais.

Além das atividades listadas anteriormente, realizadas com as seções vinculadas à Coaud, pode-se destacar a atuação na implantação e coordenação das auditorias integradas da Justiça Eleitoral, nos termos da Resolução-TSE nº 23.500/2016. As auditorias integradas, realizadas de forma conjunta pelas unidades de Auditoria da Justiça Eleitoral sob a coordenação, supervisão e orientação da Coaud/SCI, têm como finalidade identificar os vícios mais comuns e relevantes em processos críticos relacionados aos objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral, com vistas ao aperfeiçoamento da gestão dos processos e da sistemática de seus controles internos, ao compartilhamento de boas práticas, entre outros.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Destaca-se a implantação do Auditse, sistema informatizado de auditoria que visa à automatização de todas as etapas do processo de auditoria pelo TSE e pelos TREs, a padronização de procedimentos e a realização das auditorias integradas. O Auditse está em fase de implantação nos TREs, e o objetivo é que a auditoria integrada prevista para 2018 seja realizada, utilizando-se esse sistema em toda a Justiça Eleitoral. No TSE, já estão em produção três auditorias do Plano Anual de Auditoria (PAA) 2017 no Auditse.

Além disso, a Coaud compõe comissão com o objetivo de elaborar proposta sobre políticas de gestão de riscos do Tribunal e o respectivo plano de gestão de riscos (Portaria-TSE nº 86/2017 – 0370171).

Status dos projetos e planos de ação da Coaud

Cálculo de indicadores

I. Indicador Tático e Operacional 1 – Índice de execução do Plano Anual de Auditoria (PAA)

Objetivo: realizar as auditorias previstas no PAA 2017.

Data da medição: 30.11.2017.

Resultado: 33% das auditorias previstas foram concluídas.

A implantação do projeto Auditorias Integradas da Justiça Eleitoral impactou sobremaneira a execução das auditorias previstas nos PAAs de 2016 e 2017. Os estudos que deram origem à Resolução-TSE nº 23.500, de 19 de dezembro de 2016, tiveram início no segundo semestre de 2016, e a implantação do projeto deu-se no decorrer de 2017, com a padronização dos papéis de trabalho, o treinamento dos tribunais eleitorais na metodologia de auditoria baseada em riscos e na utilização do sistema informatizado Auditse, a consolidação das matrizes de riscos, de controles, de testes de controle e de achados e dos programas de auditorias encaminhados pelos TREs, entre outras atividades. Foram realizadas duas auditorias como projetos-piloto: as auditorias no processo de gestão de suprimentos de materiais eleitorais e no processo de gestão de armazenamento e manutenção preventiva das urnas eletrônicas. Cabe, ainda, à Coaud consolidar os 54 relatórios de auditoria encaminhados pelos TREs em dois relatórios.

II. Indicador Tático e Operacional 3 – Índice de cumprimento das recomendações de auditoria

Objetivo: garantir o efetivo monitoramento das recomendações de auditoria.

Resultado: não foi possível a apuração desse indicador, visto que as auditorias não foram concluídas. Em relação às auditorias concluídas do PAA 2017, o monitoramento encontra-se em andamento.

Seção de Auditoria de Desempenho (Seaud)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A tabela seguinte relaciona a participação da seção em atividades relacionadas ao Plano Anual de Auditoria.

Plano Anual de Auditoria 2016			
Auditoria	Processo	Fase atual	% *
Auditoria no Processo de Gestão dos Serviços de Transporte	2016.00.000010598-0	Relatório de achados concluído	80%
Plano Anual de Auditoria 2017			
Auditoria no Processo de Gestão Predial – Infraestrutura de Áudio, Vídeo e Multimídia	2017.00.000006583-6	Relatório de achados concluído	80%
Auditoria Integrada – Processo de Gestão de Armazenamento e Manutenção Preventiva das Urnas Eletrônicas	2016.00.000017097-9	Relatório consolidado concluído	100%

* Percentuais referentes ao total de execução da auditoria.

Outras atividades:

- coordenação das auditorias integradas – três reuniões técnicas com os TREs para apresentação das diretrizes das auditorias integradas da Justiça Eleitoral; padronização das matrizes de riscos, controles e de testes de controles, dos programas de auditoria e dos achados de auditoria;
- testes e ajustes para a implantação do sistema de auditoria Auditse no TSE e nos TREs;
- treinamento dos TREs na metodologia Auditoria Baseada em Riscos (ABR);
- treinamento dos TREs no sistema de auditoria Auditse;
- gravação de videoaulas sobre o Auditse para auxiliar os TREs na implantação do sistema;

- elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021 e do Plano Anual de Auditoria 2018 na área de atuação da unidade (2017.00.000012407-7).

Seção de Auditoria de Gestão (Seaug)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A tabela seguinte relaciona a participação da seção em atividades relacionadas ao Plano Anual de Auditoria.

Plano Anual de Auditoria 2016			
Auditoria	Processo	Fase atual	% *
Auditoria no Processo de Gestão Orçamentária e Financeira	2015.00.000010553-0	Relatório de achados concluído	80%
Plano Anual de Auditoria 2017			
Auditoria no Processo de Gestão de Contas Eleitorais de Candidatos	2017.00.000006501-1	Relatório de achados concluído	80%
Auditoria de Gestão – Processo de Contas 2016	2017.00.00006506-2	Relatório enviado ao TCU	100%

* Percentuais referentes ao total de execução da auditoria.

Outras atividades:

- elaboração do Relatório de Tomada de Contas Especial do Partido Progressista (PP) (2017.00.000000802-6);
- análise dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre de 2016 e do 1º e 2º quadrimestres de 2017 (2016.00.000006955-0 e 2017.00.000003825-1);
- elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021 e do Plano Anual de Auditoria 2018 na área de atuação da unidade (2017.00.000012407-7).

Seção de Auditoria de Pessoal (Seaup)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A tabela seguinte relaciona a participação da seção em atividades relacionadas ao Plano Anual de Auditoria.

Plano Anual de Auditoria 2016			
Auditoria	Processo	Fase atual	% *
Auditoria no Processo de Gestão da Frequência	2016.00.000010537-9	Relatório de achados concluído	80%
Plano Anual de Auditoria 2017			
Auditoria no Processo de Cumprimento de Decisões Judiciais e Administrativas	2017.00.000008512-8	Relatório de achados concluído	80%

* Percentuais referentes ao total de execução da auditoria.

Outras atividades:

- emissão de pareceres nos processos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria e pensão, para fins de julgamento e registro pelo TCU:
 - a) aposentadoria (29);
 - b) nomeação (30);
 - c) pensão (1).
- elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021 e do Plano Anual de Auditoria 2018 na área de atuação da unidade (2017.00.000012407-7).

Seção de Auditoria de Tecnologia da Informação (Seaut)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A tabela seguinte relaciona a participação da seção em atividades relacionadas ao Plano Anual de Auditoria.

Plano Anual de Auditoria 2016			
Auditoria	Processo	Fase atual	%*
Auditoria no Processo de Sustentação em Soluções de TI	2016.00.000010324-4	Relatório de achados concluído	80%
Plano Anual de Auditoria 2017			
Auditoria no Processo de Gestão de Aquisição de Suprimentos de Materiais Eleitorais	2017.00.000004049-3	Relatório de auditoria concluído	100%

* Percentuais referentes ao total de execução da auditoria.

Outras atividades:

- análise do Contrato-TSE nº 138/2008 – Informação nº 2 (0475617) (2016.00.000005341-7);
- análise dos contratos-TSE nºs 142/2010, 148/2011 e 62/2015 – Informação nº 3 (0522145) (2017.00.000008846-1);
- coordenação das auditorias integradas – três reuniões técnicas com os TREs para apresentação das diretrizes das auditorias integradas da Justiça Eleitoral; padronização das matrizes de riscos, controles e de testes de controles, dos programas de auditoria e dos achados de auditoria;
- treinamento dos TREs na metodologia de Auditoria Baseada em Riscos (ABR);
- elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo 2018-2021 e do Plano Anual de Auditoria 2018 na área de atuação da unidade (2017.00.000012407-7).

3.6.3. Coordenadoria de Acompanhamento e Orientação de Gestão (Coges)

COMPETÊNCIAS

A Coges tem por atribuição precípua orientar os gestores no que se refere à observância de normas, princípios, boas práticas e jurisprudência do TCU relativamente a licitações, contratos administrativos e governança pública.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Além das atividades rotineiras perante as seções vinculadas à Coges, pode-se destacar a atuação Coordenadoria no acompanhamento do Projeto Melhoria da Governança e Gestão de Aquisições do TSE, por meio do qual são desenvolvidas ações visando atender às recomendações do TCU oriundas do Acórdão nº 2.341/2016. Esse acompanhamento inclui o monitoramento constante das atividades previstas no plano de ação e, quando necessário, orientação às unidades (SEI nº 2016.00.000014332-7).

Além disso, a Coordenadoria participa de dois grupos de trabalho relacionados ao mencionado projeto, um deles destinado a normatizar diretrizes para aquisições (SEI nº 2017.00.000006027-3); e o outro, a revisar o Guia Prático de Fiscalização de Contratos Administrativos (SEI nº 2017.00.000006590-9).

Ademais, a Coges foi demandada a se manifestar especificamente nos casos descritos a seguir:

Informação	Processo-SEI	Objeto
Informação nº 1 (0418701 e 0418809)	2016.00.000014332-7	Acompanhamento e registro. Projeto Melhoria da Governança e Gestão de Aquisições do TSE.
Informação nº 2 (0481525)	2017.00.000006067-2	Análise de resposta do CNJ à consulta formulada por empresa acerca de pontos específicos da conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação e de eventual impacto na Instrução Normativa-TSE nº 5/2014.
Informação nº 4 (0598704)	2017.00.000013618-0	Análise de minuta. Proposta de alteração da Instrução Normativa nº 2/2008. Procedimentos para recebimento de objeto, atesto e liquidação de despesa.

Seção de Análise e Monitoramento de Execução de Contratos (Samec)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

As tabelas seguintes listam os trabalhos concluídos e em andamento, bem como o monitoramento de informações sob a responsabilidade da seção.

Análise de execução contratual

Planejamento de 2016 concluídos	Planejamento de 2017 concluídos	Planejamento de 2017 em andamento
Informação nº 5 – Contrato-TSE nº 68/2015 (serviços na área de produção, gravação, edição e distribuição de produtos de rádio e televisão)	Informação nº 11 – Contrato-TSE nº 17/2015 (serviços de informática na área de sustentação de sistemas de informação)	Contrato-TSE nº 72/2016 (serviços de transporte de material, na modalidade rodoviária)
Informação nº 6 – Contrato-TSE nº 3/2016 (serviços de organização de eventos)	Informação nº 12 – Contrato-TSE nº 31/2015 (serviços de apoio às atividades de controle da TI)	
Informação nº 14 – Contrato-TSE nº 26/2013 (serviços de higienização e conservação de mapas e documentos)	Informação nº 20 – Contrato-TSE nº 39/2016 (serviços de transporte de material, na modalidade aérea)	

Monitoramento

Informação de monitoramento	Contrato	Informação monitorada
Despacho-Samec (0519034)	117/2014	Informação nº 3/2017
Informação nº 3 (0377733)	117/2014	Informação nº 24/2016
Informação nº 7 (0442671)	97/2014	Informações nºs 135/2015 e 22/2016
Informação nº 10 (0484599)	53/2015	Informação nº 13/2016
Informação nº 15 (0540767)	73/2013	Informação nº 20/2016
Informação nº 16 (0547404)	76/2015	Informação nº 16/2016
Informação nº 18 (0557221)	46/2015	Informação nº 15/2016

Cálculo de indicadores

I. Indicador Tático e Operacional 4 – Índice de cumprimento das recomendações de orientação à gestão

Objetivo: garantir o efetivo monitoramento das recomendações de orientação à gestão.

Data da medição: 17.11.2017.

Resultado: 85%.

II. Indicador Tático e Operacional 5 – Índice de avaliação dos resultados dos relatórios de reação dos projetos

Objetivo: fornecer insumos às unidades responsáveis pela elaboração dos termos de referência e fiscalização de contratos, contribuindo para a melhoria dos processos de contratação.

Data da medição: 20.10.2017.

Resultado: ótimo.

III. Indicador Tático e Operacional 6 – Índice de participação das unidades afetas ao projeto

Objetivo: fornecer insumos às unidades responsáveis pela elaboração dos termos de referência e fiscalização de contratos, contribuindo para a melhoria dos processos de contratação.

Data da medição: 21.11.2017.

Resultado: 63%.

Status dos projetos e planos de ação da Samec

A Samec está envolvida com os seguintes planos e projetos, cujo status demonstra-se a seguir.

Fiscalize Legal

Encontros realizados	Encontro a realizar	EaD
Aspectos Trabalhistas na Execução Contratual (28.6.2017)	6.2.2018 – Alterações contratuais	Está em fase de implementação a plataforma do Fiscalize Legal na plataforma EaD do TSE.
Procedimentos Iniciais da Fiscalização Contratual (30.8.2017)		
Recebimento e Atesto (27.11.2017)		-

A Samec compõe grupo de trabalho para revisar o Guia Prático de Fiscalização de Contratos Administrativos (SEI nº 2017.00.000006590-9).

Seção de Acompanhamento da Gestão (Seage)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

De janeiro a novembro de 2017, foram realizados 15 análises e 3 monitoramentos de informações, conforme as tabelas a seguir.

Análises de procedimentos de contratação

Concluídas referentes ao planejamento de 2016	Processo SEI nº
Manutenção da sala-cofre do TSE	2015.00.000000429-1
Contratação de postos de trabalho de brigadistas	2016.00.000013166-3
Concluídas referentes ao planejamento de 2017	Processo SEI nº
Aquisição de <i>softwares</i> de editoração	2016.00.000002461-1
Serviço de agenciamento de viagens	2017.00.000001910-9
Serviços de limpeza do CCJE	2017.00.000001564-2
Manutenção do ar-condicionado	2016.00.000016742-0
Fornecimento de enlaces de comunicação com a Internet	2015.00.000001349-5
Contratação de postos de trabalho de carregamento de material e estoquistas	2017.00.000003256-3
Credenciamento de empresas para prestar assistência à saúde aos servidores do TSE	2017.00.000006560-7

(Continuação)

Concluídas referentes ao planejamento de 2017	Processo SEI nº
Suporte para os <i>softwares</i> e <i>hardwares</i> da Oracle que compõem a Solução de Batimento Biométrico	2017.00.000006005-2
Contratação de agência de publicidade	2017.00.000008178-5
Contratação de postos de mensageria	2017.00.000007708-7
Manutenção de solução de auditoria em ambiente Microsoft	2017.00.000005452-4
Aquisição de <i>software</i> de gerenciamento de projetos	2017.00.000006416-3
Aquisição de soluções <i>firewall</i> e de <i>software</i> de segurança para ambiente virtual	2017.00.000008300-1

Monitoramento

Planejamento 2016	Objeto	Documento emitido	Processo
Informação nº 106/2015	Suporte à solução de controle de transferência de arquivos	Informação nº 14/2017	PA nº 1.208/2015 e SEI nº 2017.00.000008846-1
Informação nº 3/2015	Aquisição de baterias de urnas	Informação nº 2/2017	SEI 2015.00.000001435-1
Informação nº 114/2015	Aquisição de memórias do tipo <i>compactflash</i>	<i>E-mail</i> e despacho	PA nº 6.918/2014

Outras atividades

Assunto	Documento referencial
Análise das minutas dos formulários de termos de referência e de estudos preliminares propostos pela SAD.	Processo SEI nº 2016.00.000013747-5
Análise da minuta do Regulamento da Assistência Indireta à Saúde do Tribunal Superior Eleitoral.	Processo SEI nº 2017.00.000007100-3
Análise de proposta de implementação de ações em contratações sob o Sistema de Registro de Preços.	Processo SEI nº 2017.00.000006495-3
Estudo e apresentação sobre comparativo entre a IN-MPOG nº 5/2017 e a IN-MPOG nº 2/2008.	<i>Link</i> a ser publicado na área de conteúdo da SCI na intranet

Cálculo de indicador

I. Indicador Tático e Operacional 4 – Índice de cumprimento das recomendações de orientação à gestão

Calculado com base nos monitoramentos previstos no planejamento de 2016 que foram executados neste exercício.

Assim, das 41 recomendações monitoradas, 35 foram consideradas atendidas. Resultado: 85%.

A medição do indicador não compreendeu os monitoramentos previstos para 2017, pelos seguintes motivos:

- a) no primeiro semestre, foram priorizados os monitoramentos relacionados ao planejamento de 2016 (item Monitoramento) e os estudos relativos ao Projeto Oficinas de Apoio ao Planejamento das Contratações;
- b) no segundo semestre, a Seage direcionou sua força de trabalho para as análises das contratações (item Análises de procedimento de contratação) e para as demais atividades demandadas (item Outras atividades).

Entre os monitoramentos previstos para 2017, registram-se os seguintes andamentos:

- a) dois já foram instruídos e estão em fase de revisão (baterias estacionárias e serviço de transporte terrestre);
- b) um está em fase de instrução (contratação de *softwares* para a nuvem privada);
- c) dois serão iniciados antes do fim do exercício (serviços gráficos e condução de veículos de apoio administrativo);
- d) um não é passível de monitoramento, pois a contratação foi cancelada (aquisição de ilhas de edição).

Status dos projetos e planos de ação da Seage

A Seage realizou estudos e aplicou questionários em diversas unidades demandantes do TSE, com a finalidade de definir a abordagem a ser adotada pelo Projeto Oficinas de Apoio ao Planejamento das Contratações. A previsão

é de que o projeto seja realizado em forma de oficinas de aprendizagem e exercícios, com início em fevereiro de 2018, trazendo como principais temas a recente Instrução Normativa-MPOG nº 5/2018 e as recomendações oriundas do Acórdão-TCU nº 2.341/2016.

Seção de Avaliação de Governança (Seago)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A Seago realizou as seguintes atividades relacionadas ao Projeto Diagnóstico de Governança no TSE, iniciado em junho de 2016:

Etapas	Processo	Documento
Validação do relatório preliminar pelas áreas (AGE, SCI e SGP)	2016.00.000011708-3	0380926, 0378273 e 0377070
Elaboração do Relatório Preliminar de Avaliação de Governança		0398774
Elaboração do Relatório Final		0598721

Como resultado dos trabalhos, a unidade foi convidada para proferir palestra sobre o Projeto Diagnóstico de Governança no TSE no III Fórum de Boas Práticas de Auditoria e Controle Interno do Poder Judiciário, em Recife/PE (Processo SEI nº 2017.00.000003476-0) e no III Fórum Permanente de Boas Práticas na Gestão Pública, em Macapá/AP (Processo SEI nº 2017.00.000006559-3).

A unidade também efetuou levantamento de informações acerca da vinculação das unidades de auditoria interna à autoridade máxima dos órgãos, por meio de visitas técnicas ao STF, ao STJ, ao TST e ao TCU, o que deu origem à informação com proposta de vinculação da SCI à Presidência (Processo SEI nº 2016.00.000016759-5).

À Seago coube, ainda, a organização das atividades relativas ao Questionário Integrado de Governança Organizacional Pública, aplicado pelo Tribunal de Contas da União, compreendendo as seguintes ações (Processo SEI nº 2017.00.000008278-1):

- reuniões com as áreas envolvidas;
- análise das respostas e das evidências apresentadas (0576640);

- compilação das evidências (0576646, 0577764, 0577768, 0577770, 0577772, 0577774);
- preenchimento do questionário e envio ao TCU (0545593).

Cálculo de indicador

I. Indicador Tático e Operacional 2 – Índice de cumprimento do Plano de Ação de Governança

Os trabalhos de conclusão do Relatório Final de Avaliação de Governança no TSE, que ocorreu em 20 de novembro de 2017, apresentaram nível de dificuldade superior ao previsto devido à complexidade do tema, o que impactou na elaboração do Plano Anual de Ação da Seago. Dessa maneira, o referido indicador somente será medido no próximo semestre.

Status dos projetos e planos de ação da Seago

Quanto ao Projeto Diagnóstico de Governança no TSE, com a conclusão do relatório final, resta pendente somente o monitoramento das recomendações realizadas.

A Seago compõe comissão com o objetivo de elaborar proposta sobre políticas de gestão de riscos do Tribunal e o respectivo plano de gestão de riscos (Portaria-TSE nº 86/2017 – SEI 0370171).

3.7. Secretaria de Gestão de Pessoas

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

São competências da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP): planejar, implementar e gerenciar políticas de gestão de pessoas no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, englobando o desenvolvimento, a saúde e a qualidade de vida de seus colaboradores, bem como propor e coordenar políticas, diretrizes e normas no âmbito da Justiça Eleitoral.

3.7.1. Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (Coede)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Desenvolvimento de material instrucional para mesários – Eleições 2018

O Grupo de Trabalho Mesários – Eleições 2018, instituído pela Portaria-TSE nº 421 de 31 de maio de 2017, para a elaboração dos materiais instrucionais e produção de treinamento, presencial e à distância, para multiplicadores e mesários, executou as seguintes ações:

- apresentação do resultado da avaliação das Eleições 2016 para os TRES;
- elaboração de um novo formato de manual do mesário e guia rápido;
- criação de identidade visual (realizada pela SGI);
- análise e apresentação de sugestões para alteração da minuta de atos preparatórios;
- aprimoramento do aplicativo Mesários, para celular, com base em sugestões encaminhadas pelos TRES nas avaliações das Eleições 2016.

Redimensionamento da força de trabalho

Trata-se da construção de modelo de dimensionamento e estudo da força do trabalho na instituição, visando à correção e ao equilíbrio da distribuição de servidores, evitando sobrecarga ou subaproveitamento, bem como fomentando uma cultura orientada para resultados, a partir da identificação dos índices de produtividade aplicáveis a cada área da organização. O projeto está em fase final de contratação de consultoria especializada, que deverá realizar o trabalho de dimensionamento e o repasse da metodologia aos servidores.

Reavaliação do modelo de Gestão por Competências do TSE

O modelo de Gestão por Competências (GPC) é voltado para o desenvolvimento dos servidores, com o intuito de obter excelência nos processos críticos de trabalho, alinhar a gestão de pessoas à estratégia da instituição e identificar lacunas de competência (*gaps*), com vistas à proposição de ações a esse fim destinadas, tais como a elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC) e de planos de desenvolvimento individuais (PDIs).

Para esse novo ciclo, está sendo revisado o modelo de GPC e realizado o remapeamento das competências de todas as unidades do TSE. Já foram concluídas as atividades nas secretarias SGP, SOF, SCI, SJD, SST, STI e SGI. Pretende-se, ainda, elaborar manual com as novas competências das áreas e propor minuta de resolução instituindo o modelo de GPC no TSE.

Implantação do serviço de desenvolvimento organizacional setorial

Projeto que visa implantar um serviço de desenvolvimento organizacional setorial para promover o aumento da eficiência e do engajamento de unidades e equipes do TSE. A abordagem desse novo serviço tem como pilares a execução de diagnósticos organizacionais pontuais e, por conseguinte, a estruturação e execução de planos de ações intervencionistas, para fazer com que a estrutura organizacional e de trabalho da unidade, bem como o comportamento de suas lideranças e equipes, evoluam e se adaptem.

Foi realizada uma intervenção-piloto na Seção de Pagamentos (Sepag), na qual, por meio de entrevistas individuais com cada servidor da unidade, obteve-se um diagnóstico setorial que orientará a proposição de ações posteriores com o objetivo de implementar melhorias e agregar valor aos produtos e serviços oferecidos por aquela unidade. Pretende-se, em 2018, expandir a oferta do serviço de desenvolvimento organizacional setorial para todas as unidades do TSE.

Disponibilização de canais de orientação a novos gestores

Pretende-se com esse serviço, orientar os novos gestores quanto a rotinas, processos de trabalho, desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais, promovendo uma ambientação mais efetiva e estruturada em novas posições. Atualmente, está em fase de finalização o curso *on-line* do projeto Canais de Orientação a Novos Gestores.

Implantação do Núcleo de Ensino a Distância (Nead)

Criado pela Resolução-TSE nº 23.513, de 21 de março de 2017, o Núcleo de Ensino a Distância (Nead) vem estruturando um ambiente de educação a distância (EAD) robusto e atuante no âmbito da Justiça Eleitoral. Ao reduzir os custos com cursos e treinamentos presenciais, o Nead contribui para atender ao princípio da economicidade na administração pública.

Suas ações visam disponibilizar no ambiente virtual de aprendizagem do TSE um catálogo de cursos, tutoriais e materiais educacionais para servidores,

gestores e aspirantes a cargos de chefia do TSE, bem como para servidores da Justiça Eleitoral ligados aos TREs e cartórios eleitorais. Das 22 entregas previstas no Plano de Ação nº 4.1.10, 11 foram concluídas, 10 estão em andamento e 1 deve ser iniciada ainda em 2017.

Lotação de novos servidores

O processo de lotação passou por significativas mudanças, que visavam conciliar as competências e os interesses dos candidatos com as necessidades deste Tribunal. Dessa forma, foram utilizadas as seguintes técnicas para a adequada alocação dos novos servidores: entrevista com base na análise curricular e aplicação de questionários para avaliar conhecimentos, habilidades e aspectos atitudinais – o que ajudava a identificar o estilo de trabalho de cada um.

Após o tratamento das informações coletadas, os resultados foram apresentados em um relatório individual, em que foram indicados o perfil comportamental dos candidatos e a lotação ideal com base nas competências apresentadas. Foram realizadas 28 lotações em 2017.

Ambientação de novos servidores

O processo facilita o contato inicial dos novos servidores com o Tribunal, a fim de que possam conhecer estrutura, missão, visão, valores, cultura e benefícios do TSE. Em 2017, foi realizado um evento com a participação de 15 servidores.

Avaliação de desempenho para fins de movimentação funcional

No período de janeiro a outubro de 2017, foram realizadas 195 avaliações e 168 movimentações *durante* o estágio probatório; 251 avaliações e movimentações concedidas *após* o estágio probatório; e 5 mediações.

Seleções internas, relotações e desligamentos

Em 2017, foram realizadas 12 seleções internas, com o objetivo de identificar os servidores com as competências requeridas pela unidade interessada para a ocupação de funções comissionadas ou de cargos em comissão. Foram efetivadas também 216 alterações de lotação no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (SGRH), incluídas as decorrentes de mudanças na estrutura organizacional do Tribunal. Por fim, foram realizados 14 desligamentos de servidores.

Programas Estágio Estudantil e Menor Aprendiz

A gestão do Programa de Estágio Estudantil no TSE envolve uma série de ações, dentre as quais destacaram-se em 2017: 44 processos seletivos realizados; 206 estudantes recrutados; 90 estudantes entrevistados e 54 estagiários contratados, com desembolso de R\$ 653.701,49 até o mês de setembro.

O Programa Menor Aprendiz, por sua vez, contempla atualmente 21 jovens. Durante o ano, foram desligados 30 participantes, com emprego de R\$382.738,10 em despesas com o programa até o mês de agosto.

Modelo de avaliação gerencial

O projeto teve sua etapa de planejamento concluída e pretende sensibilizar os servidores sobre a importância do correto preenchimento do instrumento, o qual permitirá aferir a qualidade do gestor do Tribunal e fundamentar seu aperfeiçoamento.

Gestão do clima organizacional

A implantação do novo modelo foi feito em conjunto com a Universidade de Brasília (UnB) e tem por base a psicodinâmica do trabalho, cujo objetivo é subsidiar a elaboração de políticas de prevenção de danos à saúde do trabalhador. Foram avaliadas quatro escalas: 1) organização do trabalho; 2) mudanças organizacionais; 3) riscos de sofrimento patogênico; e 4) danos físicos e psicossociais.

Foi realizado também o I Fórum de Assédio Moral e Organizacional da Justiça Eleitoral, nos dias 8 e 9 de agosto, com o objetivo de lançar luz sobre o tema, disseminar conhecimento, propiciar o debate técnico e ampliar possibilidades de diagnóstico e prevenção. O evento contou com a participação do Prof. Dr. Roberto Heloani (Unicamp), da Prof. Dra. Ana Magnólia Mendes (UnB), da Prof. Dra. Ana Lúcia Galinkin (UnB) e da Procuradora do Ministério Público do Trabalho Dra. Renata Coelho.

Também no mês de agosto, foi aplicada a pesquisa de avaliação do contexto de trabalho, que contou com a participação de 319 servidores. Como consequência do diagnóstico realizado, foram feitas reuniões com grupos focais de servidores para subsidiar a elaboração de políticas relacionadas ao bem-estar e sofrimento no trabalho. Além disso, foram organizados encontros com gestores, a fim de sensibilizá-los acerca do comprometimento necessário para a implementação de ações.

Paralelamente, foi criado espaço de escuta dos servidores e proposição de políticas de reconhecimento e valorização desses funcionários pela titular da SGP.

Ações de educação corporativa

A partir de 2017, foi implementada metodologia mais participativa para a construção do Plano Anual de Capacitação (PAC) das unidades, que permitiu não só a indicação de temas prioritários pelos gestores, como também pelos servidores de todas as áreas do Tribunal.

Com relação ao Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG), realizaram-se em 2016 ações cujo público-alvo eram os secretários e assessores-chefes. Em 2017, o PDG realizou o *workshop* Eneagrama e o *workshop* Gestão por Competências, cujo público-alvo era formado por chefes de seção e coordenadores.

Foram lançados vários editais de instrutoria interna, fortalecendo esse instrumento e permitindo maior economicidade para a administração pública. Deu-se início também ao projeto Trilhas de Aprendizagem, que possibilitará o desenvolvimento profissional dos servidores de forma mais autônoma e independente. As ações de educação corporativa ocorridas no período de janeiro a dezembro de 2017 contaram com a oferta de 1.376 vagas e investimento de R\$970.615,62 (ao total de R\$1.214.211,51 se somadas as bolsas, incentivos, diárias e passagens).

Indicadores de educação corporativa*	
Total de servidores em exercício nas unidades do Tribunal	953
Servidores capacitados	428
Percentual de servidores capacitados	44,91%
Total de ações de capacitação**	115
Total de vagas disponibilizadas	864
Média de participações por servidor capacitado	2,02
Carga horária total disponibilizada	2.527 horas
Carga horária média por servidor capacitado	5h54
Investimento total***	R\$723.904,19
Investimento médio por servidor capacitado	R\$1.439,76
Investimento médio por vaga utilizada	R\$713,21
Servidores em exercício no final do período	874

* Dados coletados em 6.11.2017, referentes ao período de 1º.1.2017 a 6.11.2017.

** Eventuais turmas de uma mesma ação são consideradas separadamente.

*** Estão contabilizados também os investimentos com vagas para TRES e participantes externos.

Ações a serem executadas em novembro e dezembro de 2017		
Ações	Vagas	Investimento
17	683	R\$229.086,50

Gestão de eventos

Tipo de evento	Total de eventos	Percentual
Eventos para a Justiça Eleitoral	64	21%
Eventos para o TSE*	211	71%
Eventos de capacitação	21	7%
Eventos de outros órgãos	3	1%
Total	299	100%

* Eventos que envolveram apenas servidores e/ou colaboradores do TSE, de janeiro a outubro de 2017.

Participantes atendidos em eventos*			
TSE	TRE	Outros**	Total
14.012 (68%)	3.480 (17%)	3.064 (15%)	20.556 (100%)

* O quantitativo considera o participante em cada dia do evento e contabiliza servidores, colaboradores e visitantes.

** Participantes externos atendidos em solenidades de posse de ministros do TSE, outras cerimônias ou eventos que contaram com o apoio logístico da SGP e/ou com a utilização do Contrato-TSE nº 10/2017 sob fiscalização desta unidade.

Participantes atendidos em eventos por espaço físico*		
Espaço físico	Participantes atendidos	Percentual
Salas de treinamento no 2º andar	12.906	63%
Auditórios e Foyer	5.750	28%
Outros espaços	1.900	9%
Total	20.556	100%

* O quantitativo considera o participante em cada dia do evento.

Índice de satisfação do cliente demandante*

100%

* Eventos com o mínimo de 30 participantes.

Gestão do contrato de serviços especializados para apoio em eventos

A tabela a seguir é um resumo da execução do Contrato-TSE nº 10/2017 de 24 de fevereiro a 24 de outubro de 2017.

Valor do contrato (R\$)	Valor executado (R\$)	Percentual executado em 8 meses de vigência
205.043,60	87.683,17	42,76%

Eventos em destaque

Destacam-se os seguintes eventos coordenados pela Seção de Eventos Corporativos (Seeve), tendo em vista o número de participantes envolvidos, a logística de realização, bem como a estrutura disponibilizada:

- Encontro de Secretários de Tecnologia da Informação;
- Encontro Nacional de Secretários Judiciários;
- Seminário Reforma Política e Eleitoral no Brasil;
- Reunião de Diretores-Gerais;
- Encontro Nacional de Assessores de Comunicação da Justiça Eleitoral;
- Encontro de Assessores de Gestão Estratégica.
- I Fórum de Assédio Moral e Organizacional da Justiça Eleitoral;
- Reunião de Secretários de Gestão de Pessoas;
- VII Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais;
- *Workshop* de Auditorias Integradas da Justiça Eleitoral;
- Reunião Preparatória para o 11º Encontro Nacional do Poder Judiciário;
- Ciclo de Debates da Escola Judiciária Eleitoral;
- Lançamento do Projeto Partiu Mudar.

Normativos elaborados

Foram elaborados os seguintes normativos:

- Instrução Normativa nº 5 de 15.5.2017 – Consignações em folha de pagamento;
- Instrução Normativa nº 7 de 23.6.2017 – Licença médica;
- Portaria nº 915 de 5.12.2017 – Jornada de Trabalho;
- Resolução-TSE nº 23.507, de 14.2.2017 – Dispõe sobre a licença para capacitação no âmbito da Justiça Eleitoral;
- Resolução nº 23.528, de 2.10.2017 – Férias;
- Resolução 23.545, de 18.12.2017 – Gratificação por encargo de curso e concurso (Instrutoria Interna).

Normativos em elaboração

Estão em fase de elaboração os seguintes normativos:

- alteração no normativo que regulamenta a instrutoria interna no âmbito da Justiça Eleitoral (Res.-TSE nº 22.615/2007);
- regulamentação da educação corporativa no âmbito do TSE (em análise na Selep);
- alteração do normativo que rege a lotação (IN-TSE nº 1/2008);
- atualização da regulamentação sobre a concessão de auxílio-bolsa de estudos para cursos de graduação e de pós-graduação no âmbito da Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral;
- regulamentação do instituto da seleção interna de servidores.

3.7.2 Coordenadoria de Pessoal (Copes)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A Copes está envolta com as seguintes atividades detalhadas nas tabelas a seguir.

Força de trabalho

Força de trabalho em 31.10.2017	
Tipo	Quantitativo
Efetivos no TSE	752
Requisitados	45
Sem vínculo	18
Exercício provisório (requisitados)	6
Removidos para o TSE	45
Subtotal (1)	866
Estagiários	62
Adolescente aprendiz	21
Terceirizados	1.398
Subtotal (2)	1.481
Total	2.347

Movimentação da força de trabalho

Força de trabalho	Autorizada	Efetiva	Ingresso	Egresso
Servidores efetivos no TSE		753	44	35
Servidores cedidos		49	5	7
Servidores em exercício provisório (cedidos)		17	1	2
Servidores removidos para outro Tribunal		59	8	9
Servidores afastados sem remuneração		8	4	4
Servidores em cargos efetivos	897	886		
Servidores requisitados		45	4	8
Servidores sem vínculo com a administração pública federal		18	9	5
Servidores em exercício provisório (requisitados)		6	1	0
Servidores removidos para este Tribunal		45	5	15
Total de servidores	897	1.000	80	84

Formação educacional – Força de trabalho (ativos)

Grau de instrução do servidor	Cargos ativos		Cargos em comissão		Função comissionada	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Ensino fundamental	1	-	-	-	-	-
Ensino médio	27	27	1	1	57	47
Graduação	70	71	42	47	174	167
Especialização	154	147	66	66	348	360
Mestrado	12	17	13	9	33	34
Doutorado	3	2	-	-	4	5

Ocupação de cargos e funções comissionados – Postos gerenciais

Cargo ou função ocupada	Quant.	Sexo do ocupante		Situação funcional		Faixa etária			
		M	F	Quadro	Outras	Até 30	31 a 40	41 a 50	Acima de 50
Diretor-geral	1	1			1				1
Secretário-geral	1	1			1		1		
Secretário	9	3	6	5	4		1	4	4
Coordenador	31	15	16	24	7		5	18	8
Assessor-chefe	23	14	9	13	10		11	8	4
Presidente de comissão	1		1	1					1
Chefe de seção	114	73	41	108	6	6	44	45	19
Total	180	107	73	151	29	6	62	75	37

Índice de rotatividade externa

Cargo	2016		2017	
	IRE*	IFT*	IRE*	IFT*
Analista judiciário	1,44	98,66	1,63	98,37

(Continuação)

Cargo	2016		2017	
	IRE*	IFT*	IRE*	IFT*
Área judiciária	0,48	99,52	0,56	99,44
Área administrativa	0,48	99,52	0,32	99,68
Área apoio especializado – Análises de Sistemas	0,48	99,52	0,75	99,25
Técnico judiciário	2,22	97,88	0,71	99,29
Área administrativa	2	98	0,61	99,49
Área apoio especializado – Programação de Sistemas	0,22	99,78	0,10	99,9
Índice geral	3,66	96,44	2,44	97,66

* IRE: Índice de Rotatividade Externa (relação entre o total de vacâncias e exonerações no cargo sobre o total de cargos efetivos providos); IFT: Índice de Força de Trabalho Efetivo.

Despesas de pessoal

Folha de pagamento (R\$)			
	2015	2016	2017*
Total	182.374.149,40	245.354.494,56	205.399.135,14
Serviço extraordinário	2.478.751,52	16.035.234,59	143.798,18
Jetons	803.221,77	841.714,59	581.398,86

* Valores executados no período de janeiro a outubro de 2017.

Benefícios

Gastos com benefícios (R\$)			
	2015	2016	2017
Auxílio-alimentação	6.953.957,72	8.361.649,96	7.096.553,13 (set.)
Auxílio-transporte	7.722,48	10.086,98	9.394,40 (set.)
Assistência pré-escolar	1.408.686,94	1.654.903,42	1.269.425,94 (set.)
Assistência médica (Amil)	7.608.573,89	9.811.705,57	6.168.636,01 (ago.)
Assistência farmacêutica	787.777,01	884.769,06	631.150,26 (ago.)
Reembolso odontológico	357.024,47	373.370,13	290.715,57 (ago.)
Reembolso de vacinas	7.300,88	42.521,28	22.531,44 (ago.)

Quantidade de reembolsos concedidos			
Tipo	2015	2016	2017
Farmacêutico	5.428	5.075	5.538
Odontológico	363	540	850
Vacina	29	67	69

Beneficiários do Programa de Assistência à Saúde	
Servidores	893
Dependentes legais	1.117
Dependentes econômicos	204
Dependentes por decisão judicial	11
Total	2.225

Licenças e afastamentos concedidos

Tipo de licença ou afastamento	Nº de concessões		
	2015	2016	2017
Afastamento para curso de formação	3	2	0
Faltas ao serviço	106	80	67
Licença à gestante	8	18	17
Licença para capacitação	242	66	124
Licença para interesses particulares	4	2	4
Licença por afastamento com exercício provisório	2	4	1
Licença-paternidade	23	12	18
Afastamento para estudo ou missão no exterior	0	0	3

3.7.3. Coordenadoria de Atenção à Saúde (Cats)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT)

O PQVT foi estruturado em 2015 a partir do Plano Anual de Qualidade de Vida no Trabalho, contemplando campanhas de atenção à saúde e subprogramas

relacionados à qualidade de vida. Todas as informações referentes ao programa constam de página hospedada na intranet com o objetivo de fornecer transparência às iniciativas.

Em 2017, foram realizadas as seguintes ações:

Ações do PQVT

Programa	Quantidade de pessoas atendidas nas ações presenciais
Pausa no Trabalho	570
Educação para Aposentadoria	143
Educação Financeira	273
Reintegrar	23
Datas Comemorativas	401
Ciclos Temáticos	174
Saúde Emocional	135

Exame Periódico de Saúde (EPS)

	Convites entregues	Realizados	
		Médicos	Odontológicos
	714	281	300
Percentual de adesão		39%	42%
Ano anterior (2016)		31%	35%
Diferença percentual em relação ao ano anterior		+ 8%	+ 7%

Campanhas

Foram realizadas as seguintes campanhas:

- vacinação contra a Gripe, atingindo um público de 480 pessoas, entre servidores e colaboradores;
- projeto Mundial de Erradicação da Hepatite Zero, em parceria com o Rotary Club de Brasília, que forneceu *kits* de testes rápidos para servidores e colaboradores, totalizando 221 testes para detecção de hepatite C.

Atendimentos médicos

Foram realizados os seguintes atendimentos médicos:

Tipo de atendimento	Servidores	Dependentes	Eventuais*
Avaliação admissional	25		
Avaliação clínica de urgência	597	12	524
Avaliação de posto de trabalho	7		
Avaliação médica pericial	221	19	
Avaliação médica pericial por junta médica	148	11	21
Consulta eletiva	592	162	
EPS	281		
Reavaliação de retorno ao trabalho	6		
Retorno	118	22	3
Retorno do periódico	47		
TAF-Teste de aptidão física dos segurancas	13		
Visita médica domiciliar	8		
Total	2.063	226	548

* Colaboradores, visitantes e servidores de outros órgãos.

Atendimentos de enfermagem

Os tipos e as quantidades de atendimentos de enfermagem foram os seguintes:

Tipo de atendimento	Servidores e eventuais*
Avaliação admissional	14
EPS	178
Pronto-atendimento	1.151
Total	1.343

* Colaboradores, visitantes e servidores de outros órgãos.

Atendimentos odontológicos

Foram realizados os seguintes atendimentos odontológicos:

Tipo de pessoal	Nº de atendimentos
Servidores	1.667
Dependentes	1.252
Colaboradores e visitantes	87
Total	3.006

Atendimentos psicossociais

Foram realizados os seguintes atendimentos psicossociais:

Tipo de pessoal	Nº de atendimentos
Servidores	284
Dependentes	74
Colaboradores e visitantes	12
Total	370

Assistência indireta à saúde

Foram recebidas e analisadas as seguintes solicitações de reembolso relacionadas à assistência indireta à saúde: 766 reembolsos farmacêuticos derivados de análise técnica médica; 869 reembolsos odontológicos (850 deferidos e 19 indeferidos) referentes a 671 servidores atendidos; 80 processos analisados de reembolso de vacinas (58 deferidos, 11 indeferidos e 11 deferidos parcialmente), sendo 118 o quantitativo de vacinas reembolsadas.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Status dos projetos e planos de ação da unidade

A tabela a seguir resume o *status* dos projetos e planos da unidade.

<i>Status da iniciativa</i>	Nome da iniciativa estratégica	Projeto ou plano de ação relacionado	Tipo	Unidade responsável	<i>Status do Projeto ou da ação</i>
 <p>97,2%</p>	<p>Promover a qualidade de vida no trabalho</p>	<p>Pesquisa de satisfação do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho</p>	<p>Plano de ação</p>	<p>SGP</p>	<p>Planejado/ executado</p> <p>Notas:</p> <p>1. Em relação a este item, foi executado mais do que o planejado, em função de contingências e demandas específicas.</p> <p>2. Para obtenção do índice geral de satisfação, foi utilizado o somatório das respostas “satisfeito” obtido em cada ação do PQVT, dividido pelo número de pessoas que avaliaram ao longo do período de janeiro a outubro de 2017.</p>

3.7.4. Coordenadoria Técnico-Jurídica (Cotejur)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A tabela a seguir resume as principais atividades da unidade.

Dos direitos e das vantagens	
Inclusão e exclusão de dependentes	119
Recadastramento de dependente legal	144
Licenças (gestante, adotante, capacitação, interesse particular, afastamento de cônjuge)	7
Interrupção de licença para interesse particular	1
Afastamentos (para participação desportiva e participação em curso de formação)	4
Auxílio-moradia	1
Isenção de imposto de renda	5
Auxílio-natalidade retroativo	1
Horário especial de servidor estudante	3
Recondução	2
Desistência em estágio probatório	1
Subtotal	288
Da Seguridade Social do servidor	
Adicional por tempo de serviço (anuênio)	5
Previdência complementar (dados enviados ao Funpresp)	81
Abono de permanência	16
Certidão de tempo de contribuição	25
Averbação de tempo de serviço	38
Auxílio-funeral	4
Regime previdenciário	18
Licença-prêmio convertida em pecúnia	22
Pensão	4
Reversão de cota/pensão civil	1
Aposentadoria (voluntária, por invalidez e especial)	22
Sisac*	25
Quintos (reconhecimento)	10

(Continuação)

Dos direitos e das vantagens	
Subtotal	271
Processos diversos	
Espelhos de aposentadoria	45
Palestras/treinamentos em parceria com a Funpres-Jud	4
Respostas/dúvidas dos TREs (formalizadas)	13
Respostas para AGU	11
Relatório ao TCU/Atuarial	3
Subtotal	76

* Sistema de Avaliação e Registros dos Atos de Admissão e Concessões.

Status dos projetos e planos de ação da unidade

Os quadros seguintes revelam o *status* dos projetos e planos da Cotejur.

Projetos/metastabelecidas para 2017

Projeto/meta	Status
Recadastramento de dependentes legais	Em processo de finalização
Revisão do módulo de anuênios	Executado
Revisão do módulo de averbações	Em processo de finalização
Relatório de aposentadorias (próximos 5 anos)	Executado
Projeto de preparação para aposentadoria no TSE (em parceria com outras áreas)	Em processo de execução

Consultas e prestação de informações

Órgão	Principais assuntos	Número de informações
Regionais	Efeitos da Lei nº 13.328/2016 sobre as requisições de servidores	27
	Resolução-TSE nº 23.430/2014 e Resolução-TSE nº 23.523/2017	
	Nota Informativa-MP nº 442/2017	
	Parecer nº 108/2017/JNS/Conjur-MP/CGU/AGU do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	
	Extensão do entendimento da Nota Técnica-MPOG nº 16.689/2016 a todos os órgãos da Justiça Eleitoral	
	Nota Técnica Consolidada-CGNOR/Denop/Segep/MP nº 2/2014	
	Acórdão-TCU nº 2617/2016	
	Notas informativas nºs 2.940/2017 e 4.759/2017 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	
Órgãos externos à Justiça Eleitoral	Requisição de servidores	13

Tipos de processo	Assuntos principais	Número de informações
Requisições extraordinárias	Solicitações do TRE/PI e do TRE/MS	2
Redistribuições	Número de servidores impactados: 66	58
Remoções	Número de servidores impactados: 18	12
Cumprimento de diligências do TCU e respectivos desdobramentos administrativos e judiciais	Acórdão-TCU nº 2.780/2016. Filhas maiores solteiras.	46

(Continuação)

Tipos de processo	Assuntos principais	Número de informações
Ações judiciais e prestação de informações à AGU e ao CNJ em matéria de pessoal	<p>Ação Direta de Inconstitucionalidade-STF nº 5.730/DF. Rezoneamento eleitoral. Art. 12 da Resolução-TSE nº 23.422/2014</p> <p>Procedimento de Controle Administrativo-CNJ nº 0004248-14.2015.2.00.0000</p> <p>Procedimento de Controle Administrativo-CNJ nº 0004597-46.2017.2.00.0000</p> <p>Ação judicial. Assertse. Extensão do reajuste de remuneração no percentual de 21,3% aos servidores do TSE.</p> <p>Informações em mandado de segurança. Concurso público. Analista Judiciário. Área administrativa. Especialidade Contabilidade. Processo nº 1004828-80.2016.4.01.3400 – 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.</p>	5
Ajuda de custo a juiz auxiliar	Total deferido: R\$57.895,10	2
Auxílio à Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral	<p>Pedidos de providências.</p> <p>Acompanhamento da implementação das diretrizes emanadas pelo Acórdão nº 2.617/2016-TCU nos 27 Tribunais Regionais Eleitorais</p>	38
Acumulação de cargos, aposentadorias e pensões	Número de servidores impactados: 14	14

Seção de Legislação de Pessoal (Selep)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

De janeiro a novembro de 2017, tramitaram na Selep 276 processos e foram gerados, no SEI, 241 documentos.

Foram expedidas 183 informações, sendo 98 acerca de inexigibilidade de licitação em contratação de serviços técnicos especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, 76 em consulta interna de processos administrativos que demandam interpretação da legislação de pessoal e 9 minutas de normativos na área de gestão de pessoas.

Foram elaborados 42 informativos da Selep, que consistem numa compilação dos documentos atinentes à área de pessoal por meio de acompanhamento diário da jurisprudência dos tribunais superiores, do TCU, do CNJ e do Infoseleg.

Entre os normativos que tramitam na unidade e que ainda não foram concluídos estão o do centro de treinamento na área de segurança (SEI nº 14145-6); o de assistência farmacêutica (SEI nº 7350-2); o de sobreaviso (SEI nº 5623-6); o de assistência médica direta (SEI nº 8840-2); o de auxílio-alimentação (SEI nº 1470-0); e o de teletrabalho.

Dos normativos finalizados nesta seção e em andamento no Tribunal estão os de: assistência pré-escolar (SGP para análise do impacto financeiro – SEI nº 10273-6); jornada de trabalho (encaminhado à Asjur – SEI nº 17975-5); gratificação por encargo de curso e concurso (encaminhado à Asjur – SEI nº 1170-1); remoção e redistribuição (encaminhado à Asjur – SEI nº 9432-1); requisição (autuado como PA nº 0602539-85.2017.6.00.0000 no PJe – SEI nº 14783-7); lotação dos servidores (atualmente na SGP para adequação do texto à proposta da Asjur – SEI nº 11512-9); regime de plantão dos agentes de segurança (encaminhado para análise da Asjur – SEI nº 7289-1); autogestão (autuado como PA nº 0603513-25.2017.6.00.0000 no PJe – SEI nº 7100-3).

3.7.5. Assessoria de Apoio à Gestão (Asag-SGP)

COMPETÊNCIAS

Gerir a estratégia da SGP, alinhando-a ao Planejamento Estratégico do TSE e às políticas e diretrizes institucionais, administrar a governança de pessoas e prestar assessoramento técnico e administrativo à titular da Secretaria de Gestão de Pessoas, entre outras atribuições.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Merecem destaque as seguintes ações desenvolvidas pela Asag:

- i. prestação de informações atinentes à governança e gestão de pessoas para o Tribunal de Contas da União (TCU), visando atender ao item 9.2.3.6 do Acórdão-TCU nº 3.023/2013 (TC nº 022.577/2012-2), aprovado no primeiro levantamento de informações sobre esse tema realizado pelo TCU em 2013;
- ii. apresentação de informações sobre governança e gestão de pessoas ao CNJ, relacionadas à Resolução-CNJ nº 240/2016 e às demais normas correlatas desse mesmo órgão (Resolução nº 227/2016 e Resolução nº 207/2015);
- iii. realização do evento Repensando a SGP com todas as unidades da Secretaria, objetivando à revisão da estratégia da SGP e à formulação do painel de contribuição da SGP para o Planejamento Estratégico do TSE. O evento, que contou com várias oficinas para definição do direcionamento setorial, resultou na aprovação do Plano Operacional da SGP 2017-2018 (Processo Administrativo SEI nº 2017.00.000004907-5);
- iv. liderança do Programa Educação Solidária para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores e menores aprendizes, com a finalidade de fomentar o exercício da cidadania;
- v. participação na elaboração, execução e controle de ações sustentáveis, tais como aproveitamento de resíduos sólidos, palestras de conscientização e outras medidas, a fim de reduzir a desigualdade, alcançar as metas definidas no PLS, aprovado pela Resolução-TSE nº 23.505/2016;

- vi. condução de processos de *coaching* voltados para o desenvolvimento do bem-estar físico e mental dos servidores do TSE, em consonância com a Portaria-TSE nº 278 de 8 de maio de 2014.

Status dos projetos e planos de ação da unidade

Foi realizado estudo sobre autogestão para eventual substituição de empresa de plano de saúde que presta serviço médico aos servidores e magistrados. Atualmente, esse estudo subsidia as atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria-TSE nº 520/2017.

Além disso, foram realizadas oficinas para colaboradores e menores aprendizes, ações ligadas ao Programa Educação Solidária, conforme a seguir descrito:

Total de oficinas	Ano	Total de capacitados	Menores	Colaboradores
9	2017	138	5	133

As ações voltadas à sustentabilidade e à redução da desigualdade, coordenadas ou que contam com a participação de representantes da Asag como integrantes da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TSE, são as seguintes:

Capacitação de servidores em educação socioambiental		
Ação	Unidade responsável	Situação
Eliminar certificado de participação impresso em ações de capacitação interna.	SGP	Em execução Ação singular
Produzir material, em vídeo, com duração de, no máximo, cinco minutos, para os cursos internos, a fim de capacitar os servidores nas regras de sustentabilidade adotadas pelo Tribunal, incluindo normas de segurança.	Ascom, AGS e SGP	Em estudo
Produzir diversas matérias relacionadas às datas comemorativas do calendário ecológico (Internet, intranet e TV).	Ascom, AGS e SGP	Em estudo
Solicitar às empresas contratadas para ministrar, no Tribunal, cursos que utilizem material didático sustentável.	SGP	Em estudo

(Continuação)

Capacitação de servidores em educação socioambiental		
Ação	Unidade responsável	Situação
Divulgar capacitações EAD sobre ações concernentes à sustentabilidade, obrigatoriamente gratuitas.	Ascom, AGS e SGP	Em execução Ação intermitente

Outras ações
Carreta OdontoSesc, de 31 de julho a 29 de setembro – Propiciou saúde bucal a 253 colaboradores.
Projeto Horta Orgânica – O plantio de ervas medicinais teve início no dia 25 de agosto de 2017.
Compostagem com borras de café e folhas – O início do recolhimento das borras teve início no dia 13 de outubro e, até o dia 30 de outubro, o total de borras recolhidas foi de 596,7kg.

3.8. Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade (SOF) compete gerenciar as atividades relacionadas aos sistemas federais de planejamento, orçamento, administração financeira e contabilidade e, no âmbito da Justiça Eleitoral, regulamentar procedimentos e critérios a serem adotados na execução dessas atividades.

A Justiça Eleitoral ocupa posição de destaque no cenário nacional e internacional, contribuindo para a consolidação da democracia brasileira. Desempenha funções tanto no âmbito administrativo, na gestão do processo eleitoral, como no jurisdicional, para dirimir os contenciosos eleitorais. Para a consecução dessas funções é primordial a realização de atividades relacionadas ao planejamento orçamentário. Nesse sentido, compete à SOF planejar, coordenar e supervisionar as atividades de gestão orçamentária, financeira e contábil da Justiça Eleitoral, que serão abordadas nos temas a seguir.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Planejamento orçamentário da infraestrutura – Indicadores de obras

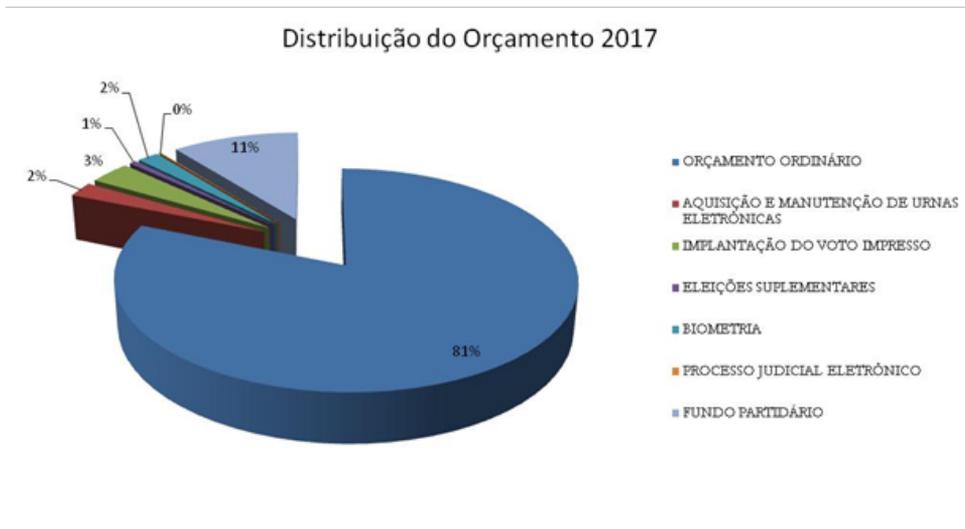
Os indicadores de obras foram desenvolvidos com o objetivo de aprimorar o conhecimento acerca da execução de obras no âmbito da Justiça Eleitoral e, conseqüentemente, orientar a alocação orçamentária para esse tipo de despesa. Possuem periodicidade anual (ano fechado) e abrangem as obras de construção de cartório eleitoral, segregadas conforme a área dos imóveis. Constatam a seguir os dados referentes a 2015 e 2016.

Obras de construção de cartório eleitoral concluídas		
Indicador	2015	2016
Nº de cartórios concluídos (global)	35	23
Tempo médio de conclusão (global)	25 meses	33 meses
Nº de cartórios concluídos (área até 300m ²)	34	19
Tempo médio de conclusão (área até 300m ²)	25 meses	32 meses
Nº de cartórios concluídos (área superior a 300m ²)	1	4
Tempo médio de conclusão (área superior a 300m ²)	24 meses	35 meses
Custo por m ²	R\$ 2.025,32	R\$ 2.275,72

A execução de obras depende de diversos fatores, tais como a necessidade de cada Tribunal, a capacidade de execução, a disponibilidade orçamentária, entre outros.

Orçamento 2017

De acordo com a LOA/2017 (Lei nº 13.414), R\$7,7 bilhões foram consignados à Justiça Eleitoral, conforme detalhamento a seguir.



Dotação LOA 2017

Item	LOA 2017 (R\$)
Orçamento Ordinário	6.284.965.698
Aquisição e Manutenção de Urnas Eletrônicas	173.923.855
Implantação do Voto Impresso	267.376.145
Eleições Suplementares	46.602.940
Biometria	138.583.386
Processo Judicial Eletrônico	9.047.160
Fundo Partidário	819.131.460
Total geral	7.739.630.644

I. Gestão orçamentária e medidas de adequação aos limites impostos pela Emenda Constitucional nº 95/2016

O exercício financeiro de 2017 foi marcado pelo início da vigência do Novo Regime Fiscal (NRF), instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016. Nesse contexto, foi necessário reestruturar os processos de planejamento e gestão orçamentária, bem como adotar medidas para redução de custos e adequação da estrutura orçamentária e financeira ao teto de gasto.

Dentre as medidas de gestão adotadas destaca-se a elaboração de política para alocação de recursos para obras na Proposta Orçamentária 2018.

Considerando que os empreendimentos imobiliários possuem dinâmica de execução pouco aderente ao regime de caixa imposto pela nova regra constitucional, foram priorizadas as obras que já se encontravam em andamento, conforme preconizado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como aquelas já iniciadas, cujo custo de desmobilização não seria vantajoso.

Outra importante medida adotada corresponde ao incentivo a práticas sustentáveis que geram economias, para proporcionar, ao mesmo tempo, a sustentabilidade e a redução de custos.

Foram propostas, ainda, medidas que envolvem o redimensionamento de contratos de despesas continuadas; restrições para início de iniciativas plurianuais ou que ampliem despesas de caráter continuado; estabelecimento de diretrizes para extinção e remanejamento de zonas eleitorais; manutenção dos valores *per capita* dos benefícios de auxílio-alimentação e assistência pré-escolar; e suspensão de novos provimentos de cargos efetivos no âmbito da Justiça Eleitoral.

Além disso, considerando a expectativa de que, nos exercícios de 2018 e 2019, o cenário fiscal será ainda mais restritivo do que em 2017, foram atendidos créditos adicionais para antecipar despesas dos próximos anos, com o propósito de promover maior eficiência nos gastos da Justiça Eleitoral, evitando sobras orçamentárias e financeiras e reduzindo riscos futuros.

i. Emenda parlamentar – Assistência médica do TSE

Em 2017, foi obtida, de forma inédita, a concessão de emenda parlamentar que ampliou em aproximadamente 50% a dotação da ação orçamentária Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e seus Dependentes consignada diretamente ao TSE na LOA/2017. A emenda contemplou o acréscimo de R\$7,0 milhões em relação ao critério de concessão de crédito definido na LDO 2017, Lei nº 13.408, de 26 de dezembro de 2016, e foi viabilizada por meio de tratativas realizadas entre o TSE e o relator da LOA/2017 durante o segundo semestre de 2016.

Tal iniciativa possibilitou a manutenção das despesas em execução com a assistência médica dos servidores do TSE no exercício de 2017, uma vez que os recursos autorizados pelo Poder Executivo mostravam-se insuficientes para atendimento dessa demanda.

II. Créditos adicionais

Até o mês de novembro do exercício de 2017, foram realizadas três fases de crédito para viabilizar o remanejamento de dotações e a adequação do

planejamento dos tribunais eleitorais, o que permitiu, dessa maneira, melhor aproveitamento do orçamento.

No mês de dezembro, será realizada a última fase de crédito para ajustes finais do orçamento.

i. Créditos por portaria do TSE

Foram publicadas seis portarias de crédito suplementar de revisão orçamentária para atendimento das despesas discricionárias de diversos tribunais eleitorais, no montante de R\$90.157.752,00, conforme detalhamento a seguir.

Descrição	Valor (R\$)	
	Suplementações	Cancelamentos
Julgamento de causas	57.324.130	60.820.031
Capacitação	156.000	200.000
Obras de aquisições	877.622	1.337.721
Pleitos eleitorais	27.800.000	27.800.000
Total	90.157.752	90.157.752

Em relação a pessoal e benefícios, foram publicadas pelo TSE, até meados do mês de novembro/2017, cinco portarias de crédito suplementar para atendimento das demandas de revisão orçamentária de diversos tribunais eleitorais, no montante de R\$725.417.964,00, conforme detalhado no quadro a seguir.

Descrição	Sigla	Valor (R\$)	
		Suplementações	Cancelamentos
Pessoal e encargos sociais		720.651.970	720.651.970
Pessoal ativo da União	20TP	491.806.779	636.923.776
Aposentadorias e pensões – Servidores civis	0181	151.273.871	-
Contribuição previdenciária da União	09HB	77.571.320	76.736.686
Pleitos eleitorais	4269	-	-
Provimentos e reestruturação de carreiras	0C04	-	6.156.874
Provimentos e reestruturação de carreiras	00H7	-	834.634

(Continuação)

Benefícios		4.765.994	4.765.994
Auxílio-funeral e natalidade	00M1	53.000	5.358
Pensões indenizatórias	0536	-	-
Assistências médica e odontológica	2004	1.803.516	385.000
Assistência pré-escolar	2010	123.751	2.693.000
Auxílio-transporte	2011	386.386	252.000
Auxílio-alimentação	2012	2.399.341	1.430.636
Total		725.417.964	725.417.964

ii. Créditos por projeto de lei

Foram elaborados 3 projetos de lei, no montante de R\$17.335.997,00 (PLNs n^{os} 12, 26 e 27), que ainda tramitam no Congresso Nacional.

Descrição	Valor (R\$)	
	Suplementações	Cancelamentos
Julgamento de causas	300.000	16.135.997
Obras de aquisições	16.761.802	1.200.000
Auxílio moradia	274.195	-
Total	17.355.977	17.355.997

III. Contingenciamento

O art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece que a limitação de empenho e movimentação financeira deve ser efetivada mediante ato próprio de cada um dos poderes, nos montantes necessários e segundo critérios fixados na LDO.

Em 2017, a dotação do Fundo Partidário passou a sofrer contingenciamento em razão de alteração na redação do item 12, seção I do Anexo III da LDO 2017.

O quadro seguinte demonstra a evolução do contingenciamento ao longo de cinco bimestres do exercício 2017.

Período	Justiça Eleitoral (R\$)	Fundo Partidário (R\$)	Total (R\$)
1º Bimestre	98.688.576	230.453.776	329.142.352
1º Bimestre Extemp.	(25.798.2720)	(63.815.7910)	(89.614.063)
2º Bimestre	(4.846.143)	(12.455.206)	(17.301.349)
3º Bimestre	9.248.990	23.567.248	32.816.238
4º Bimestre	(20.454.059)	(50.769.476)	(71.223.535)
5º Bimestre	(11.675.378)	(29.761.079)	(41.436.457)
Contingenciamento final	45.163.714	97.219.472	142.383.186

IV. Receitas

i. Fundo Partidário

Para a manutenção e assistência financeira aos partidos políticos, com fundamento na Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos), a unidade setorial de Orçamento da Justiça Eleitoral estimou a cota orçamentária a ser custeada pelo Tesouro Nacional, bem como a projeção de arrecadação de multas previstas no Código Eleitoral.

Assim, chegou-se a uma dotação no valor de R\$819.131.460,00 para o Fundo Partidário, sendo R\$90.613.582,00 referentes a multas do Código Eleitoral e leis conexas; R\$218.602.329,00, a recursos ordinários do Tesouro; e R\$509.915.549,00 relativos à suplementação realizada por meio de emenda parlamentar.

ii. Concursos públicos

Para o exercício de 2017, foram previstas arrecadações para a realização de concursos públicos nos TREs no valor de R\$30.113.025,00.

De acordo com a Portaria-SOF nº 2/2017, os valores foram lançados conforme totalização a seguir.

RECEITAS	2017 (R\$)
Concursos Públicos	30.113.025
Fundo Partidário	819.131.460
Total	849.244.485

V. Análise quanto à possibilidade de liberação de recursos

Procedeu-se ao acompanhamento e à análise de pedidos diversos de liberação de recursos financeiros, com a elaboração, até meados do mês de novembro, de 351 formulários para pagamento das despesas de exercícios anteriores, de serviços extraordinários, de inscritas em restos a pagar, de conversão de banco de horas e de licença-prêmio em pecúnia.

Além disso, foram encaminhadas consultas à Asjur e orientações aos tribunais eleitorais para dirimir questionamentos apresentados relativos à possibilidade de pagamentos de passivos, banco de horas e incorporações.

VI. Programação financeira

Com a publicação da LOA/2017, foi elaborado e publicado o Cronograma Anual de Desembolso Mensal da Justiça Eleitoral com dotação de R\$7.709.541.292,00 nas categorias de gasto Pessoal e Encargos Sociais e Outros Custeios e Capital.

Desse montante, no período de janeiro a outubro, foi liberada, para toda a Justiça Eleitoral, a importância de R\$6.412.216.788,23, o que gerou a emissão de 5.093 documentos pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). Há ainda a previsão de sub-repasse de mais R\$1.297.324.503,77 até o dia 31 de dezembro, desde que a cota indisponível no valor de R\$177.094.855 seja descontingenciada nos relatórios de avaliação de receitas e despesas primárias do quinto e do sexto bimestres de 2017.

Cumprir registrar que, deste total, foi realizada a programação financeira de recursos ao Tesouro Nacional para pagamento de despesas com emendas parlamentares individuais no valor de R\$4.720.502,76, sub-repassados aos TREs, conforme previsão contida na LOA/2017.

Eleições suplementares

I. Outras despesas correntes

A dotação disponibilizada pela LOA/2017 a esta Justiça especializada, na ação orçamentária Pleitos Eleitorais, GND – Outras Despesas Correntes, para atendimento das despesas com a realização de eleições suplementares em 2017, foi de R\$30,0 milhões.

Contudo, foi necessária suplementação de crédito no montante de R\$44.212.370,00 na ação Pleitos Eleitorais, GND – Outras Despesas Correntes, Plano Orçamentário 3 – Eleições Suplementares, sobretudo em razão da eleição suplementar no Estado do Amazonas. Desse total, o valor de R\$27.800.000,00 foi efetivado por meio de portaria do TSE, e o restante, R\$16.412.370,00, por meio de remanejamento entre planos orçamentários.

A distribuição dos créditos para atendimento das despesas relativas ao custeio das eleições suplementares entre os TREs foi realizada com base na avaliação dos pedidos efetuados e alcançou, até o presente momento, R\$58.117.493,00.

II. Pessoal e encargos sociais

Em relação às despesas de Pessoal e Encargos Sociais, foram feitas análises e descentralizações de créditos orçamentários para realização de 54 eleições suplementares, distribuídas em 16 unidades da Federação (Amazonas, Amapá, Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rondônia e Tocantins), e para acertos diversos envolvendo despesas com pleitos eleitorais de exercícios anteriores.

A dotação disponibilizada pela LOA/2017 a esta Justiça especializada, na ação orçamentária Pleitos Eleitorais, GND Pessoal e Encargos Sociais, foi de R\$16.602.940,00, destinada ao atendimento das despesas com eleições suplementares e demais despesas relativas a pleitos eleitorais.

A disponibilização de recursos entre os tribunais eleitorais, ocorrida até meados do mês de novembro, para atendimento de serviço extraordinário prestado nas eleições suplementares deste exercício, foi realizada com base em critérios isonômicos e alcançou o valor global de R\$8.144.484,16, do qual R\$394.713,53 foram devolvidos pelos TREs ao TSE. A dotação descentralizada para atendimento de despesas com pleitos eleitorais de exercícios anteriores, decorrentes de acertos diversos, totalizou R\$450.096,94.

Gestão fiscal e financeira

Foi realizada a elaboração e publicação do Relatório de Gestão Fiscal do primeiro e do segundo quadrimestres de 2017 do TSE, em consonância com a LRF, e seu envio ao TCU e ao Congresso Nacional. Com intuito de padronizar os relatórios de gestão fiscal da Justiça Eleitoral, foram elaborados os demonstrativos da despesa com pessoal e enviados a todos os TREs, para análise e publicação.

A partir do Relatório de Gestão Fiscal do segundo quadrimestre de 2017, adotou-se nova sistemática para publicação dos dados no Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público (Siconfi). Por meio da Portaria-TSE nº 725/2017, o presidente do TSE, Ministro Gilmar Mendes, delegou à contadora do TSE e da Justiça Eleitoral a assinatura do referido relatório, conforme previsto na Portaria-STN nº 841/2016. Tal procedimento trouxe celeridade na transparência das informações para o efetivo controle financeiro e fiscal por instâncias administrativas e pela sociedade, diminuindo o risco do não atendimento ao prazo estabelecido no art. 141 da LDO 2017.

No que diz respeito ao sub-repasse financeiro para as despesas com pessoal e encargos sociais dos tribunais eleitorais, é realizada uma análise criteriosa por meio de planilhas padronizadas em que a variação nos dispêndios acima de R\$1.000,00 necessita de justificativa que comprove o acréscimo, evitando-se a liberação de recursos para o pagamento de despesas não autorizadas.

Além disso, foram produzidos relatórios e consultas para o acompanhamento da execução orçamentária e financeira do exercício e restos a pagar de toda a Justiça Eleitoral, detalhados por ação orçamentária, grupo de despesa e fonte de recursos, com periodicidade diária, semanal, mensal e série histórica. Tais relatórios possuem a finalidade de embasar as tomadas de decisão para um melhor aproveitamento dos recursos alocados para esta Justiça especializada.

Gestão contábil

Foram realizadas as seguintes atividades quanto à gestão contábil:

- participação nos Subgrupos de Estudos da Contabilidade da União, vinculada à Secretaria do Tesouro Nacional: 1. Conformidade de Registro de Gestão, 2. Conformidade Contábil e 3. Folha de Pagamento; com objetivo de proporcionar maior integração e discussão de assuntos relacionados às normas, rotinas e procedimentos contábeis dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Além de estudar, padronizar e propor melhorias ao processo de apropriação e registros contábeis relacionados com esses assuntos, no âmbito do governo federal;
- preparação do item Desempenho Financeiro e Informações Contábeis e emissão da Declaração sobre a Conformidade Contábil dos Atos e Fatos da Gestão Orçamentária, Financeira e Patrimonial e da Declaração do Contador para dar cumprimento à Decisão Normativa-TCU nº 154/2016, para compor o Relatório de gestão do TSE do exercício de 2016;

- atesto de consistência das demonstrações contábeis do TSE, do Fundo Partidário e da Justiça Eleitoral, por meio do registro mensal da conformidade contábil no Siafi;
- análise e verificação mensal dos relatórios de almoxarifado e de bens do TSE inventariados, com emissão de parecer contábil;
- registro contábil, no Siafi, de termo de execução descentralizada com o Ministério da Defesa, no valor de R\$7.074.097,05, conforme o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, para garantia da lei e da ordem e apoio logístico nas eleições suplementares de 2017 para os cargos de governador e vice-governador no Estado do Amazonas;
- acompanhamento e orientação quanto ao registro e à execução contábil consoante as regras do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (Pcasp), no TSE e nos TREs, com vistas a promover a convergência aos padrões internacionais de contabilidade do setor público, a consolidação das contas nacionais (conforme art. 51 da LRF) e a redução de divergências conceituais em benefício da transparência da gestão fiscal, da racionalização de custos nos entes da Federação e do controle social;
- elaboração de orientações sobre regularizações e procedimentos contábeis referentes às rotinas de implantação do Pcasp e padronização contábil aos moldes do preceituado pelo *Manual de contabilidade aplicada ao setor público (Mcas* 7. ed.) e as demais leis, portarias ou normas correlatas;
- acompanhamento do bloqueio e desbloqueio dos restos a pagar inscritos no exercício de 2015 em toda a Justiça Eleitoral, com o intuito de subsidiar a tomada de decisão dos gestores quanto à utilização dos referidos empenhos;
- habilitação, cadastramento e liberação de senhas para usuários do TSE e cadastradores regionais do Sistema Integrado de Administração Financeira do governo federal, do Tesouro Gerencial e do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (ComprasNet, pregão eletrônico). Foram registrados 364 atendimentos com previsão de atingirmos aproximadamente 434 até o final do exercício;

- atendimento a aproximadamente 650 questionamentos contábeis das unidades administrativas do TSE e dos TREs relacionados à execução orçamentária, financeira e patrimonial, à classificação orçamentária da despesa e ao encerramento do exercício. Há a previsão de atingir aproximadamente 800 respostas a questionamentos até o final do exercício;
- análise dos balanços patrimoniais (BPs) e orçamentários (BOs) e da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) da Justiça Eleitoral (órgão consolidado), bem como elaboração de notas explicativas do primeiro ao terceiro trimestres de 2017, com a finalidade de subsidiar a Secretaria do Tesouro Nacional na consolidação do Balanço Geral da União;
- consultoria contábil quanto à elaboração de normas, resoluções e portarias que afetam diretamente a execução contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos da Justiça Eleitoral.

Sistema para gerenciamento de multas eleitorais

Coube à Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (Cofic) a coordenação dos trabalhos da Comissão de Atualização e Padronização dos Procedimentos Relativos a Multas Eleitorais, instituída pela Portaria-TSE nº 1.032/2016. Os estudos encerraram-se em julho de 2017, com a entrega das minutas de resolução e portaria para atualização dos procedimentos de arrecadação das multas eleitorais e proposta de desenvolvimento de sistema capaz de gerenciar todo o fluxo de aplicação e recolhimento (registro, emissão, controle de parcelamentos e de inscrição em dívida ativa e relatórios estatísticos) das multas eleitorais, bem assim outras receitas provenientes das prestações de contas partidárias e eleitorais. Atualmente, o processo aguarda a definição de equipe e insumos para o desenvolvimento do sistema.

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2018

Após consulta aos TREs e discussão com os demais órgãos do Poder Judiciário, o TSE encaminhou ao Poder Executivo nove sugestões para a elaboração do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2018, com base no texto da LDO 2017. No entanto, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SOF/MP) enviou o respectivo projeto sem incorporar as alterações propostas, em parte devido às mudanças decorrentes do Novo Regime Fiscal (NRF), instituído pela EC nº 95/2016.

Num segundo momento, após avaliação do PLDO 2018 (PLN nº 1/2017) encaminhado ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo, a equipe técnica desta unidade de orçamento optou por não reapresentar as proposições anteriormente rejeitadas pela SOF/MP, bem como não elaborar outras propostas de emenda ao PLDO 2018, em razão do cenário determinado pelo NRF.

Ao longo da tramitação desse projeto no Congresso Nacional, esta Secretaria fez o monitoramento das tentativas de alteração que pudessem impactar a Justiça Eleitoral, identificando dois episódios que mereciam atuação do TSE perante o Parlamento: 1) a apresentação de emendas por parlamentares com a pretensão de vincular a realização das Eleições 2018 à aprovação da respectiva lei orçamentária; 2) apresentação de complementação de voto pelo relator do PLDO 2018 à Comissão Mista de Orçamento (CMO), para, entre outras alterações, estabelecer um teto para o valor da limitação de empenho e movimentação financeira das dotações do Fundo Partidário.

Sobre o primeiro episódio, esclarece-se que anualmente a lei orçamentária prevê que as programações orçamentárias relacionadas com a realização de eleições poderão ser executadas integralmente caso o respectivo projeto não seja sancionado pelo presidente da República até 31 de dezembro – o que é essencial para não prejudicar as atividades de preparação das eleições pela Justiça Eleitoral, visto que a data do pleito eleitoral é determinada constitucionalmente, e sua realização depende de diversas contratações precedidas de licitação.

Assim, a exclusão das programações orçamentárias relacionadas às eleições do rol de despesas passíveis de execução integral no caso de atraso na aprovação da respectiva lei orçamentária traria impactos negativos nas atividades da Justiça Eleitoral. Por esse motivo, o TSE atuou perante o Congresso Nacional para evitar que as emendas fossem acatadas. Assim, tais emendas foram rejeitadas pelo relator do PLDO, conforme relatório de emendas apresentado à CMO em 10 de julho de 2017, preservando-se os interesses desta Justiça especializada.

Quanto ao segundo ponto, houve apresentação de complementação de voto do relator, a qual incluía o § 14 no art. 51 do projeto substitutivo, determinando um teto para a limitação de empenho e movimentação financeira das dotações do Fundo Partidário. Essa determinação impactaria substancialmente a execução orçamentária da Justiça Eleitoral no exercício de 2018, na medida em que alteraria a regra geral do contingenciamento, impondo regra específica para este órgão, a qual exigiria das demais unidades orçamentárias da Justiça Eleitoral o ônus de absorver um valor maior de contingenciamento em suas dotações, em desrespeito às respectivas bases contingenciáveis.

Em atendimento ao solicitado por pelo TSE, o relator do projeto apresentou, no Plenário do Congresso Nacional, um adendo ao parecer da CMO e excluiu o referido dispositivo.

Por fim, o Relatório Final do PLDO 2018 foi aprovado em 17 de julho de 2017 no Plenário do Congresso Nacional. Após sanção presidencial, esse projeto transformou-se na Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017.

Reforma política – Criação do fundo para financiamento de campanha

Durante 2017, tramitaram pelo Congresso Nacional diversas proposições legislativas que traziam em seu escopo a criação de Fundo de Financiamento de Campanha. Assim, foram elaboradas por esta Secretaria propostas de modificação aos projetos, em especial com o objetivo de excluir, do teto de gastos instituído pela EC nº 95/2016, o valor do referido fundo, dada a impossibilidade de absorção desse valor pelos limites individualizados da Justiça Eleitoral.

As propostas também objetivaram reservar um valor para o custeio operacional do fundo, uma vez que sua administração implica a mobilização de recursos materiais e de pessoas para garantir a consecução de seus objetivos.

Nesse contexto, esta Secretaria sugeriu a apresentação de emendas à Proposta de Emenda Constitucional nº 77/2003, ao Anteprojeto de Lei de Reforma Política (posteriormente transformado no Projeto de Lei nº 8.612/2017) e ao Projeto de Lei do Senado nº 206/2017 (PL nº 8.703/2017 na Câmara dos Deputados).

Proposta Orçamentária 2018

I. Planejamento/programação

De forma simplificada, o planejamento orçamentário visa à definição de prioridades e à distribuição racional dos recursos. Busca-se identificar e valorar as diversas iniciativas que serão objeto de gastos, especialmente aquelas que concorrem com as despesas regulares da estrutura administrativa da Justiça Eleitoral. Como ferramenta, utilizou-se o Sistema de Acompanhamento e Gerenciamento da Proposta Orçamentária (Sigepro), *software* de abrangência nacional desenvolvido pelo TSE para captação das propostas das unidades orçamentárias.

II. Reuniões da proposta

Como instrumento auxiliar na busca da integração entre as unidades e no aperfeiçoamento do ciclo orçamentário, foram realizadas reuniões com representantes dos tribunais eleitorais, nos dias 25 e 30 de maio e 1º de junho de 2017, para compreensão das principais demandas e definição das prioridades.

No primeiro dia, participaram os representantes dos TREs de Goiás e do Distrito Federal e das regiões Sul e Sudeste. No segundo dia compareceram os representantes dos TREs da região Nordeste e, no terceiro dia, os da região Norte e os TREs de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Tal formato enriqueceu as discussões em decorrência do agrupamento regional de participantes, inclusive com o debate de temas específicos que abarcaram vários tribunais, com o compartilhamento de ideias e melhores práticas.

III. Divulgação dos limites

O referencial monetário final para a elaboração da proposta orçamentária de 2018 foi divulgado pelo Poder Executivo no dia 12 de julho de 2017, por meio do Ofício-SOF/MP nº 7, no valor total de R\$8 bilhões para despesas primárias, incluídas as despesas relativas ao Fundo Partidário e às Eleições 2018. Considerado o valor reservado para pessoal e benefícios, no montante de R\$4,8 bilhões, o limite final para as despesas primárias discricionárias ficou em R\$1,2 bilhão.

Referencial monetário para o PLOA/2018

Despesas primárias	Limite
Fundo Partidário	888.735.090
Eleições	1.081.737.155
Demais Despesas Primárias	6.048.655.163
*Obrigatórias	4.807.479.692
*Discricionárias	1.241.175.471
Total	8.019.127.408

IV. Pessoal e benefícios – Despesas obrigatórias

Foram realizadas as seguintes atividades relativas à Proposta Orçamentária (PO) 2018, referente às despesas obrigatórias:

- a) análise, elaboração e consolidação de contestação dos pré-limites e dos limites da Justiça Eleitoral para as despesas relativas a Pessoal

e Encargos Sociais, Benefícios aos Servidores e seus Dependentes e Pensões Especiais encaminhados pela SOF/MP para composição da PO 2018, por meio do Ofício-SOF/MP nº 1, de 5 de maio de 2017, e dos ofícios-circulares-MP nº 190, 191 e 193/2017, de 8 de maio de 2017. Também foram observados os critérios definidos nos arts. 92 a 109 da LDO 2018;

- b) elaboração da estrutura e projeção dos impactos orçamentários para verificação de possibilidade de enquadramento aos limites autorizados para 2018 – impostos pela EC nº 95/2016, a fim de definir a composição da PO 2018 – relativos a provimentos de cargos e funções vagos; implementação da Lei nº 13.317, de 20 de julho de 2016, que trata do reajuste da remuneração dos servidores do judiciário, impacto da progressão funcional de servidores; estoque de passivos, eleições gerais ou suplementares, plebiscitos e referendos que venham a ocorrer em 2018;
- c) atualização dos impactos orçamentários de projetos de lei em tramitação e de interesse da Justiça Eleitoral. Os valores não foram inseridos na proposta orçamentária final do Órgão em razão das restrições impostas pela EC nº 95/2016. São eles: PL nº 2.646/2015, que trata do reajuste dos magistrados; PL nº 7.990/2014, que cria cargos efetivos para as áreas de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral; PL nº 1.761/2015, que cria cargos comissionados para a Identidade Civil Nacional (ICN); PL nº 2.816/2015, que cria cargos efetivos e cargos ou funções comissionados para as áreas de exame de prestação de contas; PL nº 5.052/2016, que cria cargos efetivos e cargos ou funções comissionados para o TRE de São Paulo; e PL nº 7.904/2014, que cria a Gratificação Eleitoral (Grael);
- d) adequação aos limites consignados nas ações orçamentárias que tratam de despesas obrigatórias relativas a pleitos eleitorais, benefícios, pessoal e encargos sociais.

Valores finais autorizados para despesas obrigatórias – PLOA/2018 (R\$)	
Orgão	14.000 – JE
Pessoal e encargos sociais	4.458.851.612
Benefícios	348.568.452
Pensões especiais	59.628
Subtotal despesas primárias	4.807.479.692
Contribuições (despesas financeiras)	582.319.418
Pleitos/ pessoal	300.721.829
Anexo v	-
Total	5.690.520.939

Nota: Não foram concedidos limites no Anexo V, em razão da previsão de adoção de restrição de realização de provimento de criação de cargos que amplia essas despesas de caráter continuado da Justiça Eleitoral.

Acompanhamento físico-financeiro de ações orçamentárias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop)

O acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias é realizado com o objetivo de mensurar a produção de bens e serviços ofertados à sociedade, representados pelos *produtos* das ações e planos orçamentários.

A SOF/MP coordena o processo de acompanhamento físico-financeiro das ações no Siop e disponibiliza o sistema aos órgãos setoriais e unidades orçamentárias em dois momentos durante o ano. Em 2017, o acompanhamento das ações orçamentárias da Justiça Eleitoral foi realizado no mês de julho. A finalização desse processo dar-se-á após o encerramento do exercício, em janeiro de 2018.

Sistemas desenvolvidos em parceria com a STI

I. Sigepro – Outros custeios e capital (Segeor)

O Sigepro é uma solução corporativa que tem como escopo as despesas discricionárias da Justiça Eleitoral que irão compor o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Importante ferramenta para o planejamento orçamentário desde o exercício de 2009, o Sigepro fornece a base para o cálculo do indicador de aderência

ao planejamento, que atualmente consta no Planejamento Estratégico do TSE para o período 2015-2020.

Por razões tecnológicas e gerenciais, esta Secretaria manifestou a necessidade de desenvolvimento de uma nova solução em tecnologia da informação, em ambiente Web, com linguagens de programação atuais, lançamentos on-line entre a setorial e as unidades orçamentárias e maior controle de riscos. Além disso, a estrutura gerencial das despesas deve estar alinhada com o novo cenário fiscal trazido pela EC nº 95/2016, que estabeleceu um teto de gastos para os próximos anos.

No dia 28 de julho de 2017, o diretor-geral do TSE manifestou ser favorável ao desenvolvimento da nova solução e, a partir dessa data, as áreas de Orçamento e de Tecnologia da Informação vêm trabalhando em conjunto para a definição das diretrizes e dos requisitos do atual projeto, com conclusão prevista para 2018.

II. Sigepro Pessoal

Desenvolvido principalmente ao longo dos exercícios financeiros de 2016 e 2017, o Sigepro Pessoal é um aplicativo, em ambiente Web, a ser utilizado para subsidiar a realização de captação de dados físicos e orçamentários de pessoal e encargos sociais, benefícios assistenciais e pensões especiais no âmbito da Justiça Eleitoral, nos termos da Resolução-TSE nº 23.337/2011.

Os dados fornecidos são utilizados para viabilizar as avaliações das fases de crédito e a elaboração da proposta orçamentária de Despesas Obrigatórias. Além disso, atendem a demandas internas e externas, como do TCU, da SOF/MP, do CNJ, do STF, entre outros.

O Sigepro Pessoal entrou em produção no início do mês de outubro, quando foi realizado o primeiro treinamento com a participação de representantes dos TREs, e em novembro foi realizada a primeira captação de dados diretamente no sistema.

III. Sigec

Prevista no Planejamento Estratégico do TSE, a sistemática de custos da Justiça Eleitoral foi desenvolvida principalmente durante os exercícios financeiros de 2016 e 2017. Para viabilizar a implementação, foi aprovada a Resolução-TSE nº 23.504/2016, que estabelece os critérios e as atribuições para captação, consolidação e disponibilização das informações de custos da Justiça Eleitoral, e desenvolvido sistema próprio, denominado Sistema de

Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (Sigec), que subsidiará a apuração de custos no âmbito desta Justiça especializada.

O Sigec entrou em produção no exercício de 2017 e, a fim de proporcionar a adequada utilização do sistema, foi realizado o primeiro treinamento nos dias 6 e 7 de novembro com representantes dos TREs.

Transparência

Como contribuição para maior transparência das receitas e despesas, foram desenvolvidos, no sistema Tesouro Gerencial, relatórios e consultas padronizados para os órgãos da Justiça Eleitoral, em função principalmente do disposto na Resolução-CNJ nº 102/2009, que determina o encaminhamento mensal de demonstrativos orçamentários ao CNJ e publicação nos portais dos tribunais eleitorais na Internet.

Em relação aos dados de despesas obrigatórias com pessoal e benefícios, a SOF, em seu papel de unidade setorial de orçamento da Justiça Eleitoral, é responsável pela consolidação das informações prestadas pelos tribunais eleitorais e publicadas nos respectivos endereços eletrônicos. Nesse sentido, tem atuado de forma a promover a homogeneização e adequação do tratamento das informações e viabilizar o atendimento tempestivo dos dados demandados no âmbito desta Justiça especializada.

CONTRIBUIÇÕES AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Indicadores de desempenho orçamentário

Os indicadores de desempenho orçamentário foram introduzidos na Justiça Eleitoral no exercício de 2010 por esta Secretaria. Desde então, foram percebidos avanços significativos na execução orçamentária da Justiça Eleitoral.

O escopo analisado abrange as despesas discricionárias de outros custeios e capital, exceto o Fundo Partidário e os recursos diretamente arrecadados (concursos públicos). As ações nacionais (pleitos eleitorais e implantação do sistema de automação e identificação do eleitor – biometria) são consideradas apenas para os índices da Justiça Eleitoral, uma vez que são centralizadas na Unidade Orçamentária 14.101 – Tribunal Superior Eleitoral; no entanto, todos os tribunais eleitorais têm participação na sua execução.

No exercício de 2015, os indicadores orçamentários foram inseridos no Planejamento Estratégico do TSE para o período 2015-2020, conforme previsto na Resolução-TSE nº 23.439/2015.

O indicador Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário reflete a parcela da execução orçamentária em alinhamento com o que foi planejado na proposta e previsto na LOA. Com base no desempenho histórico, nas prerrogativas legais de alterações orçamentárias (créditos adicionais e contingenciamento) e no cenário atual de austeridade fiscal, considera-se ideal um desempenho entre 70% e 80% para esse indicador.

As perdas orçamentárias refletem o percentual do orçamento autorizado (do exercício corrente e dos restos a pagar não processados do ano anterior) não executado ao fim do exercício. Até o exercício de 2020, a meta para a JE é de 9%. Para esse indicador, busca-se atingir o menor percentual.

O quadro-resumo a seguir demonstra os resultados a partir de 2015, período de vigência do atual Planejamento Estratégico do TSE.

Objetivo Estratégico 6: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária						
Indicador: Aderência da Execução ao Planejamento Orçamentário						
Órgão	Situação 2015	Situação 2016	Desempenho junho/2017	Desempenho outubro/2017	Meta 2017	Meta 2020
TSE	53,6%	73,9%	74,8%	80,6%	79,2%	80,0%
TREs	61,9%	77,0%	67,3%	74,3%	79,2%	80,0%
Justiça Eleitoral	48,9%	67,5%	45,5 %	50,1%	79,2%	80,0%

Objetivo Estratégico 6: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária						
Indicador: Perdas Orçamentárias						
Órgão	Situação 2015	Situação 2016	Desempenho junho/2017	Desempenho outubro/2017	Meta 2017	Meta 2020
TSE	9,2%	1,6%	44,9%	16,9%	10,7%	9,0%
TREs	11,5%	9,0%	29,5%	15,7%	10,7%	9,0%
Justiça Eleitoral	10,2%	11,1 %	49,0%	36,1%	10,7%	9,0%

No exercício de 2017, em ambos os indicadores, com base na evolução nos índices do TSE e dos TREs entre os meses de junho e outubro, pode-se inferir que as metas serão superadas ao final do exercício.

Com a EC nº 95/2016, foram adotados dois novos indicadores: Índice de Inscrição em Restos a Pagar e Utilização do Limite de Pagamento.

O Índice de Inscrição em Restos a Pagar avalia o percentual de inscrição de restos a pagar em relação ao orçamento autorizado do exercício. O objetivo é avaliar a capacidade de pagamento das despesas fixadas no orçamento corrente e minimizar o estoque de restos a pagar para os anos subsequentes.

O escopo do indicador abrange as despesas discricionárias, exceto o Fundo Partidário, despesas custeadas pela fonte 50 e créditos reabertos no exercício subsequente.

Indicador: Índice de Inscrição em Restos a Pagar			
Órgão	Base 2016	Meta 2018	Meta 2021
TSE	6,8%	9,0%	6,0%
TREs	9,8%	9,0%	6,0%
Justiça Eleitoral	9,8%	9,0%	6,0%

O indicador Utilização do Limite de Pagamento mede a relação entre os valores pagos no exercício corrente e o limite de pagamento estabelecido pela EC nº 95/2016. Visa aferir a capacidade de pagamentos em conformidade com o Novo Regime Fiscal (NRF).

O escopo do indicador abrange o orçamento global, exceto a ação “Pleitos Eleitorais” e despesas de Resultado Primário Financeiro.

Indicador: Utilização do Limite de Pagamento			
Órgão	Base 2016	Meta 2018	Meta 2021
TSE	93,0%	92,0%	98,0%
TREs	91,4%	92,0%	98,0%
Justiça Eleitoral	91,8%	92,0%	98,0%

Com os novos indicadores, pretende-se atualizar a forma de acompanhar a gestão orçamentária de acordo com o Novo Regime Fiscal vigente para 20 anos.

3.9. Secretaria de Tecnologia da Informação

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) compete apoiar o negócio institucional, por meio de aplicação de melhores práticas de gestão, provendo soluções às demandas apresentadas de todos os setores do TSE e da JE, nas disciplinas administrativas, eleitorais, de infraestrutura, de segurança da informação e de logística eleitoral.

3.9.1. Assessoria de Apoio à Gestão

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Acordos de cooperação

Foram assinados ou estão em via de serem firmados acordos de cooperação técnica com o objetivo de permitir o intercâmbio de dados entre os cadastros dos governos federal e estaduais:

Organização/instituto	Processo SEI nº
Ministério da Previdência Social (MPS) e Tribunal Superior Eleitoral	2017.00.000004028-0
Tribunal Superior Eleitoral e Departamento de Polícia Federal* (16.11.2017)	2017.00.000001197-3
Tribunal Superior Eleitoral e Estado do Rio Grande do Sul	2017.00.000012209-0
Tribunal Superior Eleitoral e Estado do Mato Grosso do Sul*	2017.00.000002998-8
Tribunal Superior Eleitoral e SDS/PE	2017.00.000002998-8
Tribunal Superior Eleitoral e SDS/DF	
Tribunal Superior Eleitoral e Denatran	2017.00.000007328-6
Tribunal Superior Eleitoral e Detran/RJ	2017.00.000002682-2

(Continuação)

Organização/instituto	Processo SEI nº
Tribunal Superior Eleitoral e Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)*	2017.00.000007238-7
Tribunal Superior Eleitoral e Instituto de Segurança Pública do Paraná*	2017.00.000002998-8

* Acordos sendo firmados.

Programa de Identificação Biométrica

A biometria é utilizada como uma das tecnologias desenvolvidas pela Justiça Eleitoral brasileira, por meio do cadastramento das impressões digitais dos eleitores, com o objetivo de garantir um sistema de votação democrático e mais seguro.

Entre as principais atividades do programa estão:

- Programa de Identificação Biométrica 2017/2018;
- planejamento Cadastramento 2017 a 2018;
- planejamento Programa Biometria 2017 a 2022 (100% do eleitorado cadastrado);
- definição, desenvolvimento e publicação de informações gerenciais para páginas de acompanhamento da evolução do cadastramento biométrico;
- evento de transmissão de biometria utilizando antena VSat;
- detalhamento na proposta orçamentária dos custos de implementação da biometria em 100% do eleitorado;
- grupo de estudo para definição de adoção de nova tecnologia de *kits* para cadastramento biométrico;
- Grupo de Trabalho Biometria, com representantes dos tribunais regionais eleitorais, para analisar as propostas relacionadas ao cadastramento biométrico de eleitores;
- acordos de cooperação para compartilhamento de registros biométricos de entidades externas à Justiça Eleitoral;
- Plano de Ação Evolução do Reconhecimento da Biometria;

- Plano de Ação Reconhecimento da Biometria nas Eleições 2016.

Identificação Civil Nacional (ICN)

Com respeito à identificação única do cidadão, que utilizará as bases de dados da Justiça Eleitoral, foram realizadas as seguintes atividades:

- elaboração da Resolução-TSE nº 23.526/2017, que dispõe sobre a formação e a operacionalização da base de dados da Identificação Civil Nacional (ICN), prevista na Lei nº 13.444/2017;
- constituição, por meio da Portaria-TSE nº 714/2017, do Comitê Gestor da ICN;
- realização de cinco reuniões do Comitê Gestor da ICN, com a elaboração e publicação de três resoluções:

Resolução nº	Objeto
1	Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da ICN.
2	Recomenda sobre o número da ICN.
3	Recomenda o padrão biométrico da ICN e orienta a implementação da interoperabilidade entre sistemas.

Eleições suplementares

Foram geradas as senhas de oficialização dos sistemas eleitorais, para os ambientes dos TREs e das zonas eleitorais, a serem utilizadas em 57 eleições suplementares realizadas em 2017, referentes às eleições municipais de 2016, além daquelas geradas para as eleições de governador e vice-governador do Estado do Amazonas, do pleito de 2014.

Comissão Diretiva de TI (CDTI)

A Comissão Diretiva de Tecnologia da Informação (CDTI) foi constituída, por intermédio da Portaria-TSE nº 461/2017, com o objetivo de aprovar princípios, diretrizes, projetos, planos de ação, investimentos, projetos básicos, termos de referência, avaliação de prioridades, divulgação e outros documentos de relevância institucional. A CDTI realizou a sua reunião inaugural no dia 26 de outubro de 2017.

Governança de TI

Foram respondidos os questionários de avaliação de governança de TI aplicados pelo TCU e pelo CNJ.

Eventos

A tabela seguinte resume os eventos promovidos pela unidade:

Nome do evento	Data de realização	Local de realização
Encontro de Secretários de TI	6 e 7.6.2017	Brasília/DF
V Fórum de TI - Apresentação de 18 trabalhos por um comitê-programa instituído para esse propósito	19 e 20.9.2017	João Pessoa/PB
Encontro de Secretários de TI	21.9.2017	João Pessoa/PB
Missão Guiné Bissau	14 a 19.8.2017	Brasília/DF e Manaus/AM
Teste Público de Segurança	10.8 a 12.12.2017	Brasília/DF

3.9.2. Coordenadoria de Gestão de TI (COGTI)

A COGTI resumiu suas atividades por seção, descritas a seguir.

Seção de Arquitetura da Informação (Seai)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Apoio à geração de estatísticas para o Simulado Nacional de *Hardware*, construção do Painel Gerencial para Monitoramento de Serviços e Custos (PGMSC), evolução do *data mart* de serviços de TI, construção dos painéis de custos de TI, evolução da solução de integração (Contratos TI), construção de solução analítica do Sigec (ainda em andamento), construção de painéis de informações gerenciais relativas à biometria (ciclo 2017-2018), construção de painéis das estatísticas processuais da Justiça Eleitoral, projeto de prospecção em ferramentas de exploração/tratamento ou visualização de dados na Justiça

Eleitoral, elaboração de termo de referência relativo a ferramentas de descoberta de dados, boletim de acompanhamento de extinção de zonas eleitorais.

Seção de Gestão de Projetos de TI (Seproj)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

No período, foram executadas diversas atividades com o objetivo de melhoria nos processos de: gestão e monitoramento de projetos e de suporte à Comissão Técnica de Tecnologia da Informação (CTTI); monitoramento da execução das ações do PDTI e suporte à medição dos indicadores do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti) de responsabilidade da STI; planejamento de aquisição de *software* para atualização da ferramenta de gerenciamento de projetos e portfólio.

Status dos projetos e planos de ação executados pela unidade

Projeto para melhoria do processo de gestão de riscos: em andamento.

Seção de Suporte Técnico a Contratos (Sescon)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

- serviços de apoio à contagem de métricas e parecer prévio de atividades;
- reestruturação da página de informações de contratos na intranet;
- revisões nos catálogos dos contratos n^{os} 17 e 20/2015 e inspeções dos contratos n^{os} 16, 17 e 20/2015;
- estudo de novo modelo de contratação de serviços de TI (em execução).

Seção de Processos e Padrões de TI (Seprop)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Implantação da metodologia do Desenvolvimento Colaborativo (Decola) JE; melhoria dos processos e da metodologia do Sistema de Apoio à Decisão – BI; elaboração das Normas de Desenvolvimento Seguro de Software (CNDS); definição dos padrões de automação e gerência de configuração; elaboração da capacitação a distância Metodologia de Desenvolvimento de Software da STI.

3.9.3. Coordenadoria de Tecnologia Eleitoral (Cotel)

A Cotel resumiu suas atividades por seção, descritas a seguir.

Seção de Gestão Tecnológica das Urnas Eletrônicas (Seue)

COMPETÊNCIAS

À Seue compete realizar a gestão e o descarte do parque de urnas na Justiça Eleitoral, propor normatização dos procedimentos técnicos para conservação, armazenamento, controle, manutenção e manufatura reversa das urnas eletrônicas, dos equipamentos correlatos e de seus insumos técnicos, bem como realizar a gestão de riscos relativos à estabilidade funcional do *hardware* das urnas eletrônicas e dos equipamentos correlatos.

Além disso, é competência da Seue:

- gestão, conservação e manutenção do parque de urnas da Justiça Eleitoral, garantindo correto funcionamento do equipamento durante a realização das eleições;
- proposição de normas para os procedimentos técnicos de conservação, armazenamento, controle, manutenção e manufatura reversa das urnas eletrônicas, dos equipamentos correlatos e de seus insumos técnicos;
- descarte ecologicamente correto de urnas e itens correlatos declarados inservíveis para a Justiça Eleitoral.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Status dos projetos e planos de ação da unidade

Seguem a relação e o *status* dos projetos ou planos de ação da seção:

- 3º Simulado Nacional de Hardware das Urnas Eletrônicas: planejado e em fase de conclusão;
- descarte ecologicamente correto das urnas modelo 2004 e materiais correlatos declarados inservíveis à Justiça Eleitoral: planejado em conjunto com a Assessoria de Sustentabilidade, atualmente em fase de elaboração de termo de referência;
- LogusWeb: apresentação dos requisitos para evolução do Módulo Manutenção Corretiva no sistema LogusWeb, com acompanhamento do desenvolvimento e previsão de implantação ainda nesta gestão.

Seção de Planejamento de Contratações e Elaboração de Termos de Referência (SETR)

COMPETÊNCIAS

À SETR compete elaborar, em conjunto com as unidades técnicas eleitorais, os documentos de planejamento de contratação das urnas eletrônicas, dos equipamentos e dos serviços correlatos, bem como a fiscalização administrativa dos contratos de aquisição de bens e de serviços relacionados às urnas eletrônicas.

Além disso, é competência da SETR:

- elaboração de projetos básicos e termos de referência para contratações envolvendo urnas eletrônicas e suprimentos;
- participação na formação da comissão para estudos dos procedimentos de descarte das urnas eletrônicas modelo 2004 (em trâmite), bem como elaboração do respectivo termo de referência;
- acompanhamento, fiscalização administrativa e apuração de penalidades referentes aos contratos de aquisição de bens e de serviços relacionados à urna eletrônica e correlatos.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Status dos projetos e planos de ação da unidade

Segue a relação dos projetos ou planos de ação da seção:

- elaboração do termo de referência para a aquisição das novas urnas eletrônicas, modelo 2018 e finalização de diversos outros TRs relativos a suprimento de materiais correlatos;
- acompanhamento do descarte ecologicamente correto das urnas modelo 2004 e materiais correlatos, planejado em conjunto com a Assessoria de Sustentabilidade, e outras unidades, cujo procedimento se encontra em trâmite.

Seção de Segurança Eleitoral (Segele)

COMPETÊNCIAS

À Segele compete gerir e definir aspectos de segurança do *hardware* das urnas eletrônicas. Além disso, a seção realiza:

- gestão da infraestrutura das autoridades certificadoras das urnas eletrônicas e do ciclo de vida dos respectivos certificados digitais, distribuindo-os e disponibilizando-os aos TREs;
- elaboração de documentos para aquisição de equipamentos para atualização e adequação das autoridades certificadoras das urnas eletrônicas;
- análise das políticas de segurança da Infraestrutura de Chaves Públicas das urnas eletrônicas;
- análise dos *firmwares* de segurança das urnas eletrônicas (MSD, SMT, SPM, SCK);
- análise das interfaces entre os *firmwares* e o *software* básico das urnas eletrônicas;

- acompanhamento e análise dos aspectos de segurança na fabricação das urnas eletrônicas;
- análise dos aspectos de segurança da implantação do voto impresso;
- análise das premissas de segurança para um novo projeto de urna eletrônica.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Status dos projetos e planos de ação da unidade

A renovação da infraestrutura das Autoridades Certificadoras AC-Urna e AC-Raiz UE está em andamento (70%).

Seção de Inovação e Pesquisa Tecnológica (Sipt)

COMPETÊNCIAS

À Sipt compete especificar o *hardware* da urna eletrônica, bem como os suprimentos correlatos necessários para realização das eleições. Além disso, a seção faz a especificação de *hardware* das urnas eletrônicas e dos suprimentos eleitorais correlatos.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Status dos projetos e planos de ação da unidade

Seguem a relação e o *status* dos projetos ou planos de ação da unidade:

- aquisição de nova urna eletrônica com impressão do voto (UE 2018): em fase de análise de protótipos;
- aquisição de suprimentos (baterias, bobinas de papel, *drives* de *flash card*, embalagens de urna, envelopes plásticos, lacres de segurança e peças de reposição para urnas): em fase de elaboração e tramitação dos termos de referência de aquisição.

3.9.4. Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (Csele)

COMPETÊNCIAS

A Coordenadoria de Sistemas Eleitorais tem como objetivo desenvolver soluções técnicas a fim de suportar a realização das eleições informatizadas no Brasil.

As atividades permeiam o desenvolvimento e suporte de sistemas para o alistamento dos eleitores; o registro de pesquisas eleitorais; o registro de candidaturas; a preparação das eleições; a votação; a prestação de contas; o controle de integração de todos os aplicativos necessários à realização das eleições; e o controle de execução de testes em campo, internos e de desempenho.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

A Csele desenvolveu as seguintes atividades:

i. Implementação e suporte de soluções informatizadas relacionadas a banco de dados de eleitores e biometria:

- evolução do Sistema ELO para permitir novas modalidades de transferência temporária de eleitores, contemplando militares em serviço, eleitores com necessidades especiais e, também, retirando a obrigatoriedade de seções especiais para eleitores que se enquadrem nessas situações;
- desenvolvimento do projeto-piloto do aplicativo móvel para obtenção da via digital do título de eleitor e informações sobre sua situação eleitoral e o seu local de votação;
- evolução e adaptação dos sistemas de cadastros e atos preparatórios, visando atender às necessidades do pleito de 2018;
- evolução e adaptação do Módulo Convocação de Mesários para atendimento de eleições suplementares;
- apoio ao desenvolvimento do ICN;
- desenvolvimento de serviço para Twitter e órgãos do governo, em parceria com o TSE, para acesso a consultas de quitação eleitoral do eleitor;

- desenvolvimento de integração entre os sistemas ELO e Infodip Sisob, com o objetivo de viabilizar a tramitação eletrônica das comunicações sobre óbitos e direitos políticos.

ii. Implementação e suporte de soluções informatizadas relacionadas a candidatos e partidos políticos:

- integração do Sistema de Candidaturas (CAND) com o PJe – Para as eleições de 2018;
- implementação da transmissão dos pedidos de registro de candidaturas pela Internet por meio do Módulo Externo do Sistema de Candidaturas (CANDex) – para as eleições de 2018;
- centralização das aplicações e do banco de dados dos sistemas CAND e Horário Eleitoral (HE) no TSE – para as eleições de 2018;
- desenvolvimento do Módulo Diplomação de Candidatos.

iii. Implementação e suporte de soluções informatizadas relacionadas a totalização de votos e divulgação de resultados de eleição:

- desenvolvimento e manutenção dos sistemas para eleições municipais de 2016, incluindo consultas populares, no que se refere à preparação dos bancos de dados para as eleições, ao transporte dos resultados das urnas eletrônicas, ao recebimento dos resultados nos centros de processamento de dados da Justiça Eleitoral, ao gerenciamento do recebimento dos resultados, à totalização e à divulgação dos resultados das eleições;
- acompanhamento, orientação e suporte às atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs, tanto remotamente no Tribunal Superior Eleitoral como localmente nos testes em campo nos regionais;
- evolução dos sistemas para atender às demandas do Grupo de Trabalho de Totalização, além da correção de não conformidades identificadas nos testes em campo;
- desenvolvimento de um novo sistema de transportador dos arquivos de urna na plataforma Web;

- desenvolvimento de um novo sistema do sistema Simulador de Eleição na plataforma Web.

iv. Implementação e suporte de soluções informatizadas relacionadas a sistemas de votação e auditoria da urna:

- melhorias em diversos mecanismos de segurança do conjunto de *software* do ecossistema da urna;
- melhorias no processo de identificação biométrica do eleitor na urna;
- aprimoramento dos mecanismos de auditoria e transparência;
- aprimoramento nos mecanismos de recuperação de dados na urna;
- adaptações nas plataformas *desktop* e urna para suportar a transferência temporária de eleitores entre seções (preso provisório e voto em trânsito);
- reescrita do aplicativo FlashBackupRestore para utilização da mesma plataforma tecnológica dos demais aplicativos *desktop*;
- evolução da plataforma de *software* básico da urna, trazendo melhorias de segurança e performance, além de viabilizar o suporte a uma nova plataforma de *hardware*;
- integração do *software* básico (*kernel*, *bootloader*, APIs, *drivers* e bibliotecas) da urna 2018 à plataforma de *software* da urna (Uenux);
- integração de *firmware*, *drivers* e API do conjunto impressor de votos ao Uenux;
- adaptação dos sistemas para geração das novas mídias de resultado da urna 2018;
- adaptação das aplicações preparação e votação para suportar a impressão do voto;
- suporte ao uso de cartões inteligentes (*smart cards*) na urna.

v. Implementação e suporte de soluções informatizadas relacionadas a prestação de contas partidárias e eleitorais:

- implementação de soluções para atender a acordos de cooperação com órgãos externos, com vistas à transparência do financiamento de campanhas;
- execução de convênio com a Receita Federal do Brasil para encaminhamento de escriturações contábeis digitais (ECDs) de partidos políticos;
- adequações no módulo de Análise do SPCE para atender às eleições suplementares;
- desenvolvimento do DivulgaCANDContas Suplementar;
- integração de sistemas desenvolvidos internamente com sistemas desenvolvidos nos TREs e em outros órgãos, como o TCU e o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

vi. Testes e integrações dos sistemas eleitorais:

- gerência de integração dos sistemas eleitorais 2018;
- ciclos de testes de integração 2017-2018;
- preparação para o Teste Público de Segurança 2017 (TPS 2017);
- ações de melhoria do processo de testes;
- preparação e execução do teste em campo do cadastro eleitoral;
- preparação e execução do Teste em Campo Totalização e Ecossistema da Urna 2017.

Status dos projetos e planos de ação da unidade

Projetos e ações em andamento e finalizados:

- programas múltiplas eleições 2018: em execução;
- sistemas de eleitores e estrutura JE 2018: em execução, com previsão de conclusão em fevereiro de 2019;

- evolutivas – Secad 2017: em execução, com previsão de lançamento nacional em janeiro de 2018;
- acordo de cooperação com MRE para o Título Net (ACTN): em execução, com previsão de conclusão em dezembro de 2018;
- ELO – Módulo de Coincidências: em execução, com previsão de conclusão para maio de 2018;
- PA 2017 – Serviço de Quitação Eleitoral: concluído;
- e-Título: lançado em dezembro 2017;
- Evolução do Módulo Simulador de Sessões Biométricas (MSSB): concluído;
- sistemas de eleitores e estrutura JE 2016: concluído;
- Título Net 2: concluído;
- PA2015 – Migração do ELO e ELO 6 para JBossEAP e Odin: concluído;
- PA2016 – Integração ELO x Cadbio: concluído;
- PA2016 – Revisão de requisitos para aquisição de Kit Bio 2017: concluído;
- Registro de Candidaturas – CAND 2018: em execução;
- Sistema de Configuração das Eleições 2018: em execução;
- Sistema de Informações de Candidaturas (InfoCand) 2018: em execução;
- SPCE – 32 módulos de sistemas e troca de informações com órgãos externos;
- SPCA – O módulo de cadastro de informações entrou em produção em janeiro de 2017. As primeiras contas partidárias serão prestadas via sistema até 30 de abril de 2018;
- Sico – Dois módulos, um interno e outro externo, este último encontra-se em desenvolvimento;

- integração entre SPCE e PJe – Autuação de documentos relativos a processos de prestações de contas eleitorais: em andamento;
- convênio com a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) – Encaminhamento de informações de bilhetes aéreos pagos por candidatos e partidos políticos: em andamento;
- desenvolvimento de *softwares* para as Eleições 2018: em andamento;
- Integração dos Sistemas Eleitorais 2018 (ISE 2018): em andamento, com data de conclusão prevista para 28 de novembro de 2018;
- Sistema de Monitoramento de Integrações Eleitorais (Simon) – em andamento, com data de conclusão prevista para maio de 2018;
- Ciclo de Testes de Integração 2017-2018 (CTI 2017-2018) – em andamento (projeto de natureza evolutiva);
- Teste Público de Segurança 2017 (TPS 2017): em andamento;
- Teste em Campo dos Sistemas de Candidaturas e Propaganda Eleitoral 2018 (TCCanpe 2018): em fase de iniciação, com data de conclusão prevista para 6 de abril de 2018;
- Melhoria do Processo de Testes da Seint (MPTSeint): projeto suspenso;
- Teste em Campo do Cadastro Eleitoral (TCCE 2017): finalizado em 26 de abril de 2017;
- Teste em Campo Totalização e Ecosistema da Urna 2017 (TCTEU 2017): projeto finalizado em 26 de outubro de 2017;
- evolução dos sistemas de preparação, gerenciamento, totalização e divulgação para atendimento da Lei nº 13.165/2015: em execução;
- reestruturação dos sistemas de transporte e recebimento de boletins de urna para atendimento dos requisitos de segurança identificados para o TPS: em execução;
- ecossistema da urna eletrônica 2018: em execução;
- plano de ação de centralização do Sistema de Candidaturas: em execução;

- plano de ação para estudos de urnas para votação no exterior sem bateria interna: em execução;
- plano de ação para avaliar a utilização do algoritmo de coleta biométrica da Griaule para utilização na urna eletrônica. Candidaturas: em execução;
- plano de ação para estudo da utilização das biometrias de outros órgãos na urna eletrônica para habilitação do eleitor: em fase de iniciação;
- Plano de Ação Solução de Diplomação de candidatos: concluído.

3.9.5. Coordenadoria de Soluções Corporativas (CSCOR)

A CSCOR resumiu suas atividades por seção, descritas a seguir.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas I (Sedesc 1)

COMPETÊNCIAS

Compete à seção:

- sustentar e fazer a evolução dos sistemas judiciais e *Diário de Justiça Eletrônico* para a Justiça Eleitoral;
- dar suporte às atividades decorrentes de operação e utilização dos sistemas judiciais pelos TREs, bem como acompanhá-las e orientá-las;
- sustentar o sistema de acesso aos sistemas corporativos da Justiça Eleitoral;
- extrair dados *ad hoc* para áreas-clientes da Justiça Eleitoral;
- fazer prospecção e adaptação de soluções existentes para as secretarias do Tribunal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Principais projetos:

- implantação do novo Sistema de Jurisprudência (SJUR, versão 3.0) no TSE;
- implementação de rotina de migração dos dados do SADP para o PJe;
- implantação do sistema SitDoc na Justiça Eleitoral;
- implantação da versão 3.0 do Sistema Eletrônico de Informações (SEI);
- atualização da versão do DSpace – Biblioteca Digital.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas II (Sedesc 2)

COMPETÊNCIAS

Compete à seção:

- sustentar e fazer a evolução dos sistemas para gestão de pessoas da Justiça Eleitoral;
- dar suporte às atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs, bem como acompanhá-las e orientá-las;
- fazer prospecção e adaptação de soluções existentes para as secretarias do Tribunal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Principais projetos:

- implantação no Portal do Servidor da funcionalidade de alteração de lotação do servidor pelo respectivo coordenador;
- unificação da tabela de categoria econômica do Módulo de Folha de Pagamento do SGRH para a Justiça Eleitoral;
- implantação no TSE do Gestão de Consultas Médicas (Gescon);
- implantação do Ficha Financeira, do Funções Comissionadas e do AQ On-line no Portal do Servidor;

- implantação TSE do sistema Demonstrativo de Custos (Decos) para a SOF.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas III (Sedesc 3)

COMPETÊNCIAS

Compete à seção:

- sustentar e fazer evoluir os sistemas para orçamento e finanças e para administração;
- acompanhar e orientar as atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs, bem como dar suporte a elas;
- fazer prospecção e adaptação de soluções existentes para as secretarias do Tribunal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Principais projetos:

- implantação do Sistema Auditar na Justiça Eleitoral, cedido por meio de acordo de cooperação pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e adaptado à realidade da Justiça Eleitoral;
- implantação do Sigec;
- implantação do Sigepro Pessoal na Justiça Eleitoral.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas IV (Sedesc 4)

Competências

Compete à seção:

- sustentar e fazer evoluir os sistemas para gestão da informação;
- sustentar o Portal Corporativo da Justiça Eleitoral;

- sustentar os aplicativos móveis da Justiça Eleitoral;
- acompanhar e orientar as atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs, bem como dar suporte a elas;
- fazer prospecção e adaptação de soluções existentes para as secretarias do Tribunal.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Projeto principal:

- implantação do novo portal da Justiça Eleitoral.

Seção de Desenvolvimento de Soluções Corporativas V (Sedesc 5)

COMPETÊNCIAS

Compete à seção:

- sustentar e fazer evoluir o sistema PJe;
- desenvolver os serviços para integração com outros sistemas;
- acompanhar e orientar as atividades decorrentes da operação e utilização dos sistemas mencionados pelos TREs, bem como dar suporte a elas.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Principais projetos:

- implementação do novo editor para a versão nacional do PJe, versão 2.0;
- disponibilização de painel de indicadores de monitoramento do PJe para a Justiça Eleitoral;
- integração do PJe com o novo SJUR;
- implantação do PJe na Justiça Eleitoral.

Seção de Testes e Qualidade (Seteq)

COMPETÊNCIAS

Compete à seção:

- planejar e executar os testes dos sistemas corporativos, judiciais e dos aplicativos móveis da Justiça Eleitoral;
- planejar e executar os testes de carga e desempenho;
- orientar a utilização das ferramentas corporativas de teste e administrá-las;
- prover visibilidade da qualidade dos sistemas da CSCOR.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Seguem os principais projetos:

- testes funcionais dos sistemas Logusweb, Condirf, Estatísticas Eleitorais (BI), Odin, PJe, GRU, Sigepro, Sigec, GDS;
- teste de desempenho do PJe, do SPCA e do SJUR;
- projetos realizados para a melhoria da qualidade e usabilidade dos sistemas da CSCOR.

3.9.6. Coordenadoria de Infraestrutura de TI (Coinf)

A Coinf resumiu suas atividades por seção, descritas a seguir.

Seção de Suporte às Aplicações (Sesap) e Seção de Suporte Operacional (Sesop)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS UNIDADES

Principais projetos:

- suporte técnico aos sistemas eleitorais durante a realização do primeiro e do segundo turno das eleições suplementares do Estado do Amazonas;
- gestão dos certificados digitais para os equipamentos servidores da Justiça Eleitoral;
- gestão das políticas de segurança do ambiente Windows do TSE;
- acompanhamento e fiscalização administrativa dos contratos de aquisição de bens e de serviços relacionados à infraestrutura de TI do TSE;
- instalação, configuração e suporte técnico da infraestrutura de TI para instalação do sistema PJe em todos os 27 TREs;
- atendimento de 5.950 chamados de suporte a sistemas instalados no data Center do TSE;
- suporte técnico realizado para o fechamento do Cadastro Eleitoral;
- preparação da infraestrutura de TI e suporte técnico a diversos sistemas, tais como o SPCE, o SPCA, o SEI e o PJe;
- manutenção e atualização de dezenas de equipamentos servidores que se encontram instalados no *Data Center* do TSE e dos 27 TREs, os quais são responsáveis pela totalização das eleições municipais;
- distribuição e suporte técnico aos 27 TREs durante a instalação do Subsistema de Instalação e Segurança (SIS), sistema que foi instalado em mais de 22 mil microcomputadores da Justiça Eleitoral;
- configuração de redundância de ambientes de rede para a interligação entre o TSE e os TREs;
- criação e implementação do ambiente de nuvem da Justiça Eleitoral;
- implementação de segurança e análise de aplicações de proteção contra *hackers* no ambiente de Internet;
- migração do portal da Justiça Eleitoral para o novo ambiente.

Principais projetos:

- preparação da infraestrutura de TI para implantação do PJe em toda a Justiça Eleitoral;
- preparação da infraestrutura de TI para implantação de todos os sistemas desenvolvidos pela Coordenadoria de Sistemas Eleitorais e pela Coordenadoria de Soluções Corporativas do TSE.

Seção de Banco de Dados (SEBD)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Principais projetos:

- prestação de suporte técnico aos 27 TREs durante as fases de preparação e realização do primeiro e do segundo turno das eleições suplementares do Estado do Amazonas;
- implementação e implantação de novas políticas de *backup* dos bancos de dados Oracle utilizando ferramenta Oracle RMAN nos equipamentos servidores dos 27 TREs;
- garantia de disponibilidade dos sistemas eleitorais, administrativos e judiciais;
- implantação dos 27 bancos de dados do PJe em toda Justiça Eleitoral;
- coordenação ao desenvolvimento de nova solução de recepção de biometrias.

Seção de Apoio ao Usuário (Seau)

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

Principais projetos:

- atendimento aos chamados técnicos para suporte a usuários de TI, incluindo manutenção de microcomputadores e periféricos, suporte ao acesso à rede, aos sistemas e aos *softwares* em uso no TSE;

- substituição de microcomputadores, monitores e demais periféricos das unidades do TSE, visando à atualização tecnológica, redução de paradas, implantação de novos recursos e atendimento a novas solicitações;
- revisão e preparação de equipamentos de TI que foram substituídos no TSE, para atender às demandas dos TREs voltadas principalmente ao cadastramento biométrico, à implantação do PJe e ao aumento dos cartórios eleitorais;
- operação e suporte do sistema de videoconferência utilizado em audiências, oitivas e reuniões entre TSE, TREs e entidades externas.

Seção de Monitoramento da Produção (Semop)

COMPETÊNCIAS

Compete à seção:

- monitorar e restabelecer sistemas eleitorais, corporativos e *links* de comunicação do TSE e da Justiça Eleitoral;
- monitorar equipamentos e ambientes físicos;
- monitorar, controlar e gerenciar o ambiente e o acesso à sala-cofre e à autoridade certificadora, mantendo-os operacionais dentro das normas vigentes para esses ambientes;
- gerar relatórios de disponibilidade dos sistemas monitorados, auxiliando a fiscalização dos contratos;
- executar procedimentos para atualização do Cadastro Nacional de Eleitores;
- processar e enviar arquivos para órgãos externos à Justiça Eleitoral;
- elaborar termos de referência para aquisições efetuadas pela Semop;
- gerenciar os equipamentos instalados no *data center* e a autoridade certificadora.

Seção de Produção/Service Desk (SEPD)

COMPETÊNCIAS

Compete à seção:

- gerenciar e elaborar os procedimentos relacionados ao processamento do Cadastro Nacional de Eleitores;
- definir e executar as políticas de cópia de segurança dos dados da Justiça Eleitoral;
- gerenciar as solicitações de suporte de TI aos usuários internos e externos da Justiça Eleitoral.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE

São as principais atividades da seção:

- produtos gerados: atualização da infraestrutura de sustentação das cópias de segurança dos sistemas informatizados do TSE; implantação da replicação de cópias de segurança de dados do TSE no *data center* do TRE/DF;
- serviços (atividades continuadas): atendimento de *service desk*; cópia de segurança e atividades de produção.

3.10. Secretaria de Segurança e Transporte

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

À Secretaria de Segurança e Transporte (SST) compete coordenar, supervisionar e executar as atividades relacionadas à proteção e segurança de autoridades, servidores, usuários e colaboradores, ao policiamento das instalações, eventos oficiais e residências dos ministros, à inteligência, à segurança eletrônica, ao uso da garagem, ao transporte administrativo e de representação bem como interagir

com outros órgãos de segurança pública e institucional e com os que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência e tratar de assuntos correlatos.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE (BIÊNIO 2016-2017)

As atividades de relevância desenvolvidas pela SST estão consolidadas neste relatório, em observância ao que dispõe a Resolução-TSE nº 23.443/2015, assim como em atendimento aos Memorandos-Circulares-GAB-DG nºs 16, 18 e 20/2017 (Processo SEI nº 2017.00.000012365-8 e nº 2017.00.00.000012438-7) e leiaute-padrão da Assessoria de Gestão Estratégica.

Fortalecimento da segurança institucional

A atual gestão agregou fundamental contribuição para o fortalecimento da segurança institucional à medida que proporcionou uma estrutura integrada e capaz de identificar vulnerabilidades, oportunizar tempestivamente medidas protetivas e mitigar o potencial ofensivo de ameaças.

Com a edição da Resolução-TSE nº 23.513, de 21 de março de 2017, a SST passou a contar com a Coordenadoria específica para a Segurança Institucional (Cosgi) com atuação em três segmentos: segurança institucional, monitoramento eletrônico e análise e planejamento de segurança.

Dessa forma, foi possível incrementar a proteção aos ministros da Corte com a intensificação de escoltas e rondas sistematizadas, reforço do efetivo da equipe de segurança aproximada e a expedição de ordens de missão para prover a segurança dos ministros em outras localidades, sendo esta última consubstanciada no Processo SEI nº 2016.00.000012660-0.

Ações complementares, visando à incolumidade dos ministros e autoridades, foram implantadas, tal como a disponibilização de placas reservadas para os veículos de representação, consoante motivação no Processo SEI nº 2016.00.000009151-3 e apontamentos consubstanciados na avaliação de risco descrita no Método Integrado de Gerenciamento de Risco (Migri), Processo SEI nº 2017.00.000005476-1.

A expressiva integração com órgãos de segurança pública também fez parte das ações estratégicas de segurança e contou com importantes meios, tal como a Rede Infoseg (Processo SEI nº 2016.00.000013470-0) destinada ao acesso de informações para fins de proteção e segurança institucionais.

Nesse sentido, vale destacar o plano de segurança voltado às autoridades internacionais que acompanharam as Eleições Municipais 2016 (Processo SEI nº 2016.00.000012294-0). Assim, entre 28.9 e 3.10.2016, a SST coordenou as ações e promoveu articulação com a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP/DF), Secretaria de Segurança Pública de Goiás (SSP/GO), Polícia Militar do Distrito Federal (PM/DF) e Polícia Militar de Goiás (PM/GO).

Destacam-se ainda outros planos integrados de segurança e coordenados no âmbito da SST:

Evento	Período	Processo SEI nº
Incursoão à Seção Eleitoral no Rio de Janeiro	Out./2016	2016.00.000015881-2
Avaliação Eleições 2016 e eventos complementares	Nov. e dez./2016	2016.00.000016691-2
Solenidade de posse	Abr./2017	2017.00.000004493-6
Solenidade de posse	Mai./2017	2017.00.000005012-0
Julgamento à AIJE 194358	Abr. e jun./2017	2017.00.000003552-0
Reunião de Autoridades Eleitorais do Mercosul	Set./2017	2017.00.000009285-0
11º Encontro Nacional do Poder Judiciário.	Set. e nov./2017	2017.00.000009507-7

Atuação da Segurança Orgânica

Com base na Resolução-TSE nº 23.360, a SST tem promovido segurança de pessoas, instalações e bens patrimoniais nas dependências do TSE.

Para tanto, o controle de acesso de pessoas é realizado pela equipe técnica especializada e por monitoramento eletrônico de imagem e acesso, com destaque para as seguintes ocorrências:

Descrição	Quantitativos
Autorizações de acesso ao TSE (prestadores de serviço)	1.354
Confecção de crachás	910
Verificações de horário de entrada/saída de servidores	623
Fornecimento de imagens e dados do controle de acesso de corrente de procedimento administrativo	8
Inclusões/exclusões de acesso às portas com fechadura eletrônica	407

A segurança nas dependências do TSE é promovida 24 horas e recebe tratamento compatível nas ocasiões que indiquem aglomeração de pessoas, visitas de autoridades e situações sensíveis, a exemplo dos casos seguintes:

Evento	Período
Reunião do presidente do TSE com presidentes de partidos	Fev./2017
Solenidade de posse Ministro Alexandre de Moraes	Abr./2017
Solenidade de posse Ministro Admar Gonzaga	Abr./2017
Solenidade de posse Ministro Tarcisio Vieira	Mai./2017
Reunião de Corregedores Eleitorais	Mai./2017
Assinatura de Acordo de Cooperação entre TSE e o Ministério Público Militar (MPM)	Jun./2017
Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais	Ago./2017
Audiência pública sobre as urnas eleitorais	Out./2017
Audiência pública da Ouvidoria do TSE. (Processo SEI nº 2017.00.000012728-9)	Out. e nov./2017
Audiência pública sobre fiscalização do tempo de exposição de candidatos em rádio e televisão	Nov./2017

Importante destacar o acompanhamento da execução do Plano de Prevenção Contra Incêndio e Pânico (PPCI) que tem como finalidade a evasão rápida, segura e ordenada da população fixa e flutuante do complexo de edificações do TSE assim como o socorro e transporte de vítimas. Os procedimentos são realizados nos padrões exigidos pelo Corpo de Bombeiros do Distrito Federal (CBMDF).

Relevante contribuição promoveu a Brigada de Incêndio do TSE, que, mantendo uma linha de comunicação de emergência direta e exclusiva, contribuiu para a preservação da vida e das instalações, tendo produzido os seguintes resultados:

Atividade desempenhada	Quantitativos anuais	
	2016	2017*
Atendimento pré-hospitalar	106	80
Aferição da pressão arterial	115	73
Manejo e acondicionamento de animais peçonhentos	23	13
Resgate em elevador	11	17
Acompanhamento de pessoas (acessibilidade)	33	126
Prevenção em eventos	252	190

(Continuação)

Atividade desempenhada	Quantitativos anuais	
	2016	2017*
Acompanhamento de serviços – prevenção de acidentes	441	294
Acompanhamento no abastecimento de Gás Liquefeito (GLP)	14	21
Princípio de incêndio	15	6
Treinamentos internos da brigada	31	26
Vistorias preventivas	31.971	27.398
Total	33.012	28.244

* Até outubro/2017.

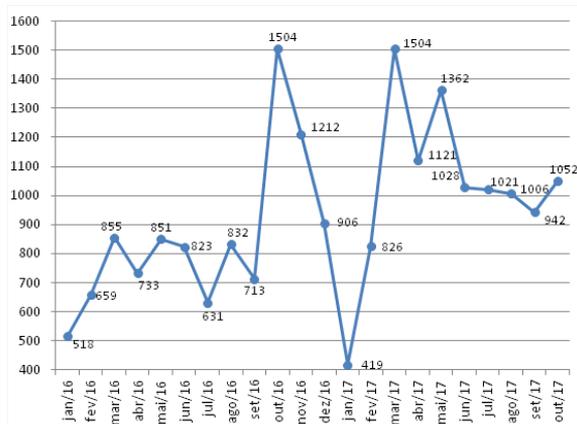
Além disso, registra-se a contribuição ao projeto de adequação organizacional do Centro Cultural da Justiça Eleitoral no Rio de Janeiro (CCJE), relativamente ao fornecimento de avaliações técnicas de segurança para a instalação de sistema de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) e contratação da brigada de incêndio e de vigilância patrimonial, consoante Processo SEI nº 2017.00.000001398-4.

Gerenciamento do transporte administrativo e de autoridades

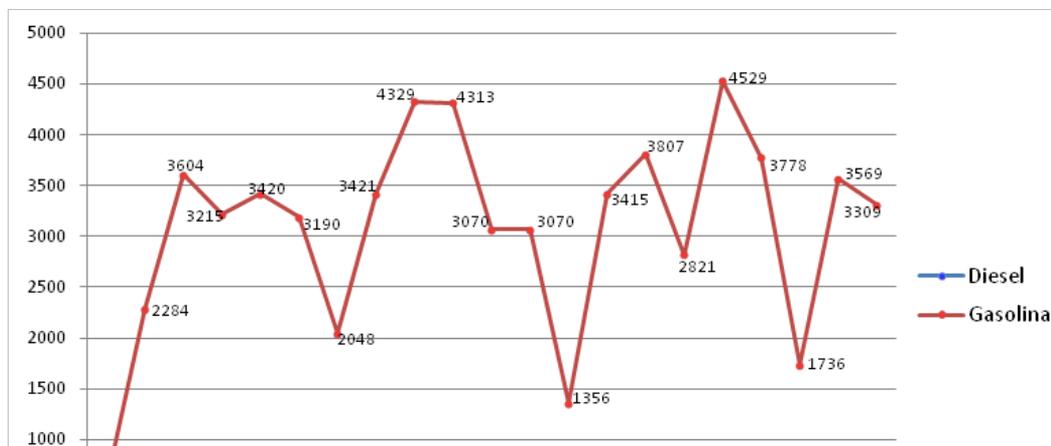
O uso da frota é monitorado continuamente por meio do Módulo de Gerenciamento de Veículos, disponível na plataforma Máximo, com a finalidade de efetivar o controle e a racionalização do serviço de transporte.

Com essa ferramenta, é possível comparar dados e aferir, dentre outras funcionalidades, o quantitativo de requisições administrativas de veículos detalhado a seguir:

Mês	2016	2017
Janeiro	518	419
Fevereiro	659	826
Março	855	1.504
Abril	733	1.121
Mai	851	1.362
Junho	823	1.028
Julho	631	1.021
Agosto	832	1.006
Setembro	713	942
Outubro	1.504	1.052
Novembro	1.212	-
Dezembro	906	-
Total	10.237	10.281
Média mensal	853	856
Média diária	38	38



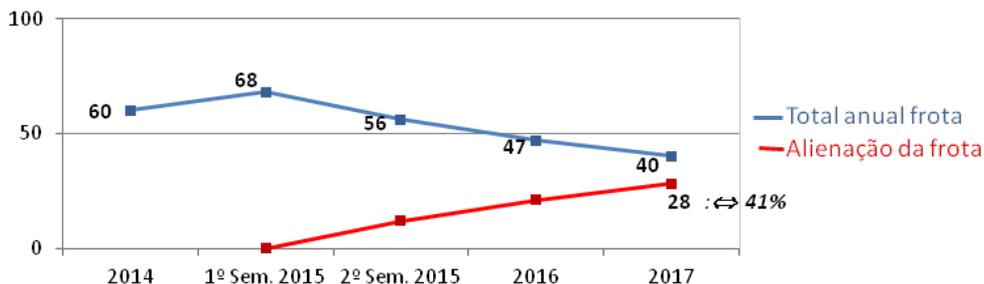
A racionalização do serviço de transporte é ação prioritária da SST. Para tanto, o acompanhamento é contínuo sobre o consumo de combustível da frota, segregado por gasolina e diesel, sendo possível aferir os seguintes resultados:



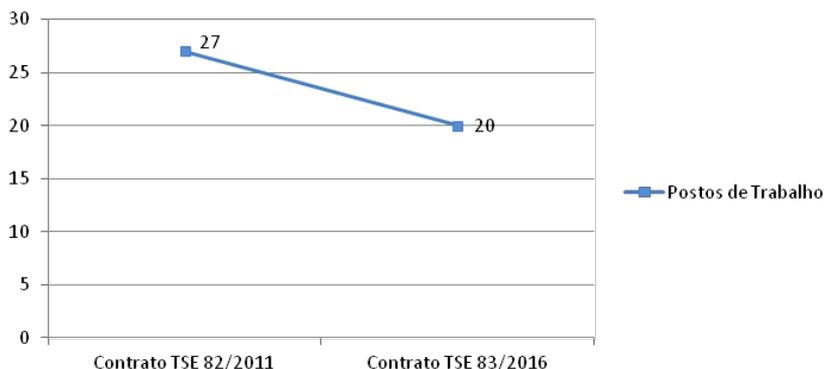
Fonte: PA nº 2.533/2011, SEI 2016.00.000000051-8 e SEI 2016.00.000002811-0.

Na busca de melhores resultados, vale destacar a parceria com o TRE/DF destinada à limpeza e higienização da frota, tendo sido formalizada nos termos do Processo SEI nº 2016.00.000013168-0. A iniciativa proporciona economia orçamentária com a finalização de contratação exclusiva para esse fim.

Mais um avanço foi possível com o efetivo gerenciamento, uma vez que gradativamente foi reduzida a frota em 41%, ou seja, de 68 passou para 40 veículos. Assim, efetivou-se a suficiente prestação do serviço de transporte com redução de custos com manutenção veicular, seguro e licenciamento.



Outra ação relevante se fez com a racionalização da força de trabalho destinada à condução de veículos de apoio administrativo. Após avaliação motivada pela necessidade de diminuição de custos, decidiu-se por reduzir em 26% os postos de trabalho, conforme comparação entre o Contrato-TSE nº 82/2011 (finalizado) e o Contrato-TSE nº 83/2016 (em andamento).



Atividades previstas até o final da gestão

Com vistas a promover as condições essenciais de segurança mediante monitoramento e gerenciamento de riscos, a fim de mitigar ameaças e possibilitar às autoridades e servidores o exercício pleno de suas atribuições e o alcance da efetiva prestação jurisdicional, está em tramitação as seguintes iniciativas estratégicas:

Processo SEI nº	Ação
2017.00.000000947-2	Diretrizes para implantação do Plano de Segurança Institucional no âmbito do TSE.
2017.00.000008155-6	Regulamentação de procedimentos para realização de varredura de segurança.
2017.00.000009974-9	Blindagem de veículo destinado à condução do presidente.
2017.00.000008159-9	Regulamentação da atividade de plantão da Segurança.
2017.00.000009971-4	Avaliação e testes para manuseio de arma de fogo.
2017.00.000009972-2	
2016.00.000012515-9	Regulamentação do porte de arma institucional.
2016.00.000005562-2	Aquisição e instalação de 12 pórticos detectores de metais.
2017.00.000008700-7	

Pretende-se ainda avançar nos resultados e elevá-los sempre com o foco na qualidade do gasto público. Por essa razão, está em tramitação a possibilidade de promover o desfazimento de mais sete veículos da frota, conforme detalhamento a seguir:

Processo SEI nº	Veículo		
	Modelo	Ano	Placa
2016.00.000017236-2	Siena	2009	JHN-5413
	Siena	2009	JHN-5403
2016.00.000001708-4	Siena	2009	JHN-5043
	Siena	2009	JHN-5053
	Fiesta	2011	JIL-0712
	Micro-ônibus	2011	JIF-0631
2017.00.000011990-1	Corolla	2006	JKH-6421

4. Comissão Permanente de Licitação (CPL)

Atividades finalísticas

COMPETÊNCIAS

A CPL tem como atividade finalística instaurar e conduzir a fase externa das licitações – julgar impugnações, julgar as fases de proposta e habilitação, adjudicar o objeto das licitações (quando não há recurso), instruir a fase de recursos, publicar o resultado das licitações – e instaurar e instruir procedimentos para eventual aplicação de penalidades por atos infracionais praticados por licitantes no curso das licitações.

PRINCIPAIS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA UNIDADE (A PARTIR DE 12.5.2016)

Nesse período, foram instaurados e conduzidos 163 procedimentos licitatórios; foram, ainda, instaurados e instruídos 18 procedimentos para apuração de atos infracionais praticados por licitantes no curso das licitações.

Status das atividades da unidade previstas até o fim da gestão

Encontram-se em curso na unidade 17 procedimentos licitatórios.

Relação dos procedimentos licitatórios instaurados no período:

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
100	2016.5670-0	24.1.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de impressão em equipamentos digitalizados, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações, quantidades, condições e prazos constantes no edital e seus anexos.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
101	2016.18067-2	2.1.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Aquisição com instalação de 1 equipamento de condicionamento de ar do tipo <i>split</i> com compressor de velocidade variável (<i>inverter</i>) e prestação de serviço de manutenção, pelo prazo de 12 meses, conforme especificações, exigências e prazos constantes no edital e seus anexos.
102	2016.14088-3	11.1.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Fornecimento de carimbos autoentintados automáticos, refil de tinta para os carimbos automáticos, bem como a prestação dos serviços de substituição de borracha dos carimbos reutilizáveis, pelo período de 12 meses, conforme especificações, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
103	2016.16247-0	13.1.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de gerenciamento e administração de rede credenciada de postos que permitam o abastecimento da frota de veículos oficiais do TSE, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, conforme exigências, prazos e condições constantes do Termo de Referência – Anexo I do edital.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
001	2016.9708-2	20.1.2017 – 9h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de programação Web, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, de acordo com as especificações, quantidades, condições e prazos constantes no edital e seus anexos.
002	2016.11107-7	23.1.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Materiais de odontologia.
003	2016.13169-8	27.1.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Serviços de lavanderia.
004	2016.13168-0	27.1.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Lavagem de veículos.
005	2016.13165-5	30.1.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de realização de eventos.
006	2016.15391-8	1º.2.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços contínuos de divulgação das matérias inerentes às licitações e contratações pela Secretaria do TSE e, quando necessário, de outras matérias de interesse da Justiça Eleitoral, no jornal <i>Correio Braziliense</i> , pelo período de 12 meses, admitida a prorrogação nos termos da lei, consoante especificações, exigências e prazos constantes do Termo de Referência – Anexo I deste edital.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
007	2016.10460-7	6.2.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de locação de veículos blindados de representação com quilometragem livre, sem motorista, conforme especificações, condições e prazos constantes do Termo de Referência – Anexo I deste edital.
008	2016.12755-0	13.2.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Registro de Preços (RP) para fornecimento e entrega de formulários de título eleitoral.
009	2017.260-5	22.2.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Fornecimento de combustível em geral.
010	2016.13169-8	24.2.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Serviços de lavanderia.
011	2016.16375-1	7.3.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Fornecimento de publicações estrangeiras importadas (item 1) e publicações estrangeiras adquiridas no Brasil (item 2), pelo período de 12 meses, consoante especificações, exigências e prazos constantes no edital e seus anexos
012	2016.11614-1	7.3.2017 – 14h30	Pregão eletrônico	RP para aquisição de materiais descartáveis.
013	2016.11310-0	8.3.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de material de consumo, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
014	2016.13563-4	12.7.2017 – 14h	Pregão eletrônico	RP para carrinhos de transportes, fragmentadoras, grampeadores, perfuradores, e quadros.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
015	2016.15180-0	8.3.2017 – 11h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de suprimentos para impressoras Samsung modelos ML3710 e SCX5637 e Xerox modelos 5500/5550N, com a logística reversa, conforme especificações, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
016	2016.15005-6	9.3.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de suprimentos originais para impressoras Samsung modelos M4020ND e M4070FR e Xerox 570, com a logística reversa, conforme especificações, quantidades e prazos constantes.
017	2016.16822-2	9.3.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Fornecimento de jornais e revistas.
018	2016.13166-3	29.3.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de brigada de incêndio e primeiros socorros, mediante alocação de postos de trabalho.
019	2016.10460-7	13.3.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de locação de veículos blindados de representação com quilometragem livre, sem motorista.
020	2016.16456-1	20/03/2017 – 14h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços contínuos de divulgação das matérias no jornal <i>Folha de S. Paulo</i> .
021	2016.14099-9	20.3.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Aquisição de equipamentos e acessórios fotográficos e garantia técnica de, no mínimo, 12 meses, conforme especificações, exigências e prazos constantes no edital e anexos.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
022	2016.16386-7	27.3.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Fornecimento de refeições, pelo período de 12 meses.
023	2016.13476-0	27.3.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de material de consumo, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
024	2016.14600-8	28.3.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de refis para purificadores de água.
025	2016.16378-6	27.3.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Registro de preços para eventual aquisição de açúcar e adoçante, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
026	2016.12797-6	3.4.2017 – 14h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de café torrado e moído.
027	2016.18067-2	10.4.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Aquisição e instalação de ar condicionado tipo <i>split</i> .
028	2016.16612-2	11.4.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços especializados de manutenção nos elevadores do TSE, pelo período de 12 meses.
029	2016.12014-9	25.4.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para aquisição de utensílios de copa.
030	2016.15701-8	24.4.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Registro de Preços para eventual aquisição de garrafas térmicas.
031	2016.4285-7	25.4./2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de divisórias com serviços de instalação, nas diversas unidades do TSE.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
032	2016.16742-0	28.4.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços especializados de operação e de manutenção nos sistemas de climatização e condicionamento de ar.
033	2016.10460-7	3.5.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de locação de veículos blindados.
034	2016.5294-1	3.5.2017 – 9h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva no CFTV e Controle de Acesso.
035	2016.16612-2	11.5.2017 – 9h30	Pregão eletrônico	Prestação de serviços especializados de manutenção nos elevadores do TSE, pelo período de 12 meses.
036	2017.1564-2	15.5.2017 – 9h30	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis do Centro Cultural da Justiça Eleitoral (CCJE/ TSE), localizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ, mediante alocação de postos de trabalho, incluindo o fornecimento de materiais, utensílios e equipamentos necessários à execução dos serviços, pelo período de 12 meses.
037	2016.16370-0	2.6.2017 – 9h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de <i>clipping</i> jornalístico <i>on-line</i> , pelo período de 12 meses.
038	2016.7670-5	17.5.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Fornecimento de medicamentos constantes dos periódicos ABCFarma e Brasíndice destinados aos casos de pronto-atendimento nas instalações da Coordenadoria de Atenção à Saúde (Cats) do TSE, pelo período de 12 meses.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
039	12588-4	19.5.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Registro de preços para eventual aquisição de material de consumo, conforme condições, quantidades e exigências constantes no edital e seus anexos.
040	16387-5	30.5.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), na modalidade Discagem Direta Gratuita (DDG) através do prefixo 0800, pelo período de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos da lei, conforme as quantidades, exigências e prazos constantes no edital e seus anexos.
041	2015.1349-5	12.7.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de enlaces de comunicação de dados entre o TSE e a Internet, incluindo serviços de segurança, monitoramento proativo e mitigação de ataques de negação distribuída de serviços (DDoS) pelo período de 30 meses, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, conforme as especificações, prazos e condições descritos no edital e seus anexos.
042	17671-3	30.5.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Aquisição de vacinas.
043	2016.18001-0	31.5.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para aquisição de material de marcenaria.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
044	2017. 2395-5	31.5.2017 – 14h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de leite em pó integral, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
045	2015.429-1	1º.6.2017 – 9h30	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de manutenção corretiva e suporte 24h por dia, 7 dias por semana, 365 dias por ano, e de manutenção preventiva, incluindo treinamento e fornecimento de peças ou quaisquer outros insumos necessários para a devida prestação dos serviços, nos seguintes ambientes seguros da Justiça Eleitoral, pelo período de 12 meses.
046	2017.1246-5	5.7.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos do TSE, pelo período de 12 meses.
047	2017.504-3	7.7.2017 – 9h	Pregão eletrônico	RP para prestação de serviços de recarga de extintores de incêndio.
048	2016.10787-8	5.7.2017 – 9h30	Pregão eletrônico	Aquisição de 53 extintores de incêndio do tipo CO2.
049	2016.17537-7	10.7.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Aquisição de válvulas mecânicas (solenoides) que compõem o sistema de esgoto a vácuo do TSE.
050	2017.5000-6	10.7.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para aquisição de café torrado e moído.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
051	2017.3256-3	11.7.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de carregamento de material e de assistência na gestão logística e patrimonial, assim como de supervisão dos serviços, mediante alocação de postos de trabalho.
052	2017.4418-9	12.7.2017 – 14h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de cartucho de <i>tonner</i> para impressoras Samsung modelos M4020ND e M4070FR, com a logística reversa, conforme especificações, exigências, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
053	2017.778-0	19.7.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para aquisição de capachos.
054	2017.5469-9	210.7.2017 – 11h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de material de consumo.
055	2016.17224-6	25.7.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Aquisição de peças para bomba elétrica Flygt.
056	2016.16389-7	26.7.2017 – 10 h	Pregão eletrônico	Fornecimento de refeições.
057	2017.1767-0	26.7.2017 – 10 h	Pregão eletrônico	Aquisição de peças de reposição para reparo em equipamento UPS APC/Schneider Electric.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
058	2017.838-7	27.7.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para eventual prestação de serviço especializado em processamento de dados, impressão gráfica <i>off-set</i> , eletrônica monocromática (<i>laser</i>) e/ou digital com aplicação de imagens de dados variáveis de capas, miolos de folhas de votação, contracapas, relatórios de controle, atas, caixas e rótulo de caixa, bem como montagem dos cadernos de folhas de votação e a entrega destes produtos nos cartórios eleitorais, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
059	2017.4389-1	4.8.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de suprimentos para impressoras Okidata C3600, Xerox 5500/5550, HP T1200, Kyocera FSC8520 e Canon modelos Pixma 4810, IPF710, C7000VP e IR2200, com a logística reversa, conforme especificações, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
060	2017.5192-4	10.8.2017 – 13h	Pregão eletrônico	Aquisição de material elétrico e cabeamento estruturado.
061	2017.17204-1	16.8.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Aquisição de peças para Bomba de vácuo Busch Mink MM-1142 BV, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
062	2017.5865-1	16.8.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Rp para eventual aquisição de material de consumo, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
063	2016.14099-9	28.8.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Aquisição de equipamentos e acessórios fotográficos com garantia técnica de, no mínimo, 12 meses, conforme especificações, exigências, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
064	2017.1244-9	19.9.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos com fornecimento de peças.
065	2017.3012-9	19.9.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços, em gráfica externa, de plotagem para confecção de <i>banner</i> em vinil adesivo (item 1), bem como de fornecimento de vinil adesivo recortado (item 2) constante no edital e seus anexos.
066	2017.05174-6	6.10.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Prestação de serviço de assinatura de coleção de normas técnicas da ABNT, as quais compõem um acervo eletrônico, em inteiro teor, de 600 normas ABNT (NBR), escolhidas de acordo com o interesse do TSE, disponível por meio de senhas, sem limite de usuários, no âmbito deste Tribunal, pelo período de 12 meses.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
067	2017.3894-4	6.10.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Aquisição de Desfibrilador Externo Automático (DEA) com acessórios.
068	2017.05066-9	6.10.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços especializados de TV por assinatura.
069	2017.5599-7	11.10.2017 – 9h30	Pregão eletrônico	Concessão de uso de área física, equipamentos e instalações para exploração dos serviços de restaurante-autosserviço, salateria, lanchonete-balcão e lanchonete-autosserviço por parte de empresa especializada em preparo e comércio de refeições e lanches nas dependências do TSE, localizado no Setor de Administração Federal Sul (SAFS), Quadra 7, Lotes 1/2, Brasília-DF, pelo período de 12 meses.
070	2017.7284-0	16.10.2017 – 10h	Pregão eletrônico	RP para eventual aquisição de material de consumo, conforme condições, quantidades e exigências constantes no edital e seus anexos.
071	2017.4999-7	24.10.2017 – 14h	Pregão eletrônico	Fornecimento de publicações nacionais disponíveis no mercado interno (inclusive publicações avulsas e oficiais), pelo período de 12 meses, conforme especificações, exigências e prazos constantes no edital e seus anexos.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
072	2017.05065-0	24.10.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de operação de PABX, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 12 meses.
073	2017.05003-0	27.10.2017 – 9h30	Pregão eletrônico	Prestação de serviços de operação de áudio, mediante alocação de postos de trabalho, pelo período de 12 meses.
074	2017.3340-3		Pregão eletrônico	Aquisição de material médico-hospitalar, conforme especificações, exigências e prazos constantes no edital e seus anexos.
075	2017.4213-5	30.10.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Prestação de serviço de controle e combate de vetores e pragas urbanas.
076	2017.05128-2	31.10.2017 – 9h	Pregão eletrônico	Aquisição de três guaritas.
077	2017.17537-7	6.11.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Aquisição de conjunto composto de válvulas mecânicas e atuador elétrico, também chamado válvula solenoide, que compõem o sistema de esgoto a vácuo do TSE, conforme especificações, condições, quantidades e prazos constantes no edital e seus anexos.
078	2017.8201-3	8.11.2017 – 11h	Pregão eletrônico	Aquisição de solução de gerenciamento, verificação e análise de <i>performance</i> digital de serviços, negócios, aplicações e infraestrutura.
079	2017.011326-1	10.11.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Aquisição de peças para bomba de vácuo.
080	2017.8560-8	16.11.2017 – 9h	Pregão eletrônico	Prestação de serviços continuados de gerenciamento de resíduos sólidos.

(Continuação)

Nº	Nº de processo	Data	Tipo	Descrição
81	2017.3913-4	20.11.2017 – 14H	Pregão eletrônico	Aquisição de materiais de consumo para manutenção do sistema hidráulico do CCJE, localizado no Rio de Janeiro.
082	2017.7990-0	23.11.2017 – 10h	Pregão eletrônico	Aquisição de material elétrico e de marcenaria para confecção de mobiliário.



Esta obra foi composta na fonte Univers (TT), corpo 10,
entrelinhas de 13 pontos, em papel AP 75g/m² (miolo)
e papel Cartão Supremo 250g/m² (capa).

